MEMORIA

HISTORICA E COMMEMORATIVA

DA

FACULDADE DE MEDICINA

DOS CEM ANNOS DECORRIDOS

[illegible]

POR

[illegible]

[illegible]

COIMBRA
[illegible]

MEMORIA

HISTORICA E COMMEMORATIVA

DA

FACULDADE DE MEDICINA

MEMORIA

HISTORICA E COMMEMORATIVA

DA

FACULDADE DE MEDICINA

NOS CEM ANNOS DECORRIDOS

DESDE A REFORMA DA UNIVERSIDADE EM 1772 ATÉ O PRESENTE

POR

BERNARDO ANTONIO SERRA DE MIRABEAU

LENTE CATHEDRATICO DA MESMA FACULDADE

COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1872

ADVERTENCIA

Cem annos ha que a mais fecunda Reforma de quantas melhoraram a Universidade de Coimbra restaurou o ensino das sciencias em Portugal.

Não foi uma graça particular concedida á poetica cidade do Mondego, foi sim um acontecimento de subido interesse nacional, de cuja influencia em breve se resentiram todas as instituições. Começou então uma nova era para o movimento intellectual da nação. Abriram-se escholas de sciencias naturaes, cousa quasi desconhecida entre nós; permittiu-se o livre exame facultou-se ampla discussão sobre materias litterarias e scientificas; e o pensamento pôde, por este modo, exercer a sua actividade em todos os ramos do saber humano. A fortificar o espirito nas lides da sciencia acudiu a mocidade estudiosa. Seguiu-se o labutar na instrucção, e o desenvolvimento progressivo das idêas que prepararam a liberdade, e os beneficios da civilisação, de que nós, a geração presente, gosamos.

Ao recordarmos a grande empreza da restauração das sciencias, um sentimento de enthusiasmo e de gratidão se expande no peito de portuguezes. Ai dos povos, em quem a indifferença extinguiu este sancto estremecimento pelas glorias da patria! Perdido o amor de honrados feitos, que constituem a propria reputação, acabou-se a dignidade e a vida moral

d'um povo. Portugal felizmente présa com entranhado amor as acções heroicas de seus filhos e a gloria de seus institutos civilisadores. Por isso ao correr um seculo, esta grande medida do tempo que induz á contemplação do passado, não se esqueceu de commemorar um dos mais notaveis acontecimentos, de que rezam os seus fastos litterarios.

A Universidade tomou, como lhe cumpria, a iniciativa para a commemoração.

No Claustro, expressamente convocado para se tractar da solemne celebração do centenario da Reforma universitaria, decidiu-se, entre outros alvitres, que as Faculdades Academicas apreciassem, cada uma em sua memoria historica, a influencia da Reforma, e explanassem as phases e o desenvolvimento do ensino, os progressos da sciencia, e os factos escholares que podessem interessar á historia das lettras e das sciencias. Apressaram-se as Faculdades a escolher os vogaes a quem devia ser incumbido o trabalho das memorias. N'esta escolha quizeram os meus respeitaveis collegas que eu fosse comprehendido para escrever a Memoria respectiva á Faculdade de Medicina. Era honroso o encargo, mas eriçado de asperezas por todos os lados.

O tempo escaceava; importava aproveital-o em colligir os materiaes indispensaveis para a obra. Appliquei-me desde logo com todo o empenho a revolver na secretaria da Universidade os documentos que me interessavam, e a alcançar as noticias que convinham ao meu intento. Achei-me em difficuldades permanentes; forçoso é confessar que as não venci todas. Ao cabo de muito lidar consegui mandar para a estampa a presente Memoria, a respeito de cujo plano escrevo estas palavras de advertencia.

A historia da Faculdade de Medicina não podia nem devia ser uma simples narração de factos, dispostos por ordem chronologica. O assumpto e a occasião exigiam materia d'outro lavor, e fôra este tambem o voto expressivo do Claustro. Apreciar a importancia da Reforma era ponto recommendado e

indispensavel, mas de tal natureza, que só de per si dá objecto para uma extensa memoria.

Pareceu-me, pois, que para conciliar a proporcionada grandeza da obra com as exigencias do assumpto, convinha proceder com ajustada economia na disposição das materias. Assim o fiz. Lancei em discurso preliminar os acontecimentos anteriores á Reforma, cujo conhecimento é de immediato interesse para se lhe avaliar a importancia. E dos successos posteriores durante os cem annos que vão passando, formei um corpo de historia, encostando-me ao methodo synchronico. Distribui as materias por capitulos, conforme a clareza e a boa ordem o pediam; expuz em texto corrente os acontecimentos, serviços, phases, etc. da Faculdade de Medicina; e, para desembaraçar a narração de qualquer incidente ou explicação de importancia, colloquei em notas tudo quanto podesse interessar ou esclarecer o assumpto. Por este modo desenvolvi a historia, apreciando os factos nos seus respectivos logares, sem entrecortar o fio do discurso com extranhas considerações.

Parecerá talvez que, havendo assim tractado especificadamente das cousas, me devia abster de fallar em separado das pessoas. Differente foi porém o meu parecer. Historiando os actos d'uma corporação respeitavel na occasião de se commemorar solemnemente a restauração litteraria e scientifica, seria esquecimento imperdoavel, e, mais do que isso, ingratidão, não ter uma palavra de louvor para honrar a memoria d'aquelles extremados varões, que exalçaram os creditos da Faculdade de Medicina e abrilhantaram a Universidade, que no magisterio e no exercicio clinico prestaram serviços relevantissimos a Portugal. Quizera ter podido alcançar larga informação dos professores que pertenceram á Faculdade de Medicina. Não me foi possivel. Custou-me a formar a lista de todos, e a obter escassas noticias de alguns. Com taes elementos esbocei o grupo de biographias, que constitue a segunda e ultima parte d'esta memoria.

Não passei de esboços e a traços largos; a falta de subsidios

e a natureza da obra inhibiam-me de maiores desenvolvimentos. Cingi-me por isso á indicação dos factos que assignalaram a passagem dos professores pela Universidade; e d'aquelles, de quem existem outras noticias, apontei em breves notas os logares onde se podem ver as que chegaram ao meu conhecimento.

Tal foi o plano que segui, e que mais adequado me pareceu ás condições d'esta Memoria.

Se me fosse licito inferir que no desempenho d'esta difficil incumbencia me havia ao menos aproximado de corresponder á confiança da Faculdade de Medicina, bemdiria o trabalho de quatro mezes, e as fadigas passadas a revolver documentos entre o pó dos archivos.

DISCURSO PRELIMINAR

I

Do ensino medico da Universidade no seculo XVIII antes da Reforma em 1772

O Codigo de leis universitarias [1] que el-rei D. João IV confirmara em 15 de outubro de 1653, conservou nos reinados subsequentes força permanente e quasi inalteravel por espaço de mais de cem annos. Circumstancias attendiveis obrigaram por vezes a que se modificassem alguns pontos e supprimissem algumas disposições. Aconteceu tambem, e com frequencia, dispensar-se a prescripção do estatuto em proveito individual, e manifestar-se por este modo o exercicio da prerogativa real na direcção dos estudos. Não obstante porém taes accidentes, consentaneos ao regimen d'aquelles tempos, a norma do ensino, a indole geral da Universidade persistiu sensivelmente no mesmo estado. Por tanto as leis, praxes, usos e costumes das escholas conimbricenses atravessaram

[1] Comprehende os Estatutos, que D. Filippe I outorgou em 8 de junho de 1597, e os 162 artigos da reformação feita por D. Francisco de Bragança, approvados em 20 de julho de 1612. Anda incorporado no mesmo livro dos Estatutos o regimento dos medicos e boticarios christãos velhos.

Quiz el-rei D. João IV, logo no principio do seu reinado, dar outras leis á Universidade, e chegou a commetter ao reitor e lentes de prima o difficil encargo da reforma dos estudos em provisão de 14 de novembro 1641. Embargaram-lhe o proposito obstaculos numerosos, e d'aqui veiu a necessidade de confirmar as leis academicas promulgadas durante a usurpação.

desde a epocha da Restauração até pleno reinado de D. José sem reforma ou innovação caracteristica.

É pois nesse Codigo, hoje conhecido pelo nome de *Estatutos Velhos*, que se deve procurar o teor do longo periodo escholar que precedeu a Reforma de 1772. Alli achamos qual a constituição e regimen da Universidade, a ordem dos estudos, a indicação dos livros, methodos de ensino, etc., etc. O conhecimento d'estas particularidades e os subsidios desentranhados dos archivos universitarios são os elementos de que nos serviremos para traçar o quadro do ensino medico em Portugal nos setenta annos que precederam a Reforma.

Entre as faculdades maiores, que constituiam o corpo docente da antiga Universidade de Coimbra, occupava a de Medicina o quarto e ultimo logar. Seis professores, destinados a lerem em outras tantas cadeiras, tinham a seu cargo o ensino medico, e a parte principal da clinica no modico hospital da cidade. Reputavam-se de maior consideração as primeiras quatro cadeiras, a que chamavam grandes, designadas pela nomenclatura das horas canonicas, de prima, vespera, tertia e noa. As duas restantes cadeiras, havidas por pequenas ou cathedrilhas, recebiam o nome das doutrinas que nellas se ensinavam. Entrava-se por concurso no magisterio, e regulava-se pela antiguidade o accesso até á cadeira de prima. No impedimento ou falta dos professores effectivos serviam os conductarios [1], que eram doutores addidos de nomeação regia, aspirantes ao professorado.

Errada opinião faria do tracto escholar d'outr'ora quem o modelasse e concebesse pelo que hoje se passa na Universidade. O ensino das sciencias, especialmente o da medicina, tinha uma feição propria e tão particular, que, para bem se comprehender, importa considerar attentamente os livros que serviam de texto, a distribuição das materias, os exercicios academicos e as provas de estudo e de aproveitamento desde o acto de primeira tentativa até

[1] Havendo algumas pessoas de tanta eminencia, ou esperanças, habilidade, e partes, que convenha á Universidade fazer-lhe *conducta*, podel-a-ha fazer. (*Est. Velhos da Univ.*, liv. 3.º, tit. 5.º, § 39.)

A primeira pensão annual do conductario era ordinariamente de 30$000 réis; elevava-se a 40$000 réis passado tempo, e por fim chegava a 60$000 réis com o privilegio de lente.

ás *vesperias*, que precediam os ultimos graus. A apreciação de todos estes pontos, e a do systema resultante da sua mutua relação directamente nos conduz ao fim a que nos propomos.

Quando examinamos as materias, cuja leitura constituia o curso completo de Medicina, e inquirimos a relação de ordem ou dependencia que entre si guardavam, antolha-se-nos a confusão, a mistura informe de doutrinas desconnexas, escolhidas ao acaso e distribuidas perfunctoriamente. Dos livros de Galeno, Hippocrates, Razi e Avicena se extrahiam os textos para as lições; os professores explicavam as materias que o estatuto assignava ás suas respectivas cadeiras; tal era porém a disposição da lei sobre as materias assignadas, que o curso completo das leituras durava na cadeira de prima seis, e nas outras cinco annos. Decorrido este espaço de tempo, voltava-se ao ponto inicial; repetiam-se as mesmas lições, percorria-se o mesmo circuito. Cada professor fazia o seu gyro isolado, e sem relação com os outros, na orbita da sua cadeira. Não havia precedencias reguladas pelos annos de estudo. Os alumnos assistiam de manhã e de tarde ás lições em todas as aulas, servia para todos a mesma doutrina, ouvida indistinctamente em qualquer tempo do curso. Cada um seguia a explicação do professor desde o ponto em que a apanhava; e assim se revolviam todos naquelle turbilhão de desordenada sciencia até completarem seis annos de assistencia nos seis cursos da Faculdade.

Tal era o aspecto geral do labyrintho, em cujos rodeios se ministrava o ensino sobre a arte de curar. Exploremos-lhe agora as particularidades, e comecemos por saber as materias professadas em cada uma das cadeiras.

Á cadeira de prima, regida pelo mais antigo doutor da Faculdade, competiam materias que se liam em curso de seis annos. Explicavam-se nos tres primeiros o *Tegne*[1] de Galeno e os livros

[1] Entre as cem obras authenticas, escriptas pelo medico Galeno, figura em o n.º 50 a — Τέχνη ἰατρικὴ (que em grego moderno depois da tomada de Constantinopola pelos turcos em 1453 se pronuncía — Τεχνι ιατρικι — dando-se ao η o valor de i), e é — *a arte da Medicina.*

Encerra um compendio completo de Therapeutica, antigamente introduzido em todas as escholas de tal modo que não se dava licença a ninguem para curar sem primeiro ter dado provas de que estava prompto para explicar todos os pontos da doutrina d'este compendio. Na edade media era

De locis affectis: destinava-se um anno para os livros *De morbo* e outro para os dous *De differentiis febrium.* Os tres livros *De simplicibus* rematavam o curso no sexto anno.

Na cadeira de vespera era o curso de cinco annos. *Os Aphorismos* de Hippocrates davam materia para dous annos. No terceiro explicava-se o *Nono ad Almansorem* [1]. Continuava nos dous immediatos o texto hippocratico nos livros *De ratione victus, Epidemias* e *Prognostico.*

De cinco annos era tambem o curso na cadeira de tertia ou de Avicena; nos tres primeiros lia-se a *Fen prima quarti, e quarta primi;* nos dous restantes a *Fen prima primi, e secunda primi* [2].

citado com os titulos de — *Tegnum, Microtegnum,* ou *Microtechnum* de Galleno. Este compendio foi objecto de innumeraveis commentarios.

Devo esta nota ao nosso insigne hellenista, o sr. Antonio Ignacio Coelho de Moraes, professor de grego no lyceu de Coimbra. Aqui lhe confesso o meu reconhecimento.

Entre os muitos commentadores do *Tegne* deve contar-se, segundo affirma Barbosa na *Bibliotheca Lusitana,* o papa portuguez João XXI, que foi medico, e cujas obras se divulgaram com o nome de Pedro Hispano.

[1] Razi ou Rhazes, medico arabe; viveu pelos fins do seculo IX e principios do X da era christã.

Compoz e offereceu ao califa Almansor um tractado de medicina. É o livro nono d'esta obra que se lia na cadeira de vespera. Segundo uma bella edição da traducção latina, impressa em caracteres gothicos, e existente na bibliotheca da Faculdade de Medicina a inscripção do livro nono é a seguinte:

Liber nonus, de sanguine per os emisso tractans, in duo dividitur capitula, quorum primum est de modis, causis, signis sive accidentibus, pronosticatione sanguinis emissi per os. Capitulum secundum est de cura sanguinis missi per os.

É um commentario aos aphorismos de Hippocrates e ás opiniões de Galeno e outros sobre o prognostico e therapeutica do esputo e vomito sanguineo.

[2] Os quatro livros primeiros das obras de Avicena estão divididos em certo numero de *Fen,* e cada Fen em tractados, e estes em capitulos. As doutrinas que se mandavam ensinar eram as seguintes:

Fen primi quarti

Tracta das febres em quatro tractados.

1.° da febre ephemera. Occupa 44 capitulos com as generalidades e especialidades pathologicas e therapeuticas da febre ephemera, notando vinte e quatro especies causadas por angustia, tristeza, cogitação, ira, somno, vigilia, temor, fome, sede, frio, calor, etc. etc.

2.° das febres putridas. Contém 69 capitulos sobre generalidades e espe-

Na cadeira de noa, chamada tambem de anatomia, percorriam-se em cinco annos os dezesete livros de Galeno *De usu partium*. O professor era obrigado a dar duas lições de cirurgia por semana, *e a fazer anatomia de membros particulares, seis vezes cada anno, e tres geraes.*

As obras de Galeno davam ainda materia para os cursos quinquennaes das cadeiras menores. Lia-se na primeira *De crisibus* e *De diebus criticis* em dous annos, e nos tres seguintes *De naturalibus facultatibus, De pulsibus ad tirones,* e *De inaequali intemperie.* Estudavam-se na segunda cathedrilha quatro livros *De methodo medendi, De sanguinis missione* em dous annos. Occupavam-se os tres restantes com os livros *De temperamentis, Arte curativa ad Glauconem,* e o livro *Quos et quando purgare conveniat.*

As prelecções em todas as cadeiras eram diarias; em todas duravam uma hora, excepto na de prima, onde se dilatavam por mais meia hora.

Completavam o quadro do ensino as lições de practica dadas no hospital da cidade sob a direcção dos lentes de prima, de vespera e d'Avicena, a quem por turno competia o serviço da clinica medica no mesmo hospital. A parte cirurgica estava a cargo do lente de anatomia. Na visita pelas enfermarias levava o professor após si a turba dos ouvintes: juncto de cada enfermo explicava de passagem a natureza das doenças e os remedios que mais convinha applicar-lhes. A visita e as consultas dadas aos pobres na casa da

cialidades, considerando extensamente os phenomenos concomitantes e subsequentes a taes febres.

3.º da febre ethica. Tem 11 capitulos.

4.º das febres pestilenciaes, e das que lhes são similhantes, a variola e o sarampão. Tem 20 capitulos.

Fen quarta primi

Tracta da medicação em geral; da evacuação, vomito, ventosas, sangria, etc.

Fen prima primi

Definição e objecto da medicina; dos elementos, da compleição, dos humores, suas partes e origem; dos membros, e aqui tracta especificadamente dos ossos, musculos, nervos, arterias, veias.—Segue tractando das virtudes naturaes e animaes.

Fen secunda primi

Generalidades sobre doenças — causas, ar, estações, mudanças de tempo, ventos, causas refrigerantes, calefacientes, etc.— accidentes e significação dos signaes das doenças.

acceitação duravam pouco mais de tres quartos de hora. Se havia algum doente pobre, que necessitasse ou de mais detida exploração, ou de assistencia domiciliaria, o professor encarregava um dos alumnos adiantados de tomar as devidas informações, e por ellas indicava o tractamento.

Seis annos tinha de frequentar a Faculdade quem nella quizesse formar-se e obter diploma para exercitar a medicina. Era condição indispensavel para a admissão á matricula do primeiro anno o grau de licenciado em artes, ou pelo menos o grau de bacharel e certidão da frequencia exigida para a licenciatura.

Passado o anno de intrancia devia o estudante mostrar que tinha de propriedade sua os livros do texto que os professores explicavam.

Os alumnos no primeiro anno eram obrigados a ouvir as lições nas cadeiras de prima e d'Avicena. Como mostrassem assiduidade na frequencia por espaço de oito mezes, dava-se-lhes o anno por provado, e ficavam habilitados a proseguir nos outros cursos. No segundo e no terceiro anno cansavam-se o corpo e o espirito com a frequencia de sol a sol em todas as aulas da Faculdade. O quarto e quinto anno eram consagrados ás lições das quatro cadeiras grandes e á practica no hospital. No sexto, emfim, só era obrigatoria a assistencia na cadeira de prima e na practica.

O testemunho de dous condiscipulos jurados para declararem a verdade era prova sufficiente para se demonstrar e certificar a frequencia regular nos cursos.

Na entrada do terceiro anno começavam os primeiros exercicios academicos, que de ordinario tinham logar nas quintas feiras e dias feriados não sanctificados. Consistiam na defesa de tres conclusões, escolhidas d'entre as materias explicadas, e contra as quaes argumentavam quatro condiscipulos. Todos eram obrigados, ora arguindo ora defendendo, a esta especie de sabbatinas, presididas e reguladas por um professor.

As provas de aproveitamento, e sobre as quaes recahia votação, começavam depois do terceiro anno por um acto, a que chamavam primeira tentativa. O examinando propunha nove conclusões, revistas e approvadas pelo presidente. Concorriam a argumentar-lhe doutores e bachareis, que julgavam do merecimento do defendente. No fim do quarto anno fazia, pelo mesmo processo, o acto de segunda tentativa, e obtida a approvação ficava tido por *bacharel*

corrente. Seguia-se, concluido o quinto anno, o acto de formatura, effectuado como os precedentes pela apresentação e defesa de conclusões. Depois d'este acto o alumno recebia o grau e podia usar de suas letras; no entretanto para exercer a medicina carecia ainda d'um acto de practica, que tinha logar, passado o sexto anno, sob a forma invariavel de conclusões.

Por este modo se habilitavam e instruiam os alumnos votados á espinhosa missão de cuidarem da saude dos povos. Para os que aspiravam aos ultimos graus academicos cresciam as difficuldades. Alem da residencia obrigatoria em Coimbra e da frequencia na clinica por espaço de tres annos, tinham de argumentar nos actos, e de serem arguidos em differentes disputas, entre as quaes sobresahiam os *quodlibetos*, e o *acto regio* por argumentos em conclusões, e o exame privado, em que se trocava a forma classica de theses pela de pontos, tirados á sorte nos livros de Hippocrates e Galeno. Tal era porém o espirito de controversia que então dominava, que na vespera dos doutoramentos (sob o nome de *vesperias*), e no proprio acto de se conferir o grau eram ainda as disputas elemento indispensavel [1].

Que este vicioso systema de ensino medico attingisse todo o seu desenvolvimento nos derradeiros annos do seculo XVI, cousa é que se comprehende e se explica pelos factos anteriores, pelas

[1] Para que se possa apreciar quam insufficiente era a instrucção medica que se ministrava nas escholas, transcrevemos aqui a opinião de Verney a respeito dos medicos portuguezes.

«Ainda não achei medico portuguez que formasse verdadeira idéa de como «circula o sangue nos vasos, e de que nasce o movimento do coração. Pelo «contrario achei muitos que nem menos sabiam onde estavam as veias. Em «certa casa me achava um dia, em que um medico famoso receitava san-«guesugas no orificio do *podex* para alliviar certas dores de cabeça. Per-«guntei-lhe a razão da receita, e elle com voz magistral respondeu que era «clara, visto que da cabeça até á dicta parte vinham duas veias direitas, «pela qual via se descarregava.» (*Verdadeiro Methodo de estudar*, carta XII, vol. II, pag. 96.)

Citando o testemunho do illustre Verney, não pretendemos inculcar que todos os medicos portuguezes anteriores á Reforma de 1772 fossem de tão supina ignorancia como elle diz. Houve alguns muito instruidos e muito conhecedores da sciencia. O nosso fim é mostrar que o ensino ministrado nas escholas só podia produzir medicos como o tal que receitava sanguesugas no orificio do podex.

circumstancias da epocha e pelo exemplo de extranhos. Era o corollario final da antiga organisação da Universidade, ou, antes, o ultimo termo de progressão das reformas anteriores que com pequenos intervallos se tinham succedido.

O conjuncto de disposições dos Estatutos coadunava-se com o espirito e necessidades do seculo; tendia a apurar ingenhos e a avivar perspicacias, que eram as prendas mais consideradas n'aquella epocha de interminaveis contendas. Demais as Universidades extrangeiras que se tomavam por modelos, e que então se reputavam os oraculos da sabedoria, tinham adoptado o mesmo systema de ensino. O que porém se torna incomprehensivel, e excita espanto, é que nos reinados de D. Pedro II e de D. João V se proseguisse no mesmo systema, incompativel com o adiantamento da sciencia, e desacreditado pelos resultados practicos.

Tudo alli conspirava para embrulhar e confundir os alumnos, em vez de lhes facilitar a comprehensão das verdades scientificas.

A primeira causa de confusão estava no enredado e abstruso artificio dos cursos que faziam os professores, sempre em desaccordo com as habilitações dos discipulos. Os ramos da sciencia, em vez de conservarem entre si uma relação methodica e natural, como partes do mesmo tronco, e de modo a concorrerem para um dado fim, achavam-se, pelo contrario, desligados, interrompidos, formando um todo cahotico e incomprehensivel. Fiel pintura da confusão escholar é a que nos dá um escripto coevo [1] pelas seguintes palavras: «A ordem das lições dos tractados era só fixa «para os lentes, mas incerta e varia para os estudantes. Uns «ouviam no principio as lições dos tractados que deviam ouvir-se «no meio do tempo, e no fim do curso medico; e pelo contrario «outros ouviam no meio e no fim aquelles tractados, que deviam «preceder conforme a ordem natural das partes, de que se com«põe a Medicina. Por este modo cortava-se o fio das materias; «destruia-se a uniformidade do ensino; estabelecia-se uma con«fusão de estudos, tumultuaria e perplexa, e privavam-se os es«tudantes da utilidade de poderem conferir entre si pela diversi«dade das materias que aprendiam.»

Os livros, que ainda meado o seculo XVIII serviam para texto das lições, eram outra causa de confusão e de atrazo.

[1] *Compendio Historico*, part. II, cap. III, § 72.

Quando por toda a parte se trabalhava no adiantamento das sciencias, quando a physica e a historia natural, alongando seus dominios, auxiliavam a constituição de novas theorias medicas, e enriqueciam a pharmacologia com innumeraveis productos d'alem-mar, Portugal, que arrombara as portas do Oriente, e mostrara á Europa as maravilhas de mundos nunca d'antes conhecidos, conservava o ensino medico adstricto aos livros, e subjugado ás opiniões de antiquissimos escriptores. Desde os preparatorios até ao ultimo anno da formatura, não esclarecia a mocidade portugueza um raio de luz da sciencia moderna.

Para adquirir instrucção preparatoria e auxiliar da Medicina passava o alumno tres annos e meio nas escholas menores a estudar os livros de Aristoteles e os de seus commentadores. Os estatutos designavam pelos titulos competentes os livros do philosopho stagirita e a ordem das leituras nos differentes cursos. Tudo se resumia no ensino da logica, da metaphysica e da physica. Mas os jesuitas, que tinham a seu cargo as escholas menores no collegio das artes[1], explicavam aquellas disciplinas, seguindo unicamente as doutrinas e o desenvolvimento dos seus proprios commentadores. Consumiam o tempo, e moíam a paciencia dos ouvintes, discursando sobre os *Universaes*[2]. A prestancia e a supremacia do syllogismo davam materia para largas prelecções, e as idéas philosophicas de Bacon e de Locke nem para se refutarem eram chamadas á discussão. Evitavam-se como suspeitas de atheismo, por serem de origem protestante. O que porém redundava em mais grave detrimento para o ensino era a conservação da physica dos quatro elementos, e a pertinacia com que os jesuitas defendiam os erros aristotelicos. Commettiam evidentemente um attentado contra o progresso scientifico e contra a verdade; mas sustentavam a coherencia que evitava embates e discrepancias entre a physica e a Medicina. As doutrinas medicas, que se ensinavam na Universidade, pediam aquella physica, para que houvesse

[1] A direcção dos jesuitas nas escholas do collegio das artes acabou em 1759, ainda antes da extincção da companhia.

[2] Sobre os Universaes ou Predicaveis de Porphirio, sobre os Predicamentos, Perihermenias, Topicos, Elencos, etc. veja-se a *Historia da Philosophia em Portugal*, por J. J. Lopes Praça.

Sobre a utilidade, ou, melhor, inutilidade das materias ensinadas pelos jesuitas nos cursos de artes durante o seculo XVIII veja-se o *Verdadeiro Methodo de estudar* por Verney, carta VIII e seguintes.

harmonia entre os quatro humores e os quatro elementos e as quatro qualidades elementares em todos os graus de possivel combinação.

Galeno e as velhas theorias dos humores tinham o primeiro logar no ensino. A auctoridade do medico de Pergamo obtivera tal predominio, que a leitura das suas obras era o texto exclusivo em quatro das seis cadeiras da Faculdade, na de prima e noa, e nas duas cathedrilhas. Os livros de Hippocrates, na cadeira de vespera, e com especialidade os do prognostico, podiam concorrer para desanuviar os espiritos das frivolas especulações, e indicar-lhes o verdadeiro caminho na observação da natureza; quando porém se conseguissem estes bons effeitos, seriam logo contrariados pelas subtilezas e minucias [1] arabigas na cadeira de Avicena.

Para o estudo da anatomia faziam-se no hospital nove dissecções em carneiros, e liam-se nas aulas os livros de Galeno *De usu partium*, e a *Fen* primeira do primeiro livro de Avicena. Nunca houve estabelecimento ou casa especial com accommodações e utensilios necessarios para os trabalhos de dissecção e de observação medica. Ensinava-se theoricamente uma sciencia toda fundada na practica. Quem attender á constituição da Universidade, ao regimen uniforme das quatro Faculdades maiores, ás prerogativas, costumes e prejuizos do tempo, achará a razão por que a Universidade de Coimbra não possuia um, sequer pequenino, gabinete de sciencias naturaes. Ella, a opulenta, sempre favorecida pela munificencia real, engrandecida com as grossas rendas do priorado mór de Sancta Cruz, que acudia com avultadas sommas ás faltas do Erario e ás necessidades de abastadas corporações, servia-se para o ensino de seus alumnos da pobreza do hospital da cidade[2]! Alli tinham logar os exercicios clinicos, que consistiam na superficialissima observação dos doentes, feita de passagem e tumultuariamente, e nos apontamentos que dictava o professor quando justificava a appplicação dos remedios.

Os exercicios escholares, instituidos com o louvavel proposito de excitar a emulação entre os alumnos, e de os habituar a dis-

[1] Como specimen das minudencias arabigas basta dizer que Avicena admittia vinte e quatro especies de febre ephemera.

[2] Os tres doutores, lentes de prima, vespera, e Avicena serão obrigados a visitar cada dia o hospital da cidade (em quanto o não ha da Universidade). Est. Velhos, liv. 3.º, tit. 55.º

correr em publico por meio dos certames litterarios, degeneraram em controversias estereis e rixosas. Nenhuma outra causa de decadencia actuou com mais energia para o descredito da eschola medica de Coimbra do que o azedume de taes contendas. Em vez de se tractarem questões scientificas, e de se explorarem os conhecimentos adquiridos, excogitavam-se unicamente argucias capciosas, frivolas subtilezas. A argumentação era enredada, cheia de trocadilhos e de ambiguidades. Ao interrogatorio por perguntas casuisticas respondia o defendente com um chuveiro de distincções. Os modos descompostos e a vosearia substituiam de ordinario a falta de recursos intellectuaes; dardejavam-se dictos picantes, que eram retorquidos com violencia: «Enfurecia-se o presidente, gri-«tavam os arguentes, accendia-se o defendente, todos queriam ter «razão, e como estavam d'ella distantes, nenhum socegava, todos «clamavam, e só vencia quem era mais dextro e subtil em lançar «palavras picantes [1].»

Não aconteciam só entre os estudantes as dissenções e contendas que faziam da aula de Medicina «palestra de discordia e de «incivilidades [2];» os professores davam o pernicioso exemplo de publico escandalo, invectivando-se mutuamente dentro e fóra das aulas. As discordias entre os membros da Faculdade attrahiram reprehensões e censuras em nome de el-rei [3]. Chegou até a applicar-se a pena de suspensão a um professor, para quem não fôra bastante mais brando castigo [4].

[1] *Comp. Hist.* part. II, cap. III, § 97.

[2] Idem part. II, cap. III, § 81.

[3] D. João etc. Mando a vós, Reitor reformador da Universidade, chameis á vossa presença toda a Faculdade de Medicina, e da minha parte advertireis aos lentes e mais pessoas d'ella que vivam em boa sociedade, sem darem occasião a escandalos assim no geral como fóra d'elle, nem murmurem uns dos outros. E constando-vos que algum ou alguns obram o contrario, m'o fareis presente, para mandar ter com elles a demonstração de castigo que fôr servido. Provisão de 5 de março de 1738. L. 4.º dos Registos antigos da Universidade, fl. 316 v.

[4] Em 28 de novembro de 1737 tinha sido reprehendido o conductario com privilegio de lente, dr. Bernardo d'Almeida Torres. Porque não mudou o genio inquieto, nem evitou a discordia entre a Faculdade de Medicina, antes em actos publicos se mostrou violento para com os collegas, veio uma provisão, datada de 31 de maio de 1743, ordenando que o dicto dr. Bernardo d'Almeida Torres fosse suspenso do exercicio de lente. L. 4.º dos Registos antigos, fl. 369 e 389 v.

Que se podia esperar de espiritos eivados de ruins paixões, gastos e cansados de estereis polemicas? O zêlo pela instrucção estava de todo apagado; os mestres ou repetiam as costumadas postillas, ou desamparavam os cursos sob pretexto de que não tinham ouvintes: os discipulos, imbuidos do desleixo geral, desculpavam as faltas nas aulas pela ausencia dos professores [1]. No entretanto, quaesquer que fossem as provas dadas nos actos, a approvação era infallivel. De tão extranho procedimento foi a Faculdade advertida [2]. Baldado foi porém o aviso: nos termos dos exames dos annos seguintes não se acha uma nota de reprovação.

Eis pois o estado do ensino medico da Universidade nos primeiros tres quarteis do seculo passado. Arvore carcomida até á medulla, subsistia ainda erguida pelas escassas reliquias de antigo vigor. Da podridão das raizes já não vinham succos para novas vergonteas, na aridez dos ramos e na secca folhagem murchara a esperança de flor e fructo sazonado. Que restava pois ao tronco annoso, cariado por toda a espessura? Que o sopro da morte o reduzisse ao pó das instituições caducas, e desaffrontasse o terreno para cultura promettedora.

A lisura e a imparcialidade exigem que, antes de passarmos adiante, façamos a seguinte observação.

Não era só em Portugal que as sciencias, e principalmente a Medicina, jaziam em lamentavel desamparo. Desculpam a nossa incuria as adversidades que por espaço quasi de dous seculos nos perseguiram, e adversidades das que assolam profundamente, taes como a successão de quatro mortiferas e duradouras epidemias [3], o flagello de sessenta annos de captiveiro, vinte e oito annos de guerras com Hispanha, e as desavenças internas, que tiveram a sua origem no paço. Coexistiu sempre com estas infelicidades a sanha impla-

[1] *Comp. Hist.* part. II, cap. III, § 96.

[2] E porque fui tambem informado que por mais ignorantes que sejam os estudantes nesta Faculdade (de Medicina), todos são approvados nos actos *Nemine Discrepante*, de que resulta grande prejuizo, fareis outra admoestação aos lentes para que não approvem os estudantes medicos que não forem merecedores de approvação, etc. Citada Provisão de 5 de março de 1738.

[3] Vid. *Memorias de Epidemologia portugueza*, por A. C. Vieira de Meirelles, pag. 45 e seguintes.

cavel da inquisição, praga fatal e damninha, que por si só explica a esterilidade litteraria e scientifica d'aquelles tempos. Em outras nações de maior poderio e grandeza tambem por similhantes, ou por diversos motivos cahiram, pelo mesmo tempo, as sciencias em geral ruina. Salamanca, que no seculo XVI foi a Athenas do occidente, e que até o principio do seculo actual conservou a supremacia do ensino superior em Hispanha, deixou amortecer o fogo sagrado. Escutemos o que nos dizem os historiadores da sua Universidade: «Para dar una idéa «del desgobierno que nos aque-«jaba, bastará decir que sumidos en la escolástica mientras las «ciencias exactas tomabam un vuelo grandioso en Europa y des-«cuidadas las lenguas sábias, llegó á perderse de tal modo la dis-«ciplina académica en el siglo XVII que sobre otros abusos no se «presentaban los estudiantes en la Universidad, sino para matri-«cularse y graduarse, acudiendo los alumnos teólogos a los frai-«les, los legistas a los abogados, los de Medicina á los medicos «particulares y los filosofos á cualquiera que hubiesen saludado la «filosofia en busca de una instruccion insuficiente[1].»—Em **1770** chegou a occasião de se reformarem os estudos salamantinos. No plano de reforma, diz D. A. Vidal y Diaz na sua Memoria sobre a Universidade, a pag. 170, «se conservaban todas las costumbres «antiguas sin conceder nada al adelantamiento de la época, ni tener «en cuenta la mayor ilustracion que ya habia, ni los descubri-«mientos en todos los ramos del humano saber.» Quando o projecto que reformava e melhorava o ensino continha taes defeitos, facilmente se deprehende em que atrazo se achava a Universidade.

A Austria até o meado do seculo decimo oitavo teve os estudos de sciencias e artes em completa apathia. Em relação á Medicina diz um contemporaneo: «La Médecine ne peut se passer de l'Ana-«tomie, de la Chymie ni de la Botanique; ces trois Sciences en «sont la base et le fondement: aucune de trois n'était cultivée à «Vienne. Il n'y avait ni amphithéatre anatomique, ni laboratoire «public de Chymie, ni jardin de plantes où on en fît des démon-

[1] *Reseña Historica de la Universidad de Salamanca*, hecha por los doctores D. M. H. Dávila — D. Salustiano Ruiz — D. S. D. Madrazo, pagg. 61 e 62.

Vejam-se as causas da decadencia na *Memoria Historica de la Universidad de Salamanca*, por D. Alejandro Vidal e Diaz, cap. v, pagg. 125 e 126.

«strations. La Chirurgie, cette autre branche de la Médecine, n'é-«tait pas en meilleur état; elle n'avait ni préparations anato-«miques, ni instrumens[1].» Obviou a todas estas necessidades o Barão Van Swieten, chamado em 1745 pela imperatriz Maria Thereza para reanimar e dirigir as letras em seus estados.

A propria França, onde pelos esforços de iniciativa particular vemos dilatar-se e aperfeiçoar-se o conhecimento das sciencias medicas, no ensino publico permaneceu, até á epocha da revolução, adstricta ao antigo regimen universitario, que a muitos respeitos se coadunava com os velhos estatutos da nossa Universidade.

Foi na Italia, no norte da Allemanha e na Inglaterra, aonde nos dous seculos que antecederam o actual se concentrou toda a actividade scientifica, e donde irradiou a serie progressiva de brilhantes descobertas em todos os ramos do saber humano. As escholas de Medicina que alli floresceram, a influencia que tiveram no adiantamento das sciencias, e os resultados a que chegaram no desenlace dos problemas da philosophia medica, serão o assumpto da segunda parte d'este discurso, para que a comparação entre a rotina e o progresso nos faça melhor sentir o que foi e o que devera ter sido o ensino medico da Universidade.

[1] Éloge de Mr. Le Baron Van Swieten no principio do vol. v do *Commentaria in Hermani Boerhaave aphorismos.*

II

Do desenvolvimento dos systemas medicos e dos progressos da Medicina em geral desde os fins do seculo XVII até 1770

O movimento scientifico, inaugurado e proseguido na Italia durante o seculo XVII, exercera notavel predominio no desenvolvimento intellectual da Europa. Os progressos da physica, principalmente, haviam dilatado a esphera dos conhecimentos exactos, e produzido novos ramos de sciencia, cuja utilidade real a industria demonstrava em applicações quotidianas. Por seu lado a Inglaterra tambem pelo mesmo tempo se empenhara no adiantamento das sciencias, seguindo o methodo experimental. Tão felizes resultados colhera de seus esforços, que, ao findar o seculo, não só lhe competia o primado nas sciencias de observação, mas até o disputava nos dominios da philosophia ás nações continentaes. D'este lidar incessante nasceu o vivo clarão que havia de illuminar as sciencias, e caracterisar o espirito do seculo immediato.

A Medicina, que em todas as epochas fôra sempre influenciada, e algumas vezes subjugada, ou pelas sciencias physicas, ou pelas seitas da philosophia especulativa, estava nos fins do seculo decimo septimo e principios do decimo oitavo, em apropriada conjunctura para melhoramentos e reformas. Os numerosos inventos nas sciencias auxiliares, as descobertas anatomicas e physiologicas, as observações pathologicas das ultimas epidemias, e os productos do novo mundo, com que se tinha enriquecido a materia medica, jaziam em lembrança nos livros de Medicina como factos isolados, inconciliaveis com os systemas dominantes.

As theorias chimicas, fundadas na effervescencia, cocção e fermentação dos humores, ou nas misturas e combinações salinas e

sulfurosas, alem de carecerem de demonstração nos principios, o que as tornava inadmissiveis, julgavam-se, havia muito, insufficientes para a explicação dos phenomenos physiologicos e pathologicos. Coordenar pois os factos, analysar a sua relação, e estabelecer sobre novos fundamentos as theorias da sciencia, eram problemas que instavam por solução, e que offereciam largo estadio para se distinguirem ingenhos.

*
* *

Os animistas entraram resolutos na liça. Desprendendo-se das condições physicas dos movimentos organicos, que consideravam effeitos d'uma causa superior, e elevando-se ao conhecimento d'essa actividade primordial, que determina e regula a successão dos phenomenos, concluiram, com mais ruido e violencia do que solidas razões, que a alma humana é o agente motor da economia e a causa efficiente de todas as acções vitaes. Esta conclusão a respeito dos actos physiologicos, inspirada pela philosophia de Descartes, serviu de base á pathologia e á therapeutica animista. Stahl, o fundador do systema, tinha observado como muitos medicos desde Hippocrates, que na resistencia ás causas morbificas e no restabelecimento á saude, se davam taes e tão bem combinadas operações, que evidentemente accusavam a existencia e influxo d'uma força intelligente. A natureza, força conservadora ou medicatriz dos antigos, considerada, como elles a suppunham, destituida de intelligencia, parecia-lhe insufficiente para a explicação dos factos; e como nada lhe indicava que o organismo fosse solicitado por outras forças intellectuaes, differentes das da alma racional, acabou por subordinar os phenomenos pathologicos ao mesmo principio que, a seu ver, regulava os physiologicos.

Segundo a doutrina de Stahl a actividade da alma é independente de qualquer acção corporea: exerce-se por sua propria intelligencia; quando porém os agentes exteriores modificam a economia, e destroem o equilibrio funccional, a alma, tomando então conhecimento da influencia das causas extranhas, excita movimentos para as repellir e para compellir os orgãos ao seu exercicio natural. D'este pensamento, que na generalidade abrange toda a pathologia stahliana, decorre a therapeutica correspondente. Visto que a alma tira da sua propria actividade intelli-

gencia para dirigir e força para executar, cumpre ao medico não perturbar com remedios energicos a marcha da doença. Por tanto abstenção de applicações perturbadoras, expectação e confiança na autocracia interior, constituiam os pontos cardiaes da therapeutica animista.

O animismo assim concebido tinha em si um vacuo immenso, deixava muito a desejar. Quando da alma, agente primordial, se descia para os phenomenos do organismo, ou por ordem inversa se retrocedia dos mesmos phenomenos até á alma, um abysmo insondavel interrompia a serie dos factos. O nexo entre a actividade d'uma força espiritual e a sua influencia na materia escapava a todos os esforços da comprehensão. Dava-se como demonstrado o que era hypothetico e de conjectura. D'aqui procedeu que para encobrir o fraco do systema adoptou Stahl e a sua eschola um tom imperativo e dogmatico, improprio da occasião em que o pensamento se desprendia dos laços da auctoridade. Contrariavam porém directamente o animismo os sectarios de Bacon e Locke, para quem as forças hypotheticas, invocadas na resolução dos problemas scientificos, eram uma especie de *Deus ex machina*, arbitrario em principio e esteril nos resultados. Argumentavam com as recentes descobertas em optica e hydraulica, que todas tinham procedido da observação e da experiencia, e não de principios *a priori*. Mal podia pois progredir o animismo, quando os espiritos, cansados de vãs especulações, achavam na physica experimental a demonstração palpavel de verdades, que promettiam ás theorias medicas fundamento inalteravel. No entretanto na Allemanha por muito tempo vogaram as doutrinas de Stahl e de seus successores. Cabe-lhes a gloria de terem observado os doentes com todo o escrupulo e attenção, e de notarem muitas particularidades que debalde se procuram nos escriptos de outros medicos. Alem d'isso a tenacidade com que sustentaram a defesa dos seus principios, suscitou accurado estudo das forças vivas. Prepararam, e anteciparam talvez, o conhecimento claro da irritabilidade, e foram os medianeiros entre a concepção ideal de Glisson e a realidade demonstrada por Haller [1].

[1] Stahl expoz a doutrina do animismo na sua obra *Theoria medica vera*, mas escreveu-a de modo, que se não comprehende facilmente. Acha-se a mesma doutrina tractada com lucidez no epitome de medicina de Juncker — *Conspectus medicinae theorico-practicae*. Halae 1734.

*
* *

A massa sanguinea tinha sido o campo de operações do humorismo. Depois da descoberta da circulação as theorias estabelecidas na actividade dos humores foram em progressiva decadencia. Ao passo que se estudavam as condições do movimento do sangue, comparavam-se os factos physiologicos com o que se conhecia da hydraulica. Averiguou-se portanto que a disposição, calibre, angulos e curvaturas dos vasos modificam a corrente sanguinea, similhantemente ao que acontece num systema de canaes inertes, percorridos por um liquido. A confrontação deixava presumir que o sangue não tinha em si a causa do proprio movimento, e que, pelo contrario, era passivo e solicitado pelos vasos. Acabaram porém de elucidar o ponto os estudos experimentaes sobre os movimentos cardiacos. Numerosos trabalhos, instituidos com o proposito de se conhecer o mechanismo e força do coração, evidenciaram ser elle o agente principal do movimento circulatorio. Desde logo foi o sangue despojado das prerogativas de actividade, de que até então gosara; as paredes vasculares assumiram nova importancia, e os alicerces do solidismo tomaram assim fundamento sobre as ruinas do systema contrario.

A physiologia, cedendo ao impulso das sciencias auxiliares, procurou tambem nas mathematicas a precisão e a certeza que davam realce á physica. Mas a applicação do calculo falhou muitas vezes, e noutras conduziu a resultados absurdos por se não tomarem devidamente as differenças entre os problemas physicos e os physiologicos. As difficuldades, que a cada momento embaraçavam o emprego das mathematicas no estudo da dynamica vital, entretiveram por muito tempo os estudiosos em lucta pertinaz contra obstaculos invenciveis; donde resultou desviarem-se as attenções da verdadeira direcção experimental, e restringir-se o conhecimento das acções organicas ao que simplesmente podia apreciar-se pela severa estimativa de conto, peso e medida. No entretanto a apreciação dos actos vitaes á luz da mathematica não foi de todo infructuosa. Apuraram-se muitas particularidades sobre movimentos, e a mechanica animal ficou desde então estudada, para o que muito concorreram os trabalhos de Borelli.

A physiologia iatromathematica estava constituida; e, emquanto

Bernouilli a não submettia ás ultimas operações do calculo, ministrava auxilio para se explicarem pelas leis da mechanica os factos pathologicos e therapeuticos. Segundo a nova doutrina o exercicio funccional depende dos solidos, a cujos movimentos obedecem os liquidos. Ora, assim como as theorias physiologicas, fundadas na distillação, effervescencia e precipitação dos humores, se tinham substituido por principios de mechanica, em que se attendia á quantidade, grandeza, relação e forma dos orgãos, do mesmo modo devia cessar em pathologia a acrimonia dos acidos e alcalis, donde os iatrochimicos derivavam as affecções morbidas, para se edificar a pathogenia na constricção e relaxação da fibra. Parecia renovar-se a eschola dos antigos methodistas; mas a verdade é que ella só emprestava os nomes; entre as idéas fundamentaes d'aquella eschola e as que deram origem ao systema iatromathematico, existem differenças capitaes. Reflectiram-se pois nos outros ramos das sciencias medicas as mudanças operadas na physiologia, e á luz dos principios recebidos e imitados da physica tomaram feição nova a pathologia e a therapeutica, e com ella ficou theoricamente estabelecido o systema iatromechanico. Restava submetter a theoria aos dictames da practica, de cuja sancção pende o valimento e a auctoridade das doutrinas medicas. Similhante empreza demandava os esforços de grande talento, robustecido pelo estudo e pelos desenganos da experiencia. Ao insigne professor Frederico Hoffmann estava reservada a gloria de aperfeiçoar e acreditar na praxe o systema, que, combinado com o de Stahl, havia de produzir em breve completa revolução nas sciencias medicas.

Hoffmann deduziu toda a pathologia e therapeutica das modificações dos solidos; na sua opinião *só o spasmo e a simples atonia* subverte e arruina toda a economia vital, confundindo e pervertendo o movimento do sangue e dos outros fluidos. As causas morbigenas actuam de preferencia nos orgãos dotados de movimento e sentimento [1]. Não ha dôr, inflammação, spasmo, paralysia de movimento ou de sentimento, febre, ou excrecção de humor em que os solidos não sejam interessados. A acção dos medica-

[1] Universa pathologia longé rectius atque facilius ex vitio motuum microcosmicorum in solidis, quam ex variis affectionibus vitiosorum humorum, deduci atque explicari possit.

Hoff. *Med. Rat. systematica*, T. 3, cap. IV, § 46, Sectio 1.ª, edição de Genova 1748, vol. I, pag. 308.

mentos exerce-se nas partes solidas alterando ou moderando os movimentos, e não corrigindo a crase e intemperie dos liquidos, como pretendiam os humoristas [1]. Eis em breve palavras, e como seu auctor o definiu, o credo do systema iatromechanico.

Na Universidade de Halle, onde Hoffmann professava, junctamente com Stahl, por muito tempo disputaram primazias animistas e solidistas. A auctoridade de Hoffmann, como practico abalisado, os factos clinicos, com que esclareceu e comprovou a sua doutrina, e a simplicidade do systema, attrahiram a attenção dos medicos, e recrutaram proselytos dentro e fóra da Allemanha. A Inglaterra e a Italia acolheram benignamente os trabalhos de Hoffmann; não lhes faltaram adhesões em França, onde predominava a Medicina iatrochimica; e mais prospera ventura lhes correria, se Boerhaave, de quem vamos fallar, não illuminasse com tanto brilho a eschola de Leyde.

*
* *

A revolução que se operava nas sciencias medicas encontrou no eclectismo um obstaculo, que lhe reprimiu os impetos e moderou os passos. Muitos escriptores do seculo decimo septimo, não tanto por espirito de seita quanto por bom senso e prudencia, tinham evitado o exclusivismo dos systemas, e adoptaram em theoria o que parecia conformar-se melhor com a practica. Estes esforços conciliadores nem influiram no movimento scientifico, nem a historia os recommenda como feitos assignalados. Ao começar, porém, o seculo decimo oitavo, uma só intelligencia, abrangendo em sua vasta comprehensão inteiro conhecimento do passado e profundo estudo do presente, ergue-se para sustentar o eclectismo medico, e gravar nos fastos da sciencia o nome immorredouro de Boerhaave.

Os ultimos sectarios da eschola hippocratica tinham prestado tão importantes serviços á sciencia e á humanidade, que, embora contrariassem as exigencias e aspirações dos systemas, eram todavia acatados, e serviam de modelo na praxe. O humorismo, apezar de muito decahido, era comtudo o repositorio accumulado em quatorze seculos, donde mais promptos recursos sahiam para se obviar ás necessidades clinicas. A demonstração pelos processos physicos e a precisão inculcada pelos iatromathematicos calavam no espirito

[1] Ibidem.

como verdades incontroversas, e impunham-se não só pelo que eram, como pelo que promettiam. Havia pois no dominio exclusivo de cada systema alguma cousa aproveitavel e de utilidade real para a arte de curar. Boerhaave, espirito methodico e organisador, contemplando o movimento geral das escholas e o embate das opiniões, e sentindo a conveniencia de se coordenarem as verdades scientificas sem prejuizo das idéas fundamentaes dos systemas vigentes, concebeu o plano de congregar num corpo de doutrina factos e theorias de procedencia diversa, que por qualquer modo esclarecessem o curativo das enfermidades. Reunir elementos contrarios, estabelecer concordancia entre idéas oppostas, empreza era de tanta ou maior difficuldade, do que a de architectar em estreita base systematica o edificio das sciencias medicas. As difficuldades domaram-se, e o plano concebido foi executado. Do desempenho da obra poderá julgar-se não tanto pela admiração dos contemporaneos, quanto pela influencia coercitiva na revolução, que fermentava nas escholas havia quasi um seculo. Leyde, onde Boerhaave professava, celebre pela Universidade, que fôra o premio de heroicos feitos de armas [1], tornou-se então o centro para onde convergiram as attenções medicas de toda a Europa.

Nas duas obras primas, *Instituições* e *Aphorismos*, houve-se Boerhaave mais como medico do que como philosopho. Sacrificou a coherencia e a uniformidade dos principios ás conveniencias da practica. As theorias mechanicas mereceram-lhe especial consideração; serviram-lhe porém para explicar o que só podia entrar no dominio da mechanica. Se via que pelas combinações ficavam melhor explicados os phenomenos, invocava o auxilio da chimica, de que foi strenuo cultor. Cingiu-se á apreciação dos factos, e coordenou-os sem se elevar ás regiões das causas finaes para achar um principio unico e invariavel que resumisse em si a razão dos phenomenos vitaes. N'este particular ficou áquem dos seus mais notaveis contemporaneos, e por isso ainda hoje se lhe extranha que empre-

[1] Os de Leyde, cercados pelos hispanhoes em 1574, e intimados para se renderem, responderam: — Não espereis tal em quanto ouvirdes aqui ladrar um cão. E se até este nos faltar para alimento, mataremos a fome devorando o braço esquerdo, e servir-nos-hemos do direito para pelejar. — Em recompensa da heroica resistencia que oppozeram aos hispanhoes obtiveram uma Universidade. Veja-se Cantu — *Hist. Univ.*, vol. VIII, pag. 84, edição de Bruxellas.

gasse o seu talento immenso mais em organisar o passado do que em explorar o futuro [1].

Outras obras concorreram para se ampliar a reputação e fortalecer o prestigio de Boerhaave. A chimica e a botanica mereceram-lhe particulares desvelos: uma e outra professou com muito credito, e de ambas deixou escriptos de valioso merecimento. Notavel é tambem a excellente obra sobre o methodo do estudo medico, cujas indicações foram muito attendidas nas reformas de estudos superiores em diversas nações. O ensino medico, instituido em Portugal e na Universidade de Coimbra pela restauração dos estudos em 1772, foi em grande parte inspirado pelas idéas de Boerhaave. Comprehende-se que tantos e tão assignalados serviços ás sciencias, quer nos laboratorios e hospitaes, quer no professorado e na correspondencia com os sabios da Europa, levantassem um dique resistente contra a revolução que tendia a aniquilar as tradições do passado, para dar á Medicina nova constituição sobre novas bases. Se o braço vigoroso do mestre pôde conter o impeto insoffrido das escholas, o auxilio dos discipulos e commentadores corroboraram o exito da obra. Van Swieten e Haller, commentadores dos livros de Boerhaave, augmentaram-lhes a importancia, e prolongaram-lhes a influencia.

Tal foi em geral a evolução dos systemas medicos na primeira metade do seculo decimo oitavo. A discussão sobre principios e idéas fundamentaes entreteve então os espiritos muito mais do que a observação e estudo dos factos particulares. Appareceram todavia pelo mesmo tempo algumas obras sobre os diversos ramos de Medicina, que muito concorreram para o adiantamento da sciencia. Merecem particular menção as producções de Morgagni, Santorini, Winslow, Le Cat, Haller e Albinus em anatomia e physiologia, as de Sauvages em nosologia, a qual pela primeira vez se mostrou sob forma scientifica. A cirurgia e a arte obstetricia tiveram a muitos respeitos consideraveis aperfeiçoamentos; e a hygiene, principalmente o que pertence á bromatologia, foi estudada com bastante attenção. Nos vinte annos que decorreram desde o meado do seculo até se dar principio á Reforma da nossa Universidade,

[1] Veja-se a critica profunda e severa, feita a Boerhaave por Trousseau e Pidoux nas primeiras paginas da notavel introducção ao *Tractado de Materia Medica e Therapeutica*.

a Medicina assume direcção e phase diversa. Entra no periodo de elaboração preparatoria e indispensavel, donde veremos sahir a revolução e novos systemas, precursores do movimento e do progresso da actualidade.

*
* *

As escholas de Leyde e Halle tinham chegado ao apogeo da sua gloria. Depois da morte de Boerhaave e de Hoffmann, eram astros que caminhavam para o occaso, vendo surgir no oriente esplendores de nova luz. Gottinga na Allemanha e Edimburgo na Escossia accendiam o facho que havia de purificar a sciencia, e servir-lhe de pharol no caminho do progresso. Haller, o mais distincto ouvinte que teve o professorado de Boerhaave, depois de illustrar com sabios commentarios as obras do grande mestre, emprehendeu trabalhos originaes, donde procederam as descobertas que immortalisaram seu nome. Em primeiro logar a anatomia deteve-o em aturado estudo. Corrigiu erros que inconsideradamente passavam d'umas para outras obras de Medicina [1]; aperfeiçoou a anatomia humana, ampliou os limites da comparada; investigou com toda a minuciosidade a composição e estructura dos orgãos, lançou fundamentos á anatomia geral [2]. Proseguindo

[1] Ainda então se designavam por membranas nervosas muitos orgãos fibrosos, onde com o escalpello se não descobre nervo. Haller demonstrou lucidamente que o periosteo, ligamentos e membranas fibrosas não são de natureza nervosa. Sobre as propriedades physicas dos nervos fallavam os contemporaneos como quem nunca tinha visto aquelles orgãos. Deu-lhes Haller claro conhecimento das verdadeiras propriedades. Excitou com o seu exemplo a que se estudasse a anatomia no cadaver, o que muito concorreu para o adiantamento que desde logo teve aquella sciencia.

Na introducção aos *Elementos de Physiologia* na primeira edição de Napoles diz Antonio Montano, professor de Medicina em Pisa, amigo particular de Haller — *quadringenta etiam hominum cadavera propria manu dissecuit, et viginti adnotationum anatomicarum volumina patienter conscripsit.* — Sendo hoje incomparavelmente muito mais frequentes do que no tempo de Haller os trabalhos de dissecção, raro se achará, apezar d'isso, quem tenha dissecado em dezeseis annos quatrocentos cadaveres.

[2] Conforme se não achará esta asserção com o dizer dos escriptores que têm historiado o desenvolvimento e progressos da anatomia; mas quem attender ao modo por que Haller tracta das propriedades do tecido cellular, musculos, nervos e vasos, terá o desengano de que a anatomia dos systemas organicos lhe deve os fundamentos.

depois em profundar o estudo das sciencias medicas, ergue arrojado vôo, devassa por methodos experimentaes de sua invenção o que se passa no interior do organismo, e reforma a physiologia. Em 1747 publicou as primeiras linhas d'esta sciencia, preludio notavel da grande obra em que mais tarde se havia de occupar. Alli patenteou a idéa, que muito havia o dominava, de que as forças vivas, principalmente a muscular, eram cousa differente do que se conhecia na physica[1]. Cinco annos mais tarde, em 1752, a sociedade de Gottinga examinava o relatorio e apreciava o resultado de cento e noventa experiencias, por onde Haller evidenciava que a irritabilidade e a acção nervosa são apanagio exclusivo dos orgãos da economia[2]. Era a proclamação do principio fecundo, com que o reformador da physiologia inaugurava uma nova epocha para a Medicina.

Por toda a parte se viu então insolita actividade em trabalhos de physiologia experimental. Certificam uns, contestam outros a legitimidade das conclusões deduzidas por Haller. A resistencia dos adversarios obriga a novos esforços; repetem-se as experiencias, modificam-se os methodos e processos, interpretam-se os factos á luz da rigorosa critica, e d'este certame afanoso sahe emfim ratificado o principio de que a irritabilidade é uma força insita, privativa dos corpos vivos, ingenita sómente *in solido vivo*. Haller extrema com muita clareza a contractilidade physica da irritabilidade; e do mesmo modo considera esta inteiramente distincta da sensibilidade. Circumscreve ao musculo a posse da irritabilidade, e limita ao nervo a da sensibilidade[3]. Convencido de que a nenhuns outros orgãos pertencem aquellas propriedades, prosegue no seu estudo, inquirindo primeiro com muita individuação todas as condições intrinsecas e as circumstancias extrinsecas que podem tornar o musculo mais ou menos irritavel. Profundou tanto nesta materia, que pouco deixou a excavar aos physiologistas de ha um

[1] Musculus triplex vis ad minimum insidet. Prima mortua. Altera, quam diximus insitam, per sua phoenomena diversa... denique soli musculari fibræ propria, in nulla alia corporis humani parte cum his, quas enumeravi, dotibus reperitur. Haller — *Primae Lineae Physiologiae*, cap. XI, § CCCC.

Hæc vis ab omni alia hactenus cognita proprietate corporum diversa et nova est. Ibidem, § CCCCII.

[2] Kurt Sprengel. — *Histoire de la Médecine*, tom. V, pag. 322.

[3] Sola fibra muscularis contrahitur vi viva; sentit solus nervus, et quae nervos acceperunt, animalis partes.

Hal. *Elementa Physiologiae*, lib. XI, Sect. 2.ª, § 10.

seculo. Com egual applicação investiga as propriedades dos nervos e a acção nervosa; combate os erros dos iatromechanicos, e amplia a sciencia com a descoberta de novas verdades. Depois de porfiada contenda com adversarios respeitaveis, taes como Hamberger, Bianchi e Roberto Whytt, tendo apreciado pela experiencia a acção de todos os orgãos e apparelhos, entregou á estampa a sua obra monumental *Elementa Physiologiae,* fructo de aturado estudo e profundo saber.

Applicar á pathologia, materia medica e therapeutica o principio da irritabilidade de Haller, reformar a Medicina pelo conhecimento claro e bem definido, como então estava, das forças vivas, era a consequencia necessaria das verdades apuradas no longo debate physiologico. Cullen apparece opportunamente nas cadeiras de Edimburgo para continuar a revolução proclamada em Gottinga. Quarenta annos de practica, vasto conhecimento da medicina, espirito recto e intelligencia não vulgar são predicados que conferem a Cullen o posto da vanguarda na propaganda das novas doutrinas. Desempenhou convicto a missão que se impozera. Firmou a conquista dos principios physiologicos, nelles edificou a pathologia, a materia medica e a therapeutica, diffundindo por este modo a luz da nova era que alvorecera em Haller. As suas obras foram publicadas depois de concluida a Reforma da Universidade de Coimbra em 1772. Não cabe por tanto neste logar, conforme o plano que traçámos, apreciar o merito e a importancia que tiveram. Fallaremos noutra parte d'esta memoria da influencia que exerceram em Portugal.

Emquanto se debatia, e aperfeiçoava o conhecimento e applicação dos principios physiologicos de Haller, muitos trabalhos de incontestavel merecimento engrandeciam outros ramos das sciencias medicas. Huxham na Inglaterra publica um excellente ensaio sobre as febres, onde a clareza e a exacta relação dos phenomenos correm emparelhados com optimas considerações medicas. Bordenave e Le Cat proseguem em França no caminho indicado por Haller. Bordeu estuda as glandulas e o tecido mucoso; as suas vistas sobre anatomia geral e physiologia fazem com que se considere o precursor de Bichat. A questão sobre a inoculação da variola agita-se por toda a parte com o interesse, que devia inspirar a descoberta de um meio efficaz para se reprimir o flagello

que em tantas epidemias tinha devastado a humanidade. Bertin, Zinn, Cotunni e Camper enriquecem a anatomia descriptiva, humana e comparada. Gaubio torna-se notavel pelas suas instituições de pathologia medica, obra ainda hoje consultada com proveito. Storck emprehende uteis observações sobre as doenças agudas e chronicas; ensaia na practica o stramonio, meimendro e aconito; os resultados satisfactorios que obteve da cicuta levam-no a encarecer as virtudes d'esta substancia. Antonio de Haen, adversario implacavel de Haller, melhor clinico do que physiologista, aquilata o valor therapeutico de muitas substancias medicinaes. As experiencias de Spallanzani, sempre citadas com elogio, elucidam muitos pontos de physiologia. Morgagni, emfim, adquire merecida celebridade pelos trabalhos importantes de anatomia pathologica, que teriam mudado o rumo á pathologia se a attenção dos contemporaneos não estivesse concentrada nas questões physiologicas. Mas, se a eschola physiologica do seculo passado impediu, por modo indirecto, que se estudasse largamente nas lesões cadavericas a natureza das enfermidades, a mesma eschola no seculo decimo nono, possuida já de outras aspirações, reconheceu devidamente os serviços de Morgagni, e concorreu para que a anatomia pathologica formasse parte integrante da pathologia, e se cultivasse como ramo especial das sciencias medicas.

Tal foi, em geral, o movimento d'estas sciencias nos setenta annos decorridos, desde o começo do seculo decimo oitavo.

Quando se confronta o adiantamento da medicina nas mais cultas nações da Europa com o que da mesma sciencia se ensinava em Portugal antes da Reforma, sobresahe evidentemente o desengano de que não tinhamos progredido um passo desde a epocha da renascença. Muitas causas contrarias aos desejos e á vontade nacional influiram para ficarmos segregados da communhão scientifica até ao fim do seculo decimo septimo. Só no decimo oitavo podemos attender convenientemente para as necessidades litterarias. Dos preliminares para o desenvolvimento do ensino e reforma das escholas, e das circumstancias que então impediram ou retardaram os melhoramentos litterarios, occupar-nos-hemos na terceira parte d'este discurso.

III

Preludios da Reforma — Compendio Historico

A decadencia das letras em Portugal era geralmente sentida quando el-rei D. João v tomou o leme do governo. Coincidia o torpor litterario com a guerra da successão de Hispanha, que devorava a melhoria do nosso exercito, e empecia-nos a applicação dos cuidados indispensaveis para se remediarem as necessidades da nação. Nos seis annos, que ainda se prolongou aquella origem de copiosos infortunios, continuaram as letras na desventura em que jaziam; mas depois que o tractado de Utrecht nos restituiu a amizade da França, e mais tarde a paz de Madrid nos reconciliou com a Hispanha, desaffrontados então de inquietações exteriores, podémos reflectir quanto importava levantar-nos do abatimento litterario e scientifico.

A instituição de escholas e academias, longe de embaciar o lustre com que o rei magnanimo se comprazia em ostentar a realeza, avivava, pelo contrario, o brilho d'um reinado que aspirava ao epitheto de glorioso. Comprehendeu isto o monarcha; e, como quem desejava viver na posteridade por obras que fomentassem as letras, levanta dos alicerces o magnifico edificio da bibliotheca da Universidade, e enriquece-a de numerosos livros; amplia a bibliotheca do paço real, funda a de Mafra, e annos depois a das Necessidades. Com egual desvelo institue a Academia real de historia, em cuja sustentação empenha o seu brio e munificencia. Obras d'esta natureza tendiam por certo a melhorar a sorte das letras patrias, e com effeito melhoraram. Algumas providencias sobre negocios da Universidade revelam que os cuidados do Soberano se estenderam tambem ás sciencias.

Com relação á Medicina diz o *Compendio Historico* que el-rei mandara convidar o celebre Boerhaave, com a promessa d'uma larga pensão, para restabelecer em Portugal o ensino medico, e que, não accedendo aquelle professor ao convite, mandara, pelo conde da Ericeira, consultar em Inglaterra a Jacob de Castro Sarmento sobre os meios de se reformar no reino a Medicina. Os alvitres d'aquelle nosso compatriota nunca chegaram a realisar-se. Cuidados e applicações para outros negocios do estado, e por fim oito annos de enfermidades inhibiram o monarcha de cuidar nos projectos de reforma.

Embora porém continuassem os esforços para se melhorar o ensino d'uma sciencia, de cujo aperfeiçoamento resulta immediato interesse social, nunca a Medicina nem as mais sciencias universitarias sahiriam do estado de manifesta decadencia em que se achavam, se a reforma d'outras instituições não precedesse ou acompanhasse a dos estudos. Temos por indubitavel que a creação de academias é um poderoso auxilio para o engrandecimento das sciencias; a fundação de bibliothecas outro auxilio não menos efficaz para se propagarem; mas nem estas fecundissimas instituições, nem a voz auctorisada de insignes professores podiam subsistir e prosperar no ambiente deleterio que inficionava o reinado de D. João v. Que importava o apparato scientifico, quando tudo conspirava para reprimir os vôos da intelligencia? D'um lado a credulidade supersticiosa, refractaria á razão, e intransigente com as aspirações da sciencia; do outro a vigilante censura sobre todas as producções litterarias; e por cima de tudo isto o *fogo sagrado do sancto officio,* sempre prompto para reduzir a cinzas o desventurado que ousasse pensar livremente... Como insuflar vigor ás letras em atmosphera de tão perniciosos elementos?

Reformar as instituições existentes, assegurar por ellas a liberdade de pensar e de discutir, tanto quanto as idéas do tempo o permittiam, era condição indispensavel para o bom exito de qualquer reforma litteraria. Mas tal empreza excedia os recursos dos ministros da corôa, e tambem se não coadunava com as devotas inclinações de D. João v. Porisso, se não foi totalmente frustrado o desvelo com que se applicou a restabelecer as letras, os resultados que obteve não corresponderam á grandeza de seus esforços e desejos; e para cumulo de magoa viu definhar apressadamente as suas mais gloriosas instituições. A Academia de historia atro-

phiou-se, as bibliothecas fecharam-se, e em logar da influencia de institutos civilisadores o fanatismo e os preconceitos dominaram poderosamente em todo o reino. De tanto dispendio e azafama pelo engrandecimento das letras restavam apenas as producções academicas, o massiço das obras d'arte, e as escholas de humanidades, incumbidas aos padres de S. Filippe Nery. E foi esta a herança litteraria que um reinado de quarenta e quatro annos incompletos, farto d'ouro e pedraria, transmittiu ao governo subsequente. Deixou mais do que tinha encontrado, mas muito menos do que devera ter deixado. Das tentativas para a reforma da instrucção medica não ficaram reliquias aproveitaveis; permaneceu porém viva na lembrança de todos a necessidade de se lhe acudir com algum melhoramento.

O desleixo, a confusão e a ruina, em que D. João v deixou todos os negocios do estado, mal permittiam que o reinado de D. José se inaugurasse com uma reforma litteraria. Não tinha ainda amadurecido na reflexão o plano que conviria seguir em tão momentosa reforma; nas outras instituições sociaes tambem tudo carecia de reparação, tudo instava pelo beneficio de acertadas providencias. Em tão difficil conjunctura nem a reforma era opportuna, nem as letras poderiam medrar em quanto não estivessem satisfeitas outras necessidades. Recahiu por tanto sobre differentes negocios a attenção de D. José, ou, antes, a do seu providente ministro, a quem mais tarde elevou a Marquez de Pombal. Em quanto porém o governo se applicava a reparar as finanças, a animar o commercio e a marinha, e a remover as difficuldades que lhe surgiam de todos os lados, debatia-se com insolito fervor, na opinião publica e longe das instancias officiaes, a questão momentosa do ensino, preludio notavel da futura reforma, que esclarecia o assumpto, e dispunha os animos para se effeituar em tempo competente a restauração litteraria.

Apparecera publicado em 1746 o *Verdadeiro Methodo de Estudar*, obra do sabio Verney, em que se condemnavam as doutrinas e methodos rotineiros dos jesuitas, e se mostravam as vantagens de se instruir a mocidade portugueza nos adiantamentos litterarios e scientificos da epocha. A companhia de Jesus, já despeitada porque a congregação do oratorio lhe tomava o passo no ensino das humanidades, sentiu profundamente o golpe, que

mão certeira lhe vibrara. Exacerbava-lhe ainda mais os desgostos o proposito que tivera o editor de offerecer a obra *Aos Reverendissimos Padres Mestres da Veneravel Religiam da Companhia de Jesus no reino e dominios de Portugal.* O silencio, a indifferença ou a humildade simulada equivaliam então á morte da companhia. Conhecendo, pois, quanto importava aos creditos de tão famosa corporação rechaçar os adversarios e conservar intacto o seu prestigio, do proprio estremecimento tira fortaleza e cobra ousadia para repellir a aggressão. Travou-se renhida contenda, não em campo aberto e de viseira levantada, mas sob o pseudonymo e através das seteiras dos claustros. O azedume e a virulencia do certame chamam a attenção geral; a natureza do debate excita interesse no publico; formam-se partidos, irritam-se os animos, e prolonga-se, finalmente, por mais de oito annos, a acalorada discussão, em que os padres da companhia, batidos por todos os lados, perdem muito de seus creditos e affeições.

As consequencias d'esta lucta de idéas, porque evidentemente era a philosophia moderna a braços com a eschola peripatetica, foram de summa importancia. Pelo que respeita ás letras parece-nos que, sem a obra de Verney e a discussão subsequente, talvez os Estatutos e Reforma da Universidade não grangeassem os louvores que ainda hoje lhes tributamos.

Em quanto se ventilavam as questões sobre os pontos capitaes do ensino, e se derramava no publico a luz que brotava da discussão, intendia cuidadosamente na administração do estado o celebre ministro, Sebastião José de Carvalho e Mello. Honrado depois com a nomeação de primeiro ministro, continuou na mesma ardua occupação, fazendo sentir a sua influencia em todos os acontecimentos que tornaram memoravel o reinado de D. José. Acode aos desastres do terremoto de 1755 com energicas providencias, e sobre as ruinas da velha Lisboa levanta uma cidade formosa. D'entre a nobreza sahe uma conjuração contra el-rei; castiga severamente os conjurados, e destróe a poderosa influencia dos nobres. E para desembaraçar o estado de qualquer poder ou jurisdicção, que não procedesse exclusivamente da autocracia real, reprime a inquisição, depois de ter descarregado sobre a companhia de Jesus golpe de exterminio. Todos estes factos lhe conciliaram grande respeito e auctoridade; por isso, firmada a paz exterior pelas relações de amizade

com as outras nações, pôde desassombradamente conservar a tranquillidade interna, e promover por sabias leis a prosperidade da nação. Todos os ramos da administração publica lhe mereceram cuidados, todos lhe deveram o serviço de assignalados melhoramentos. Ao cabo de vinte annos de aturada vigilancia, luctando e vencendo contra inimigos poderosos dentro e fóra do reino, depois de transformar as instituições, de crear a industria, de fomentar o commercio, e de explorar outras fontes de riqueza nacional, volveu então olhos para as letras, como quem sabia que era chegada a occasião favoravel de coroar tantos e tão bem succedidos trabalhos com a grande obra da restauração universitaria.

A tão grandiosa empreza applicou o ministro, já então Marquez de Pombal, alem de assiduos cuidados, os recursos da sua vasta intelligencia. Primeiro que tudo foi creada uma Junta de Providencia Litteraria, por carta de 23 de dezembro de 1770, para debaixo da inspecção do Cardeal da Cunha e do Marquez de Pombal conferirem sobre a decadencia e ruina da Universidade, «examinando com toda a exactidão as causas d'ellas, ponderando «os remedios que considerarem mais proprios para ellas cessarem, «e apontando os cursos scientificos, e os methodos que se de«viam estabelecer para a fundação dos bons e depurados estudos «das artes e sciencias.»

Consta que muito antes d'esta epocha, quando ainda se agitava a questão do ensino contra os jesuitas, fôra consultado em Pariz o celebre medico portuguez, Antonio Nunes Ribeiro Sanches, sobre a reforma da Faculdade de Medicina [1].

[1] É pouco conhecida a biographia do nosso compatriota, escripta por um seu devotado amigo e herdeiro dos seus manuscriptos. Anda incorporada e antecede o catalogo, hoje raro, dos livros que pertenceram a Ribeiro Sanches.

O biographo enumera as obras do celebre medico portuguez, notando cada uma com as particularidades do seu conhecimento. Ao referir sob o numero 5.° o *Methodo para se aprender a estudar a Medicina* etc., diz que esta obra, assim como o *Tractado da conservação da saude dos povos*, fôra encommendada pelo governo portuguez. Foi impressa em 1763 sem logar de impressão, segundo affirma o sr. I. F. da Silva no *Diccionario Bibliographico*. O manuscripto da mesma obra estava concluido havia annos, porque Barboza já o menciona no 4.° volume da *Bibliotheca Lusitana*, que foi impresso em 1759. Por tanto, se já neste anno estava o manuscripto composto, é provavel

Com quanto nos trabalhos da Junta não se ache uma só vez citada a obra de Ribeiro Sanches, é de presumir que a consultasse. A grande reputação do auctor, a sua competencia em assumptos litterarios e scientificos, e sobre tudo em assumptos de Medicina, naturalmente deviam mover a Junta a apreciar os esclarecimentos de tal auctoridade. Do que se não pode duvidar é de que ella se habilitou convenientemente para desempenhar o seu honroso mas difficil encargo. Estudou com muita attenção os escriptores nacionaes e extrangeiros, que melhor tinham desenvolvido as questões sobre instrucção publica, e cuja obras mereciam geral approvação; examinou detidamente o estado da Universidade; *cuidadosa* inquiriu as causas da ruina dos estudos; discutiu e meditou profundamente a resolução dos problemas sobre o ensino superior; e, —«empregando, emfim, toda aquella applicação, e todo aquelle «desvelo, que a sua inviolavel obediencia, o seu devido zêlo, e a «mesma importancia de tão grave materia»— exigiam, apresentou, passados oito mezes, um extenso e profundo relatorio, em que se apontam — os estragos «feitos na Universidade e nas aulas de todo «o reino.»—Tal relatorio é o celebre *Compendio Historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas, e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores*, etc. A Junta—«concluiu de uniforme accordo que antes de «tudo se devia pôr na presença de el-rei o *Compendio Historico*, «para que o conhecimento de tão grandes e tão inveterados males «podesse indicar mais sensivelmente os remedios, que hão de con«stituir os objectos dos paternaes cuidados de Sua Magestade [1].»

De duas partes consta o *Compendio Historico*; na primeira colligiram os membros da junta, por ordem chronologica, os meios por que os jesuitas se apoderaram do governo da Universidade, e

que tivesse sido incommendado nos ultimos tempos das questões sobre methodos de ensino com os jesuitas.

Debalde tenho procurado o *Methodo para se aprender a Medicina*. O exemplar que havia na bibliotheca da Universidade, e que se acha mencionado nos catalogos, extraviou-se. Como pois não me foi ainda possivel alcançar a leitura do livro, não posso dizer até que ponto concorreu a obra de Ribeiro Sanches para a reforma dos estudos medicos.

[1] As passagens notadas com aspas são transcriptas da consulta que a Junta de Providencia Litteraria levou á presença do monarcha com o Compendio Historico em 28 de agosto de 1771.

os estragos que nella fizeram, destruindo as antigas leis, regras e methodos de ensino, e substituindo-os pelos estatutos que Filippe II de Castella outorgou em 1591 e 1597. A segunda parte relata os estragos feitos pelas machinações dos mesmos jesuitas em cada uma das Faculdades separadamente. Accresce a esta segunda parte um volumoso *Appendice*, onde se continúa a relação dos estragos nas Faculdades juridicas, etc.

Se o apparato de larga erudição, concepção facil, e raciocinio inflexivel, mas sempre expedito para chegar sem rodeios ao ponto determinado, são predicados por onde deva aquilatar-se o merito d'uma obra litteraria, o *Compendio Historico* tem incontestavelmente subido merecimento. Enfraquecem, porém, o brilho d'aquelles dotes alguns defeitos, que não procedem tanto da incuria, quanto de sobrepensada malicia. A sinceridade, a rectidão e o espirito de justiça, que devem animar todo o escriptor conscienciosо, nem sempre se encontram no *Compendio Historico:* reçuma pelo contrario de todas as paginas o odio entranhado contra os jesuitas, e o proposito de os tornar responsaveis por todos os estragos e desastres nacionaes desde a introducção da companhia em Portugal.

Não era mister para a condemnação dos jesuitas imputar-lhes factos em que não tiveram parte. Mas o ministro, que fez caminhar para a fogueira da inquisição com a roupeta de S. Ignacio a ultima victima de tão atroz supplicio [1], comprazia-se em revolver o passado e em desenterrar pretextos para accumular accusações contra a companhia de Jesus. Por isso elle, que foi a alma da Junta de Providencia Litteraria, conglobou como de procedencia jesuitica tudo quanto directa e indirectamente concorreu para o atrazo litterario e scientifico, e levou a Junta a considerar como obra do jesuitismo, feita de proposito para entreter a ignorancia, os velhos estatutos, que por cento e oitenta annos regeram a Universidade. Que os jesuitas tiveram suas culpas na ruina, que padeceram as letras patrias, é para nós ponto averiguado. Cabe-lhes

[1] «Esta practica alterou-se em Malagrida, que neste *auto de fé*, como «ultima victima de morte, condemnada pela inquisição, não só sahiu dos «seus carceres com a roupeta de jesuita, mas até na sentença se lhe declarou «ser membro da companhia de Jesus.»

S. J. da Luz Soriano, *Historia do Reinado d'El-Rei D. José*, vol. 1.°, pag. 436.

entre outras cousas inteira responsabilidade pela obstinada reluctancia, com que mantiveram nos cursos de artes os commentarios do collegio conimbricense, excluindo do ensino as recentes descobertas, que engrandeciam as sciencias de observação e a philosophia racional. Acoimal-os, porém, de prejudiciaes no ensino das sciencias universitarias, que não ensinaram, attribuir-lhes influencia nociva na coordenação dos estatutos velhos, que são pouco mais do que a recopilação de leis, praxes e costumes estabelecidos no decurso d'um seculo, é injustiça manifesta, que o juizo imparcial da historia como tal reconhece [1].

Não entra no plano d'este discurso analysar a extensa relação que faz o *Compendio Historico* do estado de todas as Faculdades universitarias, e das causas que determinaram a ruina dos estudos. Apontaremos apenas, porque o assumpto o pede, o que lá se acha desenvolvido em relação á Faculdade de Medicina.

[1] Não é o desejo de contrariar as asserções do *Compendio Historico*, e menos ainda a singularidade de me constituir defensor officioso de jesuitas, que me decide a emittir opinião differente da que geralmente voga: é sim o amor pela verdade, e a obrigação de escrever nesta memoria historica o que a minha diligencia apurou no estudo dos documentos.

Quem confrontar as disposições dos estatutos velhos com a legislação por que se regeu a Universidade sessenta ou setenta annos antes, convencer-se-ha que as doutrinas, os methodos de ensino, e o systema escholar estabelecido nos citados estatutos, já estavam pela maior parte em vigor na Universidade antes da entrada dos jesuitas em Portugal, e antes de se intrometterem nos negocios do reino. Das Universidades de Pariz e de Salamanca recebeu a nossa Universidade vigorosa influencia, depois que por el-rei D. João III foi estabelecida em Coimbra. Amoldou-se em geral ao systema d'aquellas Universidades; acompanhou-as nas suas reformas, e quasi que passou pelas mesmas alternativas. Os ultimos estatutos das antigas Universidades de Pariz e Salamanca são do principio do seculo XVII, coevos com pouca differença dos estatutos velhos da nossa Universidade. As disposições relativas á parte litteraria são em todos tres similhantes e a muitos respeitos identicas. Não se dirá, porém, que os jesuitas influiram nos estatutos parisienses e salamantinos. É sabido que naquellas duas Universidades houve sempre pouca affeição pela companhia de Jesus. A de Salamanca, instada pela de Alcalá de Henares e pela de Lovaina, empenhou todo o seu valimento em 1625 para impedir que os jesuitas fundassem, como muito desejavam, uma Universidade em Madrid. Desde então nunca mais se reconciliaram. A pezar de purificados do jesuitismo, os estudos de Salamanca passaram por inevitavel ruina, como deixámos referido a paginas 21.

Serios embaraços teve a Junta de Providencia Litteraria para descobrir motivo ou pretexto plausivel, em que fundasse contra os jesuitas a accusação de perverterem o ensino medico na Universidade. Nem todas as razões convinham a seu proposito; por isso cortou as difficuldades, affirmando em tom dogmatico e peremptorio o que lhe cumpria demonstrar, e encheu todo o terceiro capitulo da segunda parte do *Compendio Historico* dissertando sobre «os estragos feitos na Medicina, e sobre os impedimentos «que pozeram os compiladores dos estatutos para que ella nunca «podesse sahir do cahos da ignorancia.» Para mais clareza e melhor apreciação do objecto a Junta considerou os estragos em tres epochas, antes dos estatutos, no tempo em que se compilaram, e depois de publicados.

Cifram-se os estragos da primeira epocha nas queixas que fez um medico do hospital de Lisboa ao bispo D. Jorge de Athaide, affirmando «ter sido a Medicina florente, e achar-se perdida no «tempo em que escrevia». A Junta, tendo as queixas por bem fundadas, explica em continente «que a verdadeira causa da de- «cadencia da Medicina foi a lamentavel ruina que padeceram os «estudos das linguas, das humanidades, e da philosophia com a di- «recção e magisterio dos jesuitas.» O corollario da explicação é que aos padres da companhia, como origem primaria, embora remota, pertence a responsabilidade da decadencia dos estudos medicos. O pretexto tem mais de frivolo do que de sincero, e a culpa resente-se de taes fundamentos. Tanto a junta conheceu isto, que para encobrir o fraco da imputação passou immediatamente a encarecer o estudo das humanidades, e a demonstrar por uma lucida argumentação quanto importa ao medico instruir-se nellas convenientemente. Aqui eleva-se a junta á altura da sua missão. Deixando arteiramente os jesuitas, e concentrando a attenção na importancia da materia, discorre com muito acerto sobre a necessidade que tem de estudar as linguas antigas quem houver de cursar a Medicina; do mesmo modo torna manifestas as vantagens da philosophia, das bellas letras e da historia. Dissertando emfim, sempre com muita erudição e profundo conhecimento do objecto, a respeito da instrucção preparatoria que deve preceder o estudo das sciencias, evidenceia, em relação á Medicina, o que sobre este ponto conviria estabelecer na futura reforma.

Os estragos da segunda epocha são os perniciosos regulamentos, introduzidos de proposito nos estatutos pelos jesuitas com o intuito de impedirem a instrucção da mocidade e os progressos das sciencias.

Na compilação dos estatutos velhos nada mais se fez do que colligir, modificar, e regular o que, havia muito, se observava nas escholas. Não se alterou a feição e indole da Universidade; todas as Faculdades conservaram a organisação particular com que desde a reforma de D. João III se tinham constituido. A pezar de tudo os auctores do *Compendio Historico*, analysando a legislação respectiva ao cahotico systema de estudos medicos, atiram para sobre os jesuitas com a imputação de haverem ardilosamente preparado a confusão e a anarchia, donde devia seguir-se estrago inevitavel para a medicina. Involvem a imputação n'umas apparencias de veracidade, patenteando os defeitos do regimen escholar, e proseguem depois contrapondo habilmente á desordem decretada nos estatutos extensas e bem pensadas considerações a respeito das disciplinas, e da successão methodica de estudos, de que deve constar um curso completo de instrucção medica. É nestas e em considerações similhantes que a Junta de Providencia Litteraria manifesta os seus muitos recursos, e se mostra digna de todo o elogio. Sobre as sciencias preparatorias e auxiliares com que deve habilitar-se o alumno antes de entrar em Medicina, discursa excellentemente; onde porém se houve com mais assignalada mestria foi na indicação das sciencias, da ordem, dos methodos de ensino que convém observar-se numa Faculdade de Medicina. Neste particular a Junta desempenhou-se cabalmente da incumbencia; expendeu idéas ainda hoje abraçadas e seguidas em todas as escholas. Não se adoptaram á risca nos novos Estatutos; em breve se conheceu o erro, que pouco depois se reparou, como em seu logar se dirá.

A execução pontual dos estatutos constitue os estragos da terceira epocha. É evidente que de leis e regulamentos deleterios só podia esperar-se a confusão e a ruina. A Junta, apreciando os resultados practicos do ensino medico ordenado nos estatutos, torna palpaveis as imperfeições de tão cahotico systema. A mistura incongruente de doutrinas, a desordem nos cursos, a esteril e ruidosa argumentação nos exercicios escholares e nos actos, tudo a Junta poz em manifesto relevo, para que abertamente se conhecesse que

em tal estado não podiam nem deviam subsistir as escholas de Medicina.

Nada ficou por dizer ou por averiguar dos defeitos inherentes ao vicioso systema de estudos universitarios. A Junta houve-se na sua tarefa com muita diligencia: foi clara na demonstração dos males, sabia e profunda na indicação dos remedios; nota-se-lhe porém com razão o pouco escrupulo que teve na indagação das causas. Attribuiu deliberadamente aos jesuitas todos os males que atrophiaram as sciencias, e omittiu fallar de outras causas, que, com especialidade para a Medicina, foram indubitavelmente mais perniciosas do que todas as machinações jesuiticas. Consideramos como tal a inquisição, porque um tribunal que se impunha á consciencia, que opprimia o pensamento, perseguia e desterrava os sabios, que atirou para os carceres e para as fogueiras com professores respeitaveis [1], era a negação de todo o progresso e o mais invencivel obstaculo para o desinvolvimento intellectual [2].

Os trabalhos da Junta, não obstante a sua reconhecida parcialidade, constituem o mais notavel relatorio que até hoje se tem escripto em Portugal sobre negocios de instrucção publica. Merecidos foram pois os louvores que em 2 de setembro de 1771 lhe dispensou o Soberano, merecida foi tambem a confiança com que a honrou, encarregando-a de proseguir na ardua tarefa do plano dos cursos scientificos e dos novos Estatutos.

Na consulta que subira com o *Compendio Historico* á presença d'el-rei, dizia a Junta que nos estatutos velhos «não havia cousa «alguma que se podesse aproveitar para objecto de reforma [3]». Ora, como se aproximasse a epocha da abertura das aulas, e fosse impossivel pela estreiteza do tempo coordenar para então novos pla-

[1] Temos noticia de Antonio Homem, queimado no Terreiro do Paço em Lisboa, em 3 (ou 5?) de maio de 1624, de cuja sentença vimos uma copia entre os manuscriptos da bibliotheca da Universidade, e de Antonio Francisco Caldeirão, que soffreu egual supplicio em 22 de março de 1632.

[2] Duas vezes sómente em todo o *Compendio Historico* se encontra nomeada a inquisição nas pagg. 3 e 66 da edição de formato grande, e em ambas as passagens se inflige aos jesuitas o stigma de denunciantes perante o terrivel tribunal.

[3] Em termos mais explicitos manifestou a Junta a mesma idêa no *Compendio Historico*, parte 1.ª, § 63, clausula 3.ª

nos de estudos e novos regulamentos; e como tambem se tornasse de instante necessidade acabar com o simulacro de escholas, que eram o descredito da Universidade e a vergonha da nação, providenciou opportunamente o governo, ordenando por aviso de 25 de setembro de 1771 ao vice-reitor, fr. Pedro Thomaz Sanches, que não procedesse em outubro ao juramento e matriculas, determinadas nos estatutos antigos, cujo effeito el-rei havia por suspenso.

O velho instituto de D. João III tinha chegado ao termo de seus dias: a ultima providencia para a suspensão das matriculas foi tambem o signal derradeiro da sua existencia. Seguiu-se depois, por um anno completo, extranho silencio no deserto alcaçar das sciencias: as salas e os geraes universitarios permaneceram fechados, para sómente se abrirem ao raiar o primeiro esplendor da futura restauração litteraria.

PARTE PRIMEIRA

CAPITULO I

Estatutos Medicos

A Junta de Providencia Litteraria tinha patentado a lastimosa ruina em que se achava o ensino das sciencias na Universidade. Do exame que fizera para conhecer o estado da instrucção colligira que a viciosa legislação dos estatutos velhos era a causa immediata do desleixo, da confusão e da ignorancia que simultaneamente infestavam as escholas. Por isso, ao desenrolar perante el-rei os estragos nas letras e nas sciencias, affirmou em conclusão «que nada havia nos dictos Estatutos que fosse objecto de reforma; que, para se lhe opporem os remedios contrarios, se deviam proscrever e abolir inteiramente, sem que d'elles ficasse algum vestigio como se practicava com a peste [1].»

Formar pois novos planos de estudos, coordenar estatutos e regulamentos adequados ao espirito da epocha, ás necessidades e decoro da nação, era empreza que reclamava da Junta cuidados instantes. No *Compendio Historico* tinha ella demonstrado com profundo conhecimento e clareza quaes os preparatorios indispensaveis á instrucção superior, quaes as doutrinas, precedencia de estudo e methodos de ensino que se deviam adoptar na constituição das Faculdades Academicas. Importava porém desenvolver

1 *Compendio Historico*, part. I, § 63.

as particularidades, e reduzir a artigos de legislação o que estava concebido em planos geraes, e exposto em forma de relatorio. Applicou-se a Junta com todo o desvelo a executar esta difficil parte da sua commissão. Com tal acerto e boa vontade dirigiu os seus trabalhos, que antes de um anno apresentou o mais notavel codigo de legislação universitaria que até então se conheceu em todas as nações civilisadas. É este o famoso e com razão celebrado corpo de—*Estatutos da Universidade de Coimbra, compilados debaixo da immediata e suprema inspecção de el-rei D. José I, pela Junta de Providencia Litteraria, creada para a restauração das sciencias e artes liberaes.* Esta obra monumental, vulgarmente conhecida pela designação de novos Estatutos da Universidade, obteve sancção regia e força de lei por carta de roboração de 28 de agosto de 1772.

Em tres livros se contêm os novos Estatutos, e é esta a primeira e a mais geral divisão de toda a obra. Encerra o primeiro as disposições relativas ás sciencias theologicas, o segundo ás juridicas; e o terceiro, que mais interessa a nosso proposito, refere-se á constituição e regimen das tres Faculdades de naturaes. Das tres partes que formam o livro terceiro pertence a primeira á Faculdade de Medicina, e as duas seguintes ás de Mathematica e de Philosophia. Extractaremos dos Estatutos quanto baste para se conhecer qual a organisação do curso de sciencias medicas, instituido pela nova restauração.

TITULO I

Da preparação para o curso medico

Cap. II—O estudante que houver de cursar Medicina deve primeiro adquirir conhecimento claro da lingua latina, e quanto baste da grega de modo que a entenda com sufficiencia e desembaraço. É para desejar, mas não se torna obrigatorio, que se instrua tambem nas linguas vivas da Europa, principalmente na franceza e ingleza.

Estudará durante um anno ou particularmente, ou em alguma eschola publica do reino, ou na cadeira especial da Universidade, um curso de philosophia racional e moral.

Com a certidão de approvação nos exames de latim e de logica

pode o alumno passar para os cursos das sciencias auxiliares da Medicina, e requerer matricula no primeiro anno das Faculdades de Mathematica e de Philosophia. A certidão de approvação em grego é dispensada até ao fim do segundo anno do curso medico.

Preparatorios das sciencias auxiliares

Por tres annos deve demorar-se o alumno no estudo das sciencias naturaes e auxiliares da Medicina, frequentando em cada anno um curso na Faculdade de Mathematica e outro na de Philosophia.

No primeiro anno estudará arithmetica, geometria e trigonometria plana na 1.ª aula de Mathematica, e a historia dos tres reinos da natureza na Faculdade de Philosophia. Tendo feito exame d'estas materias no fim do curso, e sahindo approvado, passará

No segundo anno a estudar algebra elementar, principios de calculo infinitesimal directo e inverso, na aula do segundo anno mathematico, e physica experimental na terceira cadeira de Philosophia. Obtida a approvação nos actos d'estas doutrinas, seguirá o alumno para

O terceiro anno, em que tem de cursar no terceiro anno mathematico phoronomia, ou a sciencia geral do movimento com a sua applicação á mechanica, statica, dynamica etc., e chimica na quarta cadeira de Philosophia. Se alcançar approvação nos actos finaes, ficará habilitado para requerer matricula no primeiro anno do curso medico, comprovando por certidão que tem dezoito annos de edade.

TITULO II

Tempo, disciplinas etc. do curso medico

Capp. I e II — Todas as disposições dos novos estatutos são acompanhadas de excellentes e bem pensadas considerações, que tem por fim justificar e esclarecer a parte preceptiva, e até por este modo se ordena que seja de cinco annos o curso medico. Ha porém alguns capitulos em que similhantes considerações constituem parte integrante e essencial da lei. Taes são as que se contêm no capitulo que se inscreve — *Da eschola medica e suas disciplinas; e da attenção que ha de haver na escolha dos auctores pelos quaes se deve ensinar.*

Antes de tractar especificadamente da ordem dos cursos e forma dos actos quiz o legislador assignalar qual o caracter distinctivo do ensino medico em geral na eschola da Universidade depois de reformada. Persuadido de que os conhecimentos adquiridos só pela experiencia são tardos e embaraçosos, e de que a especulação e o puro racionalismo conduzem a paralogismos, que são na practica o flagello da humanidade, proscreve o empiricismo, desterra o puro racionalismo, e manda que se conserve sempre o meio termo entre os dous extremos reprovados. Dá indicações para isto se conseguir, e, tendo assim mostrado qual deva ser o verdadeiro caminho no estudo, designa as disciplinas que entram no curso completo de Medicina. Ordena que no ensino da arte de curar se comprehenda a pathologia e a therapeutica das doenças tanto internas como externas; eguala em honras e prerogativas o medico e o cirurgião, e impõe rigoroso silencio aos fautores do divorcio entre a medicina e a cirurgia. Para confirmar e tornar mais claros, com um exemplo, as disposições geraes, que devem caracterisar o ensino medico da Universidade, accrescenta no § 11.º estas significativas expressões:—«Todas as disciplinas se ensi-«narão, sem adhesão a systema algum; mas imitando quanto pos-«sivel fôr o methodo dos geometras tanto synthetico, como analy-«tico, conforme a natureza das materias o pedir, e olhando sempre «para os principios demonstrados na *physica, mechanica* e *hydrau-«lica;* porque é evidente que as propriedades medicinaes dos re-«medios não são virtudes occultas, mas consequencias que resultam «das suas propriedades physicas, e que nem o remedio ajuda nem «a materia morbifica offende, senão por uma acção mechanica em-«pregada e applicada nas differentes partes do corpo, cuja acção «e mechanismo se deve entender, para se discorrer e practicar com «acerto [1].»

Recommenda em seguida o legislador que as lições se façam pelos melhores autores que tiverem escripto d'um modo elementar e abreviado, mas cheios de doutrina; e ordena que nenhum auctor nacional ou extrangeiro seja fixamente adoptado para as lições de Medicina, mas que se tenha sempre provisionalmente o

[1] As idéas theoricas acima expostas, sobre pathogenia e pharmacodynamia são a genuina e a mais sublime expressão do systema iatro-mechanico de Hoffmann. Importa recordar isto quando se tractar da apreciação da Reforma.

que for adoptado para o dicto fim, em quanto não apparecer outro na mesma materia que se julgue mais perfeito.

Cap. III — Com seis cadeiras para serem regidas por outros tantos lentes proprietarios mandam os novos Estatutos constituir a Faculdade de Medicina. Estabelecem que haja dous lentes substitutos, e dous demonstradores, um para a cadeira de materia medica e pharmacia, outro para a de anatomia, operações, e arte obstetricia.

Cap. IV— De outubro a junho se mandam continuar as leituras em todos os cursos, havendo aulas todos os dias excepto nos domingos e quintas feiras e nas ferias do natal, entrudo, e paschoa. Para os actos destinam-se os mezes de junho e de julho.

TITULO III

Da distribuição das lições pelos annos do curso medico

Lições do primeiro anno

Cap. I — Materia medica e pharmacia são as disciplinas que os Estatutos mandam ensinar no primeiro anno de Medicina. Quanto póde desejar-se para encaminhar o professor na regencia da cadeira, e instruir os discipulos no verdadeiro conhecimento da sciencia, tudo em 32 artigos se acha desenvolvido nos Estatutos. No 10.°, que é como que um resumo dos antecedentes, prescreve-se: «Em todas as lições de materia medica terá o lente grande cuidado «em satisfazer aos dous pontos capitaes, em que consiste a sua obri- «gação; o primeiro é fazer que os seus discipulos adquiram o co- «nhecimento ocular de todos os productos da natureza que tem «uso na Medicina, etc.: O segundo mostrar as virtudes e usos me- «dicinaes que nos dictos productos se têm descoberto, os meios «por onde se descobriram, etc.» E proseguindo na indicação dos meios por que se deve aperfeiçor e ampliar o conhecimento da materia medica, encommenda-se ao professor que acautele os alumnos «contra as virtudes decantadas de certas pedras raras e peregrinas, e de muitas preparações secretas, elogiadas por quem interessa em as vender.» E em continuação no artigo 2.° achamos: «o professor fará todo o possivel por plantar logo desde o prin- «cipio nos animos dos seus discipulos as idéas de exactidão rigo-

«rosa, e de probidade, com que se deve proceder em materia de «tão grandes consequencias etc.» Completam as prescripções sobre o ensino do primeiro anno o que pertence ás lições de pharmacia e ás operações practicas, indispensaveis para se adquirir inteiro conhecimento da arte.

Das lições do segundo anno

Cap. II — Ensinar-se-ha no segundo anno primeiramente anatomia humana, e o que possivel for da comparada, em cujo estudo se deverão empregar quatro a cinco mezes. Ter-se-ha depois um curso de operações cirurgicas desde a sangria até á mais difficil e delicada operação; e por fim se explicará tudo o que pertence á arte obstetricia. As regras prescriptas em 31 artigos para o estudo da anatomia e de operações, a insistencia com que se recommenda a practica incessante d'uma e outra disciplina, são tendentes a formar bons anatomicos e bons operadores. Para que o ensino prospere e possa dilatar-se a instrucção dos alumnos determina-se que o theatro anatomico esteja provido de todos os instrumentos e utensilios necessarios para trabalhos practicos, e que não faltem desenhos, estampas coloridas, corpos artificiaes, esqueletos, e preparados anatomicos. É notavel o pleno poder que no artigo 12 os Estatutos concedem ao reitor e á Congregação de Medicina «para, «na falta de cadaveres no hospital, fazerem conduzir para o theatro «anatomico quaesquer outros, e para obrigarem a consentir nisso «a todas e quaesquer pessoas; procedendo-se contra os rebeldes «como inimigos do bem publico, e fautores de preoccupações que «tanto damno têm causado á Medicina, e á saude e vida dos ho«mens.»

Das lições do terceiro anno

Cap. III — Instruidos os estudantes medicos nas disciplinas, até agora recommendadas, «passarão no terceiro anno do seu curso a «estudar a *theorica medica*, que se funda nos principios estudados «nos primeiros dous annos, combinados com os principios da *phy«sica* e *mathematica*, que houverem aprendido. A theorica medica «se encerra no curso de *Instituições*, ás quaes deverão applicar-se «os estudantes com assiduidade e diligencia, sendo manifesto que «uma boa theorica é a alma da medicina.— Por esta razão cuidará o «lente em fixar bem no intendimento dos ouvintes as regras par-

«ticulares do methodo para o estudo medico; as quaes devem con-«formar-se ao espirito das regras geraes, estabelecidas pelo cava-«lheiro Newton para a philosophia natural, regras fixas e seguras «pelas quaes se devem dirigir todos aquelles que procuram a ver-«dade, etc.» O curso de Instituições comprehende o estudo de physiologia, principios de pathologia geral e semeiotica, hygiene, e therapeutica. Para que se conheça quão uteis são todas as considerações sobre o ensino d'estas disciplinas, apontaremos apenas as que se referem á hygiene. «Esta é a parte mais importante da «medicina... por estudar e ensinar as regras que se devem guar-«dar para a conservação da saude; objecto que, além da sua «grande importancia, tem a vantagem de se poder melhor con-«seguir, pois que é mais facil conservar a saude, do que resti-«tuil-a depois de perdida. — Pelo que encarrego gravemente ao «lente que nesta parte se não deixe levar pelo nocivo exemplo «dos institutarios modernos, que tractam da hygiene superficial e «perfunctoriamente como se fosse cousa alheia da medicina; e «lhe ordeno que tracte fundamentalmente esta materia, como re-«quer a sua importancia, etc.» Os estudantes do terceiro anno serão obrigados a assistir ás lições de medicina e cirurgia practica nas cadeiras de clinica no hospital.

Das lições do quarto anno

Cap. iv — Pelos *Aphorismos* de Hippocrates mandam os Estatutos começar as lições no quarto anno, fazendo o «lente entender «bem o sentido genuino de cada um dos aphorismos, mostrando «a razão em que se funda, e explicando os differentes casos em «que cada um pode ter logar. Acabado este pequeno curso de «regras geraes, passará o lente ás regras particulares das doenças, «e, porque se não conhece d'esta materia nenhum tractado mais «acommodado ás lições academicas do que os *Aphorismos* de Bo-«heraave [1], por elles fará o lente as suas lições emquanto não hou-«ver outro mais completo.» Recommenda-se que o lente suppra as materias que faltam nos Aphorismos Boerhaavianos, taes como febres exanthematicas, nervosas, etc. Depois de longas e utilis-

[1] Os *Aphorismos* de Boerhaave encerram um tractado breve e methodico de pathologia e therapeutica especial, escripto com muita consisão e em forma aphoristica, e por isso apto para texto das prelecções academicas.

simas considerações sobre o ensino theorico da pathologia, segue-se a determinação expressa de que os estudantes do quarto anno medico assistam diariamente ás aulas de clinica no hospital.

Das lições do quinto anno

Cap. v—«O curso do quinto anno será inteiramente empregado na practica do hospital, onde os estudantes ouvirão de manhã e de tarde os lentes de clinica medica e cirurgica.» Os trinta e seis artigos dos estatutos, relativos ao ensino da Medicina practica, são um modelo acabado sobre tão melindroso assumpto. Nada esqueceu ao legislador. Seguindo o methodo de ensino instituido por Sylvio, e aperfeiçoado por Boerhaave, attendeu por tal modo a todas as particularidades, que ainda a experiencia não fez sentir a necessidade de novos preceitos.

TITULO IV

Dos exercicios litterarios do curso medico

Os alumnos deverão exercitar-se vocalmente nas lições diarias, por escripto nas dissertações mensaes sobre pontos dados pelo professor, e em trabalhos practicos dissecando e fazendo preparados anatomicos, e operando já no dispensatorio pharmaceutico, já no hospital, que tem de frequentar desde o principio do terceiro anno até o fim da formatura.

TITULO V

Dos exames, actos e gráos

Os estudantes dos primeiros quatro annos do curso medico deverão fazer actos ou exames das materias que estudaram perante um jury de quatro membros. A approvação nas disciplinas de cada anno é condição impreterivel para a matricula no immediato. Em cada um dos quatro primeiros annos versará o primeiro argumento sobre uma dissertação, que o estudante ha de compor, e entregar com antecipação ao presidente do jury; os tres argumentos seguintes recahirão em materias que designarem os pontos tirados

á sorte vinte e quatro horas antes do acto. Os alumnos do primeiro e segundo anno são obrigados além do acto theorico a um exame de practica, no primeiro anno sobre operações pharmaceuticas, e no segundo sobre anatomia. Com a approvação no acto do quarto anno tomará o estudante o gráo de bacharel. O acto do quinto anno é todo practico e á cabeceira dos enfermos. Por espaço de vinte dias deverão os estudantes observar certo numero de doentes a respeito dos quaes expenderão o seu juizo por escripto, notando as causas, symptomas, diagnostico, e therapeutica das doenças, dando a rasão de tudo. «E do mesmo modo farão os estudantes em voz «clara todos aquelles raciocinios e combinações que os professores «costumam fazer á cabeceira dos enfermos.» Ao acto do quinto anno assistirão todos os membros da Faculdade : todos votarão no fim dos vinte dias sobre o merito dos examinados. Dous votos de exclusão bastam para que o estudante fique reprovado. Se alcançar a approvação, concluiu a formatura, e pode exercer a Medicina em qualquer parte dos dominios portuguezes. Querendo obter os gráos superiores tem de frequentar por mais um anno a Universidade, ouvindo as lições nas cadeiras de instituições e de Aphorismos. No fim do anno ha de defender num acto de conclusões magnas uma dissertação inaugural e theses sobre todos os ramos da Medicina; e depois fará um exame privado das materias que frequentou no sexto anno, exame a que só poderão assistir os membros da Faculdade, e no qual argumentarão seis em dous turnos. Se o estudante sahir approvado, conferir-se-lhe-ha o gráo de licenciado, e ficará habilitado para receber o gráo de doutor.

TITULO VI

Do hospital, officinas, e partidos, pertencentes á Faculdade de Medicina

Cap. I—«É necessario que um hospital, bem regido e admi-«nistrado, se considere como estabelecimento essencial da Facul-«dade, e como a melhor cadeira de Medicina. E porque o hospi-«tal da cidade, além de estar situado em logar baixo e humido, «é regido e governado por uma administração independente da «Faculdade, e que não entra nas vistas do ensino publico... faz-se «necessario que a Universidade tenha um hospital proprio, etc.»

Seguem-se depois as condições como se deve instituir o hospital e o regimen para admissão dos doentes, etc.

Cap. II—«O theatro anatomico é depois do hospital o estabele-«cimento mais necessario e essencial da Faculdade: porque, sendo «a anatomia a base de toda a cirurgia e Medicina, e não sendo «possivel que se aprenda verbalmente nas aulas... é consequente-«mente necessario que haja um logar destinado para as lições pra-«cticas com todos os apparelhos e requisitos que ellas demandam.»

E prosegue mandando estabelecer o theatro anatomico em uma das salas do mesmo edificio do hospital, e indicando o que nelle se deve conter, etc.

Cap. III—«Pedindo a boa administração do hospital que juncto «d'elle haja uma botica, na qual se preparem os remedios, e sendo «muito conveniente que os estudantes medicos se exercitem nas «operações da pharmacia, e que na mesma botica se criem tambem «boticarios de profissão... hei por bem ordenar que no mesmo «edificio do hospital, ou juncto d'elle, se estabeleça um *dispensa-«torio pharmaceutico* com a capacidade e requisitos necessarios.» Continuam-se as instrucções para o bom regimen da botica, etc.

Cap. IV— Revoga-se n'este capitulo a antiga legislação sobre partidos para os estudantes medicos e boticarios, e criam-se de novo vinte e quatro partidos para os estudantes de Medicina, e dez para os alumnos de pharmacia. Regula-se o modo como devem ser distribuidos, etc.

TITULO VII

Do Conselho Medico

«Para que melhor se consiga a inteira observancia de todos os «regulamentos, ordenados para o estudo da Medicina e da cirurgia, «e haja sempre uma vigilancia contínua sobre este objecto, hei por «bem crear um conselho com o nome de *Congregação da Facul-«dade de Medicina,* o qual intenda sobre a observancia dos Esta-«tutos, etc.»

Determinam-se as attribuições do Conselho, as do director e fiscal da faculdade, e as obrigações dos censores e secretario.

Taes são em resumo os estatutos com que na restauração das sciencias foi instituida a Faculdade de Medicina.

CAPITULO II

Preliminares para a execução dos novos estatutos medicos

Fôra mister muito saber e experiencia, e ao mesmo tempo ingenho e contensão de espirito, para que os novos planos de estudos sahissem completos, e bem combinados desde as primeiras e mais geraes divisões até á individuação de minimas particularidades. Os methodos de ensino principalmente, a distribuição das disciplinas, e todo o regimen escholar haviam sido acabados com muito esmero. Apezar de tudo a restauração das sciencias carecia ainda de esforços perseverantes. Restava passar das concepções da intelligencia aos factos, e realisar na practica o que se mostrava no desenho.

Esta parte da empreza, até o ponto de cabal execução, era tarefa de muitas difficuldades. Nas reliquias da velha Universidade tudo estava gasto, velho e caduco; e a instituição das novas escholas requeria elementos novos para surtir o effeito desejado. Remover os destroços do passado, que não podiam servir para edificação no presente, nem de esperança no futuro, era o primeiro embaraço e não pequeno, mas condição essencial para o bom exito, porque d'este preparo nos alicerces pendia a solidez e o regular seguimento da obra. Anteviam-se depois embaraços de outra ordem inherentes á immediata execução dos mesmos planos de estudos. E como alem d'isso tudo indicava a possibilidade de surgirem occorrencias imprevistas, que, se esperassem pela resolução d'el-rei, causariam demora prejudicial, para encurtar difficuldades, resolveu o monarcha mandar a Coimbra o seu primeiro ministro, investido de amplos poderes, a fim de providenciar opportunamente para todas as necessidades. No dia em que foi assignada a carta de

roboração dos novos Estatutos, pela qual ficou abolida inteiramente a antiga legislação universitaria, nesse mesmo dia se expediu ao Marquez de Pombal carta regia, em que el-rei lhe ordenava «pas-«sasse á Universidade, e fizesse restabelecer nella as artes e scien-«cias, obrando em tudo como seu logar-tenente com jurisdicção «privativa, exclusiva e illimitada, etc. [1].»

Em 15 de setembro de 1772 sahiu de Lisboa o Marquez de Pombal para desempenhar, como logar-tenente d'el-rei, a importante missão de restaurador das sciencias. No dia 22 pelas cinco horas da tarde chegou a Coimbra acompanhado de numerosa comitiva. Desvelou-se a cidade em pompas, para receber tão illustre hospede com as honras devidas á dignidade da pessoa e á elevação do cargo. De Almeida tinha vindo um troço de tropa engrossar a força publica de Coimbra, para que o apparato da milicia fortificasse a auctoridade do Marquez, e imprimisse respeito solemne a seus actos. As felicitações que no dia seguinte lhe apresentaram as communidades e as pessoas notaveis da terra, não o desviaram de começar logo a intender nos preparativos da Reforma. Tirou informação do pessoal docente e dos aspirantes ao professorado; nomeou para algumas collegiaturas sugeitos de reconhecido mere-

[1] Honrado Marquez de Pombal, etc. Hei por bem ordenar-vos, como por esta vos ordeno, que passando á Universidade façaes nella restituir, restabelecer as artes e as sciencias contra as ruinas em que se acham sepultadas; fazendo publicar os novos estatutos, removendo todos os impedimentos, e incidentes que occorrerem contra a prompta e fiel execução d'elles. A estes fins usareis não só de todos os poderes que foram concedidos a vosso quinto avô Balthazar de Faria, primeiro visitador reformador da dicta Universidade pelo alvará da dicta commissão expedido em 11 de outubro de 1555, que serviu de norma aos outros reformadores, que depois foram mandados á mesma Universidade pelos senhores reis meus predecessores, mas tambem de todos os mais poderes que os dictos senhores reis costumavam reservar para si; delegando-vos os que para os sobredictos fins me pertencem como protector da mesma Universidade, e como rei e senhor soberano; e concedendo-vos, como concedo sem reserva, todos aquelles que considereis necessarios, segundo a occurrencia dos casos, assim em beneficio do dicto estabelecimento, como a respeito do governo litterario e economico da mesma Universidade em todas as suas partes; obrando em tudo como meu logar-tenente, com jurisdicção privativa, exclusiva e illimitada para todos os sobredictos effeitos, etc.

Carta regia de 28 de agosto de 1772 para o Honrado Marquez de Pombal, (tirado do original do archivo da Universidade.)

cimento, a quem depois, no acto de lhe agradecerem o beneficio, estimulou com o incentivo de honrosas expressões. No dia 26 tomou solemnemente posse do cargo de logar-tenente d'el-rei na nova fundação da Universidade. A ostentação e a grandeza com que este acto foi celebrado, cercaram o representante do monarcha com o prestigio da realeza [1]. Repetiu-se egual cerimonia no dia 29, em que teve logar a apresentação e publicação dos novos Estatutos; desde então entraram os trabalhos da Reforma na sua phase de maior actividade.

Como pela carta de roboroção dos novos Estatutos foram os velhos completamente revogados, cessou a antiga instituição das cadeiras e das escholas, e o corpo cathedratico ficou sem occupação. Os lentes das Faculdades positivas, que por conveniencia do ensino e utilidade da sciencia ficavam excluidos da Universidade, facilmente se podiam accommodar nos empregos civis e ecclesiasticos para que tivessem alguma aptidão. Não acontecia porém outro tanto com os lentes de Medicina, que, privados do exercicio do professorado, só achariam arrimo nos partidos camararios, onde o governo não tinha immediata ingerencia para os collocar. Obviou a estas difficuldades o Marquez de Pombal com a seguinte ordenação, passada em 28 de setembro: «Hei por serviço de Sua Ma«gestade jubilar nas cadeiras extinctas da Faculdade de Medicina, «que até agora regeram, a saber:

O dr. Alvaro Antunes das Neves ..... na de Prima
O dr. Antonio Amado de Brito ..... na de Vespera
O dr. Antonio José da Silva..... na de Avicena
O dr. Francisco Lopes Teixeira..... na de Anatomia
O dr. José dos Sanctos Gato ..... na de Cirurgia

«E que aos drs. Manuel de Miranda, Bernardo José da Costa, «Francisco Antonio Peres, Manuel Cordeiro Calhau, José das «Neves e Sousa, Antonio Gomes Macedo, Antonio José Francisco

[1] A relação circumstanciada da posse, escripta por pessoa da comitiva do Marquez de Pombal, póde vêr-se no *Annuario da Universidade* de 1870 a 1871, pag. 160.

«d'Aguiar e Manuel Antonio Sobral se conservem as pensões que «até agora venceram [1].»

Ficou d'este modo arrimado e despedido do serviço academico sem prejuizo dos ordenados todo o corpo docente da antiga Faculdade de Medicina. Quando no primeiro dia de outubro se inaugurou a abertura da Universidade com a Missa do Espirito Sancto e com a profissão de fé, compareceram os mestres que desde 11 de setembro estavam despachados para as Faculdades; só a Medicina não teve nesse dia representante. Instava pois completar o quadro dos professores universitarios com a nomeação dos lentes para esta Faculdade. Da acertada escolha que então se fizesse, d'este primeiro impulso para a restauração da sciencia, estavam pendentes os creditos da Reforma e o futuro da Medicina em Portugal. Parece que se não conheciam então no reino medicos sufficientemente habilitados, de quem se podesse confiar a regencia das novas escholas[2]. Leva-nos a esta conjectura o facto de se não proverem todos os logares creados pelos novos Estatutos, e de se nomearem dous extrangeiros para as cadeiras de anatomia e de medicina practica. O Marquez de Pombal, que costumava imprimir nas suas obras o cunho da grandeza, contentou-se com o pessoal incompleto, que na escolha apurou para constituir a Faculdade de Medicina. Aproveitou dos professores jubilados sómente os dous ultimos conductarios, que no conceito geral se reputavam bons medicos e muito intelligentes; convidou dous portuguezes e dous extrangeiros, e

[1] Todos os cathedraticos occupavam os logares em que foram jubilados desde a promoção de 3 de setembro de 1759. Os tres primeiros tinham obtido a nomeação de conductarios em 28 de novembro de 1737, e a graduação de lente em 11 de outubro de 1742. Contavam portanto 35 annos de residencia na Universidade, e 30 de professorado. O cathedratico Lopes Teixeira tinha 30 annos de residencia e 21 de professor, e o dr. Sanctos Gato 21 de residencia e 18 de lente.

Os seis primeiros conductarios eram considerados como taes com o ordenado de 40$000 réis annuaes desde 26 de janeiro de 1756: a nomeação dos ultimos dois com o ordenado de 30$000 annuaes data de 27 de setembro de 1759.

N. B. Achei uma nota nos antigos registos de que o conductario dr. Antonio Gomes Macedo fôra nomeado para a cadeira de *Methodo* em 3 de setembro de 1759. Parece-me que o copista se enganou no registo.

[2] Poucos deveriam ser os medicos habilitados para ensinar Medicina, por isso que a unica eschola portugueza em que se podiam instruir estava longe de os habilitar.

distribuiu por elles as cadeiras medicas conforme a sua idoneidade, dando-lhes por auxiliar um demonstrador de anatomia. O despacho dos professores effectuou-se em 3 de outubro; e segundo as cartas de nomeação da mesma data, o quadro da Faculdade de Medicina ficou composto da maneira seguinte:

Simão Goold, lente da primeira cadeira de practica;

Antonio José Pereira, lente de instituições medico-cirurgicas;

Luiz Cichi, lente de anatomia, operações cirurgicas, e arte obstetricia;

José Francisco Leal, lente de materia medica e pharmacia;

Dr. Manuel Antonio Sobral, substituto da cadeira de instituições;

Dr. Antonio José Francisco d'Aguiar, substituto das cadeiras de practica;

José Corrêa Picanço, demonstrador de anatomia.

No dia 9 receberam o grau de doutor os quatro cathedraticos [1] não graduados; juraram todos a ponctual observancia dos novos Estatutos, fizeram profissão de fé, e successivamente tomaram posse dos logares. Na tarde do mesmo dia 9 recitou o dr. Antonio José Pereira uma oração latina, proemio inaugural de prosperos successos aos estudos da nova Faculdade.

Já por este tempo se achavam tambem constituidas as Faculdades de Mathematica e Philosophia. Para uma e outra tinham vindo professores extrangeiros, mas em ambas estavam os quadros incompletos como em Medicina. Era do espirito dos novos Estatutos que as tres Faculdades de naturaes tivessem entre si tal solidariedade, que, auxiliando-se mutuamente, conspirassem para o engrandecimento da sciencia. É possivel que já então se pretendesse, com mais razão do que hoje, levar o mutuo auxilio até ao ponto de acudirem os membros d'uma Faculdade ao serviço d'outra. Ou fosse por este ou por outros motivos, os professores Miguel Franzini, mathematico, e Domingos Vandelli, philosopho, foram incorporados na Faculdade de Medicina no dia 12 de ou-

[1] A provisão de 7 de outubro determina que no dia 9 tomem o gráu de doutor Simão Goold, Antonio José Pereira, José Francisco Leal, e Luiz Cichi. Consta d'um manuscripto da Secretaria da Universidade, publicado já por extracto no 1.º volume do *Instituto*, que os tres primeiros nomeados effectivamente se graduaram e tomaram posse no dia 9, e que ao professor Cichi só no dia 12 fôra conferido o gráu de doutor e posse da cadeira de anatomia.

tubro, e por muito tempo depois tiveram assento nas congregações d'esta Faculdade, assim como o professor Dalla-Bella.

Após a nomeação do pessoal docente e da constituição das Faculdades Academicas, veiu o decreto de 22 de outubro, que estabeleceu os ordenados para todos os funccionarios da Universidade. Ficaram subsistindo notaveis differenças nos vencimentos, não só d'umas para outras Faculdades, mas até entre as cadeiras da mesma Faculdade. Em Medicina taxou o citado decreto os serviços pela forma seguinte:

Ao lente da primeira cadeira de practica.....	600$000
Ao lente da segunda cadeira de practica.....	550$000
Ao lente da cadeira de aphorismos	400$000
Ao lente da cadeira de instituições	350$000
Ao lente de anatomia e operações.....	350$000
Ao lente de materia medica.....	350$000
Dous substitutos a 200$000 cada um	400$000
Dous demonstradores a 200$000.....	400$000
Ao bedel.....	150$000
Somma réis.....	3:550$000

Conformaram-se os lentes portuguezes com as taxas e differenças da tabella; mas os extrangeiros, *sempre difficeis de contentar* [1], não soffreram que o seu merecimento fosse aferido por similhante escala. Ao professor Simão Goold, que tinha obtido despacho para a primeira cadeira de clinica, pertenciam segundo a nova lei 600$000 réis. A solicitar egual quantia acudiu logo o professor de anatomia Luiz Cichi, e foi-lhe deferida a petição. Por determinação de 7 de novembro se lhe concedeu o augmento de ordenado de 150$000 réis, com que ficou egualado aos professores das outras Faculdades de naturaes seus compatriotas, «visto o muito que promettia, e o profundo conhecimento que «tinha da sua arte:» e a titulo de ajuda de custa mandaram-se-lhe dar mais 100$000 réis.

[1] Os lentes extrangeiros que vieram para a Universidade em 1377 foram exigentes com el-rei D. Fernando. Os que D. João III convidou obtiveram pingues ordenados e concessões importantes. Na Reforma de 1772 appareceram tambem as impertinencias dos lentes extrangeiros.

O pessoal escolhido, embora incompleto, parecia sufficiente para satisfazer aos encargos do ensino medico; restava providenciar a respeito dos estabelecimentos e dos utensilios indispensaveis para os exercicios practicos. O Marquez de Pombal, a cuja vasta comprehensão não escapavam os meios conducentes ao bom exito da Reforma, tinha attendido com muita circumspecção para estas necessidades. A sua previdencia facilitou-lhe o ensejo de os remediar convenientemente. O collegio, que fôra dos jesuitas, era edificio de tão amplas dimensões, que por si só bastava para a accommodação de todos os estabelecimentos das Faculdades de naturaes. O que importava era adaptal-o nas divisões interiores aos misteres das futuras instituições scientificas. Concedeu pois este edificio á Universidade para nelle se estabelecerem os gabinetes da Faculdade de Philosophia, e destinou o quarteirão que olha ao norte e ao poente para o hospital e mais accommodações da Medicina. Em officio de 21 de outubro participou ao reitor que tinha dado ordens ao corregedor da cidade para a mudança do hospital, e á junta da fazenda para a venda publica das casas do antigo hospital a beneficio dos enfermos; e no mesmo officio mandou ao reitor que por sua parte providenciasse para tudo se executar. Não pôde então effeituar-se a mudança; serviu de impedimento a falta de condições nosocomiaes da casa e o ruído das obras necessarias para a converter em hospital. E como os professores de Medicina se promptificassem a dar as lições de clinica e de anatomia no hospital velho, em officio de 27 de novembro mandou suspender-se a transferencia até se fazerem as obras indispensaveis. Deram-se as providencias para se terem aulas no antigo hospital da praça, onde a permanencia dos enfermos se protrahiu ainda por mais de seis annos.

Concluidos os necessarios preparativos, sobre tantos e tão diversos assumptos, para se dar execução aos novos Estatutos, despediu-se o Marquez de Pombal da Universidade na sessão solemne de 22 de outubro [1], e na manhã de 24 sahiu para Lisboa. Agra-

[1] No discurso de despedida louvou o Marquez o corpo universitario, porque «nelle se haviam já principiado a fundar os bons e depurados estudos.» E prosegue: «Este fiel testemunho de que em Coimbra achei muito que «louvar, nada que advertir, será na alta mente de Sua Magestade uma segura «caução das bem fundadas esperanças, que ha de conceber dos progressos

deceu-lhe el-rei o bom desempenho da commissão por carta regia de 6 de novembro, e continuou-lhe os illimitados poderes de logar-tenente na fundação da Universidade, para que a sua consummada experiencia e sabedoria levasse a termo a obra começada com tanto desvelo.

Ao despedir-se do corpo academico declarou o Marquez que a direcção da Universidade ficava incumbida ao digno prelado que até então a tinha governado como reitor, e que do dia da sua partida em diante a havia de dirigir como reitor reformador. Era este o insigne D. Francisco de Lemos de Faria, varão de excellentes predicados, que parece ter nascido providencialmente para desempenhar importante missão na grande empresa da restauração litteraria. Cedo lhe conheceu o Marquez de Pombal o muito que valia o seu prestimo, que esta rara perspicacia para divisar aptidões era condão natural do ministro de D. José. Por isso quando resolveu occupar-se definitivamente da reforma universitaria, o seu primeiro acto para tão momentosa obra foi assegurar a cooperação do futuro bispo de Coimbra. Confiou-lhe o cargo de reitor da Universidade em 14 de maio de 1770, deu-lhe honroso cabimento na Junta de Providencia Litteraria, e ultimamente, para estabelecer e firmar a practica dos novos planos de estudos, commetteu-lhe a execução dos Estatutos e a direcção da Universidade na qualidade de reitor reformador. Em tão elevados empregos houve-se D. Francisco de Lemos por modo, que correspondeu ás previsões e desejos do Marquez de Pombal. Collaborou efficaz-

«litterarios de uns dignos academicos, que de tal sorte preveniram as novas «leis dos Estatutos com o fervor e aproveitamento dos seus bem logrados es- «tudos.»

Effectivamente a Universidade nos ultimos annos da sua decadencia tinha sido frequentada pelas maiores notabilidades litterarias e scientificas que floresceram em Portugal na segunda metade do seculo decimo oitavo. Aspiravam então ao professorado e preparavam já grandes melhoramentos no ensino das sciencias positivas essa pleiada de vigorosos talentos, taes como Ricardo Raymundo, Antonio Ribeiro dos Sanctos, Paschoal José de Mello e outros. Parece que tudo se havia disposto e opportunamente combinado para que a reforma dos estudos prosperasse. Só para o ensino das sciencias naturaes não appareceram tantos sugeitos de engenho e sabedoria quantos se necessitavam para a regencia das escholas. Mas similhante falta não devia servir de motivo para que o Marquez deixasse de practicar um acto de reconhecida justiça louvando e animando na sua despedia os esforços dos professores beneméritos.

mente no *Compendio Historico*, teve parte principal nos planos e redacção dos novos Estatutos, e ao seu reconhecido zelo, prudencia e actividade se deve o bom andamento que desde logo tiveram os estudos e a prompta construcção dos edificios para se estabelecerem os gabinetes de sciencias naturaes. Acertada foi pois a escolha do prelado que havia de continuar a reforma inaugurada sob a suprema direcção do logar-tenente de D. José.

Era chegada a occasião de se proceder na Universidade á abertura das matriculas, e de se começar por este primeiro acto a execução da nova lei; deteve porem o reitor neste serviço de expediente uma difficuldade, para a qual não se tinha ainda attendido. Os estudos, cadeiras e cursos das novas escholas nada tinham de commum com as antigas; e por isso nenhuma correspondencia se dava entre os annos da Universidade, provados segundo a velha legislação, e os que se haviam determinado nos ultimos Estatutos. Se houvesse de observar-se rigorosamente a nova lei, raros estudantes alcançariam matricular-se nas Faculdades Academicas por falta dos exames exigidos; e os que já tinham annos de estudos universitarios ver-se-hiam obrigados a começar de novo a formatura. Para se evitar esta collisão, tomou-se o prudente arbitrio de se contar por valido e legal certo tempo de estudo aos alumnos adiantados, e nesta conformidade se regulou a abertura das matriculas, mas de modo especial para cada Faculdade. Em Medicina ordenou-se por edital de 7 de novembro que se contassem os cursos do modo seguinte:

«1.° O antigo grau de licenciado em artes valerá sómente pelo anno de philosophia racional e moral conforme os novos Estatutos, e não será contado por curso de Medicina.

«2.° Os que tiverem um anno medico provado estudarão os dous de preparatorios philosophicos e mathematicos, e no terceiro d'estes preparatorios terão tambem a matricula no primeiro medico.

«3.° Os que tiverem dous annos provados poderão matricular-se, como obrigados, nos cursos de physica e mathematica, ficando-lhes livre para no segundo anno dos dictos cursos se matricularem no primeiro de Medicina, e no terceiro dos mesmos cursos juntamente com o segundo medico;

«4.° Os que tiverem tres annos de matricula provados poderão

matricular-se no primeiro medico; os que tiverem quatro no segundo, e assim por diante; com a clausula de que todos deverão cursar geometria, physica e historia natural.»

Na conformidade das disposições contidas neste edital, se procedeu á matricula, e ficaram inscriptos para seguirem as aulas de Medicina oitenta e quatro estudantes.

Emfim, constituidas as Faculdades, tomadas cuidadosamente todas as providencias para o andamento regular das novas escholas, abriram-se os geraes universitarios, e no capitolio da sciencia brilhou a luz da restauração.

CAPITULO III

Serviço da Faculdade nos onze annos consecutivos á Reforma—Primeiros estabelecimentos

Em 16 de novembro de 1772 se abriram pela primeira vez, em quatro faculdades sómente, os novos estudos universitarios. Difficuldades, que surgiram quando apressadamente se tentou a mudança do hospital, obrigaram a sobr'estar na abertura das aulas de medicina. Mas como o tempo se adiantasse, e não podesse effectuar-se desde logo a transferencia dos doentes para o collegio que pertencera aos jesuitas, entendeu-se o reitor com os professores de medicina, e accordaram em se darem interinamente no antigo hospital as lições de clinica e de anatomia. Remediadas por este acertado accordo as necessidades instantes, mandou o prelado abrir o curso medico, o que teve logar em 23 de novembro conforme a melhor conjectura [1].

Dos 84 estudantes matriculados em medicina pertenciam 46 ao primeiro anno, 25 ao segundo, 12 ao quinto, e 1 ao sexto. Tudo persuade que nas aulas de materia medica, de anatomia e de clinica se começaram e proseguiram os trabalhos academicos com a possivel regularidade. E com quanto á matricula do terceiro e quarto anno não concorressem alumnos, parece-nos todavia que os lentes de Instituições e de Aphorismos explicaram as materias das suas respectivas cadeiras, como se tivessem ouvintes obrigados [2].

[1] Não achei documento donde constem as particularidades a respeito da abertura das aulas e da continuação de estudos, etc. O que deixo relatado é deduzido da correspondencia official do Marquez de Pombal, e nomeadamente dos officios de 16 e 27 de novembro de 1772.

[2] O insigne Francisco Tavares, que se achava então repetente, provou o

Determinavam os Estatutos que as Instituições e Aphorismos de Boerhaave servissem de texto para as lições nas cadeiras theoricas do terceiro e quarto anno; e além d'isto recommendavam aos lentes de medicina «que não mudem facilmente de Boerhaave «para outro, sem ponderarem, e discutirem por miudo as vanta-«gens que d'isso podem resultar.» Observou-se a lei pontualmente, e tão respeitadas foram as duas obras principaes do celebre professor de Leyde, que por ellas se explicou durante muitos annos a physiologia, a semeiotica e a hygiene, a pathologia e a therapeutica.

Não ficou expresso na lei de quaes compendios se devia desde logo usar, nas aulas do primeiro e do segundo anno, para as lições de materia medica e de anatomia; importava por isso ao conselho da Faculdade providenciar sobre tal omissão. Das providencias, que a este e outros respeitos se tomaram perdeu-se com o tempo a lembrança; é porém muito provavel que, embora se adoptassem alguns livros para texto, se seguisse nas leituras a ordem das materias, indicada nos Estatutos.

A primeira e mais remota noticia de se ter occupado a Faculdade na escolha de compendios acha-se na acta da congregação de 25 de novembro de 1774. D'alli consta que fôra então approvado para texto na aula de anatomia o tractado elementar d'esta sciencia composto por Heyster [1]. Não se refere que na mesma ou

curso do sexto anno, o que não podia acontecer senão tendo assistido diariamente ás lições theoricas nas cadeiras do 3.º e do 4.º anno. Deviam ter frequentado estas lições os estudantes que andavam matriculados no 5.º anno.

[1] A anatomia tinha progredido consideravelmente nos ultimos quarenta annos, e o *Compendium anatomicum* de Heyster publicado em 1717 não continha os recentes descobrimentos. Apezar de tudo era ainda considerado como obra classica para o estudo da sciencia, não só por comprehender todas as partes da anatomia, como tambem pela concisão, clareza e verdade, qualidades que lhe grangearam grande reputação.

Já então havia outras obras que talvez se devessem preferir para o ensino. A circumstancia de serem escriptas em lingua vulgar, a cujo conhecimento se não obrigavam os alumnos, devia concorrer para se dar a preferencia ao livro de Heyster escripto em latim. Parece-nos que foi este o primeiro compendio por onde se explicou a anatomia na Universidade depois da Reforma. Nos dous annos que precederam a escolha do livro temos que não houve texto obrigado, e que o professor fez as prelecções, seguindo o programma geral recommendado nos Estatutos. Na cadeira de materia medica devia provavelmente acontecer o mesmo.

em outra sessão tractasse o Conselho de escolher um livro para o estudo da materia medica; por onde se pode conjecturar que continuaram as lições no primeiro anno como tinham começado em 1772.

Do que ficou inteira noticia foi do cuidado com que o Marquez de Pombal procurava instituir os exercicios practicos na aula de anatomia. Em officio de 2 de março de 1773 dizia ao reitor «não «tardarão ao dr. Luiz Cichi os instrumentos anatomicos e cirur- «gicos.» Tardaram porém e de modo que só vieram a servir no fim do anno lectivo, como se vê do officio de 30 de junho, em que o marquez se regosija «pelos bons principios que já tinha «dado ás operações e demonstrações anatomicas o lente Luiz Cichi, «e pelo fervor com que a mocidade se applicava.» Em pleno estio, e já nos ultimos dias de aula escasso desenvolvimento podiam ter os exercicios practicos no cadaver. Inauguraram-se os trabalhos anatomicos e operatorios, e deu-se por amostra no fim do anno este grande melhoramento da Reforma. Assim o julgou o Conselho da Faculdade em congregação de 12 de julho de 1773, a primeira e unica de que ficou memoria naquelle anno lectivo; por quanto decidiu que «no primeiro e segundo anno se fizessem «tão sómente actos theoricos, visto os estudantes não terem rece- «bido instrucção practica por falta de dispensatorio pharmaceutico «e de theatro anatomico.» E de facto só houve exames theoricos do primeiro e segundo anno. Os estudantes do quinto pediram para fazer acto; foi-lhe indeferida a petição «por utilidade publica e «honra da Faculdade.» Mandaram-nos estudar por mais um anno materia medica, anatomia, geometria, physica e medicina practica.

Assim correram os trabalhos do primeiro anno escholar depois da Reforma. Quando principiaram novamente as lides academicas recebeu o reitor aviso do Marquez de Pombal «de que ficava espe- «rando a proposta para o provimento das cadeiras e substituições «de medicina.» Já por este tempo devia estar impossibilitado do serviço o professor de clinica Simão Goold; e como o quadro da Faculdade se achava incompleto desde a sua instituição, era de urgente necessidade augmentar o pessoal. Ou porque as propostas do reitor não agradassem, ou porque o Marquez resolvesse adiar as nomeações, disse em carta de 15 de novembro «que era melhor «nomear, segundo o merecimento, os lentes para as cadeiras nas

«quatro Faculdades» e foi espaçando as promoções na de medicina até o fim de maio de 1776. Com a aposentação do dr. Simão Goold em dezembro pouco mais ou menos de 1773 [1], ficou a Faculdade reduzida a tres cathedraticos, dous substitutos e ao demonstrador de anatomia. É de crer que para não haver faltas no serviço começasse em outubro a reger as duas cadeiras de practica o substituto, dr. Antonio José Francisco d'Aguiar, que cumulativamente as regeu por mais de quatro annos.

O pessoal docente, embora diminuto, obviou por então ás necessidades do ensino, e sustentou os creditos de Reforma. Tão boa estreia tiveram neste anno lectivo os trabalhos anatomicos, que mereceram especiaes louvores do ministro reformador em carta de 25 de fevereiro de 1774. Não se extendiam elles ao professor da cadeira, antes na mesma carta o manda o ministro reprehender por não ter a devida assiduidade; e fallando de certos instrumentos, accrescenta que «estariam promptos se o dr. Cichi não tivesse re-«provado alguns, feitos conforme aos modelos dados por elle.» Para que os alumnos podessem exercitar-se na practica das dissecções, ordenou-se, na mesma data de 25 de fevereiro, á Relação e Caza do Porto que mandasse remetter para o theatro anatomico em Coimbra os cadaveres dos justiçados.

Não tiveram egual desenvolvimento os exercicios practicos na aula de materia medica e pharmacia. Empenhava-se o lente no adiantamento dos discipulos; mas em quanto se não fundasse o dispensatorio, decretado nos estatutos, era escusado planear trabalhos escholares de pharmacotechnia. Por isso os exercicios practicos não podiam ir além da demonstração das substancias medicinaes feita pelo professor durante as preleções academicas. Assim continuaram, até que em 1779 se estabeleceu definitivamente o dispensatorio pharmaceutico.

Os beneficios da reforma cedo chegaram aos enfermos que recorriam á caridade do hospital. Sob a direcção clinica dos novos lentes melhoraram immediatamente algumas condições d'aquelle estabelecimento. Estes bons principios levaram o reitor a solicitar que se entregasse á Faculdade de Medicina a administração dos

[1] O professor Simão Goold recebeu os ordenados por inteiro até o fim de dezembro de 1773. Acha-se mencionado nas folhas dos vencimentos com a nota de aposentado e recebendo só metade do ordenado desde o 1.º de janeiro de 1774.

tres hospitaes da cidade, geral, de convalescença e de S. Lazaro. Prompto e favoravel despacho teve a petição do reitor. Em 13 de abril de 1774 lhe annunciou o ministro que estavam passadas duas provisões, tendentes a satisfazer á sua requisição. Pouco tempo depois achava-se reunida em uma só, e a cargo da Faculdade de Medicina, a administração dos hospitaes de Coimbra.

Entre as muitas occupações que entretiveram o Conselho da Faculdade nenhuma lhe mereceu maior consideração nem trouxe maiores cuidados do que a administração dos hospitaes. Redundaram em prosperidade todos os desvelos empregados naquelle humanitario instituto durante a epocha que vamos historiando. Na regularidade do serviço, limpeza e aceio das officinas, e no agasalho dos doentes foram sensiveis os melhoramentos, e para tudo chegavam as rendas proprias da caza. Mais tarde cresceu o numero dos doentes, e como não cresceram proporcionalmente as rendas, a severa economia e os cuidados vigilantes dos administradores não conseguiram evitar a penuria, como em seu logar contaremos.

Não era só a regencia das cadeiras e a administração dos hospitaes que estava a cargo da Faculdade de Medicina; cumpria-lhe tambem interpor o seu voto sobre os livros medicos que houvessem de se imprimir, assim como examinar quaesquer remedios de composição desconhecida, que os descobridores ou inventores pretendiam inculcar ou expor á venda.

Nas primeiras congregações de 1774 appareceram requerimentos pedindo licença para a impressão das seguintes obas:

De Jorge Rei e companhia	Aviso ao publico de *Tissot*.
De José Camillo	Resposta ás reflexões do dr. Manuel Gomes de Lima.
De Manuel de Moraes Soares	Historia morbi particularis.
De Manuel Coelho Amado	Materia medica sobre o novo invento do especifico remedio de curar cancros.
De Vicente Fereira de Moraes ...	Tractado da enfermidade dos ossos.
De Antonio Rodrigues Portugal ..	Methodo de conhecer e curar as feridas.

De Luiz Antonio Alfeirão.....	Tractado das operações cirurgicas de *Sharp*.
De Thomé Evaristo Vidal.....	Saude dos litteratos de *Tissot*.
De José Gomes Pires.....	Traducção portugueza da cirurgia de *Elias Col.*
Do dr. Balthazar de Tara.....	Methodo do uso dos pós febrifugos (os quaes pós apresentou numa caixa).

O pessoal da Faculdade era então insufficiente para satisfazer ás obrigações do ensino e aos encargos da censura. Ponderou o prelado ao governo as accumulações de serviço e a necessidade de se proverem os logares vagos. Respondeu o Marquez de Pombal em 12 de março de 1774 «que não tinham ainda apparecido tan-«tos sujeitos habeis para as respectivas cadeiras, quantos se re-«queriam pela novissima instituição; mas que providenciava para «as necessidades da occasião, ordenando que os professores das Fa-«culdades de naturaes, os drs. Franzini, Vandelli, e Dalla Bella «tivessem assento e voto na congregação de Medicina.» Nada se remediou com tal providencia, porque os tres doutores que se mandaram encorporar no Conselho da Faculdade nem se incumbiram da administração dos hospitaes, nem tomaram parte nos trabalhos de censura.

De todas as requisições dirigidas á Faculdade para expender opinião sobre a efficacia de remedios particulares nenhuma attrahiu tanto as attenções e excitou a curiosidade, como a seguinte, que por se interessar nella o governo merece neste logar inteira menção.

Appareceu em Lisboa, vindo do Brazil, um francez que dizia ter emprehendido no Rio de Janeiro com bons resultados o tractamento da elephantiase. Tal confiança tinha nos seus estudos e experiencias a respeito d'aquella terrivel enfermidade, que não duvidou inculcar-se ao Marquez de Pombal como practico de quem se podiam esperar bons serviços medicos na cura dos lazaros. Pareceu ao ministro que o francez era homem habil, e que discursava na materia como quem d'ella tinha particular conhecimento. Convencido de que se não deviam ter por mal empregadas as tentativas feitas com o proposito de se achar remedio contra a mais hedionda de quantas doenças affligem a humanidade, resolveu mandar inquerir o francez por peritos idoneos, a fim de

averiguar se algum proveito podia obter-se da sciencia que inculcava. Para tão especial averiguação scientifica não havia então no reino junta ou corporação competente e legalmente constituida além da Faculdade de Medicina. Encarregou-a o Marquez de examinar attentamente o caso; e para que tudo se conseguisse sem detrimento do serviço academico, mandou o francez para Coimbra precedido da seguinte carta, dirigida ao reitor.

Ex.mo e Rv.mo Sr. — A essa Universidade vai dirigido João Francisco Ravin para que na congregação da Faculdade de Medicina se examine com circumspecção, e sem espirito de parcialidade, a tentativa por elle feita sobre a origem, progressos e curativo proprio da enfermidade chamada *mal de São Lazaro.*

Este mal, conhecido ha muitos seculos em Portugal, e fora d'elle, sem de todo se atinar com a sua verdadeira cura, ainda que hoje não seja tão frequente pela razão que logo referirei, no Rio de Janeiro é communissimo. E pedindo a saude dos povos d'esta colonia portugueza que se acuda á sua conservação, é bem necessario que se lhe dê um soccorro proprio ás suas urgencias, examinando-se as causas d'aquella enfermidade, pela informação e experiencia de um homem, que parece habil, como o referido João Francisco Ravin, que assistiu muitos annos na sobredicta colonia, examinando e curando o mesmo mal.

O fim d'esta diligencia é chegar-se por effeito dos exames, e conferencias da congregação da Faculdade a assentar-se no proprio e especifico curativo da dicta enfermidade, tendo-se conhecido, e assentado qual seja a causa originaria, e primitiva d'ella; para que o mesmo Ravin volte ao Rio de Janeiro a fazer as methodicas curas, em que se assentar, e fique depois tendo uma correspondencia aberta com a Faculdade, ao fim de aplanar algumas duvidas, que sobrevenham na practica do mesmo curativo, e de communicar á Faculdade as observações que for fazendo, ou da alteração, ou da variedade dos já conhecidos symptomas, ou dos novos remedios, que for descobrindo e applicando.

O modo que se ha de practicar nestas conferencias deve ser o de se congregar a Faculdade, ser na presença d'ella ouvido o sobredicto Ravin, e por elle ser lido o opusculo, votar o primeiro lente da Faculdade com pleno conhecimento de causa, examinando em sua casa o dicto opusculo; votando por escripto, e ficando em

segredo o voto. Passar d'este a segundo, depois a terceiro, até o ultimo voto da Faculdade pela mesma forma, e com tal segredo, que os votos d'uns não sejam vistos pelos outros, antes da publica abertura d'elles. Em estando concluidos, chamar toda a congregação, lerem-se nella todos os votos, e pelo resultado d'elles, discutirem-se as duvidas que se apresentarem, ou convencendo-as com força de bons fundamentos, ou conciliando-os dado que se venha a assentar no solido, verdadeiro, e util methodo curativo, com que se vá acudir ao grande numero de enfermos d'aquella capital, que insta pelo remedio d'uma enfermidade, que pode vir a ser de ultima consequencia, e a produzir um contagio successivo, e irremediavel.

Não será porém fóra de proposito que a este respeito lembre eu a v. ex.ª algumas especies que me occorrem, e que, sendo communicadas á sobredicta Faculdade, darão algumas luzes para o presente caso.

Desde tempos antiquissimos houve em Portugal o costume de se fazerem muitos hospitaes destinados para *Lazaros* ou *Gafos* (nome que ainda hoje nas provincias do norte d'este reino se dá aos que enfermam de mal venereo) e se acham memorias de muitos legados e instituições particulares para *Gafarias,* o que dá uma clara ideia de ser então este mal muito frequente. Depois porém que se conheceu o curativo do *morbo celtico,* pouco e pouco se foi minorando aquelle grande numero de *Lazaros* ou *Gafos,* por se atalhar com os remedios *antivenereos* o progresso d'este mal, sem que chegue ao ultimo estado, que reduz os enfermos *a Lazaros* irremediaveis.

Este mesmo mal é o da Lepra Asiatica bem conhecida no *Levitico,* e cujos symptomas, expressos naquelle livro, combinados com os do mal de que se tracta, são pouco menos que identicos, a respeito dos da ultima ruina, a que a queixa *celtica* reduz os corpos dos que chegam a esse estado. Esta é originalmente a Lepra *Syriaca;* e o que me confirma neste conceito é a Lepra de *Naaman o Syrio,* sabendo nós pelas descripções, que d'esta enfermidade (ainda hoje commum naquelle paiz) se nos fazem, que são uma pintura fiel dos arruinados e perdidos pelo *mal celtico,* e sabendo, que a nimia devassidão dos povos asiaticos até fazia ponto de religião da sua immoderada, e brutal incontinencia, bem facil é de crer que aquella Lepra era o *mal celtico,* de que não

tinham conhecimento, e a que não sabiam remedio especifico, que o atalhasse.

Combinado isto com as ideias medicas, que nos dão alguns viajantes celebres, com os conhecimentos positivos de Tournefort e de Moundrel, que nos decidem da causa da dicta enfermidade, e com os outros conhecimentos, que tambem temos, da devassidão sensual dos povos americanos, será facil de reconhecer que d'esta desordem provem a mesma queixa, ou por infecção contrahida, ou hereditaria; e que o pouco cuidado de atalhar esta enfermidade nos seus principios, a deixa habituar até o ponto de reduzir os corpos dos enfermos d'ella ao triste estado de *Lazaros* ou *Gafos*.

Se d'estas luzes se poder tirar alguma utilidade em beneficio da causa, que faz o assumpto d'esta carta, estimarei que a Faculdade de Medicina conheça que eu desejo muito os grandes progressos d'ella.

Deus guarde a v. ex.ª Sitio de Nossa Senhora d'Ajuda em **23** de abril de **1774**. — *Marquez de Pombal.*

Ex.mo e Rev.mo Sr. — Bispo eleito coadjutor, e futuro successor de Coimbra, reformador reitor da Universidade [1].

Dous mezes se tinham passado depois que fôra expedida esta carta quando o francez João Francisco Ravin deu entrada em Coimbra. Achavam-se então os lentes occupados no serviço dos actos; não obstante, o prelado mandou logo reunir a congregação de Medicina. Em 25 de junho constituiu-se a Faculdade em sessão extraordinaria para dar cumprimento ás determinações do logar tenente d'el-rei. Chamou-se o dicto Ravin perante o Conselho, e ahi se procedeu ao interrogatorio. Foi perguntado por todos os vogaes sobre o *methodo de curativo da elephantiase, observações, symptomas, e remedios.* Não se contém mais explicitos apontamentos no rascunho donde tirei estas noticias; das respostas verbaes do francez não ficou escripta uma só palavra: apenas se mencionaram, como unica resposta sobre todo o interrogatorio, as seguintes palavras em duas linhas *e apresentou um papel que tinha feito sobre a materia para a Faculdade examinar.- Mandou-se correr.*

[1] Tirada do original, do livro 2.°, dos originaes existentes na secretaria da Universidade.

Em vão procurei esclarecimentos que indicassem a opinião da Faculdade, e os resultados da sua averiguação. Nem dos apontamentos para as actas [1], nem da correspondencia do ministro consta o destino que teve o francez ou o apreço que se deu em Coimbra á sua especialidade therapeutica. Este silencio a respeito de pessoa tão recommendada e sobre negocio de tanta importancia, deixa presumir que se não achou fundamento para se travar correspondencia scientifica entre a Faculdade e o francez, e muito menos para se lhe auctorisar o exercicio d'uma arte sublime, que sempre degenera em flagello nas mãos de curiosos.

Em todo o anno de 1775 e no immediato não houve occurrencia que alterasse o andamento regular da Faculdade. No ensino escholar e na administração dos hospitaes empregaram os lentes o melhor de seus cuidados. Com o intuito de se beneficiar o serviço interno do hospital geral e de se confiar a enfermeiros caridosos e desvelados o tractamento prescripto aos doentes, resolveu o Conselho da Faculdade em sessão de 20 de janeiro de 1776 pedir ao Marquez logar-tenente do soberano que se dignasse mandar vir para o mesmo hospital tres padres de S. Camillo de Lelis. A petição nunca teve despacho, e o serviço das enfermarias continuou, como estava, entregue aos costumados enfermeiros.

O limitado pessoal da Faculdade tinha supprido as faltas com tanto zelo e prestado taes serviços, que bem cabida era já qualquer demonstração do governo tendente a galardoar a sua dedicação. Reconheceu-lhe o governo os serviços com a promoção de 29 de maio de 1776. Os quatro lentes portuguezes, os unicos na Faculdade que sinceramente se entregaram ás obrigações do professorado, foram contemplados como os seus merecimentos pediam. Os dous substitutos passaram a cathedraticos, e os que já tinham esta graduação melhoraram de vencimentos subindo na escala das cadeiras. Por esta promoção ficou a Faculdade constituida do modo seguinte:

[1] As unicas lembranças que existem das actas das congregações de Medicina desde a reforma até 28 de julho de 1781 constam d'uns apontamentos em papeis avulsos. Em 19 de junho de 1781 rubricou o lente de prima, Antonio José Pereira, um livro para se escreverem as decisões do Conselho. A primeira acta que lá se escreveu é a da sessão de 17 de maio de 1786. Faltam portanto noticias das actas de cinco annos.

O dr. Antonio José Pereira . . .	Lente de prima — 2.ª cadeira de practica.
O dr. José Francisco de Aguiar	Lente da 1.ª cadeira de practica.
O dr. Manuel Antonio Sobral . .	Lente da cadeira de Aphorismos.
O dr. José Francisco Leal.	Lente da cadeira de Instituições, accumulando a de Materia medica.

Alem d'estes havia no quadro o italiano Luiz Cichi, a quem estava incumbido o ensino da anatomia. Tinha este professor regido a cadeira nos ultimos dous annos com tanto desleixo e má vontade, que se tornou reprehensivel o seu procedimento. E como nem as reprehensões da parte do governo, nem os avisos e admoestações do reitor o compellissem ao desempenho dos seus deveres, foi-lhe intimada a suspensão do serviço academico no principio de dezembro de 1776. Recorreu para o governo com uma allegação de defesa e petição de desaggravo. Contrariou-lhe porém as pretenções a informação dada pelo reitor sobre a materia do requerimento. Não podendo então justificar-se das culpas, nem eximir-se da pena que lhe havia sido imposta, solicitou a demissão do cargo, e com ella a permissão para se ausentar do reino. Foi-lhe acceita a primeira e concedida a segunda por carta de 18 de janeiro de 1779. Teve este expediente a dupla vantagem de se desembaraçar o serviço academico d'um funccionario relaxado, e de se facilitar o accesso para as cadeiras de Medicina a um dos melhores anatomicos que illustraram a Faculdade.

Apenas o professor Cichi deixou de exercer as suas funcções, passou a regencia da cadeira de anatomia para o respectivo demonstrador, conforme determinavam os Estatutos. Regeu-a em quanto durou o impedimento do proprietario; mas como a lei sómente lhe dava a faculdade para dirigir os trabalhos escholares, e não lhe conferia auctoridade para presidir nos actos, promptificaram-se para este serviço os lentes das outras cadeiras, e tudo se remediou sem que fosse necessaria a intervenção de professores extrangeiros.

Os bons creditos anatomicos, de que já gosava o demonstrador José Corrêa Picanço, augmentaram desde que pôde desassombradamente manifestar todos os seus recursos na regencia da cadeira.

Houve-se no ensino com tanta pericia, tão solida instrucção conseguiu dar a seus discipulos, que d'estes bons serviços lhe veiu a principal recommendação para obter no quadro da Faculdade a collocação que merecia. Logo que vagou a cadeira de anatomia pela demissão do dr. Cichi foi nella provido por carta de 16 de fevereiro de 1779, e mandado graduar e incorporar na Faculdade de Medicina, «como se tinha practicado com o seu antecessor.»

Já por este tempo se achavam concluidas no collegio dos extinctos jesuitas as obras indispensaveis para a accommodação dos estabelecimentos medicos. Pertencia ao conselho da Faculdade, como cousa que interessava a seus creditos, installar o serviço dentro das novas officinas, e dirigil-o por meio de adequados regulamentos. Attendeu opportunamente a esta obrigação, e em 16 de março de 1779, em congregação convocada para visita aos novos estabelecimentos, approvou «as regras e estatutos provisionaes para o regimento economico dos hospitaes.» Do mesmo modo cogitou de prover em pessoas idoneas e de confiança os officios creados para o laboratorio e dispensatorio pharmaceutico ; e como fosse necessario para bem do ensino occorrer quanto antes á necessidade das demonstrações, tractou de escolher para este serviço quem o podesse desempenhar dignamente.

Tinham decorrido mais de seis annos desde que vigoravam os estudos reformados, e era já tempo de se ver o fructo das novas escholas, manifestado em algum discipulo intelligente que se tornasse digno de occupar o logar de professor. Entre os medicos de Coimbra sobresahia então o dr. Francisco Tavares, que concluira a formatura no ultimo anno do antigo regimen universitario, e que havia cursado o sexto anno para obter os gráus superiores logo no principio da Reforma. Obteve o gráu de doutor em 30 de novembro de 1778, e foi o primeiro alumno medico a quem se conferiu segundo a legislação dos novos Estatutos. A este aspirante ao magisterio confiou a Faculdade de Medicina o cargo interino de demonstrador de materia medica, que começou a exercer em 12 de abril de 1779. Dous annos depois, em congregação de 19 de junho de 1781, decidiu a Faculdade informar o governo «que o dr. Francisco Tavares tinha merecimentos para lente.»

Com egual felicidade acertou o Conselho na escolha de demonstrador para a cadeira de anatomia. Distinguia-se entre os alumnos

seus contemporaneos o estudante Caetano José Pinto d'Almeida, que por vezes tinha interrompido o curso medico, e que então frequentava o penultimo anno da formatura. Foi chamado para demonstrador interino de anatomia e para cirurgião do hospital. Serviu um e outro logar com tanto zelo e intelligencia, que em congregação de 14 de janeiro de 1781, quando ainda cursava o quinto anno, disse a Faculdade para o governo «que elle era digno de que S. Magestade lhe mandasse passar carta de demonstrador de anatomia.»

Com a nomeação interina dos dous demonstradores pôde desenvolver-se o ensino theorico e practico. A regencia de Instituições e de Materia medica ainda continuou a cargo d'um só professor. Não obstante, os trabalhos escholares foram adquirindo maior regularidade, até que em junho de 1783 se melhorou directamente todo o serviço da Faculdade. Concorreu para o successivo aperfeiçoamento do ensino a instituição de estabelecimentos providos de utensilios, peças artificiaes e preparados naturaes.

Primeiros estabelecimentos

O hospital geral de Coimbra, fundado por el-rei D. Manuel em 1503, accommodava-se numa casa, pouco apropriada, sita na praça de S. Bartholomeu. Na mesma casa, mas com administração separada, se estabeleceram em 1743 umas enfermarias para convalescentes, a que chamaram por isso hospital de convalescença, para cuja instituição e sustentação deixou legado sufficiente o conego da Sé, dr. Sebastião Antunes. Havia fóra de portas da cidade hospital particular para leprosos, fundado e dotado por D. Sancho I. Sustentava-se dos rendimentos proprios, e tinha administração distincta da de todos os outros estabelecimentos de caridade [1].

[1] A historia dos hospitaes de Coimbra foi escripta e publicada no jornal o *Conimbricence* pelo proprietario do mesmo jornal, o sr. Joaquim Martins de Carvalho, assiduo investigador de curiosidades historicas.

Começou a sahir nas folhas de dezembro de 1866 e continuou em 1867. É um trabalho muito apreciavel, farto de interessantes noticias pela maior parte ignoradas, e o mais completo que até hoje tem apparecido sobre tal asumpto.

Tambem traçou a historia dos hospitaes de Coimbra o sr. dr. A. A. da Costa Simões em poucas mas substanciosas paginas do seu opusculo sobre *hospitaes da Universidade*.

Por longos annos teve a Universidade em casa emprestada as aulas de medicina practica. Davam-se as lições no hospital da cidade, aonde concorriam por turno a fazer serviço clinico os tres lentes mais graduados da Faculdade. Nos Estatutos Velhos achava-se a clausula de que este emprestimo subsistiria em quanto a Universidade não tivesse hospital de seu. Nunca o teve nem consta que tentasse estabelecel-o, embora nos cofres abundassem os recursos pecuniarios para tal empresa. De tão fatal descuido ou esquecimento nasceu o ensejo de se coroar a obra da restauração das sciencias com a instituição d'um hospital universitario.

O Marquez de Pombal, que a tudo attendia, e tudo considerava com muita reflexão, sabendo que o velho hospital de Coimbra, alem de acanhado, estava a todos os respeitos em pessimas condições hygienicas, e conhecendo tambem que havia nelle duas administrações distinctas, quando ambas e a do hospital dos lazaros se podiam incorporar vantajosamente em uma só, resolveu extinguir o hospital geral e de convalescença, e fundar outro melhor, que servisse para se tractarem os enfermos pobres e ao mesmo tempo para eschola de medicina practica. O collegio dos jesuitas, situado na parte superior da cidade, desafrontado d'outras construcções, lavado dos ares, e bem exposto, parecia que de proposito fôra edificado para nelle se estabelecer um hospital. Ainda que o ministro projectava fundar alli os gabinetes de sciencias naturaes, era tal a grandeza da casa, que chegava de sobejo para outras accommodações. Destinaram-se portanto para o estabelecimento do novo hospital os dous lados do grande quarteirão no angulo N.O. do edificio. Modificaram-se as divisões interiores, adaptaram-se na disposição e grandeza para enfermarias e mais officinas indispensaveis, e os dous andares da casa ficaram assim com sufficiente capacidade para conterem o dobro dos doentes que se accommodavam no antigo hospital.

Tinha a Faculdade de Medicina a seu cargo desde abril de 1774 a administração de todos os hospitaes de Coimbra. Pela media dos rendimentos e despesas calculou que a receita chegava para se manterem até oitenta doentes. Nesta conformidade organisou os regulamentos para o serviço, e estabeleceu as regras para a admissão dos enfermos. Tomadas por este modo as necessarias providencias para o bom governo do novo hospital, tractou-se da mudança dos doentes.

Em 19 de março de 1779 se inaugurou solemnemente o estabelecimento definitivo do hospital no edificio que pertencera aos jesuitas. Dias depois achava-se em bom andamento o curativo dos doentes e todo o serviço das infermarias. Corresponderam os resultados clinicos ao que se tinha previsto ácerca das condições hygienicas da casa. Taes creditos foi ganhando o estabelecimento, que em breve augmentou consideravelmente a concorrencia dos enfermos. Seguiu-se a isto o desequilibrio inevitavel entre a receita e a despesa, e desde então começaram os embaraços administrativos, que foram causa de incessantes cuidados para a Faculdade de Medicina.

No pavimento inferior do mesmo collegio dos jesuitas, e juncto ao angulo que está virado ao nordeste, se estabeleceu o dispensatorio pharmaceutico com todas as suas pertenças. Communicava interiormente com o hospital, o que muito convinha para a regularidade e promptidão no serviço. Foi provido logo desde o seu principio de abundancia de drogas e de preparados pharmaceuticos, assim como de instrumentos e apparelhos para satisfazer ao duplo fim de fornecer remedios para o hospital, e de servir para o ensino practico da materia medica e da pharmacia. Por alguns annos se conservou o dispensatorio nas salas em que primeiro foi estabelecido: passou depois para outras onde ainda hoje existe, quando appareceu a necessidade de se fundar em logar espaçoso um theatro para dissecções cadavericas.

A primeira casa que se destinou para os exercicios de anatomia practica era uma sala de pequena capacidade que ficava entre as dependencias do hospital e as do museu. No centro da sala estava uma mesa, onde o professor auxiliado pelo demonstrador fazia as demonstrações anatomicas e os exercicios de medicina operatoria no cadaver.

Não permittia a estreiteza da casa que houvesse alli armarios para a arrecadação de instrumentos, livros, estampas e preparados anatomicos. Tão acanhado era o espaço que, quando havia cursos numerosos, não podiam os estudantes assistir ás demonstrações practicas senão divididos em turmas. Demais a falta de luz e de ventilação embaraçava o serviço, e tornava sensivel a má visinhança tanto para o museu como para o hospital. Por todas estas razões

se julgou que era de urgente necessidade remover a aula de anatomia para casa espaçosa, clara e bem ventilada, e para sitio d'onde não podesse vir influencia prejudicial aos outros estabelecimentos.

As salas em que se achava o dispensatorio pharmaceutico tinham boas condições para alli se accommodarem os gabinetes de anatomia. Eram frias pela exposição ao norte, claras e bem ventiladas pela grandeza das janellas e pelas communicações interiores com o pateo central; e como tinham capacidade bastante, entendeu-se que se deviam alli estabelecer a aula e gabinete de anatomia, e mudar o dispensatorio para outras casas no mesmo pavimento do edificio. Assim se fez. A botica e aula de materia medica passaram para as duas grandes salas que recebem luz pela fachada principal; a drogaria, officinas e aposentos dos empregados ficaram nos repartimentos interiores; e nas duas salas que têm exposição ao norte estabeleceram-se os gabinetes pertencentes á cadeira de anatomia. Construiu-se na primeira sala, que recebe luz do norte e nascente, um amphitheatro, em cujo centro se collocou uma mesa para dissecções cadavericas; e como sobrava ainda muito espaço, encostou-se a uma das paredes um amplo armario bem acabado de boa madeira do Brasil. Na sala immediata collocou-se o deposito de agua, armario com gavetas, e mesas para dissecções e exercicios operatorios. Mais tarde destinou-se para aula de anatomia a sala que fica entre a botica e o amphitheatro anatomico. Alli se accommodaram tambem livros, estampas e preparados indispensaveis para o ensino da sciencia. Não existe noticia das peças e instrumentos que possuiu o gabinete nos primeiros tempos da sua instituição [1]; sabemos apenas que foi provido desde o principio de instrumentos anatomicos e cirurgicos. É de presumir que tambem pelo mesmo tempo adquirisse algumas collecções de boas estampas que ainda hoje conserva.

[1] Num papel avulso, juncto a outros que contêm apontamentos para as actas até 1781, achei o seguinte:

Mudança de hospital, esqueletos de ossos, etc., preparados anatomicos de cera. Todas as machinas para a arte obstetricia. Armentario inteiro cirurgico, comprehendendo a obstetricia. Figuras necessarias para ataduras, e tractado de Hunter.

Isto ou é relação de cousas que já existiam, ou apontamento para se alcançarem.

CAPITULO IV

Apreciação da reforma do ensino medico

Quando se compara a antiga organisação dos estudos medicos com a norma de ensino decretada nos Estatutos de D. José, sente-se o embate das differenças, como quando se passa das trevas para a claridade. Alem a desordem nos cursos, a confusão nas materias, e a mistura incomprehensivel de doutrinas obsoletas; aqui a methodica distribuição dos ramos da sciencia, a regularidade na successão dos estudos, e os sabios preceitos para se instruirem os alumnos em conformidade com os progressos scientificos. Estas vantagens, que evidentemente sobresahem na confrontação dos velhos com os novos Estatutos, abonam a Reforma, e são argumento incontroverso da sua proficuidade. A experiencia de onze annos nos cursos universitarios confirmou as previsões do legislador, e tornou palpaveis os beneficios que advieram á instrucção. É por tanto indubitavel que, em relação ao passado, melhorou a Reforma efficazmente a sorte da Medicina em Portugal. Não é porém sob este aspecto que agora tentamos avaliar-lhe a importancia. Dirigimos as considerações, que se seguem, a sondar o espirito que presidiu á reforma dos estudos medicos, a combinar a traça com a execução da obra, e a apreciar finalmente a mesma Reforma em si e pelos resultados [1].

Extinguir totalmente a velha Universidade, e crear outra de novo, foi o pensamento culminante que dominou a Junta de Providencia Litteraria ao tomar sobre si a reforma do ensino superior.

[1] A apreciação relativa ás doutrinas medicas terá logar no capitulo VII.

Bastava-lhe um traço de penna para aniquilar o velho instituto de D. João III; na substituição por outro de melhor valia, na creação de escholas que satisfizessem ás necessidades presentes e ás aspirações futuras estavam as difficuldades da empreza. As mais notaveis academias extrangeiras tambem pelo mesmo tempo se occupavam na resolução de importantes problemas sobre instrucção publica. Havia já então quem impugnasse as celebradas vantagens das Universidades. Argumentava-se que estes estudos geraes, concebidos e fundados sob a influencia clerical na edade media, embora modificados e affeiçoados segundo as exigencias dos tempos, resentiam-se todavia da origem; desvelavam-se mais na ostentação das suas prerogativas aristocraticas e na conservação das formulas e costumes tradicionaes, do que nos progressos e adiantamento das sciencias. Fortificava-se o argumento com o exemplo de modestas escholas, que fundadas sem privilegios nem apparato de universalidade, circumscriptas á cultura especial d'uma sciencia, eram officinas de trabalho proficuo, d'onde sahiam os inventos que engrandeciam e dilatavam os conhecimentos humanos.

A Junta de Providencia Litteraria não ignorava que as Universidades professavam no ensino tão sómente as verdades adquiridas e sanccionadas pelo concurso geral, que se não esforçavam pelo adiantamento das sciencias, nem recebiam «com a promptidão necessaria» os recentes descobrimentos [1]. Conhecia tambem que nas escholas especiaes e academias particulares havia outras tendencias e mais gloriosas aspirações, que primavam pela investigação de verdades desconhecidas e pelo desejo da novidade. Ponderando pois os vicios e virtudes inherentes a umas e outras instituições, possuiu-se a Junta do enthusiasmo que inspira a novidade, e inclinou-se abertamente para as idéas de progresso. No entretanto, apezar de qualificar o procedimento das Universidades como «de grande prejuizo ao bem commum e ao adiantamento das letras [2],» não deixou de reconhecer que uma prudente reserva na admissão das materias, que se hão de explicar das cadeiras, era cautela bem entendida, para que o ensino superior tivesse utilidade real e a importancia que lhe compete, e para que a mocidade não tresvariasse seduzida pela apparencia de verdades mal definidas.

[1] *Estatutos da Universidade*, liv. III, no principio.
[2] Ibidem.

Portanto, acceitando por incontestaveis os factos com que se impugnavam as Universidades, não acceitou egualmente as consequencias. Pareceu-lhe que os defeitos das antigas Universidades procediam antes da sua viciosa organisação, do que da existencia simultanea de escholas de todas as artes e sciencias. O concurso de muitos conhecimentos, quando devidamente ministrados e bem dirigidos, em vez de prejudicar e confundir, esclarece e facilita o estudo. Por isso a Junta, ao lançar os primeiros traços para a reforma, longe de esboçar escholas particulares, desligadas e independentes, preferiu o plano de congregar numa só corporação o ensino de todas as sciencias, e de as relacionar de modo que a proximidade d'uma podesse auxiliar e desenvolver o conhecimento da outra. Este pensamento, que em geral presidiu á constituição de todas as faculdades, tornou-se evidentissimo em relação á de Medicina.

Com quanto fosse do designio da Junta promover o aperfeiçoamento das sciencias pelo mutuo auxilio, o seu fim principal no plano que projectava para as faculdade naturaes, mirava a conseguir aquelle resultado satisfazendo ao mesmo tempo a mais elevadas aspirações. A creação de estudos de Mathematica e de Philosophia Natural entrava no plano como parte essencial da Reforma. A Junta não se limitava simplesmente a instituir cadeiras e a determinar as regras para os cursos; o seu proposito desde todo o principio foi estabelecer tambem gabinetes, laboratorio e mais officinas indispensaveis, onde aquellas sciencias se podessem tractar e aprender practicamente. Desde então, julgando que era possivel dar tanto vigor ás novas escholas, que servissem a um tempo para se instruir a mocidade e para se emprehenderem descobrimentos, similhantemente ao que acontecia em algumas academias, dirigiu as suas vistas para este duplo fim. E como tambem desejava que em tudo predominasse a forma classica e apparatosa das Universidades, empenhou-se em alliar a pompa e a gravidade universitaria com a indole activa e laboriosa de outras instituições scientificas. Levada por este empenho confederou as faculdades de Mathematica e de Philosophia com a de Medicina, impondo-lhes a obrigação de promoverem o progresso da sciencia «melhorando os conhe-«cimentos adquiridos, e adquirindo outros de novo que se fa-«çam logo passar aos cursos[1].» A idéa dominante da Junta

[1] *Estatutos*, liv. III, no principio,

era concentrar na futura Academia Conimbricense toda a actividade que em outras nações anda repartida por muitas escholas. Os professores haviam de ensinar os discipulos, escrever livros, dirigir estabelecimentos, descobrir factos e verdades ignoradas e communicar com os sabios. Infelizmente as leis por que se havia de reger tão famosa empreza, e que deviam constituir a parte quarta do terceiro livro dos Estatutos, nunca se chegaram a publicar. Não se pode por tanto julgar dos meios que a Junta empregaria para conseguir os seus intuitos. O que porém se pode affirmar é que muitas das disposições contidas nos Estatutos em relação ás faculdades de naturaes, não favorecem, antes contrariam tão elevadas aspirações. A verdade d'este asserto sahirá manifesta do que vamos expor com referencia á Faculdade de Medicina.

No *Compendio Historico* tinha a Junta de Providencia Litteraria delineado com todo o desafogo a instituição d'uma Faculdade de Medicina apta para acompanhar os progressos da sciencia e para satisfazer ás necessidades da nação. Indicara primeiro com muito discernimento os preparatorios em que devem instruir-se os alumnos antes de começarem o estudo das siencias medicas. Quando depois coordenou os Estatutos seguiu neste ponto em geral as indicações que havia apresentado. Não aconteceu porém outro tanto ao dispor as regras para o curso medico. N'esta parte a legislação dos Estatutos ficou a muitos respeitos áquem das concepções profundas e desassombradas do *Compendio Historico*.

Em primeiro logar é para extranhar que se alterasse na disposição dos ramos da sciencia a ordem natural e logica, tão claramente demonstrada e aconselhada no *Compendio Historico*. «É «regra geralmente abraçada por todos, escrevia alli a Junta [1] que «o estudo proprio da Medicina deve principiar pela anatomia. Não «é necessario demonstrar com razões uma verdade tão clara.» Demonstrou porém que ao estudo da anatomia se deve seguir o das Instituições medicas, em que se comprehende a physiologia, a hygiene e a pathologia geral. Depois d'estas doutrinas recommendou o estudo da pathologia especial e da therapeutica, e por fim os cursos de clinica nos hospitaes.

Esta successão de estudos medicos tão methodica e racional,

[1] *Compendio Historico*, parte II, cap. III, § 69.

aconselhada pela Junta e seguida com proveito nas principaes escholas, não foi adoptada para os Estatutos! A anatomia, que a Junta considerava, como Galeno, o olho direito da Medicina, que devia ser a porta para o curso medico, e preceder a todos os ramos da sciencia, foi collocada no segundo anno do curso contrariamente a todas as razões, e até contra a opinião de Boerhaave [1] que a Junta acatava respeitosamente. A materia medica e a pharmacia occuparam o posto da entrada no primeiro anno, e ficaram por este modo desligadas e interrompidas das materias que têm com ellas mais estreitas relações. Felizmente parou aqui a alteração na ordem das materias do curso e a contradicção da Junta, porque para o terceiro, quarto e quinto anno decretou-se a successão de estudos conforme as indicações do *Compendio Historico* [2].

[1] Omnes enim medici conveniunt incipiendum esse studium medicum proprie dictum ab illa scientia (anatomia) sine qua nihil potest medicus. — Boerhaave — *Do methodo do estudo medico*, parte VII.

[2] Da confrontação entre os *Estatutos* e o *Compendio Historico* resultam evidentemente as contradicções apontadas no texto; mas a critica imparcial e o respeito devido aos membros da Junta requerem que se procurem os motivos de tamanho desaccordo. É elle tão palpavel, que não podia passar desapercebido; e se a Junta o não evitou, necessariamente cedeu a força superior á sua vontade.

Tudo nos persuade que a Junta teve de se amoldar ás circumstancias e de se afastar em muitos pontos das suas opiniões, quando organizou os *Estatutos medicos*. A falta de pessoal habilitado para ensinar, e a repugnancia que o Marquez de Pombal mostrou em admittir muitos mestres extrangeiros, repugnancia aliás justificada, obrigavam a restringir o quadro dos professores e o numero das cadeiras. E como nas mais afamadas escholas tambem pelo mesmo tempo se incumbia ainda a um só professor o ensino de muitas disciplinas, não duvidou a Junta seguir o mesmo arbitrio. Houve-se porém de modo que deixou as materias em grupos bem combinados. Com a anatomia junctou a medicina operatoria e a obstetricia. Esta circumstancia influiu talvez para se collocar a cadeira de anatomia no segundo anno. Se a materia medica ensinada no primeiro ficava muito separada da pathologia e da therapeutica, juncto das quaes se deve sempre apprender, o mesmo inconveniente se dava a respeito da medicina operatoria e da obstetricia. Como pois não podia seguir-se a ordem racional e methodica aconselhada no *Compendio Historico*, adoptou-se a que pareceu melhor para a occasião. Deu-se á materia medica e á pharmacia o primeiro logar no curso medico, não só porque se julgava então sciencia mais facil, e no estudo deve sempre preceder o que é de mais facil comprehensão, mas tambem porque segundo a ordem estabelecida para as disciplinas preparatorias na faculdade de Philosophia, disciplinas, que os alumnos medicos haviam de cursar, parecia mais

Segundo motivo de reparo é o que nos offerece o limitado numero de cadeiras e de professores, e o acanhado desinvolvimento que se deu ao ensino. Neste ponto contrasta singularmente a estreita economia dos Estatutos com a franqueza do *Compendio Historico*. Aqui expoz a Junta de Providencia Litteraria amplamente todo o seu pensamento; nos Estatutos foi mais comedida, restringiu-se talvez para se amoldar ás necessidades da occasião. Quaesquer porém que fossem as razões que determinaram a Junta, o que é indubitavel é que a continuação do ensino medico em seis cadeiras, como d'antes estava, não correspondia aos intuitos dos reformadores nem aos creditos da Reforma. Importava alargar o ensino em conformidade com o adiantamento das sciencias, e desembaraçar os cursos escholares de improductivas accumulações. A anatomia, que tão encarecida fôra pela Junta, e cujo estudo se reputava de grande importancia, tinha progredido tanto nos ultimos tempos, que dava de sobejo materia para o curso de um anno. Por todas as considerações se devia já então ensinar numa cadeira especial e desaffrontada d'outros encargos. Aconteceu o contrario. Accumulou-se com a anatomia o ensino das operações cirurgicas e da obstetricia; e para que o estudo d'esta parte da Medicina tivesse o competente desinvolvimento, determinou-se que o curso anatomico não passasse alem de quatro mezes e meio, e quando muito de cinco mezes. A cadeira de Instituições não ficou alliviada, embora a accumulação se não tornasse tão sensivel como na cadeira de anatomia. Convinha por certo tirar-lhe a semeiotica e a therapeutica geral, para que o ensino d'estas materias não encurtasse a duração do da physiologia e hygiene.

natural que se passasse da chimica, no quarto anno philosophico, para a materia medica e pharmacia, do que para a anatomia.

Eis os motivos que me parece terem levado a Junta a modificar as suas opiniões, e a alterar na practica do ensino a ordem das materias tão sabiamente encarecida e recommendada no *Compendio Historico*. No entretanto as modificações, exigidas pela força das circumstancias, não prejudicavam em cousa alguma o regimen escholar nem os methodos de ensino. Podem considerar-se como providencias de effeito transitorio, porque em verdade o Conselho da Faculdade estava auctorisado pelos *Estatutos* a mudar a ordem estabelecida e a distribuir os ramos da sciencia como julgasse mais conveniente. Só em 1792 passou a cadeira de anatomia para o primeiro anno e a de materia medica e pharmacia para o terceiro. Desde então a precedencia dos estudos medicos ficou regulada segundo a primitiva concepção da Junta de Providencia Litteraria.

A mais aggravante de todas as accumulações foi a que se decretou para a cadeira de Aphorismos no quarto anno. Assignar para as leituras d'um anno lectivo a pathologia interna e externa, ambas precedidas da doutrina hippocratica, era sacrificar demasiadamente a profundidade á extensão dos conhecimentos medicos. Por muita diligencia que o professor empregasse, nunca levaria ao fim a explicação das materias recommendadas nos Estatutos. Tanto a Junta de Providencia Litteraria reconheceu este inconveniente, que para o evitar providenciou cautelosamente a escolha d'um livro conciso e de dicção aphoristica, que servisse de texto nas lições, e ao mesmo tempo sujeitou o professor á observancia do seguinte preceito: «Não se alargará a fazer prelecções muito prolixas, cheias de eru-«dição escusada, e de allegações de auctoridades, que não valem «nada na practica: mas cingir-se-ha a fazer intender completa-«mente a doutrina do texto com todos os seus usos e limitações, «que são de grande importancia na practica [1].» Cabe aqui a advertencia de que similhante restricção ao que só podia ter uso nas applicações clinicas destôa da apparatosa instrucção preparatoria, e da elevação que se pretendia dar á instrucção superior.

Comprehende-se pois que o ensino medico, ministrado em quatro cadeiras theoricas e duas de practica, não podia desenvolver-se convenientemente. Embora as vistas da Junta ao formular as regras para os E statutos se circumscrevessem a modestas proporções, embora entendesse que a instrucção medica se devia regular de modo que somente aproveitasse para a arte de curar, ainda assim, para que os professores explicassem as materias sem peias nem restricções de tempo, deviam-se accrescentar duas cadeiras ao numero das que foram decretadas, uma para o ensino da pathologia externa, e outra para nella se desaccumularem as exuberancias das restantes cadeiras. Augmentado então proporcionalmente o quadro dos professores, as obrigações do ensino ficariam repartidas com egualdade, e o desempenho d'outros encargos teria por isso mais regular expedição.

Para as seis cadeiras de Medicina instituidas pela Reforma crearam-se outros tantos logares de professores cathedraticos, e dous de substitutos que serviriam no impedimento dos quatro proprietarios das cadeiras maiores. Na falta dos lentes de anatomia e de materia

[1] *Estatutos da Universidade*, liv. III, parte I, tit. III, cap. IV, § 12.

medica tomariam o serviço diario das lições os respectivos demonstradores. A este limitado pessoal foi imposta a obrigação do ensino, a direcção dos estabelecimentos, e a administração dos hospitaes. Cada professor, conforme aos encargos da sua cadeira, devia intender nestas occupações, e nellas empregar o principal do trabalho quotidiano. E como se isto não fora bastante, accumularam-se nos professores reunidos em Conselho, sob o nome de congregação da faculdade, as seguintes obrigações «zelar a observancia e execução dos Estatutos, vigiar as lições, exercicios e exames, examinar os compendios, visitar os estabelecimentos, inspeccionar a arrecadação das rendas dos hospitaes, superintender no serviço das infermarias, compor, additar e reformar a pharmacopeia geral do reino, vigiar que não exercitem a Medicina pessoas idiotas, e censurar antes de impressos todos os livros de Medicina que se pretenderem estampar. Alem d'isto, como estava determinado que as faculdades de naturaes se confederassem n'uma congregação geral para cuidarem no adiantamento da sciencia, á Faculdade de Medicina competia tomar tambem parte nos progressos, descobrindo e inventando para illustrar as outras faculdades, e recebendo d'estas «os conhecimentos descobertos, que ella deveria communicar nas «aulas para os discipulos se utilisarem não somente das lições posi«tivas do *mestre*, mas tambem das ideias originaes do *inventor*[1].»

Tantas e tão pesadas incumbencias não podiam ser satisfeitas por quem tinha a obrigação diaria de reger uma cadeira de Medicina. Impossibilitavam o desempenho não só o numero mas tambem a natureza dos encargos. A administração e arrecadação das rendas dos hospitaes, a inspecção do serviço levada aos extremos de minuciosidade, e a vigilancia para se obstar a que os idiotas exercitem a medicina, são occupações pouco adequadas para homens de sciencia e inconciliaveis com o sacerdocio do professorado. Algumas das outras funcções, ainda que apropriadas para quem tracta lettras, mal se podiam accumular com o exercicio do magisterio, como estava decretado nos Estatutos. Importava considerar que a attenção repartida por assumptos diversos perde de intensidade, e desaproveita o exercicio das forças intellectuaes. Se os professores tentassem acudir áquelle conjuncto de variadas obrigações, acabariam certamente por faltar a todas. Mas a Junta de

[1] Estatutos da Universidade, livro III, parte I, tit. VII, cap. I.

Providencia Litteraria, que recebera salutares inspirações das obras de Boerhaave, deixara-se influenciar pelas ideias de grande mestre, e imaginara por isso naquella intelligencia immensa o typo de professor de Medicina. Ora, como os seus planos para a restauração das sciencias procederam todos de concepções grandiosas, da mesma origem lhe veio tambem a ideia de que só engenhos superiores e intelligencias muito distinctas deveriam entrar na regencia das novas escholas. Julgando então que os futuros lentes de Coimbra haviam de egualar, ou pelo menos seguir os passos do celebre professor de Leyde, traçou-lhes occupações como quem nas obras do modelo via a possibilidade de se expedirem muitos serviços. A experiencia, que é espelho de desenganos, em breve mostrou até onde se podia chegar. Os professores que inauguraram os trabalhos da nova faculdade tiveram de se cingir á regencia das cadeiras, e á direcção e administração dos estabelecimentos; e nem por isso merecem menos respeitos os serviços que prestaram no professorado, antes se devem accumular de louvores, porque foram zelosos e desinteressados, e porque sustentaram os creditos da Reforma, habilitando discipulos para o exercicio clinico e para o magisterio [1].

[1] Sentiram o peso de tantos encargos e a impossibilidade de satisfazer a todos não sómente os professores que inauguraram as aulas de Medicina, e começaram a executar os Estatutos, mas tambem os que pelo correr dos annos lhes succederam. No principio da Reforma não se podia nem devia exigir mais dos lentes do que a pontualidade na regencia das cadeiras. Os medicos a quem se commetteu o ensino eram intelligentes e muito sabedores, mas apenas dous estavam familiarisados com o trato academico, e todos careciam de aturado estudo para acompanharem os progressos scientificos. Pertencia-lhes formar a eschola, dar ao ensino a elevação conveniente, e instruir a mocidade nos adiantamentos da epocha. Os professores que lhes succederam, embuidos sob melhores auspicios dos conhecimentos da sciencia moderna, acharam-se em condições muito mais vantajosas, e apezar d'isso não poderam satisfazer a todas as exigencias dos Estatutos. Quando no reitorado do principal Castro se instou com os professores para comporem os compendios das materias que cada um explicava, viu-se que houve muita diligencia e grande empenho em se cumprir a lei; não obstante os trabalhos e a boa vontade de todos, poucos levaram ao fim a obra começada. Isto demonstrou que os dotes particulares para instruir a mocidade andam muitas vezes desacompanhados da propensão para dirigir a penna, e que rarissimos engenhos logram a aptidão para satisfazer a todos os encargos, que os Estatutos impõem aos professores de Medicina.

Deprehende-se das considerações expostas que nos planos da Junta havia desegualdades salientes, que prejudicavam a realisação dos seus intuitos. Na traça dos grandes edificios, quando as linhas principaes ficam limpas de imperfeições, facilmente se escurecem os defeitos dos pontos particulares. Mas a obra da Junta ficara incompleta nas suas relações mais geraes, e por isso sobresahia a desporporção em algumas das divisões secundarias. Mallogradas por tanto em parte as suas aspirações, vejamos como ella se houve para conseguir que das novas escholas sahissem discipulos convenientemente instruidos para tractarem da saude dos povos.

A clareza e lucida deducção com que a Junta de Providencia Litteraria tinha desenvolvido no *Compendio Historico* as suas concepções a respeito do ensino medico, deixavam entrever que o regimen para as novas escholas sahiria modelo acabado. Era tambem sobre este particular que ella tinha exercitado mais o seu estudo. A analyse profunda e demorada relativa á organisação das antigas escholas dera-lhe ensejo para attender a minimas particularidades; e, como apreciou com severidade os defeitos do velho regimen, reflectiu cuidadosamente nos meios de se remediarem.

Primeiramente descriminou os ramos da sciencia, para que se ensinassem em separado, por uma ordem e successão methodica, e não por partes, indistincta e confusamente, como acontecia na antiga universidade. Esta importantissima consideração, que foi ponto capital da Reforma, teve nos Estatutos o devido cabimento. O estudo das sciencias medicas ficou repartido por cinco annos de modo, que em cada anno se applicassem os alumnos só a certas e determinadas materias, de que fariam exame no fim do anno, e de que não passariam para outras sem conseguirem naquellas a instrucção sufficiente. Mas onde melhor e mais claramente se mostrou o cuidado da Junta foi na direcção do serviço escholar, nos methodos de ensino, e nas regras particulares para o estudo de cada ramo especial da sciencia.

Como fundamento invariavel e extensivo a todas as faculdades, estabeleceu a Junta alguns principios geraes, sobre cuja firmeza assentou as particularidades do seu systema. Em primeiro logar estatuiu que a lição diaria e a assiduidade nas aulas fossem obrigatorias para mestres e discipulos. Depois entre a missão dos primeiros e o dever dos segundos fundou mutuas relações de interesse

academico. Commetteu aos lentes, como encargo principal do seu officio, o cuidado de explanarem as materias de modo, que os alumnos possam comprehender e fixar as verdades scientificas; aos discipulos impoz a obrigação de exhibirem provas do seu estudo e aproveitamento já em lições quotidianas, já em exercicios de repetições semanaes. Determinou tambem, como preceito geral, que para o ensino de cada sciencia se adoptasse um compendio especial, substancioso e de boa doutrina, e incumbiu aos conselhos das faculdades o exame e a approvação dos livros de texto que melhor correspondam ao adiantamento da sciencia e ás necessidades escholares. Adstrictos por este modo os professores a desenvolverem as materias compendiadas em tractados elementares, e repartido o tempo d'aula entre o lente, que explica, e o discipulo que dá conta da sua applicação e expõe, para que lhe sejam resolvidas, as duvidas com que ficou, antevê-se claramente a *possibilidade* de se alcançar nas escholas a instrucção sufficiente.

Mas a Junta não se limitou a prescrever sob formulas geraes os methodos de ensino e as obrigações de mestres e discipulos; especialisou muito por miudo como se devia ensinar a materia medica e a pharmacia no primeiro anno medico a anatomia, operações e obstetricia no segundo, e assim as restantes materias do curso.[1] Attendeu a todas as particularidades do ensino theorico, e practico, e houve-se do mesmo modo para determinar a forma dos exames. É muito para notar que não se achem disposições encontradas descendo a Junta a tantas minucias; e mais notavel é que, formulando para tudo regras e preceitos de modo, que nada escapou á sua vigilante perspicacia, soube conciliar o formulario com a bem entendida liberdade que devem ter os professores. De tão acertadas combinações, convergentes para um fim commum, resultou a facil observancia dos Estatutos, e o seguimento regular das aulas sem embates nem discrepancias no ensino.

Acertadas foram tambem as attribuições, concedidas ao Conselho da Faculdade, tendentes a providenciar em conformidade com as disposições dos Estatutos o que julgasse opportuno e con-

[1] Veja-se no capitulo 1 d'esta Memoria a pag. 49 e seguintes a summula dos Estatutos. Alli se acham os topicos principaes relativos ao ensino das sciencias medicas. Reproduzil-os aqui seria avolumar esta obra sem necessidade.

veniente para se melhorar o serviço academico. Este signal de confiança, expresso de modo a incitar o zelo, foi o complemento natural do regimen estabelecido para as escholas; conciliou maior respeito aos professores, auctorisou as suas opiniões, e deu unidade aos actos da corporação.

As disposições attinentes ao ensino formam a parte essencial e a mais copiosa dos Estatutos medicos. É nesse conjuncto harmonico de bem traçadas providencias que se contêm a indole e a feição caracteristica da Reforma; é alli que se apresenta o que ella teve de mais firme e perduravel, e o que deu merecida reputação á eschola conimbricense. Pode a torrente das vicissitudes alterar os programmas das materias, restringir ou ampliar o numero das cadeiras e o quadro dos professores, e operar outras modificações; em quanto subsistir intacto o regimen escholar e os methodos de ensino decretados nos Estatutos, nem a eschola medica da Universidade perderá a feição que lhe é propria, nem os alumnos deixarão de alcançar alli a instrucção necessaria para se elevarem ao magisterio, e para tractarem da saude dos povos.

Por tanto, não obstante quaesquer imperfeições, inseparaveis das obras humanas, a reforma do ensino medico em 1772 não só realizou um grande melhoramento na instrucção superior, mas até surgiu com predicados que a tornarão para sempre memoravel.

CAPITULO V

De 1783 a 1795. — Costumes e praxes universitarias

Vigoravam os novos Estatutos havia quasi onze annos, e o quadro dos professores de Medicina persistia ainda incompleto. Conservavam-se no serviço da Faculdade os quatro lentes portuguezes nomeados em 1772, e para se remediar a falta dos dous extrangeiros, de quem tanto se esperava, e que tão pouco mereceram, incumbiram-se interinamente as demonstrações de materia medica e de anatomia a dous dos mais famosos engenhos que por aquelle tempo sahiram da Universidade.

No entretanto o serviço resentia-se da falta de pessoal. As cadeiras de instituições e de materia medica andavam regidas por um só professor havia quasi sete annos. O expediente dos actos, em que só tomavam parte os cinco cathedraticos, tornava-se difficil e moroso. Se acontecia adoecer algum professor das quatro cadeiras maiores [1] não havia quem o substituisse. Alem d'isto o desenvolvimento progressivo da Medicina passava das outras aca-

[1] Segundo a legislação dos Estatutos velhos a Faculdade de Medicina tinha quatro cadeiras grandes e duas pequenas, e entre todas havia differenças de categoria e de vencimentos. Taes differenças ficaram subsistindo depois da Reforma, como é expresso nos novos Estatutos, liv. III, parte I, tit. II, cap. III.

Cabe aqui notar que, embora o intuito do reformador fosse extinguir totalmente a antiga legislação academica, apezar de tudo passaram para os novos Estatutos algumas disposições das leis anteriores. Mais tarde, porque appereceram frequentes occorrencias para que se não tinha providenciado, publicou-se a Carta Regia de 5 de novembro de 1779, que manda «que a Uni-«versidade se governe pelos Estatutos antigos em tudo o que não se acha «contrariamente ordenado pelos novos Estatutos e leis subsequentes.»

demias para Coimbra, e pedia aqui logar no ensino. Era por tanto indispensavel ampliar o quadro, ou pelo menos prover os logares que estavam decretados nos Estatutos. Já por este tempo se tinham graduado em Medicina alguns sujeitos de notoria applicação e habilidade, que aspiravam á honrosa collocação no magisterio. Favoravel era pois a occasião para se melhorarem convenientemente as condições da Faculdade [1].

Deveria concorrer para retardar as desejadas providencias a mudança de soberano e de ministro, e o embate das vicissitudes politicas, donde sempre vieram inquietações para a Universidade. Pouco depois do fallecimento d'El-rei D. José acabou para o Marquez de Pombal o cargo de ministro d'estado, e com elle o poder absoluto que o monarcha lhe conferira para ultimar a restauração das artes e sciencias. Conheceram logo a falta do grande estadista as pessoas de sua plena confiança, que elle tinha elevado ao fastigio dos primeiros empregos.

D. Francisco de Lemos, que se honrava com a estima e amisade particular do Marquez, ainda se conservou até 1799 na prelacia, em que se achava reconduzido. Em 25 de outubro d'aquelle anno foi substituido no logar de reformador Reitor pelo principal da Sancta Egreja Patriarchal, D. José Francisco de Mendonça. Tomou este posse do cargo em 30 de abril de 1780, e começou a intender nas cousas da Universidade seguindo os impulsos da sua indole pacifica. Resentiu-se o serviço academico das tendencias conservadoras do prelado ; apezar d'isso foi durante o seu reitorado que a Faculdade de Medicina obteve os melhoramentos por que instava desde a Reforma.

Por Carta Regia de 4 de junho de 1783 foi ampliada a Facul-

[1] O Marquez de Pombal decidia-se por vezes em negocios de instrucção publica pelo que observara em Allemanha, como se deprehende de muitos topicos da sua correspondencia para o Reitor. É possivel que no provimento dos professores de Medicina quizesse imitar em Coimbra o que se passou em Vienna d'Austria. Quando o barão Van Swieten emprehendeu a reforma dos estudos medicos por ordem da imperatriz Maria Thereza, não achou professores idoneos de quem confiasse o ensino da sciencia. Entregou-se portanto a instruir a mocidade por espaço de sete annos, e commetteu depois a regencia das cadeiras aos discipulos que elle proprio tinha formado. Este acontecimento, que na Austria foi seguido de optimos resultados, talvez influisse para se não proverem os logares da Faculdade de Medicina senão em sujeitos habilitados segundo os novos Estatutos.

dade de Medicina com a creação d'uma cadeira para o ensino da therapeutica cirurgica. Pela citada carta regia ficou a dicta cadeira sendo a mais moderna, e egualada em ordenado e propinas á de materia medica.

Na mesma data se effectuaram os despachos para os logares vagos, e se mandou graduar e encorporar na Faculdade, como se tinha practicado com o professor José Correia Picanço, o bacharel em medicina Caetano José Pinto d'Almeida, que fora provido na cadeira de therapeutica cirurgica. O quadro da faculdade ficou então composto da maneira seguinte:

Dr. Antonio José Pereira	Lente de prima, 2.ª cadeira de practica.
Dr. José Francisco d'Aguiar.....	Lente da 1.ª cadeira de practica.
Dr. Manuel Antonio Sobral.....	Lente da cadeira de Aphorismos.
Dr. José Francisco Leal.....	Lente da cadeira de Instituições.
Dr. José Correia Picanço	Lente da cadeira de Anatomia.
Dr. Francisco Tavares.....	Lente da cadeira de Materia Medica.
Dr. Caetano José Pinto d'Almeida..	Lente da cadeira de Therapeutica Cirurgica.
Dr. Joaquim d'Azevedo	Substitutos.
Dr. José Pinto da Silva.....	
Joaquim Freire.....	Demonstrador de Materia Medica.

O ensino medico e todo o serviço respectivo á Faculdade entrou em nova phase. Os exercicios clinicos principalmente tomaram maior desenvolvimento; obrigaram os alumnos á frequencia assidua nos hospitaes, e á observação constante dos doentes.

Cursavam por este tempo a Faculdade alguns discipulos illustres, que nos certames academicos manifestavam quanto se devia esperar de seu engenho e applicação. Sobresahiam em diversos cursos Gramacho da Fonseca, os irmãos Navarros, Mello Franco [1] e ou-

[1] Mello Franco pretendeu ficar na Universidade e seguir a carreira do professorado. Logo depois da sua formatura em julho de 1786 requereu á

tros, que na praxe e no magisterio foram depois brilhantes ornamentos da Medicina portugueza. A concurrencia, que até então fôra diminuta a ponto de se contarem em 1783 sómente vinte e seis alumnos em toda a Faculdade, começou a crescer, e foi em progressivo augmento nos annos seguintes. Tudo emfim se dispoz para que a Universidade de Coimbra se ufanasse em breve com a mais notavel eschola medica do occidente da Europa.

A manutenção da disciplina academica, e a exacta observancia dos Estatutos demandava prelado de maior energia, do que era o principal Mendonça.

Attendeu o governo á necessidade de obstar ao desleixo que a pouco e pouco se insinuava na Universidade. Com o intuito de fazer executar as leis, e de sustentar a dignidade do primeiro estabelecimento de instrucção publica do Reino, acertou de nomear para Reformador Reitor em 3 de dezembro de 1785 o principal D. Francisco Raphael de Castro. Apenas este prelado tomou conta do logar, sentiu-se a influencia da sua actividade em todas as repartições do serviço universitario. As Faculdades não tinham livro especial onde se exarassem as actas das sessões; as deliberações tomadas durante o espaço de quartoze annos andavam em apontamentos incompletos numas folhas avulsas, escriptas pelo secretario da Universidade ou por quem as suas vezes fazia [1]. Obviou o pre-

Rainha o logar de demonstrador de materia medica. O requerimento foi mandado ao Reitor para informar sobre a pretensão e qualidades do requerente. Como este durante a vida academica practicasse algumas travessuras que estavam presentes na lembrança de todos, não obteve do Prelado informação favoravel. O despacho para o requerimento consta do seguinte aviso: —«Sua Majestade, em consequencia da informação e parecer de V. Ex.ª «sobre o requerimento de Francisco de Mello Franco, bacharel formado em «Medicina, que pretende o logar de demonstrador de materia medica, foi «servida resolver que, havendo por escusado o referido requerimento, se «conserve no exercicio de demonstrador o que actualmente está servindo «este logar, emquanto a mesma Senhora assim o houver por bem, e não «houver um doutor da Faculdade de Medicina, que possa occupal-o na forma «que tem parecido á Congregação da mesma Faculdade, com que Sua Majes-«tades se digna de se conformar. Palacio etc. 11 de Janeiro de 1787. Vis-«conde de Villa Nova de Cerveira.»

À vista d'este formal desengano decidiu Mello Franco estabelecer-se em Lisboa, onde a fortuna lhe não correu desfavoravel.

[1] Os Estatutos Velhos determinavam no liv. 2.º, tit. 23, § 1.º que «de

lado a similhantes irregularidades, ordenando que as actas das sessões dos conselhos se escrevessem em livros particulares. Coadjuvou esta acertada resolução o aviso regio de 26 de junho de 1786, que impoz ao lente mais moderno presente no conselho a obrigação de servir de secretario da sua congregação, no impedimento do respectivo secretario. Outras providencias, tendentes a cortar abusos, indicadas e solicitadas pelo Reitor, emendaram descuidos já habituaes, e restabeleceram as boas praxes universitarias.

Era o principal Castro severo e exigente na execução pontual dos Estatutos [1]; insistia em tudo pelo rigoroso cumprimento da lei, e não admittia escusas, embora fundadas em razões attendiveis. Em descobrindo alguma obrigação dos seus subordinados, que por acaso estivesse esquecida, instava logo pelo seu desempenho. Aconteceu vir á censura da congregação de Medicina o livro *Medicamentorum Sylloge*, que para uso de seus discipulos compozera o dr. Francisco Tavares. Lembrou-se o Reitor da obrigação que os Estatutos impõem aos lentes de escreverem os compendios para o ensino das materias das suas respectivas cadeiras. Não foi mister que outro facto lhe avivasse a lembrança; passado pouco tempo chegava á Universidade o aviso regio de 26 de setembro de 1786, em que se extranhava a incuria a respeito da composição dos compendios, vigorando os Estatutos havia quatorze annos; e ordenava-se que os professores escrevessem com a possivel brevidade os livros de texto para as lições nas aulas, como era da sua obrigação.

D'este aviso, e do de 14 de outubro, que tornou extensiva aos substitutos a obrigação de escreverem compendios, teve a Faculdade de Medicina conhecimento official na congregação de 23 de novem-

«todos os conselhos e congregações seria escrivão o secretario da Universi-«dade.» Continuou este depois da Reforma a desempenhar o mesmo serviço nas congregações sem embargo do que dispunham os novos Estatutos. Devia concorrer para as irregularidades das actas a repugnancia do secretario para escrever o que lhe não pertencia.

[1] Por muito tempo foi lembrada na Universidade a rigorosa applicação que o Principal Castro fazia dos Estatutos. Os contemporaneos representaram na seguinte anecdota a inflexibilidade e os habitos *stricti juris* do prelado; perguntando-lhe em certa occasião um escudeiro o que S. Ex.ª queria para o jantar, respondeu immediatamente — não ha que perguntar, é o que manda o Estatuto.

bro de 1786. Em 2 de dezembro immediato distribuiram os vogaes do conselho entre si o serviço recommendado naquelles dous avisos.

Ao Dr. Francisco Tavares	coube	o compendio de Materia Medica, em que já estava trabalhando.
Ao Dr. José Correia Picanço	»	o de Anatomia e Arte Obstetricia.
Ao Dr. Caetano José Pinto	»	o de Cirurgia e Operações.
Ao Dr. Manuel Antonio Sobral	»	o de intelligencia e exposição dos Aphorismos de Hippocrates na forma dos Estatutos.
Ao Dr. Ant.º J.e Franc.º d'Aguiar	»	o de Therapeutica Medica pelo methodo nosologico.
Ao Dr. Joaquim d'Azevedo	»	o de Pathologia, Semeiotica, Itiologia e Therapeutica.
Ao Dr. José Pinto da Silva	»	o de Physiologia na fórma dos Estatutos.

O zelo com que os vogaes da Faculdade se entregaram á composição dos compendios foi louvado em officio de 10 de janeiro de 1787.

O prelado, vendo o interesse com que todos trabalhavam, e sabendo da resolução de se congregarem particularmente para discutirem pontos duvidosos, e para conferirem sobre os methodos de exposição e uniformidade de doutrinas, persuadiu-se que dentro em pouco apresentaria cada um a sua tarefa concluida. O governo, informado do adeantamento em que os professores levavam os seus trabalhos, expediu tres officios attinentes á conclusão dos compendios. No primeiro promettia considerar devidamente os auctores dos livros, no segundo ordenava que não se dessem á estampa sem primeiro o governo os mandar examinar; o terceiro continha instrucções particulares para o reitor. Se o prelado e o governo desejavam que a Universidade se exaltasse pelos escriptos dos professores, a Faculdade de Medicina por sua parte anhelava por satisfazer a tão louvaveis desejos, e empregava todos os esforços para desempenhar dignamente a composição dos compendios.

Nenhuma das outras faculdades produziu tanto, nenhuma a excedeu em diligencia. Nas congregações de 30 de janeiro e de 26 de fevereiro foram lidos e approvados alguns trabalhos preparatorios; e na sessão de 30 de março apresentou o dr. Manuel Antonio Sobral tirada a limpo parte da obra que lhe fôra distribuida. Com brevidade egual ou approximada sahiriam para a censura as producções dos outros professores, se obstaculos imperiosos lhes não difficultassem a execução.

Quando se distribuiu pelos membros do Conselho a composição dos compendios, cada um se encarregou de escrever sobre as materias que então explicava. Pouco tempo antes tinha obtido jubilação, e fora chamado para medico da real camara, o dr. Antonio José Pereira, decano e director da Faculdade. Como deixou vaga a cadeira de maiores proventos e importancia, antevia-se que aos lentes de Medicina estava imminente uma promoção; passariam das cadeiras que então regiam para as que se consideravam immediatamente superiores; e assim viria a acontecer não servirem para uso dos seus discipulos os livros que traziam entre mãos. Estas cogitações esfriaram o primitivo enthusiasmo. A promoção effectuou-se em 7 de novembro, e os lentes acharam-se sobrepesados com o duplo encargo de escrever o compendio para a cadeira que tinham deixado, e de estudar materias differentes para a regencia da nova cadeira. Desde então tornou-se inevitavel a demora na conclusão das obras começadas.

O primeiro professor que apresentou um volume completo para ser approvado pela Faculdade e enviado depois ao Governo foi o dr. Francisco Tavares. Mereceu por isso a gratificação de cem mil réis annuaes, que o Governo lhe mandou abonar por aviso de 29 de dezembro de 1787.

Em congregação de 12 de dezembro de 1789 foi approvada a primeira e segunda parte do compendio de cirurgia, de que fora encarregado o dr. Caetano José Pinto d'Almeida; e em congregação de 8 de maio de 1790 leu-se o aviso regio, que approvava aquella obra e mandava que servisse de texto nas aulas, assim como o compendio de materia medica do dr. Francisco Tavares.

Os trabalhos dos outros professores não chegaram a estado de lograrem a publicidade pela imprensa; todos ficaram incompletos, todos com o andar do tempo se consumiram. Sabemos pelas actas das congregações que alguns vogaes deram por vezes conta do adeantamento de seus escriptos, e apresentaram alguns fasciculos,

pedindo á Faculdade que os censurasse. É de presumir que levariam a cabo as obras começadas, se as exigencias de outras obrigações e o peso dos annos lhes não servissem de estorvo constante.

Os drs. Sobral e Picanço alcançaram a jubilação em 1790, e o dr. Aguiar no anno seguinte. Todos tinham encanecido no serviço da Universidade, todos estavam mais dispostos para descançar das fadigas de largos annos, do que para escrever compendios na ultima quadra da vida.

Com a promoção de 6 de fevereiro de 1791 ficou a maior parte da Faculdade renovada. Aos novos professores, intelligencias distinctas, e no vigor da edade, deveria o principal Castro incumbir a tarefa dos compendios. Mas, como a primeira tentativa não correspondeu inteiramente ás suas esperanças, nunca mais instou pela composição de livros para o ensino.

Da Faculdade de Medicina sahiu tambem pelo mesmo tempo a *Pharmacopeia Geral do Reino*, obra que o Governo lhe recommendara, e de que os Estatutos a encarregavam. Em congregação de 23 de julho de 1790 foram commissionados os drs. Francisco Tavares e Joaquim d'Azevedo para trabalharem na composição da *Pharmacopeia*. Não consta que o segundo se occupasse no desempenho de tal commissão. A gloria de levar a termo desejado tão momentosa incumbencia pertenceu inteira ao dr. Francisco Tavares. A elle sómente conferiu a Soberana o premio devido pela execução da obra, que sahiu publicada pela primeira vez em 1794.

As vacaturas que se deram na Faculdade depois da promoção de 1783 occasionaram novos despachos em 7 de novembro de 1787. Foram então nomeados substitutos ordinarios os drs. Luiz José de Figueiredo e Souza, João Francisco de Oliveira Alves e João Joaquim Gramacho da Fonseca. Os primeiros dous não estiveram por muito tempo empregados no serviço universitario. O bacharel José Bento Lopes obteve a propriedade de demonstrador de anatomia. Despediu-se do logar passados tres mezes; e o Conselho da Faculdade em sessão de 18 de janeiro de 1788, por unanimidade de votos encarregou interinamente das demonstrações de anatomia o repetente João de Campos Navarro, em quem todos reconheciam a sciencia indispensavel e dextreza manual.

A lei que mudava os professores de umas para outras cadeiras, quando tinham ascenso em categoria e vencimentos, con-

trariava as vocações, e servia de impedimento para qualquer se entregar a estudos especiaes. Neste ponto os auctores dos novos Estatutos não melhoraram, nem emendaram o que estava decretado no antigo regimen, e os legisladores subsequentes conservaram os defeitos da velha organização do professorado, não por condescenderem com as praxes estabelecidas, mas porque lhes pareceu conveniente a mudança de cadeiras para que os professores adquirissem larga instrucção em todos os ramos da sciencia. Por dezoito annos depois da reforma vigorou no magisterio o systema das promoções modelado pelas ordenações das velhas leis academicas. Desanuviou a experiencia os que obcecadamente porfiavam pela variedade de estudos e de encyclopedismo profundo. O primeiro golpe que feriu o systema teve logar qnando se creou a cadeira de therapeutica cirurgica. Determinou-se então que os professores providos nesta cadeira e na de anatomia não tivessem ascenso para as restantes cadeiras da Faculdade. O que porém acabou de todo com as mudanças obrigatorias foi a Carta Regia de 24 de janeiro de 1791, que regulou as precedencias sem prejuizo das vocações e dos estudos especiaes que qualquer tivesse emprehendido no exercicio do professorado. Todas as cadeiras ficaram sendo egualmente consideradas, e o mais antigo como o mais moderno dos professores podia persistir naquella que primeiro lhe coubesse em despacho. Pela mesma Carta Regia se alterou a tarifa dos ordenados, e para todas as faculdades se estabeleceu a tabella seguinte:

o primeiro lente terá de vencimento annual . .	800$000 réis.
o segundo	700$000 »
o terceiro	650$000 »
o quarto	600$000 »
o quinto	550$000 »
o sexto	500$000 »
o setimo	400$000 »

Aos substitutos de Medicina arbitrou-se o ordenado de 350$000 réis, egual ao que venciam os substitutos das outras Faculdades.

Em virtude das alterações importantes decretadas na Carta Regia de 24 de janeiro de 1791, quando se effectuou a promoção em

6 de fevereiro immediato, a Faculdade de Medicina ficou constituida d'este modo:

1.°	Lente	o Dr. Francisco Tavares . . .	2.ª cadeira de practica.
2.°	»	o Dr. José Pinto da Silva . .	1.ª cadeira de practica.
3.°	»	o Dr. Caetano José Pinto . .	Cadeira de Therapeutica Cirurgica.
4.°	»	o Dr. Joaquim d'Azevedo. . .	Cadeira de Materia Medica.
5.°	»	o Dr. João Joaquim Gramacho da Fonseca.	Cadeira de Aphorismos.
6.°	»	o Dr. João de Campos Navarro.	Cadeira de Anatomia, Operações e Arte Obstetricia.
7.°	»	o Dr. Joaquim Navarro de Andrade.	Cadeira de Instituições.

Substitutos

o Dr. Bento Joaquim de Lemos.
o Dr. Ricardo Teixeira Maconelli.

Determinava o Aviso Regio de 14 de maio de 1787 que se nomeassem no fim do anno lectivo substitutos extraordinarios a fim de se prepararem com antecipação para a regencia das cadeiras que lhes fossem designadas. Escolhiam-se d'entre os aspirantes ao magisterio aquelles que deviam exercer as substituições extraordinarias. Da mesma classe tirava a Faculdade de Medicina os demonstradores de materia medica e anatomia: por isso no quadro apparecem muitas vezes mencionados, alem dos professores de nomeação regia, os doutores que temporariamente eram encarregados de algum serviço pela Faculdade.

A precedencia e ordem por que os Estatutos mandavam ensinar os differentes ramos da sciencia, conservou-se inalteravel até quasi ao fim do periodo que vamos historiando, mas a practica de vinte annos tinha posto em relevo a necessidade de se estudar a anatomia no primeiro anno, as instituições no segundo, e a materia medica e a pharmacia no terceiro. Os Estatutos auctorisavam o conselho da Faculdade a fazer as alterações convenientes quando fossem plenamente justificadas; e como já se não duvidava do que

mais convinha para bem do ensino, deu-se então nova ordem e melhor collocação ás materias do curso medico. A cadeira de anatomia passou para o primeiro anno, a de instituições para o segundo, e a de materia medica e pharmacia para o terceiro; a de Aphorismos permaneceu, como estava, no quarto, e as de clinica no quinto [1]. Acompanharam esta importantissima innovação algumas providencias conducentes a melhorar o ensino. O compendio de Roeder, que até alli servira para o ensino da arte obstetricia, foi substituido pelo de Plenk em congregação de 20 de março de 1794.

Na mesma sessão se resolveu tambem que os alumnos do terceiro anno fossem dispensados da assistencia de tarde no hospital para se occuparem em exercicios de pharmacia no dispensatorio.

Por este modo se mostrou a Faculdade solicita no desempenho das suas obrigações. D'ahi lhe vieram os bons creditos que progressivamente alcançou dentro e fóra do reino [2].

Costumes e praxes universitarias

A antiga legislação Universitaria comprehendia, alem dos Estatutos Velhos e da reformação de D. Francisco de Bragança, o

[1] Não ha menção alguma especial nas actas da Faculdade do tempo em que se mudou a ordem das materias: o que deixo relatado apurei-o indirectamente. É sabido que naquelle tempo havia para o ensino das disciplinas dos quatro primeiros annos do curso medico um só professor em cada anno (os lentes de practica pertenciam ao quinto). O presidente dos actos era por determinação da lei o professor que tinha ensinado o estudante, e só em circumstancias excepcionaes presidia outro professor. Confrontando pois nos livros das actas e das matriculas os nomes dos estudantes com os dos presidentes, averiguei que em 1791 foi o dr. João de Campos Navarro, professor de anatomia, o presidente dos actos do primeiro e segundo anno; que de 1792 em diante foi sempre presidente nos actos do primeiro anno o lente de anatomia; que no mesmo anno e nos seguintes presidiu aos actos do segundo anno o dr. Joaquim Navarro de Andrade, professor de instituições; e que o professor de materia medica, o dr. Joaquim d'Azevedo, que não pôde fazer serviço em algumas epochas de exames, apparece assignado na presidencia dos actos do terceiro anno de 1794 em diante. Portanto a mudança da anatomia para o primeiro anno, a de instituições para o segundo e a de materia medica para o terceiro parece, segundo aquellas indicações, que se effectuou no anno lectivo de 1791 para 1792.

[2] Eis uma prova da consideração em que nos tinham os professores extrangeiros.

Em 25 de outubro de 1790 leu-se em conselho da Faculdade de Medicina uma carta do primeiro lente de Medicina da Universidade de Alcalá de He-

grande repositorio de providencias que as necessidades de cento e oitenta annos haviam reclamado, sendo que umas tinham força de lei permanente, e outras, ainda que de acção transitoria e expedidas sómente para casos particulares, serviam comtudo de regra para algumas occurrencias em circumstancias analogas. Concertavam com as leis escriptas os costumes e praxes estabelecidas na Universidade e sanccionadas pelo tempo. Da mutua conveniencia entre as disposições preceptivas e as praticas que lhes regulavam a execução, procedia o movimento academico, facil e desimpedido de attritos sensiveis. Todo esse conjuncto de leis escriptas e consuetudinarias, fructo de longa experiencia e meditação, cahiu fulminado pelo braço potente que emprehendera a restauração das sciencias. A carta de roboração, que deu força de lei aos novos Estatutos, revogou completamente tudo quanto amparava a existencia da velha Universidade. Nada ficou do antigo regimen de instrucção superior. As novas escholas fundaram-se sob o imperio de novas leis.

Mas o codigo de Estatutos, que restaurava o ensino das sciencias, tractava principalmente da organização das Faculdades, da economia particular de cada uma, do andamento das aulas e dos methodos de ensino; não providenciava para muitas occurrencias a que a legislação revogada attendera. Accudiu com prompto remedio a todas as necessidades a actividade do ministro reformador; no entretanto em materias regulamentares, no modo de se executarem as disposições da lei sentiu-se que era preciso formar costumes e estabelecer praxes. Os professores que constituiam as novas Faculdades, educados pela maior parte sob o antigo regimen academico, tinham vivas na memoria as praticas da velha Universidade. Comprehende-se pois que, na falta de formulas, naturalmente se inclinariam para onde os habitos e a lembrança os levavam. E assim aconteceu. No primeiro dia em que se abriram os geraes Universitarios os lentes, á hora da lição, detiveram-se á

nares, em que pedia aos professores de Coimbra se dignassem expender a sua opinião a respeito d'um opusculo, que enviava, sobre febres. Foram incumbidos de estudar o opusculo e de formular o projecto da resposta que se pedia os drs. Francisco Tavares e Caetano José Pinto d'Almeida. Apresentaram estes na sessão de 14 de janeiro de 1791 o seu parecer escripto em latim, que era ainda a lingua usada na correspondencia entre os academicos: foi por todos approvado e remettido ao professor hispanhol.

porta da aula, e convidaram os alumnos a precederem na entrada; no mesmo logar e com a mesma cortezia esperaram que todos sahissem, acabada a lição, como era costume na antiga Universidade [1]. A velha usança recomeçou, e protrahiu-se inalteravel até o presente.

Sobre o modo por que nas escholas haviam de proceder mestres e discipulos providenciavam largamente os Estatutos. Seguiram-se as determinações da lei, e crearam-se praxes inteiramente novas, que ainda hoje vigoram [2].

A reunião das congregações começou segundo os antigos estylos, e dentro em pouco chegou a practicas differentes. Diziam os Estatutos Velhos: «Haverá na Universidade um modo de conselho, «que cada uma das Faculdades fará por si com o Reitor, que se cha«mará congregação, e nella tractará cada uma das dictas Faculda«des o que lhe competir particularmente por estes estatutos. E se «ajuntará mais, quando parecer ao Reitor, que convem para actos «e conclusões, que pelo anno se hão de ter.» Resumiam-se em pouco as attribuições dos Conselhos das Faculdades; por isso raras vezes se congregavam, e raro se acham na secretaria da Universidade os termos das suas deliberações. Pelo contrario os novos Estatutos dão largas incumbencias aos mesmos conselhos, impõem-lhes até obrigações indeclinaveis. D'aqui a necessidade de se reunirem com frequencia. Prevaleceram as praxes antigas no principio da Reforma. A Faculdade de Medicina congregou-se uma só

[1] A demora dos lentes á porta da aula era prescripção de lei, como se pode ver nos Estatutos Velhos, liv. 3, tit. 11, § 11: «Os lentes no fim das «suas lições estarão á porta do geral, em que lerem, da banda de fóra, o «tempo que for necessario para responder ás duvidas que os discipulos lhes «moverem sobre as lições que lhe vão cada dia lendo: etc.»

[2] Antes da reforma parece que os professores explicavam nas cadeiras com a cabeça coberta. Por Alvará de 13 de setembro de 1539 ordenou D João III que «os lentes, em quanto estão lendo, não tirem o barrete aos «ouvintes que entrarem.» (Livro 1.° dos registos antigos na secretaria da Universidade.) A mesma disposição se acha expressa nos Estatutos Velhos, liv. 3.°, tit. 11, § 10: «Os lentes depois de subidos nas cadeiras não tirarão «os barretes aos ouvintes etc.» Com a Reforma estabeleceu-se o costume de estarem os lentes na cadeira com a cabeça descoberta. Para os estudantes esteve sempre em vigor a Provisão de 23 de janeiro de 1547, que manda que os estudantes não estejam nas escholas ao tempo das lições e nos actos publicos com sombreiros na cabeça, sob pena de os perderem para o meirinho e guarda das escholas.

vez no primeiro anno para tractar do expediente dos actos. No anno immediato foi mais solicita, e começou a intender em negocios da sua competencia; e em sessão de 20 de janeiro de 1776 assentou reunir-se todos os mezes em congregação ordinaria. Os encargos litterarios e administrativos obrigaram-na depois a mais freqnentes reuniões. Entrou moderadamente no tracto dos negocios; com a practica adquiriu o habito de fundamentar as resoluções, e acabou por discutir livremente as materias submettidas á sua apreciação.

Mandam os novos Estatutos que o cargo de director, «ao qual andará sempre annexa a dignidade de decano,» seja electivo, que o seu provimento dure por tres annos, e que não possa o mesmo sujeito servir dous triennios consecutivos. Não me foi possivel averiguar se o dr. Antonio José Pereira, que por muitos annos conservou a directoria da Faculdade, a obteve por eleição ou pela circumstancia de ser lente de prima. Quando aquelle professor jubilou, e sahiu para medico do paço, declarou o principal Castro em congregação de 6 de maio de 1788 que se achava vago o logar de director, e que na forma dos Estatutos se devia eleger quem o occupasse. Recahiu a eleição no lente de prima, dr. Antonio José Francisco de Aguiar. Não consta que depois se repetisse similhante eleição. O costume conferiu a posse da directoria ao professor mais antigo; a posse e costume constituiram por fim lei [1].

Nos prestitos, eleições e ajunctamentos da Universidade seguiram-se a principio as praxes de ha muito estabelecidas. Como porém o espirito da Reforma contrariava as distincções que antigamente se davam d'umas para outras Faculdades, impugnaram-se desde logo taes distincções. Acabaram inteiramente com a publicação do aviso regio de 2 de outubro de 1786, que estabeleceu a egualdade entre os professores.

Dos velhos costumes universitarios o que mais se protrahiu depois da Reforma, e o que mais custou a extirpar, foi a argumen-

[1] O Aviso Regio de 5 de janeiro de 1784 mandou que os individuos, investidos então na directoria, se conservassem no cargo por mais tres annos, «findos os quaes Sua Majestade dará as suas reaes providencias, se antes «d'este tempo não der a este respeito a positiva e completa legislação que «ha de regular este importante artigo do governo da Universidade.» Nunca appareceu a promettida legislação; os lentes de prima continuaram a servir

tação viciosa nos actos de conclusões magnas [1]. Os novos Estatutos prescrevem claramente como se deve argumentar em todos os actos, e explorar a sciencia e aptidão do examinando. Nos actos pequenos, ou dos cinco annos do curso ordinario, executou-se a lei ponctualmente, e da execução nasceram as boas praxes que o Reitor Reformador D. Francisco de Lemos transmittiu aos prelados subsequentes.

Não pôde o illustre bispo de Zenopoli instaurar as practicas convenientes para os actos de ostentação. Nos ultimos tempos do seu governo cursaram o sexto anno os primeiros alumnos que tomaram o grau de doutor segundo as determinações dos novos Estatutos. A maior parte defendeu theses quando se achava dirigindo a Universidade o vice-reitor D. Carlos Maria Figueiredo Pimen-

o cargo de director e decano, se bem que em Medicina achamos uma excepção.

Quando em 1823 foi aposentado com metade do ordenado o dr. Francisco Soares Franco, era o terceiro lente e exercia a directoria. A Carta Regia que o manda despedir do serviço academico chama-lhe director, e ordena que a Faculdade escolha outro. O dr. João de Campos Navarro, sendo lente de prima, renunciou o cargo de director em seu irmão, o dr. Joaquim Navarro, lente de vespera.

[1] Os doutorandos antes da Reforma defendiam conclusões em tres actos, que segundo a nomenclatura adoptada para os de Theologia, se designavam *Magna ordinaria — Augustiana e Quodlibetos*. Em Medicina chama-se *Regio* o acto correspondente á Augustiana. De todos o mais apparatoso, e o que versava em theses *ex universa Facultate Depromptae* era o acto dos *Quodlibetos*, cujas practicas serviram de modelo ao de conclusões magnas decretado nos Estatutos Novos.

As theses propunham-se geralmente não em fórma de proposições destacadas e concisas, mas sim em discurso ligado, referido ou a todas as materias professadas na faculdade, ou sómente a algumas partes da sciencia. Foi tambem d'este modo que se começaram a propor as theses depois da Reforma; em breve porém se introduziu o costume que ainda hoje subsiste.

Parecia que em actos de tanta seriedade deveria haver a compostura e o recato proprio de pessoas illustradas, do logar e do assumpto. Infelizmente não acontecia assim. Deram-se frequentemente conflictos ruidosos. Toleravam-se pelo habito, e até certo ponto eram bem recebidos alguns remoques e dictos picantes; mas raras vezes ficavam nos limites da decencia.

O costume de reciprocas invectivas foi originado da emulação entre os collegios das ordens monasticas aggregadas á Universidade. A reforma não extinguiu nem moderou similhante emulação; porisso quando os gracianos apanhavam no banco dos defendentes algum dominicano, ou vice-versa, era contar que havia azedume na discussão.

tel. Veiu depois occupar o logar de Reitor Reformador o principal Mendonça, que não foi muito solicito pelas boas praxes. E como para os actos de conclusões magnas não havia ainda precedentes bem estabelecidos em conformidade com os Estatutos, insensivelmente descahiram as practicas nas polemicas estereis e ruidosas da antiga Universidade. Algumas vezes os defendentes para exprimirem com energia as suas opiniões punham de contraforte ás theses o famoso remate *invictissime sustinebimus, argumentis validissimis tuebimur, inexpugnabile argumentum habebimus, nemo sana mente negare audebit.* Os arguentes não menos anciosos por manifestarem convicções diametralmente oppostas, depois de tomada a venia, e feitos os cumprimentos do estylo, na primeira investida contra o defendente arremessavam-lhe em tom dogmatico e peremptorio *a sua these é um absurdo.* Seguia-se inevitavel altercação dos contendedores, que terminava pela intervenção do presidente, tranquillisando os animos agitados. Outras vezes, em logar de se discutir o ponto proposto, e de se explorar o ingenho e conhecimentos do defendente, como ordenavam os Estatutos, inventavam-se questões sobre a collocação da these, ou sobre o modo por que estava enunciada. Ainda bem que a Faculdade de Medicina evitou quanto pôde taes exemplos. Para obstar á torrente de abusos que se tinham insinuado nos costumes e praxes universitarias, e ao mesmo tempo para restabelecer a disciplina e fazer executar as leis, veio opportunamente o principal Castro dirigir o governo da Universidade.

A energia d'este prelado foi de grande efficacia para o melhoramento de todo o serviço academico. Reprimiu os abusos, manteve a rigorosa observancia dos Estatutos e leis consecutivas, estabeleceu practicas accommodadas ao espirito da legislação, e solicitou acertadas providencias para o bom andamento de todas as Faculdades. A sua valiosa cooperação foi o complemento indispensavel á grande obra do Marquez de Pombal.

CAPITULO VI

De 1795 a 1822. — Promoções. Viagens scientificas. Invasão franceza. Declinação dos estudos. Administração dos Hospitaes.

As modificações operadas na Faculdade de Medicina por despacho de 4 de abril de 1795 pareciam o prenuncio d'uma epocha de decadencia; quiz porém a fortuna que não se interrompesse o curso de successos bem inaugurados, e que a unica eschola medica de Portugal continuasse ainda florescente.

Naquella data foi assignada a carta de jubilação que separou da Faculdade o lente de prima dr. Francisco Tavares, e na promoção, que desde logo se effectuou, decidiu o governo que se não provesse a cadeira de therapeutica cirurgica, e que se ensinasse esta sciencia conforme mandam os Estatutos, emquanto se não dava outra providencia. Tornou pois o ensino medico a ficar concentrado em seis cadeiras como nos primitivos tempos da Reforma. Os creditos da Universidade e o progressivo desenvolvimento da sciencia pediam a desaccumulação de materias. O governo entendeu e decretou o contrario. Inevitavel seria pois a decadencia, se a dedicação de professores distinctissimos não remediasse os descuidos ou desacertos do governo.

Permaneceram nas suas respectivas cadeiras os doutores nomeados na ultima promoção, mas todos melhoraram de vencimentos. O dr. Caetano José Pinto d'Almeida, a quem pertencia a cadeira de therapeutica cirurgica, passou a reger a primeira de practica, egualado em honras e proventos a lente de prima, não só pelos serviços de doze annos na cadeira que tinha de propriedade, como tambem em attenção a ter composto duas partes do compendio para a mesma cadeira. O substituto ordinario, dr. Ricardo Teixeira

Maconelli foi contemplado com a ajuda de custo de cem mil réis annuaes. Nomeou-se para o logar de demonstrador de anatomia o dr. Antonio Gomes da Silva Pinheiro, e para o de materia medica o dr. Antonio José de Miranda e Almeida; o primeiro foi despachado substituto ordinario quando por carta regia de 17 de novembro de 1795 se decretou que houvesse tres substituições ordinarias na Faculdade de Medicina, e para demonstrador de anatomia entrou o dr. José Diogo da Rocha.

Daremos conta neste logar dos despachos que em poucos annos se succederam, e do pessoal nomeado para a Faculdade até á promoção de 1806, em que cessaram as frequentes mudanças, e teve principio o longo periodo de estabilidade no quadro dos professores de Medicina. Os dous professores mais antigos, os drs. Joaquim d'Azevedo e José Pinto da Silva tinham subido egualmente; achavam-se com a graduação de lente de prima, e ambos pretendiam occupar o primeiro logar no Conselho. Na congregação de 14 de dezembro de 1795 protestou o dr. José Pinto da Silva contra um despacho do prelado, que não accedera ás suas pretenções. Ainda depois d'isto se conservou por algum tempo no serviço da Faculdade; sendo porem commissionado para physico-mór dos reaes exercitos, pediu e obteve ser jubilado durante o exercicio da sua commissão. O substituto, dr. Antonio Gomes da Silva Pinheiro, passou da Universidade para director do hospital das Caldas da Rainha. O dr. Antonio José de Miranda e Almeida, que subira de demonstrador de materia medica a substituto ordinario em 14 de julho de 1797, deixou a Faculdade e o reino; foi despachado physico-mór para o Estado da India, e lá se occupou tambem no ensino das sciencias medicas. Em 13 de março de 1798 coube ao dr. Antonio Joaquim Nogueira da Gama a collocação em demonstrador de anatomia: falleceu passado pouco tempo. Os drs. Antonio Ignacio Gonçalves Forte e José Feliciano de Castilho eram oppositores quando por Aviso de 5 de fevereiro de 1797 os nomeou o Principe Regente inspectores dos hospitaes militares nas provincias do Alemtejo e Beira sem prejuizo da antiguidade para os despachos que lhes competissem na Universidade. O primeiro continuou no serviço do exercito, e jubilou em substituto ordinario por despacho de 4 de maio de 1800; o segundo voltou para a Universidade, e na mesma data foi promovido a substituto ordinario, assim como o dr. Francisco José de Sousa Loureiro.

Para as demonstrações de materia medica e de anatomia foram pela mesma occasião nomeados os drs. Pedro Joaquim da Costa Franco e Francisco Soares Franco.

A Carta Regia de 23 de junho de 1804 creou tres logares de ajudantes de clinica nos hospitaes da Universidade, que deveriam ser occupados por oppositores de Medicina. Os primeiros, em quem recahiu a nomeação por serem os mais antigos, foram os drs. Emygdio Manuel Victorio da Costa e Manuel Pereira da Graça para servirem no hospital geral, e o dr. Antonio Joaquim de Andrade no dos Lazaros. Pouco tempo se demoraram no serviço das enfermarias. Os primeiros dous preferiram o exercicio da clinica civil; o terceiro alcançou, por serviços anteriores, uma tença de trinta mil réis annuaes, e desistiu das aspirações ao magisterio.

Finalmente depois de successivas nomeações, que ora preencheram, ora deixaram vacaturas nos logares da Faculdade, chegou o despacho e promoção de 20 de junho de 1806, que jubilou os drs. Joaquim de Azevedo em lente de prima por diuturnidade de serviço, e Bento Joaquim de Lemos com o ordenado de quarto lente em attenção ás suas molestias. Concedidas outras mercês, que desimpediram a entrada de intelligencias esperançosas para a Faculdade, o pessoal que então ficou em exercicio, e que tão valiosos serviços prestou no professorado, foi o seguinte:

1.° Lente	Dr. João Joaquim Gramacho...	2.ª Cadeira de practica.
2.° »	Dr. João de Campos Navarro ..	1.ª Cadeira de practica.
3.° »	Dr. Joaquim Navarro d'Andrade	Cadeira de Aphorismos.
4.° »	Dr. José Feliciano de Castilho ..	Cadeira de Instituições.
5.° »	Dr. Franc.° José de Sousa Loureiro	Cadeira de Materia Medica.
6.° »	Dr. Francisco Soares Franco...	Cadeira de Anatomia.
	Dr. Pedro Joaquim da Costa Franco	Substitutos.
	Dr. Jeronymo Joaquim de Figueir.°	
	Dr. Angelo Ferreira Diniz.....	

Demonstradores

Dr. Antonio da Cruz Guerreiro . .	na Cadeira de Anatomia.
Dr. Luiz Ant.º da Silva Maldonado	na Cadeira de Materia Medica.

Clinicos

Dr. Antonio d'Almeida Caldas . .	Ajudantes no hospital geral.
Dr. Antonio Joaquim de Campos	
Dr. Joaquim Xavier da Silva . . .	Ajudante no hospital dos Lazaros.

A mais notavel alteração que depois sobreveiu no longo espaço de dezeseis annos foi, pelo fallecimento do Dr. Gramacho, o ascenso por antiguidade dos restantes professores em 29 de julho de 1812, e a nomeação do dr. João Alberto Pereira d'Azevedo para ajudante de clinica.

Para que não houvesse faltas no serviço da Faculdade importava não só que estivesse completo o quadro dos lentes, mas até que fosse numerosa a classe dos oppositores. Eram então muito frequentados os cursos de Medicina; em nenhum tempo concorreram á Universidade tantos alumnos medicos como nos ultimos annos do seculo passado, e nos primeiros do seculo actual. Em 1797 contaram-se nas aulas da Faculdade cento e oitenta e um estudantes matriculados [1] Ás obrigações do ensino accresciam pelo mesmo tempo outras occupações, a que não podiam nem deviam esquivar-se os lentes e oppositores de Medicina. Os governos da Europa culta empenhavam-se então em levar os povos á inoculação da vaccina como remedio prophilactico contra o flagello da variola, que em terriveis epidemias dizimava as povoações. Auxiliavam o empenho dos governos as corporações scientificas, que apuravam a efficacia do maior invento medico do seculo passado.

A difficuldade de se alcançar a vaccina em Coimbra inhibiu por algum tempo a Faculdade de Medicina de entrar na propaganda humanitaria do novo invento. Venceu as difficuldades a diligencia do Vice-Reitor José Monteiro da Rocha, que obteve dous vidros com vaccina, um de Londres, e outro de Lisboa. Presen-

[1] Veja-se a estatistica dos estudantes medicos matriculados na Universidade desde 1772 a 1871 no fim da 1.ª parte d'esta memoria.

teou com elles a Faculdade, e para logo começaram os primeiros ensaios de inoculação no hospital da Universidade. Dos beneficios prestados a Coimbra e aos povos circumvisinhos ainda hoje se conserva lembrança. Demonstrou-se practicamente a innocuidade da vaccina; o decurso do tempo evidenciou-lhe as virtudes como preservativo; as familias conhecedoras dos bons resultados das inoculações practicadas no hospital depozeram todo o receio, e não mais hesitaram em mandar vaccinar as crianças.

Tambem pela mesma occasião se determinou que a Faculdade estudasse as propriedades therapeuticas da casca amarga ou quina do Brazil. Importava ao governo averiguar se esta competia vantajosamente com a casca peruviana; para se esclarecer auctorisou por Carta Regia de 22 de setembro de 1804 o physico-mór do Reino, dr. Francisco Tavares, a mandar ensaiar aquella casca em todos os hospitaes, e a exigir dos respectivos medicos as informações exactas dos seus effeitos. Que no hospital da Universidade se emprehenderam as experiencias e observações clinicas recommendadas pelo governo é ponto indubitavel. Dos resultados não ficaram esclarecimentos nos registros da Faculdade; mas é de presumir que o director do hospital, ou os ajudantes de clinica, enviassem ao physico-mór a competente informação [1].

O cargo de Reformador Reitor da Universidade, para que fôra reconduzido por duas vezes o principal Castro, novamente foi commettido por Carta Regia de 13 de maio de 1799 a D. Francisco de Lemos, já então bispo de Coimbra. O zelo ardente, com que o prelado se empregara dezoito annos antes na Reforma da Universidade, ainda agora o incitava a promover o adiantamento das

[1] Sobre o mesmo objecto ainda em 5 de julho de 1810 baixou do governo o seguinte aviso para o Vice-Reitor:

O Principe Regente Nosso Senhor é servido que no laboratorio da Universidade de Coimbra se proceda á analyse chimica da nova casca vinda do Brazil, que pelas observações feitas na America parece ser applicavel nos casos em que o é a quina officinal, fazendo-se a requisição ao dr. Antonio d'Almeida Caldas, encarregado dos hospitaes militares em Coimbra, das porções que forem precisas para a dicta analyse, a qual deverá ser feita debaixo da direcção do lente da respectiva cadeira, Thomé Rodrigues Sobral, e cujo resultado será remettido ao delegado do physico-mór do exercito, dr. José Carlos Barreto, etc.

Livro 4.º dos registros da Secretaria da Universidade, fl. 73.

sciencias. Examinou o estado das Faculdades, investigou os meios de ampliar o ensino e emprehendeu logo tornar a Universidade florescente. Admiraveis inventos e grandes progressos scientificos faziam então a gloria de algumas nações. A França principalmente, exaltada naquella epocha por feitos de armas brilhantissimos, sobresahia tambem entre os povos cultos pelo engrandecimento que lá tomavam todos os ramos do saber humano. As mathematicas e as sciencias naturaes em nenhuma das outras nações se achavam mais adiantadas. Progrediam alli do mesmo modo a anatomia, a medicina operatoria, a pathologia cirurgica e a hygiene. O conhecimento de todas estas sciencias não se adquire simplesmente pelo estudo aturado sobre os livros; é mister tambem o exercicio manual, o conhecimento experimental dos factos e o tracto frequente com os objectos. A Universidade carecia muito de que os professores naturalistas se adextrassem em trabalhos practicos. Para obviar a tão sensivel falta e ao mesmo tempo para se adquirir conhecimento claro de muitas particularidades scientificas pouco estudadas em Portugal, entendeu o prelado que era conveniente mandar a Paris alguns dos mais intelligentes oppositores com o encargo de alcançarem larga instrucção theorica e practica naquelle grande centro de actividade scientifica, a fim de reanimarem depois em Coimbra o estudo das sciencias naturaes.

As Faculdades de Mathematica e Philosophia deram os primeiros oppositores que de Coimbra sahiram para França. Em 15 de março de 1804 representou o prelado ao Principe Regente quanto conviria que um doutor de Medicina fosse tambem a Paris estudar os recentes progressos das sciencias medicas, e propoz para esta commissão o dr. Vicente Navarro de Andrade, irmão dos dous professores insignes, que por aquelle tempo ornavam a Universidade e illustravam a Medicina portugueza. Approvou o governo em nome do Regente as propostas do Reitor; e como este por Carta Regia de 4 de dezembro de 1799 estava auctorisado a proseguir no expediente ulterior de similhante negocio, arbitrou em oitocentos mil réis annuaes a ajuda de custo para a viagem scientifica do dr. Vicente Navarro, e ordenou á Junta da Fazenda da Universidade que lhe apromptasse o pagamento d'aquella quantia.

Não se encontra nas actas da Faculdade de Medicina noticia alguma sobre a viagem d'aquelle oppositor. É muito provavel que

o prelado consultasse particularmente algum dos seus membros sobre as instrucções que deveria levar o commissionado. O que é certo é que em 3 de julho de 1804 mandou de Lisboa os apontamentos em que se determinam especificadamente as occupações do dr. Vicente Navarro durante a sua residencia em Paris [1]. O esperançoso aspirante ás cadeiras de Medicina, depois de receber as instrucções necessarias para o desempenho da sua commissão, deixou Coimbra, e foi profundar os estudos medicos em eschola de mais largos horisontes.

[1] Os apontamentos sobre a viagem litteraria do dr. Vicente Navarro de Andrade acham-se nos registros da Junta da Fazenda da Universidade, liv. 2.°, fl. 76. Aqui os transcrevemos expurgados de exuberancias:

Tendo sido nomeado o dr. Vicente Navarro de Andrade, oppositor em Medicina, para ir a Paris instruir-se nos ramos practicos da sua profissão etc. deverá especialmente encarregar-se dos artigos seguintes:

1.° Deverá fazer um curso de anatomia com o professor mais acreditado, procurando ao mesmo tempo ouvir os mais professores, que se fizerem celebres em algum ramo especial da mesma sciencia, obtendo por uma practica regular e seguida toda a dexteridade na arte de dissecar, instruindo-se especialmente na arte da injecção, não só dos vasos rubros, mas tambem dos lymphaticos etc. Ouvir os professores particulares que se destinam ao ensino da anatomia comparada etc.

2.° Deverá fazer um curso de operações cirurgicas com o practico mais insigne; sendo certo que em Paris ha cirurgiões que têm alcançado maior grau de perfeição em certas operações, deverá, alem d'um curso geral, fazer outros particulares com os cirurgiões, v. g. oculistas, lithotomistas etc. etc. procurando alcançar a facilidade de operar segundo os melhores methodos, fazendo por comparal-os uns com os outros.

3.° Deverá fazer um curso de arte obstetricia debaixo da direcção dos melhores practicos etc. Deverá visitar com frequencia os hospitaes obstetricios a fim de se instruir em todos as operações practicaveis nos partos laboriosos e artificiaes.

4.° Deverá visitar todos os hospitaes d'aquella capital, observando não só o methodo therapeutico dos differentes professores, mas tambem o regulamento economico dos mesmos hospitaes. Igualmente deve visitar as casas de expostos, e de inoculação, observando todos os artigos de policia relativa a estes objectos. Igualmente deve visitar os theatros anatomicos, collecções de productos materiaes e artificiaes.

5.° Deverá converter-se com os olhos da mais escrupulosa averiguação sobre todos os ramos da hygiene publica e da policia medica em geral, que tantos progressos têm feito em França etc.

6.° Sendo primeiramente instruido de todos os instrumentos cirurgicos e obstetricios, que existem no theatro anatomico da Universidade de Coimbra, por uma relação circumstanciada, deverá propor todos aquelles que forem necessarios, a fim de que no mesmo theatro haja um arsenal cirurgico com-

Já em 1802 tinha o dr. Heliodoro Jacintho de Araujo Carneiro solicitado do Principe Regente a permissão de viajar nos paizes extrangeiros como membro da Universidade, a fim de aperfeiçoar e dilatar a sua instrucção medica. Sobre tal pretensão foi ouvido o Reformador Reitor, que opinou pela conveniencia de se mandar antes o supplicante a diversas terras do reino, onde grassavam ou tinham grassado doenças graves, para que, observando os doentes, estudando e apreciando todas as circumstancias nas proprias localidades, e conferenciando com os medicos das respectivas povoações, se procurasse remedio contra o perigo das enfermidades dominantes. A informação do reitor despertou a solicitude do governo, a quem pareceu acertado que o dr. Heliodoro visitasse as povoações flagelladas, e averiguasse as causas de insalubridade, e todas as particularidades que podessem esclarecer a natureza da endemia, ou epidemia reinante. Expediu-se aviso ao Reitor em 23 de outubro de 1802, para que do cofre da fazenda da Universidade mandasse subministrar ao dr. Heliodoro os meios com que digna e utilmente podesse fazer as suas viagens pelo reino. Ao mesmo tempo determinou-se que a Faculdade de Medicina formulasse as instrucções convenientes, de cuja execução seria o viajante obrigado a dar conta pelo modo e forma que parecesse á mesma Faculdade. A junta da fazenda oppoz difficuldades ao cumprimento do citado aviso; e, como o interessado recorresse para o Principe Regente, obteve que do Terreiro Publico se lhe desse a pensão annual de um conto e duzentos mil réis. Removidas por este modo as difficuldades pecuniarias, veio a Coimbra o viajante receber as instrucções [1] que a Faculdade de Medicina tinha formulado e appro-

pleto. Igualmente deve propor todos os livros de estampas, que parecerem mais uteis, e todas as obras de Medicina de que a Universidade carece, e que são de ultima necessidade, dirigindo-se ao correspondente litterario nomeado para este fim, com o qual se corresponderá ao menos de tres em tres mezes, ou mais frequentes vezes sendo possivel.

Os interessantes objectos, de que se acha encarregado o dr. Vicente Navarro de Andrade, e as relações, que deve procurar com os sabios, exigem ao menos tres annos de residencia em Paris, e achando-se cabalmente instruido em todos os ramos da sua commissão, e com uma somma de conhecimentos solidos, deverá consultar o seu prelado para lhe ordenar o resto da sua missão. Lisboa, 3 de julho de 1804. Francisco, Bispo Conde, Reformador Reitor.

[1] Aqui archivamos as intrucções formuladas pela Faculdade, não só porque

vado em sessão de 30 de julho de 1803, e partiu em seguida para as provincias do norte.

Das observações, que o dr. Heliodoro fez no decurso da sua viagem pelo reino, nunca a Faculdade de Medicina teve conhecimento, como as instrucções recommendavam. A commissão foi de todo o ponto infructuosa, e o commissionado teve que interromper a sua peregrinação passados mezes, porque lhe suspenderam por ordens emanadas do Erario o pagamento da quantia arbitrada para as despesas. Não desistiu porem o dr. Heliodoro da sua primitiva aspiração de viajar pelas nações da Europa em serviço

ha nellas muito que aproveitar para os casos de outras viagens medicas, mas tambem porque exprimem fielmente a importancia em que a Faculdade tinha naquelle tempo o estudo da hygiene:

Plano de instrucções que a Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade ordenou para a direcção do dr. Heliodoro Jacintho de Araujo Carneiro em viagens medicas, de que se acha encarregado por Sua Alteza Real.

§ 1.° Em qualquer cidade, ou grande povoação a que se conduzir o dicto viajante, examinará primeiro que tudo todas aquellas cousas que dizem relação á topographia d'ellas, cuja historia deverá dar, isto é, a qualidade do terreno em que estão fundadas, se é nú, arido, humido e abundante de plantas, se é baixo e calmoso, elevado e frio, para que parte olham, se para o septentrião ou para o meiodia, se para o Oriente ou para o Occidente; a sua extensão e numero de habitadores, os costumes e o modo de viver dos mesmos, se são ociosos ou a qualidade de trabalho em que se occupam, os alimentos de que se nutrem, e a sua indole, procurando muito particularmente examinar — 1.° a qualidade do pão relativamente ao modo da sua preparação, fermentação e cosimento; a qualidade e pureza dos grãos cereaes, e da farinha dos quaes o mesmo é preparado; 2.° Se as carnes são de animaes sãos ou morbosos, mortos por certos contagios, e se são alterados por qualquer outra causa; 3.° a qualidade dos peixes, leite, manteiga, queijo, legumes e fructos; 4.° a qualidade das hortaliças e cogumelos, com os quaes se costumam algumas vezes misturar plantas stupefacientes e venenosas.

§ 2.° Passando depois ao exame das aguas, deve em primeiro logar notar a sua quantidade e qualidade; se as fontes que as brotam estão situadas entre rochedos, e descem d'algum logar eminente com boa corrente, e se são limpas ou se estão estagnadas, e são por consequencia immundas e molles, se são cruas e salinas, ou, por alguns outros principios medicinaes, quentes ou frias, e as molestias a que se costumam applicar, dando alguma noticia dos principios, que por alguns indicios ou exames se tiverem descoberto. Tem aqui tambem logar o exame de bebidas artificiaes preparadas por meio da fermentação e distillação, como são a cerveja, vinho e os espiritos ardentes, dos quaes em quasi toda a parte do reino se faz mais ou menos uso, e são causa de terriveis enfermidades, tanto pelo seu abuso, como pela sua preparação e falsificação; attendendo não menos áquellas bebidas, que o luxo

da Universidade. Requereu novamente que do cofre academico lhe fossem concedidos os meios indispensaveis para uma viagem scientifica fóra do reino, allegando que das observações feitas durante a sua primeira commissão dera conta ao Principe Regente, de quem obtivera licença para ir a França e a Inglaterra adiantar e aper-

tem por toda a parte introduzido e extendido o seu uso, taes são o chá, café, chocolate.

§ 3.° Observará quaes são os ventos que ahi mais frequentemente sopram nas differentes estações do anno, se são frios ou quentes, e que precauções tomam os habitantes para se munirem e repararem das injurias dos dictos ventos dentro de suas casas e edificios, qual é a sua construcção e limpeza das ruas; se existe alguma ou muitas d'aquellas causas, que fazem a impureza da atmosphera, e são por consequencia causa das molestias endemicas, como são: 1.° os rios que pelas suas enchentes inundam as casas, e logares aos mesmos contiguos, nos quaes ficam aguas encharcadas: 2.° os pantanos e lagoas, dos quaes se elevem pessimas e muito nocivas exhalações: 3.° certas casas construidas para o estabelecimento de varias fabricas e manufacturas que trabalham em objectos suspeitos á saude publica; 4.° os carceres ou prisões, bem como os hospitaes mal situados, pouco ventilados e aceados, que, incluindo maior numero de individuos do que permitte a capacidade d'estes edificios, fazem uma atmosphera corrupta e contagiosa; 5.° as sepulturas superficiaes, que dentro dos templos se dão aos cadaveres; 6.° densos bosques, muito sombrios e humidos, situados em visinhanças das povoações.

§ 4.° Prevenido pois com o escrupuloso exame e attenção de tudo o que fica mencionado, tendo-se egualmente occupado em fazer as suas observações metereologicas, sendo-lhe possivel, e, não sendo, havel-as por informações, deverá entrar na observação de todas as molestias assim agudas, como chronicas, e indicar o methodo mais proprio para as precaver e para as curar, o qual mais commodamente poderá pôr em practica naquellas terras, em que houver hospitaes, os quaes até deverá visitar para examinar os seus fundos ou rendas, e a sua direcção tanto economica como medica, practicando o mesmo a respeito dos hospitaes da inoculação e casas de expostos.

§ 5.° Em cada um dos mezes fará os seus apontamentos, referindo a qualidade de saude de que gozam os homens, que doenças dominaram, quaes appareceram de novo, quaes se tornaram mais benignas, e quaes finalmente terminaram de todo; e de todos os acontecimentos comporá uma especie de diario ou relação bem e fielmente circumstanciada.

§ 6.° No fim de cada mez será obrigado a enviar a esta congregação pelo seu secretario o resultado das suas observações e do seu trabalho, para que á vista d'elle se possa consultar a Sua Alteza Real sobre algum objecto importante; e pelo mesmo secretario receberá novas instrucções, conforme o pedir a necessidade e occurrencia das cousas.

Livro II *das actas fol. 62.*

feiçoar os seus conhecimentos medicos. Sentiu o Reitor que o governo propendia para dar despacho favoravel á pretenção do requerente; propendeu tambem para o mesmo lado. Mandou á Faculdade de Medicina que preparasse as instrucções para a viagem, e ordenou á junta da fazenda que destinasse para o dr. Heliodoro quantia egual á que fôra assignada aos outros oppositores, commissionados fóra do reino. Em congregação de 22 de dezembro de 1804 approvou a Faculdade o plano de instrucções por que deveria regular-se o viajante[1]. Entre ellas se contém a obrigação de formar um diario, e de dar contas á mesma Faculdade dos seus trabalhos e observações de tres em tres mezes. A primeira carta que enviou é datada de Londres em 6 de setembro de 1805; donde se pode inferir que o dr. Heliodoro só veio a sahir de Portugal pelos fins de abril d'aquelle anno.

Em 23 de maio de 1806 foi presente á Congregação de Medicina a segunda carta trimensal do dr. Heliodoro com a data de 20 de dezembro do anno antecedente. Servia então de secretario

[1] As instrucções approvadas para a viagem do dr. Heliodoro fóra do reino resumem-se no seguinte:

Tendo progredido consideravelmente a medicina nos ultimos tempos, deverá o viajante:

1.° Tomar conhecimento de taes progressos, e mencionar o que ha entre elles de mais notavel.

2.° Estudar as applicações da chimica á medicina e botanica medica, á nomenclatura chimica e botanica applicada, á pharmacia, á materia medica, tomando conhecimento theorico e practico das virtudes alimentares e pharmacologicas d'aquellas substancias que o uso e a experiencia têm acreditado, e examinando se as virtudes de certos medicamentos, que ultimamente se têm introduzido na practica, estão confirmadas por experiencias numerosas:

3.° Estudar o galvanismo, e as suas applicações, tanto á physiologia como á practica da medicina, e averiguar cuidadosamente o que sobre este ponto ha de mais solido e verdadeiro:

4.° Frequentar os hospitaes, examinar os seus regulamentos economicos e medicos, observando as molestias dominantes, os methodos therapeuticos, etc.

5.° Indagar e certificar-se das vantagens resultantes das novas e engenhosas especulações sobre a natureza e acção dos remedios em certas molestias, como, por exemplo, nas febres, catarrhos epidemicos etc.

6.° Averiguar se do pús vaccinico, inoculado nas cabras e noutros animaes procedem pustulas, cujo liquido tem egualmente efficacia para prevenir a variola.

7.° Participar á Faculdade o resultado de seus estudos, sendo obrigado a compor um diario fiel e circumstanciado das suas viagens etc.

do conselho o dr. Francisco Soares Franco, que declarou conservar sob sua guarda os relatorios das viagens scientificas [1]. Comquanto promettesse numa das sessões anteriores que os deixaria registados no logar competente, no livro das actas, em que se contém o registo geral da Faculdade, não se acham transcriptos. Quiz o destino, ou a incuria humana, que de taes viagens não ficassem outras noticias alem das que referiu em duas congregações o dr. Soares Franco. Os secretarios, que pouco depois lhe succederam, tão descuidados foram das suas obrigações, que por cinco annos successivos não exararam uma só acta, nem tomaram apontamento do que se passou nos conselhos. Se pois os viajantes continuaram a informar a Faculdade dos seus estudos e applicações, dos relatorios que enviaram não existe memoria; tudo ficou comprehendido no silencio geral, até os nomes dos secretarios que serviram desde 27 de novembro de 1806 até 30 de julho de 1811.

O descaminho dos relatorios e a omissão dos registos impossibilitam-nos hoje de apreciar como os viajantes se houveram no desempenho da sua commissão. É provavel que observassem ponctualmente as suas respectivas instrucções, e que se empregassem com todo o desvelo em profundar e ampliar os seus conhecimentos. O que porém podemos investigar, não obstante a falta d'aquelles documentos, é se das viagens medicas advieram os resultados que se esperavam, e se de tanto dispendio para se elevar o ensino e promover o adiantamento da sciencia na Universidade procederam os melhoramentos que o prelado antevia e a Faculdade desejava. Infelismente a investigação, qualquer que seja o lado por que se tente, conduz ao triste desengano de que as viagens dos oppositores de Medicina, emquanto ao seu fim principal, foram completamente estereis. Parecia que os oppositores viajantes, concluidos os seus estudos, voltariam a Coimbra, e que prestariam aqui bons serviços ensinando o que tivessem aprendido lá fóra. Succedeu o contrario; desviaram-se da Universidade,

[1] Eis o que textualmente se contém na acta: «Leu-se uma carta do dr. «Heliodoro Jacintho de Araujo Carneiro, datada de 20 de dezembro de 1805, «e que fica em meu poder com o signal 3, sendo esta a sua segunda carta «que a Congregação recebe. E por não haver mais que tractar etc.»

Se pois havia só duas cartas do dr. Heliodoro; e se assignalava a segunda com o numero 3, é de presumir que o numero 1 ou 2 estivesse em algum relatorio do primeiro viajante, dr. Vicente Navarro.

e tomaram o rumo que mais conveniente lhes pareceu. Um trocou os estudos scientificos pelas missões deplomaticas a diversas côrtes da Europa; o outro embarcou para o Rio de Janeiro, aonde a familia real se tinha refugiado, e lá ficou exercendo o professorado na cadeira de hygiene, pathologia e therapeutica, para que foi despachado por decreto de 26 de abril de 1813 quando se instituiu uma eschola medica na capital da colonia. A Faculdade de Medicina, que almejava pela chegada dos dous emissarios para nivelar o ensino d'algumas especialidades practicas com os recentes progressos scientificos, e seguir de perto os adiantamentos de Inglaterra e França, vendo frustradas todas as esperanças, tractou de sustentar os creditos estabelecidos, confiada sómente nos proprios esforços.

Tal foi o resultado das excursões scientificas, incumbidas aos dous oppositores de Medicina. Se fossem antes commettidas a cathedraticos ou substitututos, a funccionarios, cujo futuro estivesse já vinculado á Universidade, não seria inteiramente perdido para o ensino o fructo colhido nas escholas extrangeiras. Mas parece que desde o principio tudo conspirou para frustrar as consequencias promettedoras das viagens. — Em primeiro logar a escolha dos viajantes, em que não teve parte a Faculdade, antes pertenceu inteiramente ao ministro do reino e ao prelado, não se recommendou por muito acertada. Os encargos, especificados nas instrucções que levou para Pariz o dr. Vicente Navarro d'Andrade, deviam ter-se confiado ao dr. Francisco Soares Franco, que naquelle tempo era substituto, e em quatro annos de serviço no theatro anatomico tinha exhibido provas de muita intelligencia, de vocação e habilidade para trabalhos practicos. Para Londres convinha que tivesse sahido o dr. Francisco José de Sousa Loureiro. Todas as probabilidades indicavam que as viagens scientificas, commettidas a tão distinctos professores, dariam resultados de proveito para o adiantamento das sciencias medicas em Portugal.—Á escolha arbitraria dos commissionados seguiram-se, passado algum tempo, os lamentaveis acontecimentos que pozeram em conflagração todo o occidente da Europa. Os dous oppositores de Medicina, obrigados por isso a distrahirem a attenção dos seus estudos, suspenderam a observancia das instrucções, tractaram de si, e acabaram por se desligar da Universidade, a que simplesmente os prendia o encargo da commissão scientifica.

A guerra que de novo rebentou entre a França e a Inglaterra voltou contra Portugal o impeto das aguias francezas. Tres vezes foi o reino invadido e assolado por tropas extrangeiras, e após a invasão por toda a parte ficou a miseria, o lucto e a ruina. Quando os gritos da patria afflicta reanimaram o vigor de seus filhos para repellir as hostes invasoras, no alcaçar das sciencias, em vez de exercicios litterarios, surgiram enthusiasmos guerreiros, e a mocidade estudiosa correu ás armas para affrontar o inimigo [1]. Mal podia

[1] Dos serviços prestados pelo corpo academico na primeira invasão franceza reza compendiosamente a seguinte Carta Regia, cuja transcripção me pareceu opportuna e conveniente neste logar.

«Manuel Paes d'Aragão Trigoso, Lentes, Deputados e mais Pessoas do Claustro Pleno da Universidade de Coimbra. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Sendo-Me presente a gloriosa parte que esse corpo academico da Universidade de Coimbra tomou na occasião da restauração do reino de Portugal, acclamando-a em toda a provincia da Beira e na da Extremadura, tomando os fortes da Figueira e da Nazareth, e contribuindo com muito zelo, valor e actividade para se conseguirem os felizes successos do vencimento das batalhas da Roliça e Vimieiro, como acontecera promovendo com todo o acerto a boa ordem e intelligencia em tão arriscadas e criticas circumstancias, e dando-Me com estes tão louvaveis procedimentos irrefragaveis provas do seu affecto, patriotismo e pura fidelidade, fazendo-se por todos estes respeitos merecedor de que Eu lhe dê uma singular demonstração, que perpetue o apreço que faço de tão dignos e distinctos serviços, e da consideração que tão justamente me merecem, vos mando esta em significação do Meu reconhecimento, para que possa ser em todo o tempo um publico testemunho do muito que vos contemplo, e da justiça que rendo aos vossos honrados e leaes sentimentos. Escripta no Palacio de Santa Cruz, em 3 de Outubro de 1809. — PRINCIPE. Com guarda».

Tirada do Livro IV dos Registos das cartas regias etc. da secretaria da Universidade a fl. 56.

Por aviso do governo de 28 de novembro de 1810 foi auctorisado o corpo academico a reunir-se, para empregar na defesa do reino o seu patriotismo, como já havia practicado com distincção em 1808, commettendo a sua organisação e o seu commando ao dr. José Bonifacio d'Andrade e Silva, etc.

Consta do mesmo livro a fl. 75.

Alongarei esta nota, e não terei d'isso pezar, com a noticia d'um testemunho muito honroso para a Universidade, e geralmente ignorado. É o trecho d'uma carta datada de Londres em 3 de maio de 1811, e dirigida a D. Miguel Pereira Forjaz pelo cavalheiro João Carlos Villiers, que por algum tempo desempenhou missão official juncto do governo portuguez. Diz assim:

«Vous daignerez peut-être vous rapeller combien je me suis toujours inté-«ressé à toutes les institutions d'éducation en Portugal, et surtout á l'Uni-

então prosperar a cultura das sciencias entre «as fadigas e os ardores sevos de Marte.» A Universidade sentiu profundamente o abalo geral, e soffreu, como as outras instituições, as consequencias desastrosas da invasão.

Depois de expulsos os inimigos, quando o corpo academico voltou a Coimbra para continuar nas lides do estudo, foi mister affrouxar o rigor das leis, e recompensar com certa indulgencia os esforços dos briosos mancebos que se tinham arriscado na defesa da patria. Passada porem a epocha de natural expansão e alegria, o movimento escholar proseguiu com a costumada regularidade. Não se podia esperar que as Faculdades tomassem desde logo a iniciativa em projectos de melhoramentos universitarios. A continuação da guerra contra a França, em que o nosso exercito tomava parte importante, entretinha muito as attenções e distrahia os espiritos dos cuidados litterarios. De mais todos sentiam que as tentativas de melhoramento seriam baldadas emquanto não achassem acolhimento favoravel nas instancias superiores. Ora das regiões elevadas era donde menos esperanças havia de animação. O Principe Regente tinha passado a côrte para o Rio de Janeiro, aonde com difficuldade chegavam os echos que partiam do reino. A regencia encarregada do governo da nação lidava em occupações de tanta urgencia, que facilmente adiaria as pretensões da Universidade, quando se afastassem do expediente ordinario. As circumstancias eram portanto desanimadoras. Bom serviço faziam ainda as Faculdades mantendo o ensino na elevação conveniente, e luctando contra as causas inevitaveis de decadencia.

Não obstante porém a declinação, que pouco e pouco se tornou manifesta na Universidade, a Faculdade de Medicina resistiu com firmeza ao perigo, e conseguiu preservar-se por algum tempo do enfraquecimento geral. Sob a direcção dos mesmos professores que tantos creditos lhe tinham grangeado, sustentou a disciplina escholar, e deu ao ensino o desenvolvimento compativel com o limitado numero de cadeiras. Na administração dos estabeleci-

«versité dont l'exemple, et la bonne conduite a si fort contribué à la gloire, «et au salut de leur patrie. Ce que je veux savoir est si les François ont pillé «l'Université ou si ses membres ont espécialment souffert, car si cela est (sans «pouvoir dire ce qui sera possible pour leur aide) je tacherais de rendre jus«tice à leurs pétitions.»

Do mesmo livro dos Registos a fl. 80 v.

mentos houve-se com muito desvelo como logo diremos; e com quanto estivessem então em exercicio apenas os vogaes indispensaveis para a regencia das escholas[1], esses não só desempenharam dignamente o serviço academico, mas até se entregaram á composição de obras litterarias e scientificas de muito trabalho. Os drs. José Feliciano de Castilho, Angelo Ferreira Diniz e Jeronymo Joaquim de Figueiredo emprehendem uma publicação periodica, e tiram da estampa desde 1812 até 1820 dezeseis volumes do bem conhecido *Jornal de Coimbra*. O dr. Francisco Soares Franco compõe um tractado de anatomia em dous volumes, que será sempre apreciado pela concisão e clareza das descripções. Por estes e outros predicados foi approvado em congregação de 10 de junho de 1818 para servir de compendio na aula de anatomia. O dr. Joaquim Navarro d'Andrade escreve em latim um livro em que se contém a distribuição methodica dos Aphorismos de Hippocrates, obra destinada a esclarecer os alumnos do quarto anno medico, e para este fim obteve a approvação em congregação de 30 de julho de 1819. Vê-se pois que trabalharam com manifesta dedicação os seis professores sobre quem pesou todo o serviço da Faculdade por mais de sete annos consecutivos.

No entretanto os progressos sempre crescentes da sciencia difficultavam cada vez mais o ensino; em seis cadeiras não podiam os lentes explicar as materias como importava ao decoro da Universidade e ao bom nome da eschola. Sentia-se a necessidade urgente de se alargarem os programmas e de se distribuirem os encargos escholares por maior numero de professores. Tanto a Faculdade reconheceu que era impossivel satisfazer dignamente á sua missão em quanto se não ampliasse a area de ensino, que na primeira e mais opportuna occasião de pedir remedio para as necessidades instantes desenrolou o sudario das miserias que opprimiam a instrucção medica na Universidade. Este desabafo e ao mesmo

[1] O pessoal da Faculdade constava então de seis cathedraticos, dous substitutos ordinarios e dous extraordinarios. O primeiro cathedratico, dr. João de Campos Navarro, foi mandado em commissão ao Rio de Janeiro, de lá renunciou em seu irmão o cargo de director, e não tornou a servir na Universidade. O lente de materia medica, Pedro Joaquim da Costa Franco, impossibilitou-se para o serviço; os dous substitutos extraordinarios, drs. Caldas e Barreto, andaram empregados em commissões nos hospitaes militares. Havia portanto em actividade seis lentes para todo o serviço da Faculdade.

tempo instante requisição de providencias teve logar na memoravel congregação de 23 de outubro de 1821, a primeira de Medicina a que presidiu o Reformador Reitor D. Fr. Francisco de S. Luiz. O prelado apresentou-se como quem desejava corresponder ao nome e encargo que tinha de reformador; a Faculdade, que anhelava por declinar de si a responsabilidade da decadencia que lavrava nos estudos, expoz largamente todas as suas necessidades: pediu providencias contra o mal presente, e apontou logo, como remedio indispensavel, as reformas que se deviam emprehender tanto no que pertence ás sciencias preparatorias e auxiliares da Medicina, como no ensino das materias do curso medico. Em face de taes precisões e dos melhoramentos que a Faculdade reclamava, colligiu o prelado que a grandeza do mal exigia remedio poderoso; mas como lhe pareceu que nas circumstancias melindrosas da nação era impossivel que se attendesse, como convinha, á reforma da instrucção medica, adiou a discussão sobre melhoramentos para occasião opportuna, e entretanto cingiu-se a dar bom andamento ao expediente ordinario. Os reformadores subsequentes acharam para reformas os mesmos embaraços. Apezar dos bons desejos e dos trabalhos apreciaveis d'uma commissão encarregada de estudar e de propor os melhoramentos indispensaveis, a Faculdade continuou ainda por muitos annos em gradual decadencia.

O Reformador Reitor D. Francisco de Lemos, que durante a primeira invasão franceza fora mandado para França, onde se demorou por espaço de dous annos e meio, voltou em 1811 com o proposito de tomar o governo da Universidade e de insistir na realisação d'um projecto que muito havia o dominava. No seu primeiro reitorado tinha proposto ao Marquez de Pombal um plano para horto botanico de tanta sumptuosidade, que o ministro abertamente lh'o desapprovou numa notavel carta, já por vezes divulgada pela imprensa. Assentiu por então o prelado ás ordens e opiniões do Marquez; mas retardou as obras para a construcção d'um jardim como lhe fôra determinado, e aguardou o ensejo de poder executar mais tarde o famoso plano da sua predilecção. Quando, passados vinte annos, tomou pela segunda vez conta da reitoria, encaminhou logo as cousas para realisar o seu intento; mas, como então assistiu por muito tempo em Lisboa, e depois foi obrigado a sahir do reino, não promoveu trabalhos consideraveis. Restituido á patria, e tomando a direcção da Universidade ao cabo de tão prolongada

ausencia, applicou-se com todo o empenho a levantar nas obras do jardim um monumento que perpetuasse o seu nome e a sua memoria. Ampliou a extensão demarcada para o horto botanico, decorou-o com a formosa gradaria que se prolonga d'uma a outra extremidade, e concluiu outras obras de arte em harmonia com o plano.

Aquelle padrão de sua gloria custou-lhe alguns dissabores, porque, distrahindo para obras tão dispendiosas o grosso das rendas universitarias, e deixando em atrazo os ordenados dos lentes, levantou-se primeiro um rumor vago, que logo se convertou em alterosa declamação contra o arbitrio com que o prelado empregava no jardim as sommas destinadas para o pagamento aos funccionarios, e para se custearem as despesas dos outros estabelecimentos. Depois no pasquim e no pamphleto começaram a desabafar as iras os mais insoffridos. Espalharam-se então muitas publicações anonymas cheias de invectivas; algumas attribuiram-se aos dois lentes de Medicina, José Feliciano de Castilho e Jeronymo Joaquim de Figueiredo. Por ordem do governo, passada no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1818, foram ambos suspensos e mandados julgar *pelos libellos famosos e papeis incendiarios espalhados na cidade.* Á porta do Hospital appareceu uma caixa com o rotulo em que se pedia esmola para a sustentação dos enfermos naquelle estabelecimento, satyra vehemente contra o dispendio nas obras de arte grandiosas quando escaceavam os meios para se obviar a necessidades impreteriveis. Tudo isto havia de impressionar vivamente o animo brioso do prelado, que, apezar de contar para cima de oitenta annos, não se curvava ás exigencias arrogantes dos censores. As queixas por atrazo de pagamento aos funccionarios da Universidade só terminaram depois da Revolução que primeiro acclamou em Portugal as ideias de liberdade[1]; mas as finanças do hospital, de que vamos agora tractar, continuaram por muitos annos em mau estado.

Depois que o hospital da Universidade se estabeleceu no collegio dos extinctos jesuitas, tornaram-se alli tão frequentes os casos de

[1] O primeiro lente de mathematica, dr. Antonio José d'Araujo Sancta Barbara, requereu ao governo que lhe mandasse pagar os seus ordenados, por quanto nada tinha recebido havia quasi um anno. Em 8 de março de 1821 veiu um aviso mandando suspender immediatamente todas as despesas extraordinarias até estarem pagos os lentes e mais empregados da Universidade.

curas notaveis e tão conhecido do publico o bom tractamento dos doentes, que em breve começou a ser muito procurado não só pelos enfermos pobres de Coimbra e povoações comarcãs, mas tambem pelos de terras mais distantes, onde debalde tinham solicitado remedio contra as suas enfermidades. Os rendimentos e as accommodações do edificio chegavam tão sómente para certo numero de doentes, muito superior em verdade ao que podia agazalhar o antigo hospital. Ora, se por qualquer eventualidade acontecesse que entrassem para as novas enfermarias mais doentes do que lá se deviam admittir, necessariamente viria a alterar-se o equilibrio entre a receita e a despesa, e conjunctamente a diminuir a benefica influencia da casa na razão directa da accumulação. Uma e outra cousa se realisou por não ser possivel a execução rigorosa dos regulamentos estatuidos para a admissão dos enfermos.

A primeira vez em que por falta de meios se tomaram providencias a respeito do hospital, foi na congregação de 16 de novembro de 1786. Resolveu-se então «que não se acceitassem os doen-«tes vindos de longe e de proposito curar-se aos hospitaes da Uni-«versidade;» e logo na sessão de 13 de dezembro se determinou «que o fato dos que morressem nos hospitaes se não desse aos «parentes, como era costume, e que do dinheiro sómente o que «crescesse depois de deduzidas as despesas na razão de 200 réis «diarios.» Estas resoluções não foram sufficientes para enfraquecer a concurrencia, e porisso o conselho da Faculdade em 9 de outubro de 1789, ponderando que sómente se deviam admittir nas enfermarias os doentes pobres, decidiu que a apresentação d'um attestado de pobreza, passado pelo parocho, fosse condição indispensavel para a admissão de qualquer doente. Apezar d'isto a affluencia não diminuiu; de modo que em 5 de maio de 1791 foi mister cogitar de novas providencias para se regularem as finanças dos hospitaes. Por dous unicos modos se podia chegar á resolução do problema, ou augmentando a receita, ou despedindo os doentes que se apresentassem alem do numero determinado. Mas como pela porta do primeiro modo se não achava sahida, naturalmente se tomava o caminho do segundo. Difficultar e restringir a admissão dos doentes foi pois o que se resolveu. Entendeu-se que se devia pôr em execução o regimento de el-rei D. Manuel, cujas disposições eram nimiamente cautelosas e apertadas, e em conformidade com o mesmo regimento se deliberou que no hospital dos

Lazaros se não mantivessem mais do que dezoito doentes, e que no da Universidade se admittissem tão sómente os pobres das cercanias de Coimbra até oito leguas de distancia. Limitada por este modo a concurrencia, era de esperar que não fosse tão solicitada a caridade dos hospitaes; no entretanto, ainda que baixasse o numero dos doentes, como depois cresceu o preço dos generos, logo sobrevieram os mesmos embaraços na administração. O director dos estabelecimentos apresentou-se novamente a reclamar providencias na congregação de 20 de abril de 1793, allegando que os mantimentos estavam por preço elevado, e que com a receita actual não podia custear as despesas. A Faculdade foi então mais explicita, e determinou que se não admittissem senão até oitenta enfermos.

Facil era apresentar alvitres nas congregações, discutir propostas, e formular por fim regulamentos para a boa administração dos hospitaes; na execução e practica das providencias estatuidas é que appareciam os escolhos, e os embaraços tanto mais compromettedores, quanto mais restrictas fossem as prescripções regulamentares. Se acontecesse chegar á porta do hospital um ou mais enfermos gravemente doentes, quando os registros da caza mostrassem que se tinha chegado á meta inexcedivel dos oitenta admittidos, haveria por ventura coração de tão barbara deshumanidade, que lhes recusasse a entrada, e por obediencia á lei os deixasse perecer á mingua de socorros? Deram-se muitas vezes collisões similhantes; e os encarregados da acceitação dos doentes infringiram, com prazer o digo, os regulamentos da casa, e obedeceram aos impulsos de sentimentos christãos. Por isso, ainda que o conselho da Faculdade limitasse o numero de enfermos que podiam entrar nos hospitaes, a força imperiosa das circumstancias alterava a circumscripção, e alargava os limites, o que tinha logar principalmente nas quadras doentias. Não é portanto de admirar que em maio de 1796 a differença sempre crescente entre a receita e a despesa obrigasse a excogitar novas providencias. O unico meio e o mais obvio de se cortar o mal pela raiz consistia em se procurar o augmento da receita proporcionado ao accrescimo das despesas. Mas, como não estava nas attribuições da Faculdade ampliar os recursos dos hospitaes por mais alvitres e projectos que a boa vontade suggerisse, não era possivel achar solução ra-

zoavel fora do lumiar das economias. A congregação convocada para acudir com remedio efficaz as necesidades urgentes, ao cabo de muito discutir, deliberou que se colligissem todas as resoluções desde tempo remoto attinentes ao regimen dos hospitaes, para sobre ellas se formar um regulamento.

Colligiram-se effectivamente as providencias tomadas em diversas occasiões para o bom andamento da administração interna dos hospitaes. Ficaram exaradas na acta da congregação de 23 de maio de 1796. Acham-se entre ellas algumas disposições, que, aferidas pelos principios economicos, têm razão de ser muito justificada, mas cuja execução rigorosa se não conforma por certo com os dictames da caridade. Tal é a que diz assim: «Aquelles doen-«tes que forem admittidos em duvida de serem ou não curaveis «as suas molestias, serão mandados no fim de dous mezes, ou «logo que se julgarem incuraveis.» Esta determinação contida no regimento d'el-rei D. Manuel parecia modelada de proposito para a occasião. No hospital da Universidade havia muitos doentes achacados de molestias chronicas e incuraveis; e a sua manutenção era dispendiosa. O cofre estava exhausto, as rendas futuras compromettidas, e as dividas a crescerem todos os dias. Em tão graves circumstancias, depois de debates prolongados em que não se atinou com expediente algum brando e ao mesmo tempo efficaz, foi mister appellar para a execução de medidas violentas; e o Conselho da Faculdade de Medicina, apertado pela dura necessidade, obedeceu á severa determinação do regimento de D. Manuel, e deliberou — *que os doentes julgados incuraveis fossem despedidos e postos á porta do hospital, onde tinham sido acceitos!* Tal foi o remate da congregação de 22 de julho de 1796.

Exploraram-se depois todos os meios de economia para se egualar a receita com a despesa; mas, como as necessidades anteriores tinham já restringido por tal forma as verbas de consumo, que de portas a dentro do hospital tudo estava reduzido ao strictamente indispensavel, nada se economisou. Continuaram portanto os administradores observando os preceitos regulamentares da casa, empregando todos os esforços para não augmentarem as despesas. Afrouxou-se por vezes o rigor na admissão dos doentes, porque nem outra cousa podia acontecer na presença de epidemias, de fome e de todos os males inherentes á invasão franceza.

Mas quando em 1812 já não havia receios de novas perseguições do inimigo, e voltavam por toda a parte as cousas ao seu andamento regular, o hospital não podia com as despesas, e pediram-se providencias contra o deficit. Assentou-se em congregação de 10 de julho d'aquelle anno, que se reduzisse a oitenta o numero dos doentes «em quanto durassem as criticas circumstancias.» Infelizmente as esperanças de melhor ventura pareciam desvanecer-se com o tempo. Nos dez annos decorridos desde então até 1822 as necessidades foram em progressivo augmento, e as difficuldades de administração cada vez mais complicadas. Ponderou-se ao Prelado com viva instancia que attendesse para as necessidades do hospital. Mas o Prelado não attendeu como devia a todas as representações em que se pediam providencias. Entretanto as dividas augmentavam; os credores, não podendo continuar a fiar os generos, recusavam o costumado fornecimento; e a penuria chegou a tal extremo, que bem justificado foi o appello que se fez á caridade publica por meio d'uma caixa receptora de esmolas para o hospital. Emfim na Congregação de 19 de junho de 1823 o dr. José Feliciano de Castilho, que então exercia o cargo de director, patenteou a falta de recursos; disse que para não fechar o estabelecimento lhe tinha já abonado do seu bolso a quantia de 50$000 réis, e que, por não poder adiantar mais dinheiro, pedia providencias para as necessidades instantes. Faz lastima que só em extremos de miseria se abrisse o cofre academico para remediar as faltas do hospital! Pagaram-se então os generos consumidos, e sustentou-se o credito da casa; mas o expediente administrativo cahiu pouco depois em embaraços similhantes aos que temos historiado, e assim proseguiu por muitos annos. A Faculdade, sempre attribulada com os negocios dos hospitaes, resolveu pedir ao governo que a alliviasse da administração economica. Depois de repetidas instancias e de largos annos de espera teve a petição o despacho desejado, como em seu logar contaremos.

CAPITULO VII

Doutrinas medicas professadas na Universidade desde a Reforma até 1822

Grave transformação se operava nas sciencias medicas quando a Junta de Providencia Litteraria começou a intender na reforma da Universidade. Os antigos systemas de Medicina, e os que successivamente se formaram depois do renascimento das lettras, achavam-se em extremos de decadencia. Em compensação, o rumo que havia tomado a physiologia após o conhecimento das propriedades vitaes, e os progressos sempre crescentes da anatomia abriam largos horisontes, e preparavam os fundamentos para a constituição de novas theorias medicas. Mas estas vicissitudes da sciencia, com quanto exprimissem o resultado de muito lidar, e fossem o indicio de incontestavel aperfeiçoamento, não deixavam todavia de entreter a duvida e de protelar a incerteza. Em taes circumstancias apurar as verdades scientificas e emittir opinião fundamentada era tarefa de não pequenas difficuldades.

Tinha a Junta de Providencia Litteraria, como encargo essencial da sua commissão, de apontar as doutrinas, com que se devia inaugurar o ensino das sciencias na Universidade Reformada. Instava por isto o Reformador por se convencer de que a prosperidade da nova cultura intellectual pendia da boa semente que primeiro se escolhesse. Ora o estado oscillante da Medicina embaraçava a escolha das materias que se haviam desde logo de explicar nas cadeiras de instituições e de aphorismos, aonde pertencia o ensino dos principios theoricos e fundamentaes das doutrinas medicas. A Junta sentia-se perplexa entre os fautores do progresso e os conservadores do passado. Conhecia os serviços que a eschola de Haller

tinha prestado á sciencia, e comprehendia a possibilidade de surgir dentro em pouco algum systema de Medicina, baseado nos recentes progressos physiologicos. Mas as possibilidades futuras eram apenas uma esperança, e a occasião exigia realidades. Portanto, sem omittir as providencias para as necessidades que pareciam avisinhar-se, sahiu da hesitação adoptando para a actualidade doutrinas bem definidas e sanccionadas pelo acolhimento geral. Boerhaave era ainda a primeira auctoridade na sciencia; seus escriptos e opiniões sustentavam-se nas principaes academias de Medicina, e eram assumpto de largos commentarios. Isto bastava para que a Junta lhes désse a preferencia, como realmente deu, decidindo que na aula do quarto anno se explicassem as lições de pathologia pelos *Aphorismos* d'aquelle auctor «em quanto não houver outros «mais completos e perfeitos que substituam o logar d'elles [1].» O compendio de *Instituições* de Boerhaave resumido e substancioso foi tambem indicado nos Estatutos para o ensino da physiologia [2]. D'este modo as doutrinas boerhavianas, ainda que admittidas como expediente provisorio, ficaram legalmente recommendadas, e porisso tiveram nos primeiros annos dominio exclusivo na Faculdade.

Realçava sobre modo no eclectismo de Boerhaave a influencia da eschola iatromathematica. O illustre professor de Leyde tendia para explicar os actos do organismo pelos principios invariaveis da physica [3]. Não desconheceu, é verdade, a importancia da chimica, de

[1] Esta clausula acha-se coherente com o que dispõem os Estatutos no liv. 3.°, parte I, tit. II, cap. II, § 13, onde lêmos: «E como uma das causas «do atrazamento dos estudos nas Universidades é a parcialidade com que se «afferram aos auctores, que uma vez entraram a seguir: declaro, e ordeno «que nenhum auctor nacional ou estrangeiro seja fixamente adoptado para «as lições de *Medicina*, mas que se tenha sempre provisionalmente o que «for approvado para o dicto fim das lições, emquanto não apparecer outro «na mesma materia, que se julgue mais perfeito, e mais util ao bom apro- «veitamento dos estudantes, etc.»

[2] Ibidem, § 12.

[3] Basta ler as primeiras linhas da physiologia de Boerhaave no § 40 das suas *Instituições* para se conhecer quanto elle preferia explicar os phenomenos organicos pelas leis da mechanica. Diz assim o texto vertido em vulgar: «Sabemos pela anatomia que o corpo humano consta de solidos e fluidos. «Chamamos solidos já aos vasos em que se contêm os liquidos, já aos orgãos «construidos, figurados e dispostos por modo tal, que a sua relação, qual fa- «brica singular, lhes facilita o exercicio de certos e determinados movimentos «quando provocados por alguma causa motriz. E em verdade, se bem consi-

cujo auxilio se valeu muitas vezes para achar a razão dos phenomenos vitaes; mas é certo que as leis da mechanica lhe pareciam de mais frequente applicação, e satisfaziam melhor ao seu espirito. Os que lhe seguiram os passos não limitaram, antes persistiram na applicação da physica á physiologia. E como o emprego das mathematicas tinha aperfeiçoado consideravelmente as sciencias physicas, occorreu que pelo mesmo processo se chegaria tambem á resolução dos problemas de Medicina. A demonstração das verdades physiologicas á luz da mathematica occupou os medicos em obstinadas tentativas. Submetteram-se as funcções organicas ás operações do calculo, e, segundo os partidarios da eschola iatromechanica, não se devia afrouxar neste empenho, porque o progresso da Medicina muito tinha a esperar das combinações algebricas e geometricas.

Sabia a Junta de Providencia Litteraria que os sectarios da eschola boerhaaviana consideravam o aperfeiçoamento da Medicina pendente em grande parte dos progressos da physica. Era tambem d'esta opinião a propria Junta, a quem muito agradavam as doutrinas iatromechanicas. Levada pelos impulsos naturaes e pelo que apregoavam os admiradores de Boerhaave propoz que no estudo da Medicina se imitasse o methodo dos geometras, tanto synthetico como analytico, e recommendou que se attendesse «sem-«pre para os principios demonstrados na physica, mechanica e «hydraulica; porque, affirmou ella em tom expressivo, é evidente «que as propriedades medicinaes dos remedios não são virtudes «occultas, mas consequencias que resultam das suas propriedades «physicas; e que nem o remedio ajuda, nem a materia morbifica «offende, senão por uma acção mechanica empregada e applicada «nas differentes partes do corpo, cuja acção e mechanismo se deve «entender para se discorrer e practicar com acerto [1].» A Junta de Providencia Litteraria, composta de varões illustres em sciencia e humanidades, em cujo gremio porem não se divisava um medico,

«derarmos as peças do organismo, acharemos nellas sustentaculos, columnas, «traves, anteparos, coberturas, pontos de apoio, cunhas, alavancas, roldanas «para dirigirem as cordas, prelos, folles, crivos, filtros, canaes, cavidades «e receptaculos. A faculdade, que têm os orgãos de executar movimentos, se «deu o nome de funcção; a qual se regula pelas leis da mechanica, e por «ellas tão sómente se póde explicar.»

[1] Estatutos da Universidade liv. III, part. I, tit. II, cap. II, § 11.

podia abster-se de exarar nos Estatutos aquellas proposições sentenciosas. Escreveu-as deliberadamente, não para alardear ou inculcar os principios da sua philosophia medica, mas sim para exprimir a indole das doutrinas e precisar a direcção que devia ter o ensino nas cadeiras da nova Faculdade. Em harmonia com os mesmos principios, e para que os alumnos podessem profundar a sciencia, estabeleceu que no curso das disciplinas preparatorias e auxiliares da Medicina se comprehendessem, alem da historia natural, da physica e da chimica, o estudo das mathematicas puras por espaço de dous annos, e o tirocinio durante um anno das mathematicas applicadas. O apparato de tanta mathematica poderá parecer demasiado, mas era condição indispensavel para se intenderem as verdades da physica. As demasias significavam a reacção contra os desvarios da escholastica. A Junta insistiu tanto pelas mathematicas e pela applicação dos processos geometricos com o proposito de extinguir a velha dialectica, e de habituar a mocidade a servir-se da intelligencia e a usar da razão.

Ao começar na Universidade o movimento das aulas e a execução dos novos Estatutos todos os estudantes que, segundo o edital de 7 de novembro de 1772, poderam matricular-se em Medicina, foram obrigados a frequentar as sciencias auxiliares nas faculdades de mathematica e philosophia. O ensino medico nas quatro cadeiras maiores da Faculdade versou, como estava decretado, sobre as doutrinas de Boerhaave. As *Instituições* e *Aphorismos* d'este auctor serviram de texto, e foram explicados nas cadeiras theoricas; e nas de practica modelaram-se as applicações clinicas pelas mesmas doutrinas, observando-se na direcção dos cursos os preceitos determinados nos Estatutos.

Raros e quasi imperceptiveis são os vestigios do desenvolvimento que tiveram as doutrinas boerhaavianas nos primeiros tempos da Reforma; por este motivo não se póde hoje averiguar até que ponto se profundaram nas aulas, nem quaes as materias em que de preferencia se insistiu. Tambem nos faltam esclarecimentos para dizermos ao certo por quantos annos se prolongou na Universidade a influencia exclusiva de Boerhaave. Sobre este e outros pontos, cujas noticias particulares se perderam, podemos quando muito formar conjectura com mais ou menos approximação da verdade. É de presumir que nos primeiros onze annos consecutivos á

Reforma se conservassem no ensino medico os livros de texto recommendados nos Estatutos, não obstante serem conhecidas desde 1776[1] as *Primeiras Linhas de Medicina*, de Cullen, e de attrahirem as attenções por toda a parte as obras physiologicas de Haller. Os Estatutos prescreviam terminantemente[2] que «não se mudasse de Boerhaave para outro sem se ponderarem e discutirem por miudo as vantagens que d'isso podem resultar.» Esta prescripção da lei e a conveniencia de não se perturbarem os bons auspicios da Reforma com mudanças e alterações que podiam adiar-se, retardaram a adopção d'outros compendios. Temos, porém, que de involta com as doutrinas de Boerhaave se foram insinuando nas aulas e apresentando nas discussões academicas algumas particularidades dos recentes descobrimentos. Persuade-nos d'isto o enunciado das theses que por aquelle tempo foram propostas para os actos de conclusões magnas. Alli se reflectem as doutrinas e as opiniões medicas professadas na Universidade[3]; e por falta de melhores noticias d'alli tomaremos os esclarecimentos que agora convêm a nosso proposito.

[1] Acho menção nas biographias de Cullen de que a sua obra mais notavel *Primeiras Linhas de Medicina* fôra publicada pela primeira vez em Leyde em 1773. As edições inglezas e a traducção franceza de Bosquillon foram mais conhecidas em Portugal.

[2] Liv. III, part. I, tit. III, cap. V, § 15.

[3] As theses propostas pelos doutorandos para os actos de conclusões magnas, as dissertações inauguraes e os compendios são os unicos documentos por onde hoje podemos julgar das doutrinas e opiniões dominantes nas aulas de Medicina depois da Reforma. Acham-se alli indicadas as principaes materias dos ramos da sciencia que então se ensinavam; mostram-nos qual a direcção que tomava a parte especulativa, e quaes os meios therapeuticos de mais frequente applicação na practica, etc.

Sabemos que as theses antes de impressas passavam pelo exame de tres censores, que esmiuçavam todas as particularidades, e eram depois revistas pelos vogaes da Faculdade e discutidas em congregação, onde obtinham a approvação definitiva. A censura das theses naquelles tempos embaraçava muito os candidatos. Proposições contrarias ao pensar dos professores, e que não fossem auctorisadas pelos escriptores de melhor nota, em regra não eram approvadas. Por isso as theses representam não só a opinião do candidato, mas tambem a da Faculdade, e exprimem em geral as ideas que então vogavam na Universidade. Para complemento da materia tractada neste capitulo exporemos no fim da primeira parte da presente Memoria os pontos que a Faculdade escolheu para assumpto de dissertações inauguraes desde a Reforma até á actualidade.

As primeiras theses de Medicina [1] propostas depois da Reforma, e defendidas em 11 de novembro de 1778 representam o eclectismo de Boerhaave, vago e indeciso entre as doutrinas do passado e o principio promettedor da irritibilidade halleriána. Naquellas notaveis theses, por certo as mais extensas e numerosas, e talvez tambem as mais profundas de quantas posteriormente se apresentaram em Medicina, diz o seu auctor na primeira proposição [2]. «Os medicamentos simples fornecidos pelos tres reinos da natu-«reza tiram as virtudes dos principios de que constam. Estes são «*agua, terra, sal, oleo, espirito* etc. — A segunda parte da proposição revela-nos que a velha doutrina dos quatro elementos, embora modificada, ainda por aquelle tempo vigorava na Universidade. Contrastam porem com as reliquias aristotelicas outras theses, em que se manifestam os recentes progressos e a influencia de Haller. Taes são a segunda e quarta de physiologia; uma nega o movimento e a irritabilidade á dura mater [3], a outra proclama as idéas Hallerianas sobre os movimentos do coração [4]. É verdade que o candidato respeitou cautelosamente o passado; não se limitou a affirmar com o reformador da physiologia que os movimentos cardiacos procedem só da irritabilidade insita, provocada pelo sangue: attendeu ás tradições, ou antes ás doutrinas expendidas nas aulas, e sustentou que os mesmos movimentos de-

[1] Francisco Tavares foi o primeiro candidato que depois da Reforma defendeu conclusões em Medicina, e recebeu o grau de doutor nesta Faculdade. Encontrei casualmente na bibliotheca da Universidade entre muitos papeis avulsos um exemplar das theses de tão illustre defendente. Procurei tambem e com muito empenho as dos candidatos que se lhe seguiram. Foi trabalho perdido; não achei noticia das proposições defendidas pelos seis estudantes que se graduaram em Medicina nos dez annos decorridos até 1788. Por este motivo me limito a expor o que me pareceu mais digno de notar-se nas theses de Francisco Tavares.

[2] «Quae triplex Naturae Regnum, medicamenta, suppeditat, utut simplicia, «virtutes mutuantur à principiorum, é quibus constant, complexu. Ea sunt «*Aqua, Terra, Sal, Oleum, Spiritus*, et ex his coalita *Resinae, Mucilagines*, «*Sapones*, aliam dum simplicia, aliam dum combinata virtutem exerentia.

Esta e outras theses de Francisco Tavares são transcriptas para aqui como se acham no exemplar impresso que tenho presente.

[3] Dura cerebri meninx nullo gaudet motu, ut Vallisnerio, Pachionio, et Baglivo visum est. Solertissimi A. Haller, et aliorum Cl. Virorum obser- 'is demonstratum fuit nervis non constare, neque irritabilem esse.

[4] Cordis motus, *Systole* nimirum, atque *diastole*, unde primaria motus

pendem tambem do influxo do liquido nervoso. A admissão d'um liquido no interior dos nervos concorda com a primeira these de physiologia, em que se assevera que o cerebro, alem d'outros usos, é orgão secretor dos espiritos animaes[1]. Tal doutrina pode hoje parecer a consequencia das ideias philosophicas dominantes no seculo passado; e, se assim fosse, o candidato conimbricense teria sido o precursor de Cabanis[2], e o primeiro a implantar na physiologia os principios da eschola sensualista. Mas esta eschola e as sciencias medicas tiveram as phases do seu desenvolvimento em orbitas separadas, e só estreitaram relações nas proximidades do seculo actual. Por isso a doutrina physiologica relativa á *secreção dos espiritos* não significa influencia do movimento philosophico da epocha; representa pelo contrario a continuação de ideias, que muito havia dominavam em Medicina. Que ellas eram erroneas demonstravam-no os estudos recentes sobre a estructura e propriedades dos nervos; como porem tinham sido abraçadas e defendidas por Boerhaave[3],

sanguinis caussa derivatur, producitur ab eodem sanguine in ipsius ventriculos irruente, insitamque irritabilitatem in actum ducente. A nervorum liquidi influxu etiam pendere sustinebimus.

[1] Cerebrum non solum externis, et internis sensibus inservit; verum etiam, ut *spiritus animales* dicti secernantur, organum est.

[2] Cabanis considerava o cerebro como um orgão particular destinado especialmente para produzir o pensamento. Deduziu a sua theoria sobre funcções cerebraes argumentando do que se passava nos outros orgãos da economia. Assim como o estomago digere e transforma as materias alimentares, assim como as glandulas elaboram as secreções, do mesmo modo o cerebro por uma acção organica elabora as impressões e as transforma em pensamentos. — «Nous voyons les alimens tomber dans ce viscère (estomac) avec les qualités «qui leur sont propres: nous les en voyons sortir avec des qualités nouvelles: «et nous concluons qu'il leur a véritablement fait subir cette altération. Nous «voyons également les impressions arriver au cerveau par l'entremise des «nerfs: elles sont alors isolées et sans cohérence. Le viscère entre en action; «il agit sur elles: et bientôt il les renvoie métamorphosées en idées, que le «langage de la physionomie e du geste, ou les signes de la parole et de l'écri«ture, manifestent au-dehors. Nous concluons, avec la même certitude, que «le cerveau digère en quelque sorte les impressions; qu'il fait organique«ment la secrétion de la pensée.»

Cabanis, *Rapports du Physique et du Morale de l'Homme.* Paris 1802, tomo I, paginas 151 e 152.

[3] Boerhaave julgava que os nervos eram percorridos por um fluido tenuissimo (*Institutiones*, § 284) separado do sangue arterioso na parte cortical do cerebro. «Humor ille, ob simplicitatem, subtilitatem, mobilitatem perfe-

e como no pensar de tão illustre professor só ellas resolviam infinitos problemas anatomicos e physiologicos, sustentavam-se ainda taes ideias em Coimbra por homenagem a Boerhaave, que a lei apontava como oraculo da Medicina.

Da tendencia para o eclectismo e para a mistura de doutrinas medicas heterogeneas achamos documento notavel na mesma collecção de theses que deu argumento para o primeiro acto de conclusões que houve na Faculdade. Na repartição de pathologia geral attribuem-se as doenças dos solidos «já á maior ou menor connexão «das suas particulas elementares, donde procede a *debilidade*, a «*laxidão*, a *rigidez*, o *augmento de elasticidade;* já ao excesso «ou deficiencia de força vital, com que tem relação *o augmento de* «*irritabilidade*, *o torpor* e os seus effeitos respectivos [1].» Aqui te-

«ctam, appellatur spiritus nervorum, isque naturalis, vitalis, vel animalis. (Inst. § 291). O sangue despojado dos espiritos segregados no cerebro voltava ao pulmão para ser vivificado, e tornar-se apto para novas secreções (ibidem, § 298). A hypothese d'um fluido tenuissimo circulando por toda a economia era indispensavel aos iatromechanicos para explicarem os actos physiologicos segundo as leis da physica. A contracção dos musculos por exemplo effectuava-se pela accumulação do fluido na cavidade das fibrillas musculares que as distendia num sentido e encurtava noutro; etc. O systema combinado da vivificação do sangue, secreção dos espiritos e acção d'estes por intermedio dos nervos parecia a Boerhaave que resolvia uma serie de problemas indicados no § 296 das suas *Instituições:* apontaremos apenas os seguintes — «Cur cerebrum et cerebellum, cum suis appendicibus, theca «ossea muniuntur, et quid id boni? Cur musculi, glandulae, pinguedo, hic «absunt? Cur sanguis intra cranium in sinus, certis locis positos, evacuatur, «et cur non recta iterum exit? Cur figura cerebri spherica? Unde et cui «usui ventriculi? Quid facit plexus choroeides? Cur cerebellum ventriculis «caret, etc.»

Tractando dos sentidos internos e da formação das ideias expende Boerhaave doutrina muito differente da de Cabanis. Considera o cerebro como orgão central, aonde pelos nervos chegam as modificações produzidas na peripheria pelos agentes externos. Admitte grande variedade de modificações conforme a natureza dos objectos modificadores, a intensidade de acção, a estructura dos nervos, etc.: e diz que da variedade de modificações nasce a variedade de ideia percebida «*in intellectu sentienti*, nihil repræsentans quod «est in actione *objecti, vel in passione organi.*» (Inst. § 570). E logo adiante continúa: «Non ergo videtur diversitas haec idearum pendere tantum a va«rietate illa, qua ultima pars nervi construitur; sed a multis aliis praeterea «non quidem causis, sed ex Instituto Conditoris Adorandi, conditionibus.» (Inst. § 571).

[1] Qui solida simplicia vexant, morbi, vel illorum particularum elementa-

mos os principios fundamentaes de duas escholas, senão oppostas, ao menos muito differentes, associados em amigavel alternativa para explicarem as modificações pathogenicas da fibra simples. Importa porém reconhecer que este dualismo, embora forçado, exprime ideias de incontestavel progresso. A approximação entre o *strictum et laxum* dos methodistas e os principios do moderno vitalismo restringe o dominio de Boerhaave, e estabelece a passagem das velhas para as novas theorias medicas. Para o celebre professor de Leyde a acção physiologica dos solidos resultava especialmento do fluxo e refluxo dos *espiritos* levados pelos nervos ás fibras elementares, em cujo interior elle suppunha uma cavidade. Não transluz nas suas *Instituições* a ideia d'uma força propria inherente ao tecido; nem uma só vez em toda a obra se encontra a palavra *irritabilidade*. Da hydrodynamica applicada á influencia dos *espiritos*, ou fluido nervoso, deduzia a razão do movimento physiologico na fibra primitiva; e explicava a pathogenia das affecções nos solidos pelos embates physicos e pelas qualidades acrimoniosas. Ora na these de que fallamos desprende-se o doutorando da auctoridade do grande mestre e abraça os principios da eschola de Haller. Estabelece relações entre as ideias de *irritabilidade e de força vital*, e proclama as opiniões dos mais adiantados vitalistas da epocha. É evidente que se contradiz com o que affirma em outras theses; mas a contradicção revela-nos que se estudavam e apreciavam em Coimbra os recentes descobrimentos, e que os animos se inclinavam para onde a sciencia progredia.

Mistura informe, eclectismo inconciliavel é o que as mesmas theses nos apresentam a respeito das affecções provenientes da alteração dos liquidos. Verdade é que sobre tal materia nada tinham adiantado os ultimos escriptores. Nos livros de pathologia predominavam ainda os principios e a nomenclatura da eschola iatrochimica quando se tractava das affecções morbidas originadas nos fluidos da economia. Não é pois de extranhar que o candidato, conformando-se com as doutrinas que tinham curso auctorisado, admittisse promiscuamente principios solidistas e iatrochimicos, e derivasse um e mais generos de doenças do maior ou menor gráu

rium nexui arctiori, aut delibiori debentur; unde *debilitas, laxitas, regiditas, aucta elasticitas* profluunt; vel excessui, aut defectui vis vitalis, quò *irritabilitas aucta* et *torpor*, et horum effectus referuntur.

de cohesão dos mesmos fluidos [1], das varias especies de acrimonias, da pletora e da congestão parcial etc [2]. Onde porém se torna mais palpavel a reunião de principios de escholas oppostas, é na doutrina que o candidato sustenta relativa á pathogenia da febre e ás indicações therapeuticas correspondentes. Na primeira these de pathologia interna [1], reconhece como causas da febre «a obstru-«cção e a acrimonia, isto é, um phenomeno physico e outro chi-«mico, por cuja acção estimulante pulsa o coração com mais velo-«cidade e em menores intervallos, elemento essencial para o dia-«gnostico; e accrescenta que para se curar a febre importa attender «ás forças do doente, corrigir e expulsar a acrimonia, dissolver e «expellir a viscosidade obstructora, e mitigar os symptomas.» Esta doutrina é o transumpto extreme e genuino de alguns aphorismos de Boerhaave; a segunda parte da these acha-se até enunciada pelos mesmos termos de que se serviu aquelle auctor no aphorismo 598 em que expoz as principaes indicações therapeuticas em geral [2]. Egualmênte achamos no aphorismo 570 a velocidade do pulso considerada como elemento essencial do diagnostico, e o unico infallivel por onde o medico julga da presença da febre [3]. A etiologia reduzida ao *obstructum et acre* equivale a uma formula, que representa a acção da longa serie de causas, apontadas no aphor. 586.

[1] Corporis humani fluida solâ cohaesione a solidis diversa, hac vel imminuta, vel aucta, primo morborum genere laborant.

[2] Laborant quoque, si variis acritatum speciebus inficiuntur, si quantitate peccant, si loco aberrant; unde quamplurimi morbi pullulant.

In quibus omnibus morborum differentiis reperiri datur conjuncta solidorum, et fluidorum reciproca conspiratio morbis compositis originem præbens, vasa, et viscera diversimodè afficientibus.

[3] Febris in genere, pulsus aucta velocitate dignoscenda, caussas agnoscit acre, et obstructum, quorum ope cor stimulatum contrahitur velocius, et cum minoribus intervallis. Exigit, ut curetur 1.° vitae, ejusque viribus consuli; 2.° acre irritans corrigi, expelli; 3.° lentorem dissolvi, et expelli; 4.° symptomata mitigari.

[4] Curatio optima febrium generalis obtinetur, si 1.° vitæ, ejusque viribus consulitur. 2.° Acre irritans corrigitur, expellitur. 3.° Lentor dissolvitur, expellitur. 4.° Symptomata mitigantur. Boerhaave *Aphorismi de decognoscendis et curandis morbis, aphorismo 598.*

[5] Reconhecceu Boerhaave que muitos symptomas acompanham a febre, sem os quaes ella póde existir (aph. 560); mas para evitar erros no diagnostico considerou como principaes o frio horripilante, o calor, e a velocidade do

Os topicos citados demonstram claramente que nas primeiras conclusões de Medicina, defendidas depois da Reforma, se contêm principios de escholas diversas, amalgamados com o eclectismo boerhaaviano. E, como tudo persuade que o elencho das theses representa a synthese das doutrinas que então se desenvolviam nas aulas, não iremos longe da verdade conjecturando que o dominio exclusivo de Boerhaave foi de pouca duração, e que os professores gradualmente admittiram no ensino as conquistas da sciencia moderna. A mistura e a confusão de factos e de theorias incompativeis era inevitavel na transição das velhas para as novas doutrinas. Mas o progresso scientifico recommendado nos Estatutos effectuou-se de modo, que em pouco mais de onze annos desappareceu do ensino o eclectismo methodico, e aos velhos systemas de Medicina succederam na theoria e na practica as grandes ideias nascidas da revolução proclamada por Haller. Não ficou registrado em que anno se substituiram os compendios de Boerhaave por outros em que se continham os adiantamentos da sciencia. É provavel que a substituição em todo ou em parte se fizesse no anno lectivo de 1783 para 1784, anno memoravel pela creação da cadeira de pathologia cirurgica e por ontros melhoramentos que advieram á Faculdade. O que se tem por certo é que já em 1786 se ensinava a physiologia pelas *Primeiras Linhas* que d'aquella sciencia escreveu Haller, e que pouco depois na cadeira de aphorismos se explicava a pathologia pelos *Elementos de Medicina Practica* de Cullen [1]. Os *Elementos de Cirurgia* do dr. Caetano José Pinto d'Almeida foram adoptados por determinação regia em 1790

pulso (aph. 563); a esta velocidade attribuiu maior importancia porque persiste desde o principio até o fim da febre, aph. 570—Quæ *(horripilação, calor, e velocidade do pulso)* quidem in omni febre adsunt, sed sola velocitas pulsûs adest ex his omni febris tempore, ab initio ad finem, eaque sola Medicus presentem febrim judicat.

[1] É de crer que a substituição dos *Aphorismos* de Boerhaave pelos *Elementos de Medicina Practica* de Cullen tivesse logar depois que esta obra foi traduzida em francez por Bosquillon. O primeiro volume da traducção appareceu publicado em 1785, e o segundo em 1787. Por este tempo já as doutrinas boerhaavianas eram abertamente combatidas na Universidade. Sirva de documento a seguinte these de physiologia, proposta por Joaquim Navarro de Andrade em 1788 — *Nullos contineri intra nervos spiritus, nec etiam Theorias ad eorum actiones explicandas nostris temporibus excogitatas*

para o estudo d'aquelle ramo da arte de curar. Substituiram-se, passados annos pelo *Compendio de Instituições Cirurgicas* de Plenk. Na falta de melhor tractado elementar continuaram ainda por muitos annos a servir de texto as *Instituições* de Boerhaave para o ensino da semeiotica e da hygiene.

A adopção dos livros de Haller e de Cullen inaugurou uma epocha notavel na Faculdade e nos destinos da Medicina em Portugal. Com elles terminou e influencia das doutrinas iatromathematicas; e o espirito, desembaraçado da subjeição ás auctoridades scientificas, inculcadas nos Estatutos, pôde examinar livremente e introduzir no ensino os recentes descobrimentos. Foi então, e só desde então, que as sciencias medicas na Universidade attingiram e acompanharam o andamento que tinham nas escholas de melhor nomeada.

Parecerá talvez que o estudo theorico, regulado pelas obras dos dous celebres reformadores, não estabelecia as devidas relações entre a physiologia e a pathologia, que o nexo se interrompia pela discrepancia, que entre ambos se dava, em principios fundamentaes, e que por isso se devia alterar a uniformidade das ideias quando os alumnos passassem d'uma para outra sciencia. O reparo tem por certo cabimento. Em verdade Cullen não edificou immediatamente a pathologia sobre as descobertas physiologicas de Haller. Reconheceu o grande principio das propriedades vitaes, mas em vez de considerar a irritabilidade como propriedade insita e privativa do musculo, tomou-a por uma das muitas manifestações da influencia nervosa, e attribuiu aos nervos o principio de toda a actividade physiologica. Haller pelo contrario sustentou a independencia das propriedades vitaes como inherentes á natureza do tecido, restringindo a posse da irritabilidade ao musculo e a da sensibilidade ao nervo. Discordavam portanto em principios os dous compendios escolhidos para texto nas aulas de physiologia e de pathologia. Mas a taes differenças obviavam os professores expli-

satis omnino facere, contendemus. Esta proposição impugnava pelos fundamentos a maior e melhor parte da physiologia de Boerhaave. O mesmo se dava em relação á pathologia com esta outra these de pathologia geral — *Quamvis acrimonias aliquas dari in humoribus etiam per vasa motis inficiari non audeamus; eas tamen raro nocendi potestate gaudere, nisi in variis corporis partibus deponantur, stagnentque, pro comperto habemus.*

cando os progressos physiologicos consecutivos aos trabalhos de Haller.

O nervosismo achava-se por aquelle tempo em periodo de vigoroso crescimento; os physiologistas apregoavam por toda a parte que no systema nervoso residia o principio activo da economia animal; combatia-se geralmente a doutrina halleriana sobre a irritabilidade; filiavam-se da acção nervosa as propriedades vitaes, e todos os phenomenos do organismo eram submettidos á influencia directa ou indirecta e reguladora do systema nervoso. Que as lucubrações dos physiologistas da epocha foram conhecidas e estudadas em Coimbra é facto de que se não pode duvidar [1]. Podemos até abonal-o com a discussão que houve na Congregação de Medicina

[1] Alem do que nos mostram as Theses, achamos documento irrecusavel do facto na dissertação inaugural de João de Campos Navarro, escripta em 1788, sobre o seguinte thema — *Quae sit vera et genuina caloris animalis causa?* O auctor expõe as theorias dos antigos sobre calor animal; analysa o que sobre a mesma materia escreveram os ultimos sectarios das escholas iatrochimica e iatromechanica; discute as opiniões de Boerhaave; aponta as ideias de Haller, de Crawford e d'outros contemporaneos; chega por fim aos trabalhos de Lavoisier, que representavam então a ultima palavra da sciencia, e escreve o seguinte: «Lavoisier, de La Place asserere non dubitant in respi-«ratione perfectam combustionem locum habere, *quae sententia* validissimis «nititur fundamentis, antequam vero illam exponam, ut inde caloris animalis «causam deducamus, notandum est — 1.° calorem animalem in frigidissimis «*anni* temporibus 1735 1760 idem esse, ita ut in Siberia etc. — 2.° sangui-«nem *majorem* habere calorem specificum, quam caro, lac, vegetabilia, et «aqua — 3.° animalia ab organis respirationis destituta eamdem tempera-«turam ac medium in quo vivunt habere — 4.° animalia inter calido san-«guine *gaudentia, calidiora* esse *illa*, quæ ampliora habent respirationis «organa — 5.° eodem in animali calorem varium esse pro ratione inspirati «äeris etc. etc.» Prosegue em considerações similhantes, e depois conclue:

«Lavoisier, Priestley, Bucquet et alii demonstrarunt quod äer fixus seu aci-«dum (carbonicum?), a combinatione oxygenei et principii carbonacei pro-«venit. Ex quibus omnibus in aperto positum est in respiratione animali per-«fectam combustionem dari; nam äer purus inspiratus a principio sanguinis «carbonaceo decomponitur, cum oxygenio uritur, indeque äer fixus pro-«venit, qui expiratur, äeris puri calor specificus ad sanguinem transit, ca-«lorique animali originem præbet, etc., etc.»

Extrahido do exemplar manuscripto que se conserva na bibliotheca da Universidade no codice dos manuscriptos n.° 745, onde egualmente se acham outras dissertações medicas. Devo aqui advertir que a dissertação manuscripta parece copiada por quem não sabia latim, porque está cheia de erros. Emendei na transcripção que acima apresento os erros de grammatica; notei porém em italico as palavras emendadas.

em 30 de julho de 1789 a respeito da mudança do compendio de Haller. Já então se ponderou que o livro não correspondia, por antiquado, ás necessidades do ensino; e como não se encontrasse para o substituir outro tractado elementar com os dotes requeridos, o Conselho encarregou o dr. Francisco Tavares, que então regia a cadeira de Instituições, de annotar as *Primeiras Linhas* de Haller. Não chegou aquelle professor a desempenhar-se da incumbencia, porque passou pouco tempo depois para a segunda cadeira de practica. O dr. Joaquim Navarro, que lhe succedeu na regencia de Instituições, propoz em 23 de maio de 1796 a substituição do compendio de Haller pelo de Caldani. A proposta foi lembrada e renovada na congregação final d'aquelle anno, á qual assistiram poucos vogaes. O prelado (José Monteiro da Rocha), que não sympathisava com a mudança, adduzindo que a escolha dos compendios devia ter logar quando o conselho estivesse concorrido, adiou a discussão. Continuou portanto nas aulas o compendio de Haller, cuja lição se substituia em muitos pontos pelo que rezavam as obras de Barthez, Chaussier, Darwin e Bichat. Os principios fundamentaes das doutrinas physiologicas d'aquelles auctores foram desenvolvidos e apreciados na Universidade, como se pode ver das reliquias que nos ficaram d'aquelle tempo [1]. Do mesmo

[1] Nem de theses nem de dissertações inauguraes existem collecções completas na bibliotheca da Universidade; as que pude achar naquelle estabelecimento são as reliquias, a que alludo no texto. Encontro alli muitos vestigios das doutrinas que se discutiram na Faculdade de Medicina. É evidente que nem mestres nem discipulos podiam discorrer sobre as materias enunciadas nas theses sem as conhecer e ponderar sufficientemente. Por isso não duvido affirmar que em Coimbra foram apreciadas, pouco depois de sahirem da imprensa, as obras dos auctores acima indicados. Demonstram isto principalmente as theses de Manuel Pereira da Graça, defendidas em 1797, as de Joaquim Xavier da Silva em 1804, as de Carlos José Pinheiro em 1815, etc., etc.

Não transcrevo as proposições d'estes e d'outros candidatos, nem dou maior desenvolvimento a estas noticias, porque seria isso excessiva miudeza. É geralmente sabido que os escriptores notaveis de Medicina, tanto francezes como inglezes, não foram mais conhecidos nas suas respectivas nações do que em Coimbra. Tambem na nossa Universidade, como nas extrangeiras, disputaram primazias vitalistas e organicistas. Comparando os escriptos d'uns e outros durante o primeiro quartel d'este seculo, achamos que o vitalismo teve maior numero de proselytos. A influencia de Barthez deixou vestigios muito assignalados.

modo se explanaram as descobertas de Galvani, os estudos de Hunter a respeito do sangue, e as experiencias de Le Gallois, Willis e Ch. Bell sobre as propriedades e influencia do systema nervoso. Os professores respectivos ponderaram por vezes o desaccordo que se dava entre o texto halleriano e os adiantamentos da physiologia. Apezar da insistencia de quem tinha a seu cuidado o ensino, e dos progressos physiologicos, o livro de Haller, havido já em 1789 por insufficiente e atrazado na maior parte das materias, conservou as prerogativas de texto official até 1835.

Manter o ensino da physiologia ao nivel dos progressos da sciencia era dever e ao mesmo tempo necessidade; dever pelos encargos do magisterio, necessidade porque a materia medica e a pathologia, salvando-se da ruina dos antigos systemas, começavam a reconstruir-se, e assentavam os fundamentos nos principios da moderna physiologia. Cullen, que trabalhara com zelo ardente na reforma das sciencias medicas, foi o primeiro que firmou a pathologia sobre as conquistas physiologicas. A novidade da obra, o espirito scientifico e a elevação de pensamento que nella dominavam, deixaram na penumbra as producções dos mais notaveis pathologistas da epocha. Recommendada por aquelles predicados encontrou por toda a parte benigno acolhimento; e o nome do auctor, já então respeitado pelas notabilidades medicas da Europa, obteve nas escholas merecida reputação. Vejamos pois com maior individuação porque motivos se substituiram tambem em Coimbra as doutrinas de Boerhaave pelas do celebre professor de Edimburgo.

Febres e inflammações, companheiros inseparaveis da maior parte das doenças, e que por si sós occupam a maior extensão da pathologia, em todos os tempos despertaram a attenção dos medicos e foram o alvo principal de seus cuidados na praxe e de suas investigações especulativas nas escholas. Na organisação dos systemas de Medicina o que sobre tudo importava era que a theoretica pathologica satisfizesse cabalmente á explicação dos phenomenos febris e inflammatorios. Como se dissipassem neste ponto as duvidas, as restantes enfermidades amoldavam-se aos principios geraes do systema, a cujas exigencias se subordinavam tambem a pharmacologia e as applicações therapeuticas. Cullen, menos systematico do que seus predecessores, foi porisso mesmo mais circumspecto na generalisação dos principios. Tendo como ponto decidido em physiologia

que o systema nervoso é o depositario e o dispensador das forças vivas, por coherencia e por convicção não duvidou admittir que os modificadores da economia, ou sejam hygienicos, pharmacologicos, ou pathologicos, exercem a sua acção solicitando em ultima instancia as forças d'aquelle systema. Houve-se porem com tão prudente reserva nas deducções subsequentes, que evitou sempre o escolho das ultimas consequencias. E se assim não procedesse, o corollario final de seus principios necessariamente o levaria a considerar em materia medica a maior parte dos medicamentos como nervinos, e em pathologia quasi todas as doenças como nevroses [1]. Cauteloso pois na inducção e deducção logica soube parar onde o exame dos factos não lhe permittia generalisar *ultra modum*. Em nosologia distribuiu as affecções por quatro grandes classes e restringiu, a exemplo de Hippocrates, o numero das chamadas especies morbidas; em pathologia apreciou cuidadosamente os factos e as suas relações, e, elevando-se por elles até ás suas causas proximas, emprehendeu fundar no conhecimento exacto das mesmas causas methodos therapeuticos certos e racionaes. Tractando e unindo por este modo a pathologia e a therapeutica, teve em vista não só dar a ambas maior relevo scientifico, mas tambem tornal-as de immediata applicação ás necessidades clinicas, aspiração extrema da Medicina. Cullen distingue-se em verdade por differenças mui notaveis dos pathologistas da sua epocha; o que porem sobresahe com mais brilho nos seus *Elementos de Medicina*, o que mais attrahiu as attenções e alvoroçou por toda a parte o espirito medico foram as suas doutrinas sobre febres e inflammações [2].

Dos escriptos de Hoffmann recebera Cullen o mechanismo por que se succedem os estados febris; que distancia porém entre as ideias d'um e outro sobre o principio ou causa efficiente dos phenomenos! O *espasmo* e a *atonia*, que na linguagem do primeiro exprimem o resultado de condições physicas, no dizer do

[1] O proprio Cullen reconheceu aonde o levariam as ultimas consequencias, por quanto nos *Elementos de Medicina Practica*, no principio da segunda parte, em que tracta das nevroses, exprime-se d'este modo, conforme a traducção de Bosquillon: «Presque toutes les maladies du corps humain, «considérées sous un certain point de vue, pourroient s'appeller *nerveuses;* «mais une dénomination aussi générique ne seroit d'aucune usage etc.»

[2] Vejam-se os *Elementos de Medicina Practica*, tom. 1.°, cap. 2.° do liv. 1.°, e sec. 2.ª do cap. 1.° do liv. 2.°

segundo significam manifestações das forças vivas; indicam estados da espontaneidade vital, e modos particulares por que a sensibilidade e a irritabilidade respondem ás impressões dos agentes externos. Ora esta interpretação singular dos factos pathologicos pelos principios da moderna physiologia era novidade que a todos surprehendia, e a ninguem repugnava. Alem d'isso Cullen descreveu com tanta clareza os symptomas e a sua successão, houve-se com tanto ingenho no encadeamento e apreciação das causas, que as suas theorias pathogenicas calavam sem esforço no entendimento, e dispunham os espiritos mais preoccupados pelas ideias boerhaavianas a repellirem as viscosidades e acrimonias da pathologia iatrochimica. Por todas estas razões aconteceu que os *Elementos de Medicina Practica* de Cullen não só acharam facil entrada nas aulas da nossa Universidade, mas até exerceram notavel predominio no andamento da sciencia em Portugal.

Desenvolver theoricamente as novas doutrinas medicas, accommodal-as na praxe e acreditar a eschola pelos fructos que nella produzissem os adiantamentos scientificos, empresa era que exigia dos professores zelosa applicação e muito saber. Quiz a fortuna que illustrassem então o quadro da Faculdade intelligencias distinctas, que profundaram e souberam convenientemente professar a pathologia de Cullen. O aperfeiçoamento e a reforma, que para logo se seguiu na praxe medica em todo o reino, deveu-se ao empenho com que se explanaram em Coimbra as doutrinas d'aquelle auctor. Distinguiram-se alguns professores em as elucidar no ensino theorico e practico; sobresahiu porém a todos, e mais que todos concorreu para instruir a mocidade portugueza nas lições do professor de Edimburgo aquelle famoso ornamento da Universidade e lente de aphorismos, dr. Joaquim Navarro d'Andrade. As prelecções de tão sabio professor avivaram muito o brilho ás doutrinas de Cullen, principalmente na theoretica das febres e inflammações. Brown era o maior e mais implacavel adversario que por então encontravam as doutrinas de Cullen. Num opusculo, inferior certamente ao que se podia esperar do ingenho de Brown, combateu elle a theoria das febres de seu mestre e protector. Mas ante a critica scientifica do dr. Navarro cahiam pulverisados todos os argumentos e accusações exaradas no opusculo. Não havia resistir ás demonstrações d'aquella grande intelligencia. Concepção profunda, apreciação rigorosa dos principios, clareza na deducção do

raciocinio, e tudo isto illuminado por uma locução arrebatadora, prendiam a vontade e entranhavam a convicção no espirito dos ouvintes. Não é pois de estranhar que nas aulas da Universidade vigorassem por muitos annos e obtivessem a primazia as doutrinas de Cullen, tendo por interprete e defensor quem mereceu chamar-se por antonomasia Lingua de Prata.

A pathologia e a therapeutica de Brown, edificadas com muito ingenho e simplicidade sobre a estreita base d'uma abstracção physiologica, foram conhecidas na nossa Universidade apenas surgiram na de Edimburgo, em lucta pertinaz contra as ideias de Cullen. Mas a reforma proclamada por Brown não achou em Portugal boas condições para desde logo prosperar. Cullen gosava entre nós de grande auctoridade, porque fôra clinico abalisado e conscencioso, e porque as suas doutrinas haviam sido formuladas pelos dictames da practica. A Faculdade de Medicina, cuja missão principal foi sempre habilitar alumnos para cuidarem da saude dos povos, não podia nem devia desprender-se das doutrinas sanccionadas pela experiencia para iniciar os discipulos num systema de Medicina, que ainda não tinha nos factos a abonação indispensavel. A cautela em negocio de tanta ponderação era assás justificada. Demais, como a reforma browniana apregoava innovações clinicas contrarias a praxes bem estabelecidas, exigia a prudencia que a Faculdade demorasse o ensino das novas doutrinas até se aquilatar pela practica a confiança em que se deviam ter. Por estes motivos só nos ultimos annos do seculo passado começou a admittir-se na Universidade o systema de Brown, quando medicos de bom nome lhe afiançaram a entrada.

Ainda que na Allemanha e Italia se encarecia com enthusiasmo a importancia da reforma browniana, a Faculdade de Medicina nunca lhe deu franco acolhimento, e esteve sempre de sobreaviso contra as demasias da medicação tonica e estimulante. É certo que a Faculdade discutiu nas aulas theoricas e aferiu pela experiencia nas de practica o valor das doutrinas de Brown. Tambem se não pode duvidar que na Universidade se tornou sensivel a influencia d'aquelle reformador. Quando compulsamos os escriptos academicos dos primeiros vinte annos d'este seculo, achamos que nas opiniões medicas correntes se tinham insinuado ideias inspiradas por Brown. Não obstante porém o exemplo de extra-

nhos, e o rumo que tomava o andamento scientifico, a Faculdade de Medicina houve-se com muita circumspecção no ensino das novas doutrinas. Este procedimento foi aviso salutar aos medicos portuguezes para evitarem na clinica a profusa e irreflectida applicação de medicamentos estimulantes [1].

A nosologia, considerada por toda a parte como ramo especial das sciencias medicas, foi tambem cultivada em Coimbra depois da Reforma, e assim o determinavam os Estatutos. É de presumir que nos primeiros annos consecutivos a 1772 se estudasse a *Nosologia Methodica* de Sauvages, que os mesmos Estatutos qualificaram de ensaio sobre a materia. Mas quando para compendio de pathologia se adoptou a *Medicina Practica* de Cullen, a *Nosologia* d'este auctor foi do mesmo modo admittida no ensino. O systema de Brown, que parecia destinado para aniquilar a ontologia medica, respeitou-a; e os brownianos até se esforçaram por levantar uma nosologia accommodada ao seu systema. De taes esforços, applicados a conciliar o que era incompativel, não resultou obra de merito. Por isso, quando Pinel, levado por ideias, que se afastavam em pontos fundamentaes da doutrina de Brown, publicou a sua *Nosographia Philosophica,* a nosologia era ainda objecto de accurado estudo, e continuou depois exercendo a attenção dos medicos até ao momento em que Broussais lhe desfechou golpe fatal. Em Coimbra foi muito compulsada a *Nosographia* de Pinel, e a sua classificação nosologica andou em competencia nas aulas com as que até então se conheciam.

Das doutrinas professadas na cadeira de materia medica e pharmacia nos primeiros tempos depois da Reforma não nos ficaram noticias exactas. Seguiu-se talvez o opusculo de Boerhaave *De Ma-*

[1] As doutrinas de Brown começaram a espalhar-se em Portugal, e a introduzir-se systematicamente na praxe medica, depois que o dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva publicou em portuguez as obras de Weikard. A moda, que tambem exerce grande poder na practica da Medicina, teve parte importante na propagação das novas doutrinas. Os clinicos nas conferencias haviam de discutir se o estado do enfermo era *stenico* ou *asthenico,* se a asthenia era directa ou indirecta etc. etc. Levados por este caminho, e cedendo aos impulsos da moda, facil era chegarem aos excessos perigosos do brownismo.

teria Medica et Remediorum Formulis. O dr. José Francisco Leal, que por nove annos regeu a cadeira de materia medica, tirava provavelmente para instrucção de seus discipulos lição de varios auctores, e com especialidade dos *Elementos de Pharmacia* de Baumé, de cuja doutrina se aproveitou para compor as suas *Instituições ou Elementos de Pharmacia*, obra publicada depois do fallecimento d'aquelle professor. Quando em 1786 imprimiu o dr. Francisco Tavares o seu escripto *Pharmacologia Libellus*, e no anno seguinte a *Medicamentorum sylloge*, foram estas duas obras adoptadas para texto na aula de materia medica, e por ellas se estudou por muitos annos. No entretanto o *Tractado de Materia Medica* de Cullen teve tambem logar nas aulas desde o principio d'este seculo, e serviu de commentario a mestres e discipulos. Póde dizer-se que as opiniões do professor de Edimburgo, tanto em materia medica e therapeutica como em pathologia, foram mais, do que as de qualquer outro, seguidas e duradouras na nossa Universidade.

Completaremos a noticia das doutrinas, professadas nas aulas de Medicina, apontando os livros que serviram de texto para o ensino das materias accumuladas na cadeira de anatomia. Já em outro logar indicámos que o *Compendio* de Heyster foi o primeiro livro que a Faculdade escolheu para servir de regra no estudo anatomico. É provavel que tambem pela mesma epocha se adoptassem os *Elementos* de Roederer, por onde se explicou durante muitos annos a arte obstetricia. A traducção latina d'um opusculo que d'esta arte escreveu Plenk foi approvada para compendio em 1794, e desde então andou o mesmo opusculo entre as mãos dos estudantes por mais de cincoenta annos. Nos fins do seculo passado começou a estudar-se a anatomia por um tractado elementar do mesmo Plenk. Os tractados de J. Bèll, Scarpa, Marjolin, Bichat, e outros, foram muito consultados, e quotidianamente se citavam na aula. Para obviar á necessidade d'um Compendio, em que se contivessem os progressos da anatomia, escreveu o dr. Soares Franco um tractado da mesma sciencia em dous volumes, que, sendo logo approvado para texto, permaneceu nas aulas desde 1818 até 1853[1].

[1] A obra do dr. Soares Franco serviu sem interrupção de texto nas

Não fecharemos este capitulo sem fallar d'uma importante e consequente modificação relativa ao estudo das sciencias preparatorias e auxiliares da Medicina. A frequencia e approvação de tres cursos de mathematica era pelos Estatutos condição indispensavel para a matricula no primeiro anno medico. Comprehende-se a utilidade d'esta exigencia no principio da Reforma, e em quanto se professavam nas aulas de Medicina as doutrinas iatromathematicas. Mas as sciencias medicas progrediram, tomaram nova direcção, e o futuro da Medicina antevia-se prospero independente dos artificios do calculo. A philosophia medica deixou de ter os seus fundamentos nas verdades da phyica. A interpretação e o desenvolvimento das obras de Haller e de Cullen careciam mais da experiencia e observação medica, do que dos auxilios da mathematica. Por taes motivos os aspirantes ao curso medico foram despensados em 1790 da frequencia e acto do terceiro anno mathematico. A Faculdade de Medicina, que tinha toda a competencia para conhecer dos preparatorios necessarios a seus alumnos, entendeu que podiam e deviam ser dispensados do estudo da phoronomia. Mais tarde o governo, encostando-se á informação do reitor, foi de opinião contraria, e determinou, por aviso de 21 de junho de 1804, que se continuasse a exigir para a primeira matricula de Medicina a approvação de tres annos de mathematica. Ficaram pois em desaccordo com as doutrinas medicas e sobre-pesados sem necessidade os preparatorios para Medicina, até que em 1823 se moderou o luxo esteril de tantas mathematicas.

Quando se contempla o movimento scientifico nas aulas de Medicina durante os cincoenta annos posteriores á Reforma, e se analysa a successão de doutrinas, que ora dominaram, ora cederam logar a novas concepções, surge no espirito a convicção de que nenhum progresso ou invento medico appareceu nas escholas extrangeiras, que não fosse logo conhecido e apreciado em Coimbra. A Faculdade acompanhou o andamento que a Medicina teve nas mais cultas nações da Europa, e sustentou o ensino em Portugal na elevação correspondente aos adiantamentos da sciencia. Este lidar incessante pela instrucção não se limitou ao desenvol-

aulas, mas não se acha mencionada nas relações dos livros fornecidos pela imprensa da Universidade desde 1826 até 1839.

vimento das ideias indicadas nos livros extrangeiros. Comquanto os encargos do magisterio na nossa Universidade não permittam que o pessoal docente se afaste do tracto escholar quotidiano para se entregar a outras applicações scientificas, ainda assim muito concorreram para elucidar os alumnos e para os dirigir no exercicio da clinica os trabalhos experimentaes dos professores portuguezes. São de muita importancia as observações e experiencias feitas nos hospitaes da Universidade com o intuito de se reconhecer a acção de varias substancias medicamentosas e de se determinar o valor dos methodos therapeuticos. Dos ensaios repetidos para se apreciarem as virtudes da quina, administrada só ou associada a outras substancias, resultaram conhecimentos pharmacologicos muito exactos, assim como dos estudos experimentaes sobre a acção comparada dos diversos preparados mercuriaes no tractamento das affecções syphiliticas. Compozeram-se então muitas formulas, que ainda hoje se conservam no formulario dos hospitaes, e cuja efficacia foi sempre manifesta quando devidamente applicadas. Demonstrou-se tambem experimentalmente a utilidade da compressão no tractamento das ulceras; e no curativo dos tumores brancos revelaram os factos clinicos que é muito mais vantajoso o methodo resolutivo instituido pelo dr. Caetano José Pinto d'Almeida, do que as applicações aconselhadas por Benj. Bell, geralmente seguidas naquelle tempo. O dr. Carlos José Pinheiro fundou-se nos factos para demonstrar a regeneração dos nervos numa epocha, em que as notabilidades medicas, com especialidade os vitalistas, tinham como ponto decidido a impossibilidade de tal regeneração; etc. etc.

Nestes e outros estudos de observação clinica perseveraram successivamente os professores, e ampliando o peculio scientifico, todos se empenharam pela manutenção das boas praxes nas aulas de Medicina practica. Por isso a eschola medica da Universidade, respeitando a tradição e examinando o progresso á luz da critica e da experiencia propria, soube oppor salutar resistencia ás demasias de Brown e de Broussais, e acautelar os alumnos inexperientes contra o exclusivismo dos systemas.

CAPITULO VIII

De 1822 a 1836. Decadencia dos estudos medicos — Projecto de Reforma — Influencia das luctas civis

O pessoal da Faculdade de Medicina, nomeado nas ultimas promoções do seculo passado, tinha servido com zelo, e firmado os creditos da eschola medica de Coimbra. Luctara por mais de vinte annos com difficuldades sempre crescentes para sustentar o ensino na elevação correspondente aos progressos scientificos e ao decoro universitario: por isso ao cabo de tão aturadas fadigas carecia de tomar folego. Importava remunerar com a elevação em categoria e proventos os professores, a quem ainda sobejavam forças para o magisterio, e conceder, como premio devido, a jubilação aos que tinham consumido o vigor do corpo e do espirito no difficil apostolado da sciencia.

A necessidade d'uma reforma que ampliasse o quadro da Faculdade para se poder desenvolver o ensino em conformidade com os adiantamentos da epocha fôra demonstrada, e ponderada com viva instancia aos prelados reformadores, nas congregações de Medicina. Mas já que as circumstancias melindrosas da nação não permittiam que os governos se occupassem em melhorar a instrucção medica, convinha ao menos que elles não espaçassem as promoções, e que accudissem em tempo competente a reparar as faltas, e a supprir com sangue novo o dispendio de forças no exercicio do professorado.

A ultima promoção em Medicina tinha-se effectuado em 29 de julho de 1812. Os professores com que então ficara constituida a Faculdade permaneceram por espaço de dez annos nas suas respectivas collocações. Deram-se vacaturas em tão longo intervallo;

mas em vez de se promover o ascenso, e de se facultar aos candidatos a entrada para os logares do magisterio, adiaram-se os despachos. Resultou d'este indiscreto procedimento rarear o pessoal a ponto de não haver por muito tempo para todas as exigencias do serviço mais do que os seis vogaes, que regiam as seis cadeiras da Faculdade. Emfim a desejada promoção veio a ter logar em 15 de junho de 1822. Foram então jubilados por diuturnidade de bons serviços os drs. João de Campos Navarro e Joaquim Navarro de Andrade. Subiram por escala os restantes professores, e da classe dos aspirantes ao magisterio nomearam-se os individuos competentes para preencherem as vacaturas.

A Faculdade ficou composta com o seguinte pessoal:

1.° Lente	Dr. José Feliciano de Castilho . .	2.ª Cadeira de Practica.
2.° »	Dr. Franc.° José de Sousa Loureiro	Cadeira de Instituições.
3.° »	Dr. Francisco Soares Franco . . .	Cadeira de Anatomia.
4.° »	Dr. Jeronymo Joaquim de Figueir.°	Cadeira de Materia Medica.
5.° »	Dr. Angelo Ferreira Diniz	1.ª Cadeira de Practica.
6.° »	Dr. Antonio Joaquim de Campos	Cadeira de Aphorismos.
	Dr. João Alberto Per.ª d'Azevedo	Substitutos.
	Dr. José Ignacio Monteiro Lopo	
	Dr. João Baptista de Barros . . .	

Demonstradores

Dr. Carlos José Pinheiro	na Cadeira de Anatomia.
Dr. Aurel.° Per.ª Frazão d'Aguiar	na Cadeira de Materia Medica.

Ajudantes de Clinica

Dr. João Lopes de Moraes
Dr. Antonio Joaquim Barjona
Dr. Sebastião d'Almeida e Silva

Por pouco tempo esteve completo o quadro da Faculdade. Em 10 de julho de 1822 foi chamado para mestre do Infante D. Miguel o dr. Francisco José de Sousa Loureiro, a quem se concedeu a jubilação por despacho de 9 de outubro. Em dia egual do anno immediato desfechou a intolerancia politica o primeiro golpe sobre a independencia do corpo docente, ordenando que fosse despedido da Universidade e jubilado com metade dos seus vencimentos o dr. Francisco Soares Franco. As vacaturas que um e outro deixou só foram preenchidas em 26 de agosto de 1825. Subiram então por antiguidade os cathedraticos, substitutos e oppositores a quem competia a promoção. Omittiu-se a nomeação de ajudantes de clinica, e ordenou-se que o serviço dos hospitaes fosse feito pelos professores segundo as determinações dos Estatutos. Com este specimen de magra economia decretou-se outro, qual foi o de se nomearem para demonstradores de materia medica e de anatomia os drs. João Lopes de Moraes e Sebastião d'Almeida e Silva, com a clausula de não receberem a ajuda de custo correspondente até se regularem os negocios da Faculdade.

Facil seria prever que a diminuição de pessoal, o augmento de encargos, e a suppressão de honorarios aggravariam as difficuldades em que já laborava o ensino, e que por isso haviam de concorrer para a decadencia dos estudos. Os oppositores, a quem se impunham serviços e residencia obrigatoria em Coimbra, sem outra remuneração mais do que a promessa de interesses futuros, trocariam de bom grado a carreira universitaria por qualquer outra menos incerta e de proventos immediatos. Podiam conformar-se com a exigencia de serviço gratuito os que obtivessem congrua sustentação nos collegios adjunctos á Universidada; mas este beneficio depois da Reforma tornou-se de difficil accesso para os aspirantes ao magisterio em Medicina. Durante o longo espaço de cincoenta annos sómente foi admittido um collegial medico no collegio de S. Paulo, e outro no de S. Pedro, d'onde sahiu expulso passado pouco tempo por se julgar intruso [1]. Cerceado pois

[1] O regimento dos medicos e boticarios, decretado em 7 de fevereiro de 1604, diz no § 1.° «que haja os dous logares de collegiaes medicos, que «houve sempre no collegio real de S. Paulo, e que haja mais um no de S. «Pedro.» Esta disposição esteve sempre em vigor antes da Reforma; depois d'ella cerceou-se e distribuiu-se pelos doutores das outras faculdades o que era exclusivo dos medicos, por quanto a Carta Regia de 4 de dezembro de

o direito ás collegiaturas e supprimidos outros logares, em que d'antes se occupavam os candidatos até conseguirem opportuna collocação na Faculdade, reprimiam-se indirectamente as aspirações ao professorado, e afugentavam-se da Universidade os bachareis de maior ingenho e saber.

Mal afortunados corriam os tempos para a instrucção superior em Portugal no periodo de que vamos tractando. As causas de enfraquecimento, que desde os fins do seculo passado tinham solicitado a nação, amorteceram o impulso que as letras patrias haviam recebido da Reforma, e influiram poderosamente na ruina de que agora se viam ameaçados os estudos. As sciencias naturaes tinham progredido consideravelmente nas academias extrangeiras, e de taes progressos se ajudava a Medicina para alargar os proprios dominios. Os adiantamentos da chimica e da physica esclareciam a physiologia, intervinham na resolução dos problemas da hygiene, enriqueciam a materia medica e a therapeutica, e aperfeiçoavam os processos da pharmacia. Por seu lado a obstetricia tinha tambem adquirido successivos melhoramentos desde Baudelocque; e a medicina operatoria, extendendo mais e mais as suas applicações, constituia já um vasto corpo de doutrina, que os factos clinicos recommendavam como a parte mais brilhante da sciencia e arte de curar. Mas emquanto a observação e a experiencia engrandeciam por toda a parte a esphera dos conhecimentos, afrouxava entre nós o tracto scientifico, luctavam com embaraços os estabelecimentos de instrucção. Palpava-se a decadencia em todas as faculdades academicas; onde porém se tornava mais sensivel era nas de Philosophia e Medicina.

1784 estatuiu «que haja sempre nos collegios uma beca para um doutor «das tres faculdades naturaes.» O alvará sobre concursos de 1 de dezembro de 1804, § 12.°, concedeu sómente aos oppositores o beneficio das collegiaturas.

O dr. Gramacho foi o unico doutor em Medicina admittido depois da Reforma no collegio de S. Paulo. No de S. Pedro chegou a ter entrada, sem que precedesse proposta do collegio, o dr. Antonio Joaquim Barjona; mas foi excluido. Na Congregação de Medicina de 10 de maio de 1825 apresentou o dr. Manuel Alberto da Cunha um requerimento, extenso e bem fundamentado, em que pedia á Faculdade lhe obtivesse uma collegiatura em S. Pedro. Foi bem succedido na sua pretenção. Valeu-lhe a influencia do reitor, principal Mendonça, como consta da acta da Congregação de Medicina de 27 de janeiro de 1826.

Para o ensino de todos os ramos das sciencias medicas não havia na Universidade mais do que as seis cadeiras decretadas nos Estatutos. O estudo da anatomia, operações e obstetricia constituia em 1822 um curso annual e a cargo d'um só professor, como nos primeiros tempos da Reforma. As materias comprehendidas sob o nome de instituições medicas formavam egualmente um curso annual; e a pathologia interna e a externa continuavam ainda, com manifesto detrimento, accumuladas na cadeira de Aphorismos! Em tão acanhados limites era impossivel desinvolver o ensino de modo que se acompanhasse, como convinha, o andamento da sciencia. Muitas vezes tinham os professores patenteado as difficuldades em que se viam para desempenharem dignamente a sua missão. Achamos nas actas da Faculdade noticia frequente de se ter occupado o Conselho em procurar remedio para sustar a decadencia. Durante o reitorado do reformador reitor D. Fr. Francisco de S. Luiz, cuja influencia politica e amor pelas sciencias fomentavam a esperança de melhoramentos litterarios, foi thema constante para discussão nos conselhos a declinação do ensino. Apresentaram-se então alguns alvitres, como providencias transitorias, sobre a mudança de compendios e nova distribuicão de materias. Mas, como estas se não podiam accommodar melhor, qualquer que fosse a sua collocação, e como tambem se não conheciam entre as publicações modernas tractados elementares adequados á indole e ambito circumscripto da Faculdade, acabavam sempre as discussões pelo desengano de que as mudanças propostas nem satisfaziam ás necessidades presentes, nem evitavam a progressiva decadencia dos estudos. Porisso os compendios adoptados para texto havia mais de vinte e de trinta annos ficaram subsistindo no ensino, e o desinvolvimento scientifico permaneceu como até então, deficiente e acanhado.

Não era só no recinto das aulas que se conhecia o estado de decadencia; os estabelecimentos creados para instrucção practica dos alumnos davam triste documento de desleixo. É o testemunho da propria Faculdade de Medicina, é a opinião dos seus vogaes exarada no livro das actas que nos certificam da incuria, atrazo e quasi ruina d'essas grandiosas fundações, que tantos desvelos custaram ao Marquez de Pombal. Em Congregação de 21 de novembro de 1821 declarou o professor de materia medica que não podia entreter os discipulos com exercicios practicos de chimica,

já porque lhe escaceava o tempo, já porque o *laboratorio se achava em estado deploravel;* e proseguindo sobre a impossibilidade de executar outras prescripções dos Estatutos, disse que tambem não satisfazia ao preceito de visitar com os discipulos uma vez por semana o horto botanico para os instruir no conhecimento das plantas *pelo estado triste e lamentavel do Jardim* [1]. Ora ao professor, que diante do prelado e em conselho da Faculdade assim conceituava aquelles estabelecimentos, ainda que expunha verdades notorias, podia retorquir-se com severidade, porque era tambem director d'um estabelecimento, e a sua direcção distinguia-se das outras unicamente pelo excesso de desmazelo.

Em verdade o dispensatorio pharmaceutico, dirigido por aquelle professor, declinava tão precipitadamente, e estava já em tal decadencia, que nos dominios universitarios outra cousa não havia em peiores circumstancias, nem mais proxima de total ruina. Conhecia-se o mal desde o seu principio, sabia-se que provinha da inepcia do administrador, contra a qual podia e devia providenciar o director: mas este limitava-se a proteger, e a confiar na bondade do administrador, e nisto sómente consistiam os seus cuidados pelo estabelecimento. Do hospital todos os dias sahiam instantes recommendações para que o pessoal da botica tivesse o devido escrupulo na escolha e manipulação das substancias medicinaes; na botica taxavam-se de impertinentes as recommendações dos clinicos, e aggravava-se de dia para dia o mau serviço. As queixas chegaram ao caso extremo de compellirem a Faculdade de Medicina a desprender-se de todas as considerações para examinar detidamente o estado do dispensatorio. Na tarde de 25 de outubro de 1822 teve logar a primeira congregação de visita, que se continuou nas manhãs e tardes dos dias seguintes. O que desde logo se tornou manifesto á vista de todos foi a pouca limpeza da casa, a má arrecadação das substancias, a insufficiencia e falta de aceio dos utensilios. Depois a inspecção minuciosa tanto na drogaria e repartições de deposito, como nas officinas de trabalho ordinario, demonstrou evidentemente que o dispensatorio pharmaceutico estava

[1] A Faculdade de Philosophia, que tinha a seu cargo a direcção e administração do Jardim, reconheceu e testificou o mau estado do estabelecimento, como explicitamente se acha declarado na acta da congregação da mesma Faculdade de 22 de fevereiro de 1822.

em peior estado do que geralmente se dizia, e até do que se podia imaginar. Emfim, reunidos os vogaes em Conselho para darem o seu parecer a respeito do que tinham visto e examinado,—«*unanime-*«*mente concordaram todos que a botica, por qualquer lado que se* «*considerasse, não podia estar peior!* Chamou-se o administrador do «estabelecimento, pediu-se-lhe ether, não o tinha; pediu-se-lhe o «granatario, não o havia; os vidros estavam uns sem letreiro, «outros com elle e com medicamentos diversos dos que indicava «o letreiro, e tudo o mais neste estado [1].» O desleixo extendia-se tambem á escripturação. Tinham desapparecido documentos importantes, não havia esclarecimentos com que se podessem organisar as contas de receita e despeza. Estes factos e as explicações pouco satisfactorias do administrador suscitaram graves desconfianças. Tomaram-se logo providencias tendentes a reparar o credito do estabelecimento. Inutilisaram-se as drogas e preparados officinaes que estavam deteriorados. Procedeu-se á limpeza e reparo geral dos utensilios, armarios e casas de arrecadação, e tractou-se em seguida de novo fornecimento. Mais tarde, em Congregação de 29 de abril de 1823, resolveu o conselho «que em attenção á edade «e molestias do administrador da botica se confiasse a administra-«ção ao ajudante.»

Emquanto o dispensatorio e outros estabelecimentos universitarios pendiam para vergonhosa decadencia, surgia do abatimento geral o theatro anatomico, e mostrava quanto pode a diligencia animada pela boa vontade. Logo que o dr. Carlos José Pinheiro começou a intender nas demonstrações de anatomia, o ensino d'esta sciencia adquiriu a feição practica que lhe compete, e o estabelecimento entrou em phase de prosperidades. Das antigas peças e preparados naturaes, que serviam no gabinete para esclarecimento dos alumnos, restavam apenas dous esqueletos, ossos separados, e uma ou outra preparação já deteriorada. O dr. Pinheiro entrega-se com todo o desvelo a reparar a falta de peças auxiliares do estudo, e antes d'um anno consegue formar uma collecção importante de preparados anatomicos. No anno lectivo immediato persiste no mesmo empenho; engrandece a collecção de anatomia

1 A acta respectiva, exarada no livro IV das actas a folhas 4 e 5, especifica outras particularidades, que me pareceu escusado relatar.

normal, aproveita os orgãos lesados e alterados, que a abertura dos cadaveres lhe proporciona, e lança os fundamentos ao gabinete de anatomia pathologica. Tantos e tão valiosos serviços foram dignamente reconhecidos e apreciados pela Faculdade, que nas congregações de 13 de fevereiro de 1823 e de 12 de fevereiro do anno seguinte rendeu os merecidos louvores ao zêlo, intelligencia e actividade do habil demonstrador de anatomia [1].

O reformador reitor D. Fr. Francisco de S. Luiz, que acceitara o cargo com bons desejos de melhorar os estudos, em breve se convenceu de que a sua iniciativa e direcção não bastavam para os levantar do abatimento, e menos ainda para tornar a Universidade florescente. A reforma de que haviam mister as Faculdades e os estabelecimentos universitarios exigia medidas extraordinarias e particular attenção dos poderes publicos. Ora o governo e o corpo legislativo não podiam por aquelle tempo tomar a peito os negocios da instrucção superior, porque andavam empenhados em firmar os principios da nova constituição politica, e em regular por elles o serviço e administração do estado. Por isso aquelle prelado, vendo que seria inutil pela occasião qualquer tentativa de melhoramentos litterarios, absteve-se de preparativos para a reforma, e applicou-se tão sómente ao expediente habitual nos vinte e dois mezes da sua prelazia.

Os acontecimentos que no fim de maio de 1823 derrubaram o systema liberal, e proclamaram a politica do antigo regimen,

[1] Em 1829 publicou o dr. Pinheiro o *Inventario Scientifico das Peças e Preparados do Theatro Anatomico da Universidade de Coimbra*. É um folheto de 16 paginas e IV de *Introducção*, em que se acham mencionadas as colleções pertencentes ao gabinete. Descreve

a collecção	de osteologia	em 16	numeros
a »	de syndesmologia	em 9	»
a »	de myologia	em 7	»
a »	de orgãos dos sentidos externos	em 10	»
a »	de splanchnologia	em 18	»
a »	de nevrologia	em 12	»
a »	de angiologia	em 18	»
a »	de arte obstetricia	em 27	»
a »	de anatomia pathologica	em 41	»

Alem d'isto contém a relação dos instrumentos de medicina operatoria, e a relação em appendice de mais cinco preparados anatomicos.

conferiram a reitoria ao principal Diogo de Castro do Rio Furtado de Mendoça por Carta Regia de 25 de junho d'aquelle anno. Ou fosse por sobresahir em zêlo ao seu antecessor, ou porque lhe movesse o animo o estado decadente da Universidade, o novo prelado não se demorou em ponderar ao governo quanto importava que se instaurasse uma commissão, para examinar e propor as reformas convenientes á boa administração da fazenda universitaria; e ao mesmo tempo advertiu que a cultura das sciencias necessitava de melhoramentos, e que era urgente não os retardar. Assentiu o governo aos considerandos da representação. Por Carta Regia de 19 de dezembro deu as suas ordens sobre os negocios da fazenda da Universidade, e na mesma data expediu um aviso, determinando que em cada Faculdade se elegesse uma Junta de tres membros, afim de consultarem, depois de conferirem com o prelado, sobre as reformas e alterações indispensaveis. A Faculdade de Medicina escolheu para constituirem a respectiva Junta os drs. José Feliciano de Castilho, Jeronymo Joaquim de Figueiredo e Angelo Ferreira Diniz. A competencia d'estes professores, a boa vontade do prelado e o assentimento do governo animavam a esperança de que era chegada a occasião de grandes melhoramentos academicos.

Applicaram-se desde logo os tres vogaes escolhidos á tarefa espinhosa da sua commissão. Com quanto não fosse prospero o estado da fazenda, e as estações superiores recommendassem economias, nem por isso deixaram de convir os commissionados em que se devia elaborar um projecto de reforma ampla e tendente a satisfazer a todas as necessidades da instrucção medica. Com este proposito começaram os trabalhos preparatorios; mas ao delinear os primeiros traços do projecto, ao discutir o modo por que se devia realizar o fim que todos desejavam, surgiu notavel divergencia entre os membros da Junta. O dr. Castilho, julgando as opiniões dos collegas inconciliaveis com as suas, separou-se d'elles, e trabalhou sozinho num projecto de reforma, que depois apresentou ao reitor. Os drs. Figueiredo e Diniz, em cujo pensar havia mais conformidade, continuaram estudando e discutindo de commum accordo os meios de se remediarem as necessidades do ensino até constituirem o seu plano de reforma. Que os dous vogaes em maioria na Junta se houveram com muito desvelo no desempenho da sua incumbencia, é o que se deprehende clara-

mente dos manuscriptos, em que deixaram especificada relação de todas as suas lucubrações [1].

O ponto em que primeiro cogitaram, e que ambos tinham por essencial da reforma, foi engrandecer a Faculdade de modo que se podessem nella professar convenientemente todos os ramos das sciencias medicas. Se a tal melhoramento não oppozessem restricção as circumstancias financeiras, facil seria planear o que fosse conducente a desinvolver o ensino. Mas a condição de economia transtornava todas as combinações pela impossibilidade de se conciliar a diminuição de despeza com a creação de novas cadeiras e augmento de pessoal. Considerado pois o problema sob todos os aspectos, entenderam os commissionados que a unica resolução possivel e adequada ás circumstancias da fazenda universitaria consistia em se incorporar a Faculdade de Philosophia na de Medicina, accommodando-se os estudos d'aquella Faculdade ás exigencias do ensino medico. Este alvitre tinha por si a consideração de que as aulas de philosophia natural eram tão sómente frequentadas, salvas raras excepções, pelos alumnos que alli se preparávam para cursar Medicina. Admittindo por tanto em principio que as duas Faculdades se deviam fundir numa só com o intuito de se ampliarem os estudos medicos, discutiram os dous membros da Junta a constituição da nova Faculdade, ordem das cadeiras, successão de disciplinas, e formaram um plano completo que submetteram á approvação do reitor. O prelado, attonito com tal novidade, mandou ouvir sobre o plano proposto a Junta de Philosophia. Esta, ciosa da autonomia da sua Faculdade, rejeitou sem hesitação nem discrepancia de votos o projecto formulado pela maioria da Junta medica. Em vista de tão formal desengano escusado era insistir na defesa do mesmo projecto; mas os dous proponentes, e com especialidade o dr. Diniz, julgando a sua obra acceitavel e vantajosa, justificaram-na ante o prelado por uma ex-

[1] Apontamentos das sessões, lembranças em papeis avulsos, cartas e cópias da correspondencia, e junctamente os cadernos em que os dous membros da Junta transcreveram o resultado final dos seus trabalhos, tudo o dr. Diniz archivou, como obra em que empregára muitos cuidados. É um masso volumoso de manuscriptos, devidos pela maior parte á penna do dr. Diniz, os quaes pertencem hoje ao ex.^{mo} sr. conselheiro e lente jubilado de Mathematica dr. Francisco de Castro Freire. Cabe aqui protestar o meu agradecimento a s. ex.^{a} pela deliberação espontanea de me confiar aquelles manuscriptos, que me habilitaram a noticiar os trabalhos da Junta.

tensa consulta. Foi-lhes respondido que continuassem a estudar a reforma da Faculdade de Medicina, sem tomarem por fundamento a juncção com a de Philosophia.

Sentiram os dous membros da Junta que fosse inteiramente desapprovado o seu primeiro trabalho; mas nem por isso esfriaram no empenho de darem boa conta da sua commissão; antes, redobrando esforços, entregaram-se com vontade ao estudo da reforma sob novo plano. Tinham para si os commissionados que os limites da sua tarefa não se circumscreviam a indicar simplesmente qual a extensão do ensino, e qual a distribuição e ordem das cadeiras nos differentes annos do curso medico. Parecia-lhes que o projecto de reforma, para corresponder ás necessidades actuaes da instrucção, devia comprehender não só a parte organica da Faculdade, mas tambem as prescripções secundarias e regulamentares. Dominados por este pensamento e tomando por modelo da sua obra a legislação dos novos Estatutos da Universidade, emprehenderam formar um corpo de estatutos medicos, amplo e grandioso como o de 1772, e enriquecido de largas providencias accommodadas aos progressos scientificos. A empreza era ardua e complicada; a vontade dos obreiros firme e persistente. Póde tanto o esforço humano applicado com perseverança, que ao cabo de aturado lidar vence e aplana todas as difficuldades. Conhecendo isto, os dous vogaes da Junta não se pouparam a fadigas; insistindo e porfiando sempre, chegaram por fim ao termo desejado de seus trabalhos. Para se julgar do zelo com que se houveram na commissão, bastará dizer que desde os fins de abril até o principio de dezembro de 1824 poucas foram as semanas em que não tiveram duas e mais sessões consagradas unicamente ao estudo da reforma. Em 3 de dezembro tiraram a limpo e levaram á presença do prelado o novo projecto, a que servia de prologo um longo «discurso jus-«tificativo sobre a necessidade de reformar os Estatutos Medicos. [1]»

Como a Junta de Philosophia tinha repellido a economica juncção da sua Faculdade com a de Medicina, e pugnára pela com-

[1] No discurso justificativo apontam os dous vogaes da Junta os acontecimentos em geral e as modificações por que passou a Faculdade nos primeiros cincoenta annos posteriores á Reforma de 1772. Louvam algumas providencias tomadas já por deliberação do governo, já por iniciativa da Faculdade. Exaltam os escriptos de Boerhaave e de seus commentadores, e quando chegam ao ponto de mostrar a declinação da Faculdade, attribuem a deca-

pleta separação, intenderam os dous vogaes da Junta medica que para não embaraçarem o andamento dos estudos naquella Faculdade, nem impedirem as suas tendencias particulares, deviam tornar o ensino medico independente e desligado do concurso dos philosophos. Com este proposito elaboraram e propozeram o seguinte projecto de estudos medicos:

Disciplinas Preparatorias

1.° Grammatica e Lingua Latina
2.° » » Grega
3.° Philosophia Racional e Moral
4.° Historia e Geographia
5.° Arithmetica, Algebra e Geometria (no 1.° anno de Mathemat.)
6.° As doutrinas do segundo anno de Mathematica até á applicação da Algebra á Geometria, inclusive.
Recommendação para que se estudem as linguas vivas.

Curso Medico

Annos	Cadeiras	Materias
1.°	1.ª	Zoologia e Botanica
	2.ª	Physica
2.°	3.ª	Chimica Geral e Mineral
	4.ª	Anatomia humana e comparada
3.°	5.ª	Physiologia e Chimica Animaes
	6.ª	Anatomia, Physiologia e Chimica Vegetaes
4.°	7.ª	Pathologia, Nosologia e Doutrina Hippocratica
	8.ª	Pharmacia
5.°	9.ª	Anatomia Pathol., Oper. Cirurg. e Arte Obstetricia
	10.ª	Materia Medica
6.°	11.ª	Clinica Medica e Cirurgica de homens
	12.ª	Clinica Medica e Cirurgica de mulheres.

dencia dos estudos medicos á adopção das obras de Cullen. Affirmam que no anno lectivo de 1808-1809 se introduziu a Materia Medica d'aquelle auctor «por um despotismo litterario nunca visto», pois que não precedeu o exame e approvação da Faculdade, como mandam os Estatutos. As hypotheses cullenianas foram, na opinião dos commissionados, a causa principal do atrazo e ruina da instrucção medica. Consideram a doutrina de Brown muito mais

Resaltam as imperfeições em similhante projecto de estudos medicos. Pecca não só pela estreiteza das proporções, mas sobre tudo pela viciosa e desigual distribuição das materias. Em quanto os ramos scientificos de maior extensão e importancia jazem accumulados com outras disciplinas, a pharmacia está desafrontada e muito á larga na oitava cadeira. A hygiene nem sequer mereceu a consideração de ser incluida no plano. Em verdade o aspecto geral e as primeiras divisões da obra não acreditam o trabalho da Junta; compensa porém quaesquer defeitos e sobresahe como parte principal o minucioso regulamento que acompanha cada uma das secções do projecto. Neste particular imitaram os dous vogaes da Junta os novos Estatutos, especificando como se devem haver os professores, como devem ensinar as materias e dirigir os alumnos. Todos estes pontos excitaram de preferencia a sua attenção, em todos mostraram que muito tinham apprendido no tracto universitario e no largo exercicio do magisterio [1].

Com quanto o projecto da Junta contivesse innovações apreciaveis e largas providencias regulamentares, se todavia fosse con-

prejudicial que a de Cullen, e concluem que se deve insistir na lição dos antigos escriptores.

No discurso transparece a influencia de resentimentos particulares. Não se acha lá o nome do dr. Joaquim Navarro, propugnador das doutrinas cullenianas, mas deprimem-se as suas obras, e isto revela que os commissionados lhe tinham pouca affeição.

1 Não cabe nos limites d'esta Memoria, e seria até nimia prolixidade, dar maior noticia dos trabalhos dos dous vogaes da Junta. Os regulamentos, com que instruiram o plano de estudos medicos, constituem a parte mais importante do seu projecto de reforma. Nos traços caracteristicos, na deducção e exposição das materias, aspiraram a imitar e a exceder talvez em minuciosidade os novos Estatutos. Mas, embora o projecto contenha algumas novidades e lembranças muito aproveitaveis, direi em abono da verdade que a todos os respeitos ficou muito inferior ao modelo. Para os estudos anatomicos attenderam os commissionados com particular cuidado. A anatomia pathologica entrava em todas as variantes do plano. Mas assim como insistiam pelo estudo d'este ramo das sciencias medicas, que então começava a desinvolver-se e attrahia as attenções, por um descuido indesculpavel esqueciam quanto importava alargar o ensino da pathologia.

Quando concluiram a sua tarefa, officiaram ao dr. Castilho, perguntando-lhe se queria assignar a consulta que tinham de enviar ao prelado em nome da Junta. Respondeu-lhes que não assignava documento algum, em que não tivesse collaborado, e que já tinha levado á presença do reitor o seu parecer sobre a reforma.

vertido em lei e posto em execução, não remediaria sufficientemente as necessidades da instrucção medica. A Faculdade carecia mais de augmento de pessoal e de cadeiras, do que de modificações no regimen escholar. Por isso qualquer tentativa de melhoramento, que não ampliasse a area do ensino, seria infructuosa. Conheciam isto os membros da Junta, e fôra por certo desejo seu alargar o quadro da Faculdade proporcionalmente á extensão e ao adiantamento da sciencia; mas a ideia de economia, que lhes pairava de continuo no espirito, e que se antepunha a todos os pensamentos, impedia-lhes a concepção do verdadeiro plano de reforma. E não obstante lidarem por conciliar a economia com o desenvolvimento dos estudos, o projecto que apresentaram pareceu ao prelado que não seria acceito, porque importava augmento de despeza. O cofre da Universidade, onde outr'ora sobejavam os recursos para emprestimos de sommas avultadas, não podia agora com o mesquinho dispendio, que os melhoramentos litterarios reclamavam. Isto bastava para frustrar os trabalhos da Junta. Mas o que embaraçou a reforma, o que sobre tudo concorreu para que se protrahisse ainda por mais dez annos a decadencia dos estudos, foi o flagello das dissenções politicas e das luctas civis, de cujos effeitos daremos as noticias que sómente convêm a nosso proposito.

O regimen constitucional, proclamado no Porto em 24 de agosto de 1820, cahira ante a revolução que nos fins de maio de 1823 restaurou a antiga fórma de governo. A sociedade portugueza, dividida em duas parcialidades com interesses e aspirações encontradas, não pôde então subtrahir-se á influencia das paixões, que excitam a discordia e arrastam os partidos a excessos. Os vencedores, julgando que pelos meios violentos sustentariam melhor a sua causa, inauguraram politica intolerante, e começaram a opprimir os vencidos. Como procediam por systema, o corpo cathedratico não foi exceptuado da regra geral. O primeiro golpe do rigor absolutista cahiu sobre o dr. Francisco Soares Franco, distincto professor de anatomia e director da Faculdade de Medicina. Tinha sido deputado ás cortes de 1821, onde abertamente manifestou as suas ideias liberaes. Isto bastou para que o governo o mandasse jubilar com metade do ordenado [1] e excluisse da directoria

[1] Por Carta Regia de 13 de outubro de 1825 foi concedida a jubilação ao

por carta regia de 9 de outubro de 1823. Em 5 de dezembro do mesmo anno foi creada sob a presidencia do Reformador Reitor principal Mendoça uma *Junta expurgatoria*, cuja missão era examinar e propôr quaes os individuos que se deviam excluir da Universidade já por insufficiencia litteraria, já pelo seu irregular procedimento civil e religioso. A junta houve-se com pontualidade em tão ingloriosa incumbencia. Ao cabo de seis mezes de secretas investigações deu os seus trabalhos por findos, e apresentou a lista dos que se deviam desterrar da Universidade, justificando os motivos de tal condemnação. Parece que a maioria da junta se abrazava em zêlo de sacrificar professores respeitaveis, oppositores e estudantes, de quem as sciencias muito tinham a esperar. Da Faculdade de Medicina condemnava ao ostracismo os drs. Carlos José Pinheiro e João Lopes de Moraes, ornamentos do corpo docente, que outras Universidades acolheriam com regosijo. Felizmente a bondade do soberano contrariou as machinações partidarias. Em 5 de junho de 1824 sahiu um decreto de amnistia, em que foram comprehendidas, contra vontade da Junta, as victimas da sua inquirição[1].

O reino esteve tranquillo nos ultimos tempos d'el-rei D. João VI, e da bonança geral adveiu regular andamento aos estudos universitarios. Quando aquelle monarcha falleceu, os partidos, como se obedecessem á voz de *sentido*, despertaram das treguas de vinte mezes, e contemplaram-se com reciproca desconfiança. A Universidade sentiu logo a surda inquietação que agitava a familia portugueza. Emquanto as attenções se concentraram na expectação de qual seria o desenlace da successão ao throno, nenhuma alteração notavel occorreu no tracto civil nem no movimento academico. Mas apenas se soube da outorga da Carta constitucional e da abdicação de D. Pedro IV em sua Filha, o partido realista, que se considerou ameaçado de ruina, tentou impedir o juramento da nova constituição politica. Apezar de todos os seus esforços os poderes constituidos juraram sem reserva manter a obra de D. Pedro IV.

dr. Soares Franco na terceira cadeira, com o ordenado por inteiro, em attenção aos seus serviços.

[1] O livro em que a junta expurgatoria escreveu as actas das suas sessões considerava-se perdido. Conseguiu descobril-o o sr. Joaquim Martins de Carvalho, e com os esclarecimentos, que d'elle tirou, deu extensa relação dos trabalhos e decisões da mesma junta na sua obra *Apontamentos para a Historia Contemporanea*, a pag. 77 e seguintes.

Seguiram-se pouco depois revoltas militares nas provincias contra o regimen constitucional. As sublevações inspiravam grande receio, e a anciedade era geral, quando começou o anno lectivo de 1826 para 1827. A academia, onde constitucionaes e realistas contavam proselytos devotados, escutava em sobresalto os acontecimentos. Condemnavam uns o procedimento dos revoltosos, outros almejavam por que augmentasse e triumphasse a rebellião. Discutia-se por toda a parte o movimento das tropas e o exito da sedição. Os mais exaltados debatiam-se com enthusiasmo; inflammavam-se as paixões, e a tal ponto chegou o ardôr partidario, que até o recinto das aulas serviu de theatro para acaloradas discussões politicas. Nestas circumstancias a mocidade não podia applicar-se attentamente ao estudo das sciencias [1].

Não obstante a energica resistencia das tropas governamentaes a sedição proseguiu, e os revoltosos concentraram forças na Beira Alta. A causa constitucional necessitava de defensores. Por este motivo os estudandes que professavam ideias liberaes interromperam o curso universitario, e tomaram armas contra as pretensões realistas. Nos fins de dezembro de 1826 sahiu de Coimbra um batalhão academico para se oppor ás forças sublevadas que se tinham adiantado até Vizeu. Pouco demorada foi esta digressão. Os estudiosos mancebos em breve depozeram as armas, e voltaram a occu-

1 Para que melhor se possa julgar do fervor e exaltação da mocidade, referirei o seguinte caso passado nas aulas, que tem o interesse de haver tomado parte nelle um distincto cultor das lettras patrias, e claro ornamento da magistratura administrativa.

Numa das aulas do terceiro anno de Direito, cuja regencia se tinha commettido ao dr. Faustino Simões Ferreira, foi chamado á lição no dia 23 de outubro de 1826 o n.º 48 do curso de leis, João Baptista Teixeira de Sousa, conego de S. João Evangelista. Vers va a lição nas materias do § 3.º do tit. 1.º das Instituições de Direito Civil Lusitano. O estudante, explicando as palavras *si enim principi jus non esset leges pro arbitrio ferendi*, trouxe o discurso para a questão de mais interesse naquella conjunctura, e tractou de demonstrar com toda a energia da sua convicção que o governo absoluto é de todos o melhor. Isto, que a muitos pareceu negocio encommendado, e que todos julgaram insolente provocação ao partido constitucional, despertou logo na aula ruidosa celeuma. Aos estudantes liberaes cumpria levantar a provocação e repellir a affronta. No dia seguinte a aula trasbordava de expectadores. Quando o lente subiu á cadeira, levantou-se o estudante n.º 37 do curso de canones, José Silvestre Ribeiro, e pediu para fallar sobre algumas duvidas com que ficara na materia da lição antecedente.

par-se nas lides academicas. Aqui converteu-se em descontentamento o alvoroço de alegria com que vinham. Julgando que o serviço militar em defeza das instituições vigentes seria motivo justificado para lhes serem abonadas as faltas nas aulas, contra o que se devia esperar acharam nas respectivas congregações repugnancia invencivel para tal abonação. Recorreram logo para o poder executivo e para as côrtes; baldadas seriam porém quaesquer reclamações, se a boa vontade do general Saldanha, que era então ministro da guerra, lhes não apadrinhasse o recurso.

O anno lectivo de 1827 para 1828 começou debaixo de sinistra influencia. O general Saldanha sahira do ministerio nos fins de julho, e desde então o governo do reino só teve de constitucional as apparencias. Os realistas, chamados a occupar os primeiros cargos do estado e todos os logares de confiança, começaram a mostrar severidade para com o partido liberal, decahido do poder. Na Universidade apontavam-se para victimas da aversão partidaria os lentes e estudantes que mais se tinham distinguido na defeza da causa constitucional. Já se não dissimulavam as intenções malevolas, nem se escondia o proposito de perseguição; aguardava-se tão sómente a opportunidade de levar a effeito a vindicta

Não estava o lente disposto a annuir ao pedido; mas o brioso mancebo, que ia preparado para todas as eventualidades, tirou dos Estatutos, e mostrou que em face da lei, por que se rege a Universidade, assistia-lhe o direito de ser escutado. As razões allegadas e as manifestações do auditorio removeram todas as difficuldades, e o animoso canonista obteve a concessão de fallar. Suscitou a questão do dia antecedente sobre a forma de governo: rebateu a doutrina que tinha sido apresentada na aula, e demonstrou que o governo constitucional a todos os respeitos sobreleva em vantagens ao absoluto.

O conego de S. João Evangelista, que fallára no dia anterior, quiz romper pela multidão e approximar-se do orador. Não o conseguiu. Os estudantes realistas indignavam-se, os constitucionaes applaudiam, e a manutenção da ordem era impossivel. O caso foi tão extraordinario e tão insolito na Universidade, que o prelado entendeu que o devia communicar ao governo. D'esta communicação resultou ser reprehendido o estudante jurista que defendera o absolutismo, louvado o canonista que pugnara pelas ideias liberaes, e despedido do serviço o lente oppositor, que regia a cadeira, por consentir que na aula se deprimissem as instituições vigentes, etc. etc.

As peças officiaes donde consta o que fica relatado, estão trasladadas na secretaria da Universidade no liv. v do registo das ordens regias a fl. 206 e seguintes.

premeditada. Os liberaes, receiosos da tormenta que viam imminente, conferiam em reuniões secretas sobre os meios de evitarem o perigo. Tudo isto perturbava a regularidade dos estudos, e trazia os espiritos oscillantes entre o receio e a duvida.

Quando em fevereiro de 1828 tomou a regencia da nação o infante D. Miguel, a quem D. Pedro IV nomeara seu logar tenente no reino, concorreram a felicital-o as mais notaveis corporações. A Universidade elegeu tambem uma deputação para ir expressamente apresentar ao infante os respeitos do primeiro corpo docente de Portugal. Correu então com insistencia que á mesma deputação se tinha commettido o encargo de solicitar a proscripção de muitos lentes e estudantes, de cujos sentimentos liberaes se não podia duvidar. Não se tem por averiguado que os deputados acceitassem tão deslustrosa incumbencia; é porem certo que os liberaes se convenceram de que iam ser accusados perante o regente. Nesta apaixonada convicção teve a sua origem o caso lamentavel e crime horrendo practicado na manhã de 18 de março de 1828. Os tres deputados da Universidade e a sua comitiva seguiam caminho de Lisboa quando a pequena distancia de Condeixa foram assaltados e desviados da estrada por um troço de estudantes, que alli os esperavam! Dous membros da deputação cahem feridos mortalmente, e outros individuos da comitiva soffrem máos tractos com effusão de sangue! Um dos assassinados era o lente de Medicina dr. Jeronymo Joaquim de Figueiredo, o primeiro talvez em quem a maldade dos assaltantes cevou a ira! Tamanha atrocidade levantou geral indignação em todo o reino. A justiça humana foi inexoravel, e dez dos aggressores expiaram com a pena capital o attentado contra os deputados da Universidade.

Se as dissensões e malquerenças politicas tinham antes empecido os trabalhos academicos, depois do crime de 18 de março tornou-se quasi impossivel a tranquillidade de espirito que requer o tracto das sciencias. Tudo indicava que os realistas e o governo do regente preparavam a quéda da Carta constitucional e a restauração do absolutismo. Os liberaes, para quem a dissolução das côrtes foi cabal desengano das tendencias absolutistas, conhecendo a oppressão e o vilipendio, que os esperava, promovem entre si energica opposição contra o restabelecimento do governo absoluto. No dia 16 de maio levantam no Porto o grito de revolução, e proclamam a manutenção da Carta. Apenas chegou a Coimbra a

noticia de que as forças militares do norte se tinham pronunciado a favor do regimen liberal, fecharam-se as aulas e acabaram por então os trabalhos universitarios. Os academicos, que dezoito mezes antes se tinham alistado em defeza da constituição, correm de novo ás armas e engrossam as fileiras liberaes. Em 24 de junho encontraram-se as forças dos dous partidos na Cruz dos Morouços perto de Coimbra. Sustentaram ambas as suas respectivas posições; mas no fim da peleja os constitucionaes tiveram de retirar, e na madrugada de 26 encaminharam-se para o Porto. O grosso das tropas realistas foi-lhes seguindo os passos e picando a retaguarda. O desalento já se tinha apoderado das forças liberaes quando chegaram ao Porto. E como então reconhecessem a impossibilidade de resistencia, dirigiram-se para a fronteira de Hespanha, aonde entraram pela Gallisa. Lá foi experimentar as agruras do exilio a flor da mocidade academica; e para os liberaes que ficaram na patria começou o martyrio de seis annos com affrontas, extorsões e tormentos.

Os tres estados da nação, reunidos em côrtes segundo a forma do antigo regimen, acabavam então de proclamar o infante D. Miguel rei de Portugal. O partido realista chegava ao cume de suas aspirações; cumpria-lhe, passadas as naturaes expansões de enthusiasmo politico, providenciar sobre o bom andamento dos negocios publicos. Muito havia que melhorar, muito em que os ministros occupassem a sua actividade; mas as necessidades da instrucção clamavam tão alto, que para logo excitaram a attenção do Governo. Com o proposito de se começar o melhoramento das escholas em todo o reino foi nomeado em 9 de agosto reformador geral dos estudos o bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo, varão conspicuo do partido absolutista, cujo ingenho e sabedoria promettiam serviços valiosos. Principiou o reformador a intender no cargo, e volveu olhos para a Universidade como estabelecimento de instrucção em que primeiro deviam recahir os seus cuidados. Ou fosse dominado por paixões partidarias, ou porque sinceramente julgasse que na reforma das instituições se devia antes de tudo attender aos homens e depois ás cousas, deteve-se mais na escolha do pessoal docente do que na organisação dos estudos. A intolerancia politica da epocha não soffria que os cargos publicos fossem desempenhados por funccionarios de ideias liberaes, e com especialidade os excluia do ensino pelo receio de commu-

nicarem á mocidade doutrinas contrarias á realeza. O reformador, que propendia para intolerante, conformou-se com as exigencias partidarias. Os lentes que professavam opiniões liberaes foram despedidos da Universidade, e para exercerem o magisterio conservaram-se e admittiram-se tão sómente aquelles cuja fidelidade á politica realista era assás experimentada. Da Faculdade de Medicina ficaram excluidos os drs. Antonio Joaquim de Campos, João Alberto Pereira de Azevedo, João Lopes de Moraes e Sebastião d'Almeida e Silva.

Os dois primeiros logares da Faculdade estavam vagos pela morte dos drs. Castilho e Figueiredo. Nem esses nem outros se proveram então, porque a Universidade continuou fechada no anno lectivo de 1828 para 1829. Em junho e julho d'este ultimo anno fizeram-se os actos, que se deviam ter expedido em egual bimestre do anno antecedente. As aulas abriram-se em outubro de 1829, e o serviço academico proseguiu por dois annos sem interrupção. Em 31 de julho de 1830 sahiu o decreto de promoção em Medicina, e a Faculdade ficou constituida com os sete vogaes affeiçoados á politica dominante, que mais tarde foram comprehendidos na revindicta constitucional; a saber.

1.º Lente	— Dr. Angelo Ferreira Diniz.....	2.ª Cadeira de Practica.
2.º »	— Dr. José Ignacio Monteiro Lopo	1.ª Cadeira de Practica.
3.º »	— Dr. João Baptista de Barros ...	Cadeira de Mater. Medica.
4.º »	— Dr. Carlos José Pinheiro.....	Cadeira de Anatomia.
5.º »	— Dr. Aureliano P.ª Frazão d'Aguiar	Cadeira de Instituições.
6.º »	— Dr. Luiz Antonio Pessoa	Cadeira de Aphorismos.

Substituto
Dr. Manuel Joaquim da Silva.

Não deixou vestigios assignalados na reforma dos estudos o primeiro reformador geral nomeado por D. Miguel. Tendo servido por tres annos, em tempos pouco favoraveis para melhora-

mentos litterarios, obteve a exoneração por decreto de 27 de agosto de 1831. Succedeu-lhe logo no cargo o monge cisterciense D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, que á sua provada dedicação realista juntava creditos de grande lettrado. Pareceu que a iniciativa do novo reformador levaria a effeito os melhoramentos de ha muito desejados no ensino das sciencias. Assim o fez acreditar o decreto de 23 de setembro de 1831, que mandou suspender a abertura das aulas na Universidade até ordem em contrario com o fundamento de que os trabalhos da reforma eram incompativeis com os exercicios academicos. Sessenta annos antes tinha sido o encerramento das aulas prenuncio infallivel da restauração universitaria. Mas assim como então todos os elementos de prosperidade publica fomentavam o engrandecimento das lettras, do mesmo modo agora a incerteza, a desconfiança e as inquietações geraes da nação conspiravam para que se mallograsse a projectada reforma dos estudos. O corpo docente permaneceu junto da Universidade, servindo na direcção dos estabelecimentos e n'outros encargos da sua competencia. Aguardou até mais de meado o anno de 1832 os promettidos melhoramentos. Por esse tempo em vez de novas litterarias recebe avisos de guerra. O exercito libertador surge nas praias do Mindello. No Porto abrem-se as portas do templo de Jano, as do sanctuario de Minerva fecham-se então completamente na Acropolis conimbricense.

Seguiu-se depois o pelejar pela liberdade e essa lucta fratricida de dous annos em que o partido realista succumbiu. Terminada emfim a guerra civil, e restabelecida em todo o reino a auctoridade da Rainha, era de urgente necessidade que se abrissem as aulas de instrucção superior, e que se proseguisse no ensino das sciencias, interrompido havia tres annos. Antes de se inaugurarem os trabalhos academicos o governo teve o cuidado de reformar o corpo cathedratico e de entregar a direcção das escholas a professores da sua confiança. Os sete vogaes, de que se compunha a Faculdade de Medicina, todos promovidos por D. Miguel, foram com os de outras Faculdades exonerados do magisterio por decreto de 15 de julho de 1834. Para a regencia das cadeiras chamaram-se aquelles lentes e oppositores que a intolerancia politica tinha expulso da Universidade e perseguido iniquamente. Obtiveram despacho de cathedraticos e ficaram collocados no quadro da Faculdade.

1.º Lente — Dr. Antonio Joaquim de Campos.
2.º » — Dr. João Alberto Pereira d'Azevedo.
3.º » — Dr. João Lopes de Moraes.
4.º » — Dr. Antonio Joaquim Barjona.
5.º » — Dr. Sebastião d'Almeida e Silva.

Quatro dos nomeados entraram logo em exercicio assumindo a direcção dos estabelecimentos e começando a intender no que mais convinha para a continuação dos estudos medicos. A falta de pessoal era então motivo de serios embaraços. Alem de não estar egualado o numero dos professores ao das cadeiras, não se podia contar para o serviço com o dr. Barjona, que se achava fora do reino. Requereram habilitação para oppositores e foram habilitados os drs. Antonio Pereira Zagallo e José Francisco da Silva Pinto. Cinco bachareis formados em Medicina, alguns dos quaes se graduaram no fim do anno lectivo, pediram para reger as cadeiras. Indeferiram-lhes a petição. Os quatro vogaes effectivos, coadjuvados pelo segundo oppositor, tiveram por mais acertado repartir entre si os encargos do magisterio do que fiar o ensino de pessoas extranhas á Faculdade. Concordou-se pois em que se abrisse uma só das cadeiras de practica, ficando o lente do 5.º anno auctorisado para dirigir o ensino clinico tanto na enfermaria de homens como na de mulheres. As cinco restantes cadeiras foram distribuidas pelos cinco vogaes do modo seguinte:

Ao Dr. Antonio Joaquim de Campos	Cadeira	de Practica.
Ao Dr. João Alberto Per.ª d'Azevedo	»	de Instituições.
Ao Dr. João Lopes de Moraes	»	de Aphorismos.
Ao Dr. Sebastião d'Almeida e Silva.	»	de Anatomia.
Ao Dr. Oppositor José Francisco da Silva Pinto	»	de Materia Medica.

A segunda cadeira de practica ficou pertencendo ao dr. Antonio Joaquim Barjona, que entrou pela primeira vez em serviço em 22 de junho de 1835.

Em julho d'este anno tomaram capello em Medicina quatro candidatos aspirantes ao magisterio. Era de esperar que acabariam as difficuldades por falta de pessoal. E com effeito, se os dous oppositores habilitados não deixassem a Universidade movidos por

desgostos, e se o governo não resolvesse adiar os despachos, todos os logares da Faculdade poderiam ficar preenchidos no principio de outubro immediato. Mas em vez de se facilitar o provimento aos concorrentes, como as circumstancias reclamavam, expediu-se do ministerio do reino uma portaria, em que se mandavam suspender as habilitações para a classe de oppositor, até se providenciar sobre o accesso ás cadeiras da Universidade na reforma geral de instrucção publica, de que então se tractava. Continuou pois o ensino medico ainda por mais d'um anno em limites tão estreitos e acanhados como estivera sessenta annos antes, quando se inaugurou a restauração dos estudos.

Os cinco vogaes cathedraticos, em que se continha todo o pessoal da Faculdade, não se entretiveram somente com a regencia das cadeiras e com a administração e direcção dos estabelecimentos. Conhecedores das necessidades da instrucção, empenharam-se em a melhorar conforme cabia na alçada das suas attribuições. Mereceu-lhes cuidado especial a substituição dos compendios, que serviam de texto desde o seculo passado, por outros accommodados ao estado actual da sciencia. Foi proposto, mas não chegou a ser approvado o compendio de Bayle para o estudo da anatomia. Adoptou-se para texto na cadeira de Instituições a *Physiologia* de Martini. A falta de exemplares d'esta obra fez com que se mudasse para o Tractado Elementar que da mesma sciencia escreveu Magendie. Approvou-se para as lições de pharmacia o compendio de Chevallier, que pouco depois foi substituido pelo Codigo Pharmaceutico. O Manual de Materia Medica de Edward e Vavasseur foi escolhido para o ensino da pharmacologia e da therapeutica; e os Elementos de Cirurgia e de Medicina Operatoria de Bégin obtiveram desde então larga estabilidade nos cursos de Medicina.

Por aquelle tempo foi mandado ouvir o conselho da Faculdade sobre o merito d'uma obra do Dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto, *Tractado de Pharmaconomia ou Codigo Pharmaceutico Lusitano,* e sobre a conveniencia de se decretar que a Pharmacopea Geral do Reino fosse substituida nas boticas por aquella obra como o seu auctor pretendia. Os vogaes da Faculdade, examinando o livro, deram o seu voto, uns por escripto e outros em considerações verbaes, e habilitaram o prelado a responder ao go-

verno: 1.º que a Pharmacopea auctorisada por alvará de 7 de Janeiro de 1794 carece de urgente reforma; 2.º que o *Tractado* offerecido para a substituir, comquanto tenha o merito de estar ao nivel dos conhecimentos actuaes, pode ser util como compendio no ensino, mas não convem que se converta em lei, já porque lhe falta a pharmacographia, já porque o estylo conciso da obra mais servirá para confundir do que para esclarecer os boticarios.

O governo mandou ainda ouvir a Faculdade sobre outros assumptos de interesse geral. Os esclarecimentos que então prestou foram de efficaz auxilio tanto para a reforma da instrucção publica, como para a organisação de outros serviços.

CAPITULO IX

De 1836 a 1844. — Reforma dos Estudos Medicos na Universidade. — Successos posteriores.

Fôra accelerado entre os povos cultos o movimento scientifico nos tempos consecutivos á restauração da Universidade. As sciencias naturaes principalmente haviam tomado tão largo desenvolvimento, que em breve ultrapassaram os limites que os primeiros encyclopedistas do seculo XVIII lhes tinham assignado no quadro do saber humano. Por toda a parte se proseguia no estudo da philosophia natural; e os governos favoreciam em geral o empenho com que se desentranhavam do seio da natureza factos e verdades desconhecidas.

Portugal não foi indifferente ao andamento progressivo das sciencias. Vinte annos depois da grande reforma Universitaria sentiu a necessidade de ampliar o ensino das sciencias naturaes, e estabeleceu novas cadeiras nas Faculdades de Mathematica e de Philosophia. Mas assim como attendeu com a devida circumspecção para os melhoramentos d'aquellas Faculdades, por uma inexplicavel contradicção deixou no esquecimento os estudos medicos, e até pela mesma epocha os restringiu supprimindo a cadeira de therapeutica cirurgica! E todavia as sciencias medicas acompanhavam o andamento da philosophia natural. Nas escholas discutiam-se com ardor as vantagens dos systemas; nos hospitaes e nos amphitheatros succediam-se os descobrimentos; e d'esta actividade incessante emanava copiosa luz em beneficio da humanidade enferma. Emfim a Medicina progrediu; e como o ensino de todos os seus ramos persistisse na Universidade concentrado em seis cadeiras, veiu a dar-se tal desproporção entre o quadro docente e a extensão

da sciencia, que se tornou impossivel professal-a como convinha aos creditos da Faculdade e ás exigencias da instrucção. Quando o mal se patenteou claramente, não faltaram demonstrações e bons desejos de lhe acudirem com algum remedio prompto e efficaz. Nomearam-se commissões; estudaram-se projectos de reforma; mas tudo mallograram as dissenções politicas, como relatámos no capitulo antecedente.

Em quanto permaneceram intactas as instituições do antigo regimen, podia, embora com prejuizo da instrucção, adiar-se de um para outro anno a desejada reforma dos estudos. Estavam então acordes todas as partes da organisação social; todas funccionavam sem embates nem movimentos encontrados. Mas depois do estabelecimento do governo constitucional tornou-se de impreterivel necessidade reformar a instrucção publica e organizar o professorado. A execução das leis, decretadas durante a menoridade da Rainha D. Maria II, tinham numas partes aluido e noutras desequilibrado as instituições nacionaes. A Universidade resentiu-se tambem da commoção que alterou profundamente o mechanismo social. Com a extincção dos dizimos acabaram os collegios que lhe estavam aggregados. Os privilegios e prerogativas academicas foram subvertidas na torrente niveladora. As recompensas de maior valia desappareceram, e os professores ficaram com mesquinhos vencimentos, reduzidos á condição de simples funccionarios do estado. Nestas circumstancias o movimento escholar mais servia para desconjuntar do que para manter o que ainda restava da antiga grandeza Universitaria. Importava pois reedificar o que jazia por toda a parte em ruina, e accommodar as instituições ao regimen e ideias liberaes. A empreza não era de poucas difficuldades. Com todas arcou o famoso ministerio, que sahiu da memoravel revolução de 9 de setembro de 1836, e a todas venceu com melhor fortuna do que então se podia esperar.

Entre as providencias de maior interesse, que o ministro do reino Manuel da Silva Passos submetteu á approvação da Rainha, têm por certo cabimento as que organizaram a instrucção publica e augmentaram o numero das escholas. Data de 5 de dezembro de 1836 o decreto que reformou a Universidade, e trouxe emfim á Faculdade de Medicina os melhoramentos que as instancias de quinze annos, a conservação da saude dos povos e o decoro nacio-

nal reclamavam. Novas cadeiras foram então creadas; duplicou-se o pessoal docente; regulou-se a entrada para o magisterio; e egualaram-se, dentro da mesma ordem, os honorarios dos professores. O curso medico ficou, como d'antes, comprehendido em cinco annos, e o ensino distribuido por dez cadeiras da maneira seguinte:

Annos	Cadeiras	Materias
1.º	1.ª	Anatomia Humana e Comparada
2.º	2.ª	Physiologia e Hygiene
3.º	3.ª	Pathologia Geral, Pathologia Cirurgica, Therapeutica, Historia Medica
	4.ª	Historia Natural Medica, Materia Medica, Chimica Medica e Pharmacia
		Frequencia numa aula de clinica
4.º	5.ª	Pathologia Medica, Nosologia, Therapeutica, Doutrina Hippocratica
	6.ª	Physica Medica, Apparelhos e Operações Cirurgicas
		Frequencia nas aulas de clinica
5.º	7.ª	Partos, Molestias das Mulheres de parto e dos Recem-nascidos
	8.ª	Medicina Legal, Hygiene Publica, Policia Medica
	9.ª	Clinica interna e externa de Homens
	10.ª	Clinica interna e externa de Mulheres.

Determinou-se que a anatomia pathologica «fosse ensinada e «demonstrada por cada um dos professores em todas as occasiões «que depararem para isso opportunas[1].»

Continuaram a exigir-se para o curso medico os mesmos preparatorios de mathematica e de philosophia que até então se exi-

[1] O decreto de 5 de dezembro de 1836 conservou junto da Faculdade de Medicina a eschola de pharmacia como fôra estabelecida pelos Estatutos; sómente accrescentou que os alumnos pharmaceuticos, para serem admittidos a exame final, deveriam apresentar certidão de frequencia, ao menos como ouvintes, de zoologia, botanica, physica e mineralogia.

O mesmo decreto determinou que o lente de partos fizesse um curso especial de arte obstetricia para parteiras; e mandou conferir cartas de licenciados menores a uma classe de alumnos que se destinasse á Medicina e Cirurgia, dictas ministrantes. O decreto de 26 de abril de 1842 aboliu a matricula e frequencia d'estes alumnos.

giam, com a differença de que se facultou a matricula no primeiro anno de Medicina aos alumnos que obtivessem a approvação em chimica, physica, e nas materias do primeiro e do segundo anno mathematico; ficaram porém obrigados durante o primeiro e segundo anno medico a cursar zoologia e botanica na Faculdade de Philosophia. Por este modo bastavam sete annos de estudos universitarios para se alcançar a formatura em Medicina.

Ainda que o decreto de 5 de dezembro no art. 94.º determinava que, passados cinco annos depois do estabelecimento regular dos lyceus nas capitaes dos districtos, seria preparatorio necessario para a matricula nas Faculdades de sciencias naturaes o curso completo dos mesmos lyceus, exceptuando as materias da cadeira de geometria, apesar d'isso os alumnos de Medicina continuaram durante alguns annos obrigados só ás disciplinas de instrucção secundaria prescriptas nos Estatutos. Foi-lhes concedido pelo citado art. 94.º que dessem conta do exame de grego até o fim do curso, o que equivaleu á annullação do mesmo exame.

Para os encargos do ensino e mais serviço inherente ao magisterio foram creados dez logares de professores cathedraticos, cinco de substitutos ordinarios, e tres de substitutos extraordinarios. Arbitraram-se os ordenados, que ainda hoje subsistem, de novecentos mil réis ao lente director, de oitocentos mil réis aos restantes cathedraticos, de quinhentos mil réis aos substitutos ordinarios, e de trezentos aos extraordinarios.

Na entrada para as Faculdades tinha sido até então observado o systema de longa opposição, regulado pelo alvará de 1.º de dezembro de 1804. Este systema, ainda que moroso e enfadonho, coadunava-se todavia com as antigas praxes academicas, e não desviava os candidatos da Universidade, porque havia o attractivo dos collegios, onde não faltava pingue aposentadoria até se conseguir o primeiro despacho. Mas depois da extincção dos tres collegios Universitarios, e quando escasseava o pessoal competente para as funcções do magisterio, tudo persuadia que convinha facilitar as habilitações e expedir a escolha dos professores sem o apparato de longos redeios. Convenceu-se o legislador das necessidades da occasião, e ordenou que as cadeiras fossem providas por concurso publico perante o Conselho da Faculdade, e que as provas de sufficiencia e aptidão consistissem unicamente na lição, durante uma hora, d'um ponto tirado á sorte com a antecipação de quarenta

e oito horas. A approvação dos candidatos ficou dependente da pluraridade absoluta de votos, e as preferencias do maior numero de boas qualificações.

Estava quasi a findar a primeira epocha do anno lectivo de 1836 para 1837 quando appareceu o decreto da reforma. O governo instou com as Faculdades para que lhe dessem execução logo depois das ferias do Natal. A congregação de Medicina ponderou que o não podia executar por falta de lentes. Achava-se então a Faculdade constituida com cinco cathedraticos e tres oppositores. Metade d'este pessoal estava em côrtes, e o serviço academico era desempenhado por dous cathedraticos, dous oppositores e um estudante repetente. Aconteceu pois que nem então nem no anno immediato se abriram as cadeiras novamente decretadas. O governo, desejando providenciar quanto antes sobre os progressos e melhoramentos da instrucção, ordenou que lhe fosse presente um relatorio sobre o estado da Universidade. Apressou-se a Faculdade de Medicina a desempenhar a parte que lhe competia, e levou á presença da Soberana uma consulta, em que expunha primeiro os embaraços provenientes da falta de pessoal, em segundo logar a inconveniencia de se opprimirem os professores com os encargos civis de jurados, de vogaes da junta de parochia, das juntas de repartições, e d'outras similhantes, e pedia que fossem alliviados d'aquelles serviços pessoaes. A ultima parte da consulta relatava o estado dos estabelecimentos, e desenvolvia as alterações que tinha havido a respeito das prestações dos hospitaes desde 1813 até a actualidade, e concluia solicitando que se elevasse a mesada d'aquelles estabelecimentos de tresentos e cincoenta a seiscentos mil réis.

Como a execução da reforma na parte concernente ao ensino não podia ter logar, em quanto não fossem providas todas as cadeiras e substituições, deliberou o Conselho da Faculdade que se representasse ao governo sobre a utilidade de se adoptar provisoriamente outro plano de estudos medicos. Em congregação de 2 de junho de 1838 foi discutido e approvado que se juntassem numa só cadeira a medicina operatoria e a obstetricia, e que todas as materias do curso medico se ensinassem por então em nove cadeiras. D'este alvitre se deu conhecimento ao governo como o unico practicavel. Por sua parte o governo, compellido a prestar

mais attenção aos acontecimentos politicos do que aos negocios da instrucção publica, não approvou nem desapprovou o plano proposto. A Faculdade, em vista do silencio do governo, conscia de que prestava serviços valiosos, abriu as aulas em outubro seguindo o plano da sua escolha. E fez mais: tendo por inconveniente a frequencia da zoologia e botanica juntamente com as materias do primeiro e do segundo anno medico, resolveu desaffrontar o estudo das sciencias medicas de quaesquer disciplinas extranhas, e decidiu que para a matricula em Medicina se exigissem, como d'antes, tres annos de preparatorios em Philosophia.

Extranhou o governo o arbitrio com que a Faculdade alterava a ordem de estudos que permittia em sete annos a formatura em Medicina; e ordenou que o curso fosse organisado em conformidade com o decreto de 5 de dezembro de 1836. Se a violencia com que os dous partidos liberaes se debatiam por aquella epocha não trouxesse os animos em alvoroço, nem o governo deixaria de attender opportunamente ás reclamações e propostas dos corpos docentes, nem estes, obrigados pelas circumstancias, levariam o seu zêlo a ponto de tomarem sobre si a responsabilidade de importantes deliberações, mas discordantes das prescripções legaes. Na Universidade appareciam constantemente difficuldades imprevistas, que demandavam prompta solução: e, como o expediente do serviço não podia muitas vezes esperar pelas decisões do governo, as Faculdades, tomando em toda a sua latitude a auctorisação que lhes conferia o art. 96.º do decreto da reforma «sobre a resolu-«ção das duvidas que occorrerem na passagem do methodo antigo «para o novo plano» decidiam e executavam o que lhes parecia mais conforme com o bom regimen academico, tendo sempre em vista as prescripções da legislação vigente. Mas algumas resoluções não poderam deixar de se afastar das determinações expressas da lei. A Faculdade de Medicina, onde maiores e mais frequentes embaraços appareceram, viu confirmadas pelo governo todas as suas deliberações, excepto a que repunha o curso medico em oito annos em vez de sete, como exigia a nova reforma.

A practica tinha revelado que muitas providencias e innovações, contidas no decreto organico de 5 de dezembro, não correspondiam aos desejos e previsões do legislador. O governo, que de tudo teve conhecimento, e que até pediu á Universidade as reflexões que se lhe offerecessem sobre a ultima reforma, meditava corrigir

as imperfeições demonstradas pela experiencia. No entretanto sobreveiu a revolução de 27 de janeiro de 1842, que derribou a constituição de 1838 e restabeleceu a Carta Constitucional. O ministerio que então ficou dirigindo os negocios do estado não se esqueceu de melhorar a instrucção publica. Viu que os esclarecimentos apresentados em varias consultas eram insufficientes; mandou que as Faculdades academicas propozessem as modificações de que necessitassem, e habilitou-se por este modo para formular novo projecto de reforma. Estava então na reitoria da Universidade o Conde de Terena, logar para que tinha sido nomeado por Carta Regia de 31 de dezembro de 1840. Providenciou o prelado sobre a prompta expedição das indicações pedidas pelo governo. A Faculdade de Medicina deu-se pressa em satisfazer ao pedido na parte que lhe pertencia. Na consulta que dirigiu á Soberana ponderava em primeiro logar a conveniencia de se separar da Faculdade de Philosophia e de se encorporar na de Medicina o estudo das sciencias preparatorias e auxiliares do curso medico. Mostrava depois que por falta de pessoal não tinha ainda podido desenvolver o ensino da obstetricia numa cadeira especial; pedia que se conservassem as dez cadeiras, creadas pelo decreto de 5 de dezembro, assim como quatro substituições ordinarias, dous logares de demonstradores, e tres de ajudantes de clinica. A consulta terminava optando pela formação d'um jury academico para julgar as faltas dos professores, como propunha a Faculdade de Philosophia.

Da falta de lentes para a regencia das cadeiras procediam irregularidades que não podiam continuar sem grave detrimento para o ensino e para os creditos da Faculdade. Era pois indispensavel habilitar para seguirem o professorado os estudantes que durante o curso universitario melhores provas tivessem exihibido de seu ingenho e applicação. Estavam graduados desde 1835, e como oppositores tinham prestado bons serviços, os drs. Jeronymo José de Mello, Florencio Peres Furtado Galvão, Francisco Fernandes da Costa e Cezario Augusto de Azevedo Pereira. Todos foram despachados segundo as suas respectivas antiguidades por decreto de 4 de maio de 1838. Em 9 de junho do mesmo anno fizeram lição de concurso a duas substituições os drs. João Maria Baptista Callisto, e Agnello Gaudencio da Silva Barreto. Ambos tiveram approvação, e sahiram despachados em 11 de setembro immediato. Ao passo que se foram provendo os logares, foi tambem entrando em me-

lhor ordem o serviço escholar, e o ensino começou a ter o desenvolvimento prescripto na lei.

A Faculdade houve-se com pontualidade em todos os negocios da sua competencia. Por muitas vezes se occupou na escolha dos compendios para conciliar o bom andamento do ensino com as necessidades da occasião. Logo depois da creação da cadeira de Medicina legal approvou para texto o Manual que da mesma sciencia escreveu Briand. Mas, como os estudantes juristas fossem obrigados pelas disposições da reforma a frequentar a aula de Medicina legal, para commodidade de medicos e legistas adoptou-se provisoriamente o Tractado de Policia Medica de José Pinheiro de Freitas Soares, e pouco depois as Instituições de Medicina Forense de José Ferreira Borges. Substituiu-se esta obra por outra de Sedillot sobre as mesmas materias quando os estudantes de Direito requereram e obtiveram a dispensa de frequencia da aula de Medicina legal. Em 1841 novamente foi admittido o Manual de Briand. O dr. Jeronymo José de Mello escreveu para instrucção de seus discipulos um Tractado Elementar de physiologia, que foi logo approvado para o ensino, e serviu de texto por mais de vinte annos. Para o estudo da arte obstetricia junctou-se ao compendio de Plenck a obra de Capuron *Maladies des femmes.*

A outros assumptos estendeu os seus cuidados o Conselho da Faculdade. Formulou os programmas para a direcção e boa ordem do ensino nas diversas cadeiras. Providenciou sobre o augmento dos gabinetes, e attendeu principalmente á necessidade de se ampliar a collecção de anatomia pathologica. Deliberou sobre a acquisição de bons jornaes e livros de Medicina. Resolveu que se instituisse de novo a vaccinação nos hospitaes da Universidade. Pediu e obteve que o hospital dos lazaros fosse estabelecido no extincto collegio de S. José dos Mariannos. E para que o hospital da Conceição ficasse com melhores condições hygienicas pela desaccumulação de doentes, conseguiu mudar para o extincto convento de S. Jeronymo as enfermarias de homens. Alli persistiram por espaço de tres annos [1], até que no fim

[1] Ainda em 1847 estava em S. Jeronymo uma enfermaria exclusiva de militares. Resolveu a Faculdade em congregação de 22 de outubro d'aquelle anno que, visto serem poucos os doentes militares, se mudassem para o hospital da Conceição; sem comtudo se considerar que a Faculdade abandonava o convento de S. Jeronymo.

de dezembro de 1842 se decidiu que passassem para o hospital da Conceição. Coincidiu sempre com estes serviços o zêlo da Faculdade pelo augmento e boa arrecadação das rendas dos hospitaes, o desvelo na direcção e administração dos estabelecimentos, assim como a vigilancia pelo exacto cumprimento das obrigações dos empregados subalternos. Não passaram desapercebidos para os poderes publicos tantos e tão assiduos cuidados. Na Congregação de 6 de novembro de 1840 foi presente uma portaria, em que o governo, conhecedor dos bons serviços da Faculdade de Medicina, a galardoava com os merecidos louvores.

Foram em verdade valiosos todos os serviços que esta Faculdade prestou numa epocha melindrosa pelas innovações e mudanças sociaes, e agitada alem d'isso pelas commoções dos partidos. Mas entre todos os factos, que então lhe conciliaram os louvores do governo e o respeito dos outros corpos docentes, descubrimos um de grandes consequencias, cuja importancia ainda não foi sufficientemente ponderada nem devidamente reconhecida, e que por isso merece especial menção nesta Memoria.

A lingua e a litteratura franceza, que desde o ultimo quartel do seculo passado exerciam notavel influencia em Portugal, depois de 1830 alargaram entre nós os seus dominios. Os jornaes e os livros, que nos enviava a França, eram lidos com interesse e dirigiam a opinião. As doutrinas medicas de Broussais tinham chegado então ao auge da sua fortuna, e irradiavam com intensidade para o occidente da Europa. O brownismo estava por cá em decadencia; por isso quaesquer doutrinas medicas, que inculcassem novidade ou progresso scientifico, achariam acolhimento entre os medicos clinicos e facil entrada nas escholas. Aconteceu pois que os escriptos de Boisseau, Bouillaud, Roche e Sanson, partidarios convictos das doutrinas de Broussais, espalharam em Portugal as ideias d'este reformador da Medicina. A tradição e as boas praxes clinicas decahiam ante as novas doutrinas. Os medicos em geral deixavam-se dominar pelo encadeamento dos raciocinios, que tudo referiam e tudo derivavam da irritação. Os estudantes nas aulas, fascinados pelo desassombro com que Broussais no *Exame das Doutrinas* julgára de todos os systemas de Medicina, inclinavam-se para as opiniões broussaisnianas.

As ideias do novo reformador sobre pathologia e therapeutica iam em prospero successo e recrutavam proselytos, quando dous

professores respeitaveis da Faculdade de Medicina lhes tomaram o passo e impediram o curso. O dr. João Lopes de Moraes, que ao vasto conhecimento das sciencias medicas juntava a auctoridade de practico abalisado, combateu na cadeira de pathologia interna e em todas as occasiões, que lhe offereceu a clinica, o exclusivismo da pathogenia e therapeutica de Broussais; e o dr. Antonio Joaquim de Campos, professor de clinica, a quem a practica de trinta annos tinha tornado medico insigne, demonstrou practicamente o desacerto com que os broussaisnianos pretendiam curar todas as enfermidade com aguas mornas, bixas e sangrias. Evidenciou-se em muitos doentes tractados nos hospitaes quanto eram exaggeradas as pretenções da medicina physiologica; o que porem lhe aniquilou o prestigio foram os resultados perniciosos das depleções sanguineas no tractamento das febres palustres. Deram-se casos d'esta ordem em pessoas de representação, algumas das quaes foram como que tiradas da sepultura pelos dous citados professores, contrapondo aos males aggravados pela therapeutica broussaisniana o tractamento sanccionado pela experiencia. Estes successos calaram tão profundamente no espirito dos medicos e dos estudantes de Medicina, que para logo moderaram o enthusiasmo a respeito das novas doutrinas.

Deve-se pois aos dous insignes vogaes da Faculdade de Medicina a opposição salutar que encontraram em Portugal os exaggeros dos broussainianos, opposição que de Coimbra se espalhou em todo o reino. A importancia de tão assignalado serviço poderá avaliar-se pelo seguinte: Os escriptores francezes, relatando as consequencias practicas das doutrinas de Broussais, dizem que em França os tanques e viveiros ficaram exhaustos de sanguesugas! Tão copiosa foi a effusão de sangue! Opprimir-nos-hiam desastres eguaes ou similhantes, se os esclarecidos professores não velassem pela conservação das boas praxes clinicas e dos methodos therapeuticos confirmados pela experiencia.

CAPITULO X

De 1844 a 1863. — Nova organisação de estudos. — Serviços da Faculdade

A reforma da instrucção publica decretada em novembro e dezembro de 1836, com quanto abrisse uma nova era nos annaes das escholas portuguezas, resentia-se todavia da precipitação com que fôra emprehendida. Das providencias que então se tomaram, tendentes a levantar as sciencias e lettras da vergonhosa decadencia em que jaziam, umas não corresponderam inteiramente ás previsões do legislador, e outras não poderam ter immediata execução. Instava pois continuar na senda dos melhoramentos litterarios, e corrigir os defeitos que a razão e a experiencia tivessem demostrado. Não se descuidou o governo de tão momentoso assumpto. Solicitando e colligindo os esclarecimentos indispensaveis sobre as modificações de que necessitava a ultima reforma, habilitou-se para formular e submetter á approvação dos corpos legislativos um projecto de lei em que se comprehendia a organisação de todos os ramos de instrução publica dependentes do ministerio do reino. O projecto obteve approvação na camara dos deputados, e foi mandado observar por decreto de 20 de setembro de 1844.

As indicações propostas pela Faculdade de Medicina foram em geral attendidas. Conservaram-se as dez cadeiras existentes para o ensino dos diversos ramos das sciencias medicas, cuja distribuição e disposição em curso de cinco annos ficou pertencendo ao Conselho da Faculdade como objecto regulamentar da sua competencia. Exigiu-se para a matricula do primeiro anno medico o curso de disciplinas preparatorias decretadas nas leis anteriores, e mais o exame de traducção da lingua franceza.

Nas categorias do pessoal docente houve algumas alterações. A Faculdade de Medicina ficou com dez professores cathedraticos, tres substitutos ordinarios, dous demonstradores e tres ajudantes de clinica. Foi abolido na Universidade o methodo de concurso publico para o provimento das cadeiras, e substituido pelo de longa opposição. Concedeu-se aos professores a isenção de quaesquer encargos ou serviços pessoaes (art. 171); cohibiram-se irregularidades e descuidos; tomaram-se emfim muitas providencias para o bom andamento do ensino e prosperidade das sciencias.

Em nove cadeiras mandava o decreto de 20 de setembro continuar o serviço da Faculdade em quanto não houvesse um estabelecimento especial de partos, accommodado ás molestias de mulheres gravidas, puerperas, e recemnascidos. Facil era estabelecer logo uma enfermaria para parturientes ou no hospital ou em algum dos grandes edificios de que podia dispôr a Universidade. Retardaram este melhoramento obstaculos supervenientes; e o ensino da obstetricia continuou accumulado na cadeira de operações até que em 29 de março de 1848 se mandou provêr a cadeira de partos. O curso medico ficou desde então distribuido, como se mostra no quadro seguinte, pelas dez cadeiras decretadas em 1836.

Annos	Cadeiras	Materias
1.º	1.ª	Anatomia humana e comparada
2.º	2.ª	Physiologia e Hygiene Privada
	3.ª	Medicina operatoria — Anatomia Topographica
3.º	4.ª	Pathologia geral — Pathologia externa
	5.ª	Pharmacologia — Therapeutica, e Pharmacia Frequencia na 8.ª cadeira
4.º	6.ª[1]	Tocologia theorica e practica — Molestias de Puerperas e recemnascidos
	7.ª	Pathologia interna — Doutrina Hippocratica — Historia geral da Medicina Frequencia na 8.ª e 9.ª cadeira
5.º	8.ª	Clinica de Homens
	9.ª	Clinica de Mulheres
	10.ª	Medicina Legal — Toxicologia, — Hygiene Publica.

[1] A cadeira de partos foi primeiro collocada no quinto anno, e a de medicina legal no quarto; em breve se mudaram e permeneceram depois como acima estão distribuidas.

Já por este tempo se tinham provído quasi todos os logares da Faculdade, e havia candidatos ao magisterio que, para se habilitarem segundo o methodo de longa opposição, acudiam de bom grado a todas as necessidades do serviço escholar. Eram substitutos desde 12 de agosto de 1843 os drs. Manuel Paes de Figueiredo e Sousa e José Gomes Ribeiro. Em 4 de agosto de 1846 sahiu nomeado demonstrador de anatomia o dr. José Ferreira de Macedo Pinto, e na mesma data entrou para demonstrador de materia medica o dr. Antonio Carlos dos Guimarães Moreira, que pouco mais de um anno sobreviveu ao despacho. Seguiu-se em 11 de março de 1850 a nomeação do dr. Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos para ajudante de clinica geral; e dous annos mais tarde, em 3 de agosto de 1852, tiveram o primeiro despacho os drs. Antonio Augusto da Costa Simões e Antonio Gonçalves da Silva e Cunha. Foram estes os ultimos candidatos habilitados pelo processo de longa opposição.

As sciencias medicas tomavam por aquelle tempo rumo differente do que haviam seguido sob a influencia de Brown e de Broussais. A eschola experimental, restaurada por Magendie e illustrada por notaveis experimentadores de Inglaterra e de França, não só tinha depurado a physiologia de muitos erros, mas até concorrera para que se desterrassem do estudo das sciencias de observação, o que não foi pequeno serviço, as discussões interminaveis e sempre estereis sobre ideias abstractas e principios indefinidos. Encaminhada pela experiencia e auxiliada pela chimica organica e pela physiologia, reparava a materia medica os estragos que Broussais lhe fizera. E a pathologia, que por mais de quarenta annos andara subordinada ás exigencias invariaveis dos systemas, assentava então fundamentos sobre as conquistas recentes e promettedoras da anatomia pathologica. Para que o ensino medico da Universidade seguisse a mesma direcção que a sciencia levava, mudou a Faculdade alguns dos antigos compendios por outros em que se continham os progressos recentes. Deixou de servir de texto nas lições de pathologia interna o Tractado Elementar de Medicina Practica de Cullen, e foi substituido em 3 de maio de 1845 pelo Manual de Medicina Practica de Hufeland. Na congregação de 12 de março de 1846 adoptou-se para o ensino da hygiene privada o Curso Elementar de Hygiene de Januario Peres Furtado Galvão. O Tractado de obstetricia de Chaylly foi esco-

lhido para compendio na cadeira de partos em congregação de 31 de março de 1849. Em 11 de março de 1850 approvou o Conselho da Faculdade o Manual de Materia Medica de Bouchardat para o estudo da pharmacologia; e em 16 de abril de 1853 substituiu os Elementos de anatomia de Soares Franco pelo Tractado da mesma sciencia composto por Jamin.

No começo do periodo em que levamos a historia tinha reapparecido em França, e de lá se extendera para outras nações, certa aura favoravel ao magnetismo animal considerado como agente physiologico e therapeutico. Attribuiam-se ao fluido magnetico virtudes surprehendentes e maravilhosas já no tractamento das enfermidades, já na manifestação de muitos phenomenos de vida animal. Ainda que a Academia Real de Medicina de Paris se pronunciou formalmente contra as pretendidas maravilhas, nem por isso decahiu a reputação do magnetismo. Sustentaram-lhe os creditos alguns medicos de bom nome; e como o processo experimental por onde se exhibiam os prodigios magneticos era simples e de facil applicação, em breve passou das mãos dos medicos para os dominios do publico. Multiplicaram-se então as experiencias; augmentaram os *portentos;* e a arte de os provocar chegou a tal perfeição, que bastavam umas *nigromancias e feitiços* do magnetisador para logo se apoderar da vontade e espirito vidente do magnetisado.

Em Portugal, onde são pronunciadas as tendencias para o maravilhoso, teve o magnetismo optimo acolhimento. Para alguns medicos e para outras pessoas de razão esclarecida os ensaios magneticos, que tanto ruido fizeram em Lisboa, Porto, e Coimbra, não passavam d'uma diversão apropriada para entreter a credulidade. Mas havia tambem entre os homens illustrados muitos que tinham por verdades reaes e indubitaveis o que só era ingenhosa fraude, e effeito de previas combinações. É certo que se acreditavam geralmente os factos extraordinarios que a fama apregoava. Ora, como não repugnava admittir que os magnetisadores podessem despertar phenomenos morbidos em pessoas nervosas e de compleição delicada, e como até se referiam casos de incommodos supervenientes aos artificios magneticos, com justo motivo entenderam os poderes publicos que deviam intervir em negocio de taes consequencias, e que lhes cumpria tomar as providencias necessa-

rias tanto para se cohibirem os embustes, como para se evitarem inconvenientes d'outra ordem.

Com o proposito pois de alcançar os devidos esclarecimentos mandou o governo ouvir o Conselho de Saude Publica do Reino e o Conselho da Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa sobre a importancia que podia ter na saude publica e nos progressos da sciencia a permissão de se experimentar o magnetismo animal fora dos estabelecimentos apropriados, e longe das vistas de facultativos habeis. Discordaram aquelles dous Conselhos sobre a materia proposta; e tão encontradas foram as opiniões dos vogaes num e noutro, que não lograram elucidar o governo.

Por ordem do ministro do reino foram então enviados ao reitor da Universidade varios documentos para serem presentes á Faculdade de Medicina, sobre cujo voto deveria o prelado formular um parecer. Recommendou-se que a Faculdade attendesse principalmente para os seguintes pontos: primo, qual a importancia do magnetismo considerado como agente therapeutico; secundo, se as disposições penaes do decreto de 18 de setembro de 1844 deverão ser applicadas aos magnetisadores que não estiverem habilitados legalmente para exercer a Medicina.

A commissão, encarregada pela Faculdade do estudo d'aquelles pontos, opinou que dos trabalhos emprehendidos em França e Allemanha, e das experiencias feitas por então em Portugal nada se podia concluir sobre a influencia do magnetismo nos phenomenos physiologicos, e menos ainda sobre a sua importancia como agente therapeutico; entendeu porem que se devia conceder logar entre os conhecimentos medicos aos factos bem averiguados de magnetismo animal, e que por isso convinha repetir as experiencias e continuar no exame dos phenomenos com escrupulosa attenção. Em quanto ao segundo quesito julgou a commissão que deviam ser comprehendidos nas disposições penaes do decreto de 18 de setembro de 1844 os magnetisadores, a quem faltassem as habilitações legaes, excepto quando fossem convidados para funccionar na presença de facultativos, reunidos em commissão scientifica.

Este parecer, se bem que rejeitado por tres votos na forma e na materia, foi approvado em congregação de 23 de dezembro de 1845. O prelado, desejoso de proceder com segurança, exigiu dos vogaes dissidentes os fundamentos do seu voto, e mandou que no hospital se repetissem as experiencias sobre o magnetismo, visto

que a maioria do Conselho tinha reconhecido a conveniencia de novos ensaios. As tentativas, que posteriormente se fizeram, nem adiantaram a sciencia, nem esclareceram o prelado. E como pouco depois rebentou a revolução que trouxe o reino agitado desde maio de 1846 até junho de 1847, cessou o empenho pelos estudos magneticos, e não mais reviveu o prestigio dos magnetisadores.

Em outros assumptos de maior importancia se occupou o Conselho da Faculdade de Medicina, já para melhorar o ensino, já para esclarecer os poderes publicos em negocios da sua competencia. Seguindo a ordem chronologica, fallaremos em primeiro logar d'uma notavel consulta, dirigida á Camara dos Pares por intervenção do Conselho Superior. Na sessão legislativa de 1846 foi approvado na Camara dos Deputados um projecto de lei com o numero 26, em que se determinava que os actos de formatura em Medicina fossem regulados, como os outros actos, pela pluralidade de votos. Antes de resolver sobre este ponto singular quiz a Camara dos Pares que o Conselho Superior de Instrucção Publica interpozesse o seu parecer, ouvindo previamente a Faculdade de Medicina. No Conselho da Faculdade prevaleceu a opinião de que não se devia alterar nem modificar a disposição dos Estatutos. Nesta conformidade se lavrou a respectiva consulta, na qual sobresahiam tanto os argumentos em defeza dos Estatutos, como a demonstração dos erros e falsas apreciações que serviram de base ao projecto approvado na Camara dos Deputados. Foi tão respeitada a consulta e opinião da Faculdade, que o projecto não teve seguimento na Camara dos Pares. Houve quem se lembrasse, passados dez annos, de o apresentar novamente na Camara dos Deputados. Ahi mesmo foi então combatido. Dos successos posteriores até hoje tambem se não pode tirar argumento para que se modifiquem as prescripções dos Estatutos, relativas á votação nos actos de formatura em Medicina.

Eram encarecidas por aquelle tempo as propriedades medicinaes do assacú como de grande efficacia para curar a elephantiase. O dr. Peres, que regia na Universidade a cadeira de materia medica, alcançou particularmente da Sociedade Pharmaceutica Lusitana uma porção d'aquella substancia, e offereceu-a á Faculdade de Medicina a fim de a mandar ensaiar no hospital dos lazaros. Em

Conselho de 18 de dezembro de 1848 foi nomeada a commissão que havia de intender nos ensaios therapeuticos do assacú. Não dava para largas experiencias a modica porção da planta de que podiam dispor os clinicos. Pediu-se ao governo que por intervenção dos agentes consulares no Brazil mandasse vir para Coimbra quantidade sufficiente para se lhe apreciarem as virtudes por meio de extensa e prolongada applicação. Prometteu o governo que requisitaria o assacú do consul do Pará. A diligencia particular surtiu melhor effeito do que as providencias officiaes. O dr. Sebastião d'Almeida, professor de anatomia, valeu-se das suas relações de amizade, e obteve generosamente do cidadão José Coelho d'Abreu grande porção de casca e leite de assacú. Foi a offerta tão abundante, que a Faculdade de Medicina, sob proposta do dr. Almeida, decidiu que se fornecessem gratuitamente aquellas substancias a todas as pessoas que as pedissem no dispensatorio pharmaceutico para tractamento de elephantiacos.

Emprehenderam-se então os ensaios em larga escala nas duas enfermarias dos lazaros. Animavam a commissão encarregada dos estudos clinicos não só o desejo de descobrir remedio contra a mais horrenda de todas as enfermidades, mas tambem a esperança de que não seriam baldadas as tentativas actuaes. Foi pois assidua e demorada a experiencia; mas ao cabo de diuturna applicação do assacú sobreveiu o desengano de que não tinha esta substancia virtudes especiaes para curar a elephantiase, e nem ainda para moderar ou modificar favoravelmente a marcha da doença. A commissão concluiu os seus trabalhos descrevendo num minucioso relatorio quanto fez e quanto observou por espaço de muitos mezes. Se tão louvaveis esforços não lograram enriquecer a therapeutica, nem dotar as sciencias medicas de novos conhecimentos, ao menos deram honrado testemunho de que a Faculdade de Medicina coopera de vontade para o engrandecimento da sciencia que professa.

Por industria da Faculdade foi o hospital dos lazaros transferido em 1837 dos antigos aposentos fóra de portas da cidade para o extincto collegio de S. José dos Mariannos. Tão bem aproveitado se julgou aquelle edificio, que durante treze annos ninguem teve a lembrança de o inculcar para outro mister de interesse geral. Cubiçaram-no em 1850 as religiosas ursulinas, que, obrigadas

a deixar por insalubre o estabelecimento que tinham em Pereira, estavam de casa emprestada havia dous annos no convento de Sant'Anna. Houve quem apadrinhasse a pretenção das ursulinas, e com tal felicidade, que dentro em pouco decidiu o governo que o edificio de S. José fosse entregue ás religiosas para terem alli o seu collegio de educação de meninas. Pugnou a Faculdade de Medicina pela conservação d'aquelle edificio sob sua dependencia. Pediu e instou com o governo para que não mandasse de lá sahir os lazaros; e como as instancias não fossem attendidas, representou no mesmo sentido ao corpo legislativo. Nem as representações nem as diligencias do procurador em Lisboa tiveram resultado favoravel. Em setembro de 1851 passaram os lazaros para S. Jeronymo, onde permaneceram por dous annos, até que lhe deram assento definitivo no extincto collegio dos Militares.

Forçoso é confessar que a pretenção das ursulinas tinha por si as sympathias geraes. A mais pittoresca e bem situada habitação de Coimbra, segregada do bulicio da cidade, circumdada de muros e quasi inaccessivel, excepto pelas serventias que tem ao nascente, parecia disposta pela natureza e affeiçoada pela arte para seminario de educação de meninas. Entrava isto pelos olhos do publico; e as impressões que moviam os sentidos, inclinavam a opinião a favor das religiosas. Mas a Faculdade de Medicina, que por aquelles tempos se viu combatida e contrariada a muitos respeitos, assim como se houve com firmeza na sustentação das suas prerogativas, do mesmo modo cumpriu um dever imperioso empenhando todo o seu valimento para não se deixar desapossar das casas que ella primeiro tinha occupado e aproveitado, e que, se eram idoneas para vivenda do sexo amavel, tinham tambem as condições precisas para aposento dos lazaros, e mais ainda para uma enfermaria de alienados que lá se projectava estabelecer. Por isso a resistencia que a Faculdade oppoz á cedencia do edificio não foi caprichosa obstinação, nem as razões que allegou ante os poderes do estado foram pretextos ou verdades simuladas, como então se espalhou.

Hoje, inaccessiveis ás paixões que o esquecimento de vinte annos extinguiu, devemos fazer inteira justiça á Faculdade de Medicina, apreciando as boas intenções do seu procedimento, e reconhecendo que não foram debeis nem especiosas as razões com que defendeu a sua causa. Em verdade os pontos capitaes da argumentação assenta-

vam no facto notorio e indubitavel de que a Faculdade não possuia casas em que accommodasse os lazaros. Alem do hospital da Conceição, insufficiente e acanhado para o numero ordinario de doentes, tinha apenas o edificio de S. Jeronymo, como que de reserva para os casos de epidemias, ou para quando augmentasse a concorrencia dos enfermos. Mostrou a Faculdade, por dados estatisticos e pelos estudos que costumam servir de base á previsão humana, que não podia nem devia prescindir d'um edificio de sobresalente, e que, se lh'o recusassem, necessariamente viriam a sentir-se os effeitos perniciosos da accumulação nas enfermarias do hospital. Confirmou a experiencia passados mezes as previsões deduzidas da exacta apreciação dos factos, como vamos relatar.

Logo que os lazaros occuparam o collegio de S. Jeronymo, tiveram de se concentrar no hospital da Conceição todos os doentes que se acolhiam á caridade d'esta casa, e dentro em pouco tempo começou a inspirar receios a agglomeração. Em conselho de 4 de novembro de 1852 ponderou o fiscal da Faculdade de Medicina quanto importava que se attendesse para as circumstancias do hospital. Visitou a Faculdade o estabelecimento no dia 6, e, como achasse de portas a dentro duzentos e cincoenta enfermos, decidiu sem discrepancia de votos que era de urgente necessidade a desaccumulação. Designaram-se para receber alguns doentes os edificios de S. Bento e do collegio das Artes. Uma commissão, nomeada para estudar e propor as providencias que a occasião pedia, apresentou no dia 8 o seu relatorio, em que demonstrava com toda a evidencia que na Conceição faltava a capacidade para tantos enfermos; e comparando as condições dos dous grandes edificios, de que a Universidade dispunha, preferiu a commissão o collegio das Artes. As providencias indicadas no relatorio foram approvadas pela Faculdade; mas o Conselho dos Decanos não se conformou com a escolha do edificio, e quiz que os doentes passassem para S. Bento. O governo, informado da divergencia, permittiu em portaria de 27 de novembro que se accommodassem alguns doentes no collegio das Artes, e na mesma data mandou nomear uma commissão para tractar de providencias definitivas ácerca dos hospitaes.

Convem advertir qne as vistas da Faculdade ao escolher o collegio das Artes tiveram maior alcance do que pediam as necessi-

dades presentes. Deprimia-se por aquelle tempo a eschola medica de Coimbra com o fundamento de que não tinha hospital adequado, onde os alumnos podessem instruir-se na practica da Medicina. Affirmava-se que o hospital da Conceição, pequeno e mal provido, só era procurado pelos doentes pobres das circumvisinhanças da cidade, achacados pela maior parte de febres intermittentes. Ainda que nestas e noutras asserções transpareciam os impulsos de má vontade, e não os desejos de que se fundasse juncto da Universidade um hospital modelo, todavia a Faculdade de Medicina, repellindo as aggressões de menoscabo, não deixava de reconhecer que, se tivesse o hospital em melhor estado, melhor poderia desenvolver o ensino clinico. Porisso nutria decidido empenho de ampliar aquelle estabelecimento a todos os respeitos, e de modo, que os detractores não tivessem pretexto para declamações. Obstavam-lhe porém muitas difficuldades, sendo a maior de todas a falta de casas. Das dependencias do Museu nada se podia esperar para accrescentamento do hospital da Conceição, e quando alguma cousa se obtivesse, fracos melhoramentos se chegariam a realisar. Era pois necessario lançar vistas para outro edificio. De posse da Universidade e em circumstancias de servirem, havia unicamente S. Bento e o collegio das Artes. O primeiro, ainda que vistoso, bem situado e de largas accommodações, não tinha comtudo melhores predicados nem a vasta capacidade do segundo. De mais a contiguidade d'este ao collegio de S. Jeronymo tornal-o-hia preferivel em egualdade de circumstancias. Por estes motivos a Faculdade de Medicina, vendo que tinha opportuno ensejo para conseguir casa onde de futuro poderia estabelecer excellente hospital, optou e insistiu pelo collegio das Artes.

Como a portaria de 27 de novembro permittiu que se removessem alguns doentes para aquelle collegio, diligenciou a Faculdade passar para lá quanto antes uma ou duas enfermarias. Tel-o-hia effeituado com brevidade, se não achasse obstaculos que lhe retardaram o proposito. No pavimento inferior do edificio accommodavam-se as aulas e mais pertenças do Lyceu; e as grandes salas do andar superior estavam inteiramente occupadas por mais de cem mil volumes dos livros que tinham pertencido ás congregações religiosas. Desimpedir algumas salas e preparar espaço para as camas era condição indispensavel para a mudança dos doentes. Mas para onde se havia de transferir a massa ingente de tantos

mil volumes? Tomou-se o alvitre de se permittir ás faculdades universitarias, em cujos estabelecimentos se podessem accommodar livros, que separassem do deposito geral as obras que lhes aprouvessem para a fundação de bibliothecas especiaes. Acceitaram a permissão as faculdades de Philosophia e de Medicina[1]. Logo que se desoccuparam as primeiras salas começou a mudança dos doentes[2]. Depois, como o governo em portaria de 22 de agosto de 1853 concedeu o collegio das Artes para hospital, ao passo que se evacuaram as enfermarias da Conceição, para lá se foi arrumando a maior parte do deposito dos livros, que mais tarde se transferiu para a casa pertencente outr'ora aos paulistas.

A acquisição do famoso collegio foi o prenuncio de grandes melhoramentos na eschola medica de Coimbra. Lentos e demorados foram a principio, porque o estabelecimento do novo hospital, até o ponto de funccionar sem graves attritos, deu materia para muitas lidas; e a Faculdade de Medicina, que via o seu futuro dependente d'aquella casa, concentrava nella as suas principaes attenções. Mas, depois que conseguiu reparar o edificio, organisar o serviço das enfermarias e resolver serios embaraços administrativos, pareceu-lhe conveniente demittir de si a administração economica, e reservar simplesmente a inspecção e direcção scientifica. O governo, conhecedor dos serviços que a Faculdade prestava na administração dos hospitaes, parecia pouco inclinado a condescender. Mas as repetidas instancias tiveram por fim despacho favoravel, e em 17 de julho de 1856 foi assignada a carta de lei, que alliviou a Faculdade de Medicina da adminis-

[1] A escolha dos livros para a bibliotheca especial da Faculdade de Medicina foi incumbida ao sr. dr. Costa Simões, que se desempenhou da commissão como era de esperar do seu provado zelo e reconhecida competencia. Além das obras de Medicina que havia no deposito, separou uma excellente collecção de chronicas portuguezas, constituições de bispados, diccionarios, livros de historia, geographia, antiguidades, e exemplares das melhores edições dos SS. Padres, concilios e historia ecclesiastica. Os livros foram collocados na mesma casa onde estivera outr'ora a livraria no collegio de S. Jeronymo, e ahi se têm conservado até ao presente.

[2] Deveu-se a immediata transferencia dos doentes á diligencia e actividade do sr. dr. Cezario, que tinha então a seu cargo a directoria dos hospitaes. Vendo que surgiam difficuldades de todos os lados, intendeu-se com o prelado e dispoz as cousas com tanto acêrto, que venceu todos os obstaculos, e conseguiu installar as primeiras enfermarias no collegio das Artes.

tração economica dos hospitaes da Universidade. A execução da lei ficou dependente d'um regulamento; e, como o governo não tinha pressa de mudar de administradores, espaçou por quatorze annos a publicação do regulamento; e a Faculdade, que jámais teve remuneração especial pelos serviços de direcção e administração dos estabelecimentos, continuou durante aquelle tempo com os encargos administrativos, promovendo sempre os melhoramentos de que o novo hospital necessitava.

A cholera-morbus invadira de novo a Europa antes de começar o terceiro quartel do seculo actual. Muitas cidades de França e de Hespanha tinham soffrido as devastações do terrivel flagello; e, como o progresso da epidemia não afrouxava, antes crescia e transpunha rapidamente grandes distancias, houve graves receios de que chegasse tambem a Portugal. Cumpria pois ao Governo tomar energicas providencias com o duplo intuito já de affastar o mal, já de o combater quando se não podesse evitar. Sobre tão momentoso assumpto foram consultadas as corporações scientificas que tinham voto auctorisado na materia. A Faculdade de Medicina e a Eschola Medico-Cirurgica de Lisboa não discreparam na indicação das providencias com que se devia resistir á entrada da cholera; ambas aconselharam ao governo a instituição de quarentenas e de cordões sanitarios. Com quanto o reino fosse por então poupado aos insultos da cholera asiatica, nem por isso cessaram as apprehensões de que, recrudescendo a epidemia por outras terras, extendesse os seus horrores até ao extremo occidente da Europa. Convinha portanto insistir no estudo das medidas preservativas, e providenciar com a devida antecipação para qualquer eventualidade repentina.

O Conselho de Saude Publica do Reino applicava os seus cuidados para negocio de tanta gravidade; e, adoptando as indicações propostas pelos corpos docentes, meditava entre outras cousas um regulamento de quarentenas, que assegurasse efficaz protecção á saude dos povos. Quando o Conselho acabou de formular os preceitos quarentenarios, foi o projecto de regulamento enviado á Faculdade de Medicina para dar o seu parecer a respeito das providencias que nelle se continham. Discordaram alguns membros da Faculdade na apreciação de certos pontos regulamentares. O parecer, approvado em congregação de 26 de fevereiro de 1855,

tendia a encurtar as restricções ao livre transito, e conciliava, tanto quanto se podia permittir, os interesses commerciaes com a aspiração suprema,— a conservação da saude publica. Divergiram porem da maioria dous vogaes, que, influenciados pelo receio de que se ateasse no reino alguma epidemia de cholera, votaram por medidas rigorosas e pela prolongação do tempo de quarentena. Parecia que presagiavam a approximação d'algum flagello com similhante insistencia pelos rigores quarentenarios. Infelizmente não sahiu falso o agouro. Dous mezes depois a cholera transpoz as fronteiras do reino, seguindo o curso do Douro, e d'alli irradiou com violencia sobre as povoações do Minho, Trás dos Montes e Beira [1].

As incursões de tão atroz inimigo pareciam inclinar-se tambem para as margens do Mondego. Observou-lhe os passos e os estragos a Faculdade do Medicina, a quem o encargo dos hospitaes obrigava a estar em continua vigilancia. Exigiam tanto cuidado a mingua de roupas e as tristes circumstancias dos hospitaes, que por aquelle tempo viviam em muito aperto, e eram a imagem da pobreza. Assim o declarou o fiscal da Faculdade num parecer, que move a compaixão, apresentado em Conselho de 14 de julho de 1855. Representou-se na mesma data ao Governo sobre tão lamentavel estado, e pediram-se-lhe providencias e recursos extraordinarios contra o mal que já então se avisinhava. A petição teve despacho favoravel. Em 25 e 31 de agosto foram expedidas duas portarias em que se ordenavam as providencias desejadas.

No principio do outomno a epidemia ameaçava Coimbra. O governo tomou a acertada resolução de não permittir que se abrisse a Universidade em outubro, e deu as suas instrucções ao governador civil a fim de se aprestar para conjurar o mal. Na cruzada contra os impetos da cholera coube á Faculdade de Medicina o posto de honra na vanguarda das operações. Por iniciativa d'esta Faculdade mandaram-se apromptar algumas enfermarias do antigo hospital da Conceição para servirem de hospital de cho-

[1] O parecer da maioria da Faculdade e o voto em separado sobre quarentenas não ficaram transcriptos no livro das actas; mas acham-se impressos na collecção de documentos, que o Conselho de Saude Publica do Reino publicou por aquella epocha, e no *Breve relatorio da cholera morbus em Portugal nos annos de 1855 e 1854*, feito pelo mesmo Conselho, Lisboa, 1855, pag. 76 e seguintes.

lericos. Em conselho de 15 de outubro nomearam-se por accordo com o prelado os vogaes a quem se havia de encarregar a directoria. No dia 18 foi discutido e approvado o regulamento respectivo. Accudiu a Sancta Casa da Misericordia com os auxilios de camas e roupas; cooperaram as auctoridades administrativas no prompto expediente de todas as providencias; e tão diligentes foram os esforços dos que trabalharam nesta humanitaria empreza, que, quando no dia 20 appareceu á porta do hospital o primeiro doente tomado de cholera, tudo estava em boa ordem para se lhe prestarem immediatos soccorros.

A epidemia durou em Coimbra desde 14 de outubro até ao meado de dezembro. Como então parecesse ter cessado totalmente, mandou o Governo abrir a Universidade no principio de janeiro de 1856. Houve ainda alguns receios de que se protrahisse a doença; mas desvaneceram-se felizmente, e o hospital dos cholericos fechou-se em 12 de fevereiro. Não quiz a fortuna que estivesse fechado por muito tempo; em agosto reappareceu a cholera, e com ella o desalento pela escassez das colheitas, e a horrorosa perspectiva de um anno de fome! A Faculdade de Medicina, receosa de nova epidemia, tinha providenciado em congregação de 19 de julho sobre a directoria do hospital dos cholericos; por isso, quando o flagello se fez sentir pela segunda vez, achou em vigilancia os que logo lhe affrontaram os perigos. Foi impetuosa e aterradora a invasão do mal. Nos dias 8, 9 e 10 de setembro attingiu a maxima violencia, e levou o susto e o receio a todos os pontos da cidade. Luctaram corajosamente contra o incendio da cholera os facultativos encarregados dos soccorros domiciliarios. Lá succumbiu na refrega o sextanista de Medicina Candido Francisco Lopes Lobão! Mas onde o combate se travou com mais ardor, onde a dedicação chegou aos extremos de abnegação, foi no hospital dos cholericos, dirigido por um dos vogaes da Faculdade de Medicina. Bem succedidos foram pela maior parte tantos e tão intrepidos esforços. Arrancaram-se á morte muitas victimas, que já pareciam desamparadas da vida; converteram-se em expansões de jubilo as lagrimas que a ponto estiveram de carpir a orphandade e a viuvez. A epidemia entrou em phase de declinação depois do meado de setembro; foi diminuindo successivamente de modo, que na entrada de novembro se considerou de todo extincta. O esquecimento, companheiro favorito da ingratidão, pode trancar o cofre das graças e

das recompensas devidas aos que se arriscaram na lucta; mas jámais conseguirá escurecer os serviços relevantissimos que a Faculdade de Medicina e os seus delegados prestaram a Coimbra durante a oppressão das duas ultimas epidemias de cholera [1].

A classe dos substitutos extraordinarios tinha sido restabelecida, e augmentada a dos substitutos ordinarios nas faculdades de Medicina e Philosophia pelas cartas de lei de 19 de agosto de 1853 e 11 de junho de 1855. Pelas disposições da primeira ficou tambem restabelecido o methodo de concurso publico para o provimento

[1] Na primeira epidemia foram nomeados directores do hospital dos cholericos os srs. drs. Macedo Pinto e Costa Simões. O primeiro providenciou sobre a installação do hospital, apresentou os regulamentos que foram approvados pela Faculdade, organisou o serviço das enfermarias e mais officinas, e continuou na directoria até 25 de novembro de 1855; o segundo proseguiu na mesma ardua occupação até ao fim da epidemia. Prestaram então valiosos serviços clinicos os srs. João Henriques de Moraes Callado e Manuel José de Freitas, facultativos externos do hospital; e, como clinicos internos e permanentes, desempenharam com desvelo as suas obrigações os srs. João Francisco Correia Leal e Frederico Ribeiro dos Santos, estudantes do quinto anno de Medicina. Exerceu o cargo de cirurgião externo o sr. dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, cuja boa vontade e prestimosa aptidão para todos os serviços da sua competencia o tornaram merecedor de muito elogio. Os dous directores concluiram os trabalhos da sua commissão relatando a historia da epidemia num opusculo que imprimiram, e cujos exemplares já hoje são raros. Alli expozeram com a necessaria individuação tudo quanto pode desejar-se em escriptos d'aquella ordem.

Quando appareceram receios de segunda epidemia, designou a Faculdade para dirigir o hospital o sr. dr. Barjona, que recusou o encargo. Offereceu-se para continuar na directoria o sr. dr. Costa Simões; veiu porém a servir o sr. dr. Cezario, que prestou relevantes serviços não só como director, mas tambem como clinico. O sr. dr. Ignacio desempenhou alternadamente os cargos de cirurgião interno e externo. Na qualidade de clinicos internos funccionaram dous quintanistas de Medicina, o sr. Antonio Maria da Cruz, actual medico do partido de Obidos, sómente por dezoito dias, e o sr. dr. Lourenço d'Almeida Azevedo desde o principio da epidemia até á entrada de novembro, em que se reputava quasi extincta. Este insigne professor da Faculdade de Medicina não se esquivou ao noviciado medico em posto de tanto risco; alli deu provas indubitaveis da sua vocação; alli iniciou com muita distincção os trabalhos da sua extensa praxe.

Acabada a epidemia, foi publicado o relatorio clinico e economico do hospital dos cholericos. Ha neste relatorio quatro tabellas do movimento do hospital, feitas pelo sr. dr. Albino Augusto Giraldes, que então cursava o terceiro anno medico, e hoje é distincto professor da Faculdade de Philosophia,

dos logares do magisterio na Universidade. Obtiveram approvação no primeiro concurso que se abriu em Medicina, e sahiram despachados por decreto de 14 de fevereiro de 1855 os drs. Antonio Joaquim Ribeiro Gomes d'Abreu e Callisto Ignacio d'Almeida Ferraz. Pouco depois, alguns professores, que tinham encanecido no serviço da Faculdade, aproveitando as concessões equitativas da carta de lei de 17 de agosto de 1853, pediram e alcançaram a jubilação. Para as vacaturas que deixaram estes e outros professores, que successivamente foram jubilando, entraram, precedendo concurso, os vogaes de que na actualidade se compõe a maior parte da Faculdade de Medicina. Por decreto de 4 de janeiro de 1859 foram despachados para as tres substituições extraordinarias os drs. Francisco Antonio Alves, Lourenço d'Almeida Azevedo e Antonio d'Oliveira Silva Gaio. As promoções, que logo se seguiram, deixaram dous logares vagos; foi provido num, por decreto de 2 de outubro de 1860, o dr. Bernardo Antonio Serra de Mirabeau, e noutro o dr. Manuel Pereira Dias por decreto de 6 de dezembro do mesmo anno.

Na cadeira de pathologia geral dava-se tal accumulação, que o respectivo professor não podia explicar, como convinha, muitas materias, em cujo conhecimento se haviam de fundar estudos medicos posteriores. Por vezes representou a Faculdade de Medicina desde 1853 sobre a necessidade de se instituir pelo menos mais uma cadeira para o ensino da clinica cirurgica. Mas as representações não conseguiram excitar nos poderes do estado o mesmo interesse que a Faculdade nutria pela instrucção de seus alumnos. Continuou pois a practica da cirurgia, durante dez annos, em limites tão apertados como sempre estivera. No entretanto o lidar incessante pela sciencia produzia fructos copiosos. A stoechiologia, a histologia e outras secções da anatomia geral tinham tomado tal incremento, que já se podiam considerar como ramos especiaes das sciencias medicas; os estudos a respeito da influencia nervosa, da composição do sangue, e da procedencia e destino das materias glycogenicas ampliavam a physiologia consideravelmente; e as investigações sobre o desinvolvimento e mais particularidades dos productos morbidos enriqueciam a anatomia pathologica, e preparavam elementos para o desenlace de problemas havidos por insoluveis em pathologia externa e interna.

A Faculdade de Medicina foi acompanhando o progresso da sciencia e introduzindo no ensino os recentes descobrimentos; chegou porém a ponto de não poder accommodar nas dez cadeiras, que então regia, o accrescimo successivo de materias. O estudo das sciencias medicas exigia a creação de novas cadeiras. Solicital-as, mostrando ao governo as necessidades da instrucção, era dever, embora parecesse impertinencia. Não omittiu nem adiou a Faculdade o cumprimento d'aquelle dever. Tendo discutido pausadamente o parecer de tres vogaes, commissionados para apresentarem um projecto de reforma, approvou e dirigiu ao Governo, em março de 1861, especificada consulta, em que sobresahia a comparação entre o progresso da sciencia e o estudo do ensino medico da Universidade. No fecho da consulta, e como consequencia do que nella se continha, repetiram-se as instancias para qué fossem creadas novas cadeiras. Estas e outras instancias antecedentes, relativas á nomeação de preparadores, que auxiliassem nas demonstrações experimentaes, e augmentassem as collecções dos gabinetes, foram attendidas passados dous annos. A Faculdade póde desde então distribuir as materias e alargar os programmas convenientemente, como em breve diremos.

Se as repetidas consultas e petições dirigidas ao Governo dão testemunho irrecusavel do zelo com que a Faculdade de Medicina tem promovido o engrandecimento dos estudos medicos, as deliberações particulares em materia da sua alçada, tendentes a aperfeiçoar o ensino e a melhorar os estabelecimentos, mostram o empenho que ella tem de conservar o seu bom nome e de augmentar os creditos adquiridos. Citaremos para comprovar o asserto os seguintes factos, que pela ordem chronologica dos successos a proposito lhes vem o cabimento no remate d'este capitulo.

Pretendia-se em 1860 que a ultima edição do Codigo Pharmaceutico Lusitano não fosse considerada pharmacopeia legal do reino. Foi a Faculdade de Medicina rogada para dar ao Governo informação desfavoravel a respeito do citado Codigo. A Faculdade, superior a extranhas suggestões, informou conforme a sua dignidade e o seu dever lhe indicavam; mas, porque parecia desairoso que não tivesse produzido desde 1794 additamento, reforma ou novo projecto de pharmacopeia, como os Estatutos lhe determinavam, começou a intender no modo de se desempenhar d'esta obrigação.

Tomou sobre si a composição d'uma pharmacopeia o vogal dr. Francisco Fernandes da Costa, professor respeitabilissimo, de cuja competencia não havia duvidar. Animou o Governo com louvores a resolução d'aquelle benemerito professor. A obra, ainda que demorada, porque outras occupações de serviço publico entretiveram o seu auctor, chegou por fim a termo desejado, e numa das primeiras congregações do anno lectivo de 1867 para 1868 foi presente ao conselho da Faculdade de Medicina o volumoso manuscripto em que se continha a pharmacopeia ou projecto do codigo pharmaceutico. Embaraços supervenientes lhe tem demorado o exame pela respectiva commissão. Com quanto lhe falte ainda a publicidade pela imprensa, nem por isso deixaremos de reconhecer os serviços prestados em obra de tanto folego.

Tiveram mais prompto expediente outras obras scientificas, em cuja execução a Faculdade empenhou dous de seus membros. Foi a primeira um tractado elementar de physiologia, contendo os recentes progressos da sciencia, e idoneo para servir de texto nas aulas. A composição d'esta obra coube ao professor dr. A. A. da Costa Simões, que a levou a cabo sob um plano inteiramente novo e de modo a facilitar o estudo da histologia juntamente com o da physiologia geral. É o compendio por onde se dirigem ainda hoje os alumnos nas duas cadeiras de physiologia. Devem-se ao professor, actualmente jubilado, dr. J. F. de Macedo Pinto alguns livros, escriptos pela mesma epocha, para lição de seus discipulos. Logo que subiu a cathedratico completou uma obra de Medicina legal, de que tinha publicado sómente o primeiro volume o professor da Eschola Medico-Cirurgica do Porto, J. P. Furtado Galvão. Escreveu depois um grosso tractado de toxicologia, com o que preencheu grande lacuna. E como a Faculdade o dispensasse da regencia da sua cadeira para se applicar á composição d'outras obras, entregou á estampa um tractado de hygiene publica, e outro de policia hygienica, as producções de maior valia que sobre taes materias possue Portugal.

Os escriptos dos dous citados professores foram apreciados com merecido elogio dentro e fora do reino. Serão sempre titulo de gloria para seus auctores, e honroso padrão para a Universidade em que professam.

CAPITULO XI

De 1863 a 1872.—Ampliação dos estudos medicos.—Viagens scientificas.—Estabelecimentos.—Promoções.—Estado actual.

A carta de lei de 26 de maio de 1863 realisou os melhoramentos, a que aspirava a Faculdade de Medicina, havia dez annos. Creou-se então uma cadeira de anatomia pathologica, e outra de histologia e physiologia geral. Com o augmento das duas cadeiras accresceu tambem uma substituição ordinaria, e o quadro da Faculdade ficou composto de doze cathedraticos, seis substitutos ordinarios e tres extraordinarios. Éste successo, postoque natural e consentaneo ao aperfeiçoamento da instrucção, não deixa todavia de assignalar uma epocha notavel nos fastos do ensino medico em Portugal. Permittiu elle a desaccummulação dos ramos da sciencia, facilitou o desenvolvimento dos estudos theoricos, e deu motivo para se tomarem outras providencias, que melhorassem o serviço das demonstrações experimentaes.

Distribuir as materias do curso e coordenar a successão dos estudos medicos era negocio regulamentar, que o decreto de 20 de setembro de 1844 tinha commettido á Faculdade de Medicina. Não se descuidou ella de preparar com antecipação logar idoneo para as novas cadeiras. Antes de findar o anno lectivo em julho de 1863 tractou de dar melhor collocação a algumas disciplinas e de fixar a ordem das leituras para o anno immediato. A cadeira de histologia, na qual se desaccumulavam muitas generalidades de anatomia, e toda a physiologia geral, bem se accommodava no primeiro anno juntamente com a de anatomia descriptiva. Não era porém facil achar accommodação conveniente para a cadeira de anatomia pathologica. Depois de larga discussão a respeito do

logar que lhe competia e das disciplinas que lá se deviam agrupar, decidiu o conselho da Faculdade que ficasse provisoriamente no quinto anno, e que, para commodidade e aproveitamento dos alumnos, se tivessem as lições de anatomia pathologica em dias alternados com as de medicina legal.

A necessidade tinha suggerido a alternação das aulas, em duas cadeiras sómente, como ensaio e recurso transitorio; mas a experiencia advertiu logo que era mister regular os estudos de modo, que em todas as cadeiras houvesse lição diaria. Deu-se pois no anno seguinte nova disposição ás cadeiras e materias do curso medico. Reuniu-se a toxicologia com a anatomia pathologica, e foi collocada no terceiro anno a cadeira destinada ao ensino de ambas as disciplinas. No mesmo anno ficaram, como d'antes estavam, as cadeiras de materia medica e pharmacia, e de pathologia geral e cirurgica. Pareceu a principio cousa desproporcionada a concentração no mesmo anno de tantos e tão importantes ramos da sciencia. Receou-se que os alumnos não podessem satisfazer aos encargos de tres lições diarias, sobrepesados ainda com a assistencia numa das aulas de clinica. Felizmente os receios em breve se desvaneceram, e a practica de oito annos continúa demonstrando que foi acertado aquelle alvitre. Ter-se-hiam pela mesma occasião ampliado os exercicios de clinica cirurgica, se outros respeitos não obrigassem a conservar sem alteração a cadeira de partos, que era de todas a mais alliviada. Removeram-se com o andar do tempo alguns embaraços, que impeciam a innovações vantajosas, e em 1870 attingiu o ensino medico da Universidade o desenvolvimento theorico e practico com que hoje floresce.

Em 28 de junho de 1864 tinha sido referendada a carta de lei que instituiu junto da Faculdade de Medicina quatro logares de preparadores para servirem nos gabinetes de anatomia normal, de anatomia pathologica, de histologia e physiologia geral, e de chimica medica. Esta liberalidade, que foi o complemento de providencias anteriores, parecia proporcionar á Faculdade de Medicina o pessoal ministrante para desenvolver os trabalhos experimentaes e augmentar as collecções de preparados anatomicos. Antes de examinarmos se a instituição dos preparadores tem correspondido á expectativa geral e ás previsões do Governo, importa que tractemos primeiro de outro assumpto, que, se não foi consequencia, ao menos foi facto relacionado com aquella medida.

Havia mais de cincoenta annos que de Coimbra tinham sahido dous oppositores de Medicina, incumbidos de colherem larga instrucção nas academias extrangeiras, e de importarem os aperfeiçoamentos que se coadunassem com a indole do ensino medico da nossa Universidade. A guerra que por aquelle tempo assolava quasi toda a Europa, a invasão franceza e a perturbação resultante do conflicto geral frustraram todo o proveito que se esperava de taes commissões, como em seu logar relatamos. Em quanto durou a guerra contra extranhos e o flagello das discordias civis, que depois lhe succedeu, nunca mais nos lembraram as viagens scientificas. Mas, depois que o regimen constitucional adquiriu estabilidade, quando a instrucção publica começou a levantar-se da decadencia em que jazia, tornou-se indispensavel explorarmos o andamento das sciencias medicas em outras nações. Por vezes ponderou o Conselho da Faculdade que muito convinha mandar a França e a Allemanha um dos vogaes para estudar os progressos scientificos nas escholas de maior nomeada. Em 1858 chegou a occupar-se d'este negocio com decidido empenho; como porém já por aquelle tempo se tractava da creação de novas cadeiras, e como tudo indicava que o Governo assentiria aos desejos da Faculdade, adiou-se para melhor conjunctura a requisição dos meios necessarios para uma viagem scientifica.

Effectivamente a demora em nada prejudicou. Logo que os encargos do magisterio se distribuiram por maior numero de professores, e que se fixou a extensão que devia ter o ensino dos diversos ramos da sciencia, voltaram-se as attenções para a citada viagem, e de bom grado a protegeu o governo facultando os subsidios indispensaveis.

Nas escholas extrangeiras havia muito que estudar, muito em que se occupasse a diligencia de qualquer commissionado zeloso; mas, como não poderia attender a tudo, nem executar um programma de commissão vasto, pomposo e extensivo a todos os ramos das sciencias medicas, importava especificar-lhe os pontos em que de preferencia se devia entreter, e modelar as instrucções pelo que era de urgencia e de immediato interesse para o ensino. As observações microscopicas e os trabalhos de physiologia experimental tinham revelado muitos segredos da organisação, e eram o fundamento de verdades scientificas para que debalde se procurava demonstração por outros meios. Lá fóra os cultores da

sciencia acertavam fazer as preparações de modo tal, que pareciam alcançar quanto desejavam, e demonstrar quanto promettiam. Em Coimbra não se podiam levar os preparados a similhante perfeição, apezar dos esforços do habil empregado que servia de preparador, e que em largos annos de serviço nos estabelecimentos da Faculdade tinha adquirido grande pericia em trabalhos anatomicos e physiologicos. Sentia-se portanto a necessidade de se estudarem nos amphitheatros extrangeiros os processos practicos por onde se effectuavam nitidamente as demonstrações experimentaes. Os aperfeiçoamentos neste sentido eram indispensaveis não só para utilidade do ensino, mas tambem porque do microscopio se julgava pendente a resolução das grandes questões anatomicas e pathologicas, em que se interessavam, seguindo ideias contrarias, as escholas de França e de Allemanha. Demais, como se tinha instituido uma cadeira consagrada ao ensino da histologia e da physiologia experimental, pediam os creditos da Faculdade que se não illudisse a lei, e que se illustrasse o estudo d'aquellas materias com o possivel desenvolvimento practico.

Deprehende-se pois que os trabalhos de microscopia e de physiologia experimental deviam entrar, como parte obrigada, nas instrucções por onde se havia de regular o vogal encarregado da viagem scientifica. E, como estivessem concordes neste ponto os membros da Faculdade, do mesmo modo concordaram em que se devia incumbir a commissão ao professor de histologia e de physiologia geral, dr. Antonio Augusto da Costa Simões, em quem todos reconheciam os predicados necessarios não só para colher fructos copiosos das escholas extrangeiras, mas tambem para os reproduzir e tornar sazonados em Coimbra. Entendeu-se egualmente que convinha aggregar ao citado professor o empregado que lhe servia de preparador interino, Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, para que na practica das escholas extrangeiras se aperfeiçoasse em trabalhos experimentaes. E como este empregado se recommendava tambem pela dextreza e habilidade manual em medicina operatoria, habilidade que lhe tinha grangeado merecida reputação, julgou-se de proveito accrescentar-lhe os encargos com a obrigação de seguir os cursos de clinica cirurgica, e de estudar practicamente os processos delicados da medicina operatoria e os recentes progressos d'este ramo da sciencia. Levaram-se ao conhecimento do Governo os projectos approvados pelo Conselho da Fa-

culdade. Em 18 de agosto de 1864 respondeu o ministro do reino com a portaria que nomeava o professor Antonio Augusto da Costa Simões para ir com o respectivo preparador aos paizes extrangeiros exercitar-se nas materias da sua cadeira, observando as instrucções appensas á mesma portaria [1].

Sahiram do reino os commissionados, e tomaram a direcção de Pariz, aonde chegaram em 22 de dezembro de 1864. Assentaram de alli se demorar, e de inaugurar alli os trabalhos da sua commissão. Foi acertado este alvitre, porque a luz recebida naquelle vasto foco de actividade scientifica habilitou-os para melhor conhecerem e apreciarem o que se passava nas outras escholas. Seguiram pois naquella cidade os cursos de histologia e de physiologia experimental; e, quando tiveram o desengano de que os professores de maior nomeada tambem por lá se viam em difficuldades para levarem a cabo as demonstrações practicas, e de que nem todas as preparações e experiencias lhes sahiam com a nitidez inculcada nos livros e no desenho das estampas, levantaram de Pariz, e deixaram a França para continuarem a viagem ás mais celebres Universidades de outras nações.

Visitaram as escholas de Medicina da Belgica e da Hollanda. Mas, como as intrucções de viagem assignavam encargos communs e especiaes a cada um dos commissionados, separaram-se então e proseguiram na derrota em sentido diverso. O preparador Costa Duarte, que aproveitára o ensejo de se doutorar em Bruxellas, partiu de Amesterdam para Berlim, onde se applicou a algumas particularidades da sua commissão. Voltou ainda a Pariz, e de lá

[1] Eis o que se contem nas instrucções indicadas pela Faculdade, e formuladas na Direcção Geral de Instrucção Publica.

1.ª A viagem scientifica do lente da Faculdade de Medicina, o dr. Antonio Augusto da Costa Simões, verificar-se-ha aos principaes estabelecimentos technicos de Pariz, Londres e Allemanha.

2.ª O dr. Antonio Augusto da Costa Simões será acompanhado pelo preparador de anatomia, Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, devendo este executar os methodos e processos das novas e delicadas operações, filhos do progresso cirurgico, e apreciar os seus resultados.

3.ª De tres em tres mezes o dr. Costa Simões dará conta ao Governo e á Faculdade do estado dos seus estudos, trabalhos e observações relativas á commissão de que é encarregado.

4.ª A viagem scientifica durará um anno para os dous commissionados; podendo ser prolongada mais algum tempo a do lente Costa Simões, se o Governo assim o entender necessario. Secretaria d'Estado etc.

sahiu para Portugal em 24 de junho de 1865. O professor Costa Simões dirigiu-se Rheno acima; deteve-se nas cidades de Bonna, Geissen, Wrzburgo, Heidelberg, Strasbugo e Zurich, e em todas apreciou a organisação dos estudos medicos, com especialidade os de histologia e physiologia experimental. Encaminhou-se depois para Munich, Vienna de Austria e Berlim, e nesta ultima capital estudou por algumas semanas certas especialidades com os preparadores de melhor nome. De volta para Pariz tocou em Gœttinga, celebre pela sua afamada eschola de Medicina. Tendo emfim passado o anno de 1865 em continuas fadigas scientificas, como lhe não prolongassem o tempo da commissão para visitar as Universidades de Inglaterra e de Italia, regressou ao reino e a Coimbra depois de meado dezembro d'aquelle anno.

Dispensam-nos de maiores noticias, attinentes á viagem, os relatorios impressos em 1866, em que se contem especificada menção dos estudos e mais trabalhos emprehendidos pelos dous viajantes [1]. Cumpre-nos porém averiguar quaes os resultados da commissão, e referir os serviços, que depois prestaram os commissionados no exercicio das suas occupações academicas juncto da Universidade. Mas, como tem relação com os melhoramentos de alguns gabinetes o que sobre este particular havemos de expôr, dar-lhe-hemos logar mais conveniente quando tractarmos dos estabelecimentos.

As primicias da viagem foram tão satisfactorias, que pouco depois deram motivo para se tentar e auctorisar segunda. O dr. Ma-

[1] *Relatorios d'uma Viagem Scientifica por A. A. da Costa Simões*, etc. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, 4.° de 90 pag. Contem este opusculo os relatorios trimensaes que as instrucções para a viagem recommendavam ao professor commissionado. Acham-se alli designados — o roteiro que seguiram os viajantes, os cursos que frequentaram, a noticia dos estabelecimentos de histologia e de physiologia experimental, que visitaram, com a indicação dos methodos de ensino em cada um, os nomes dos professores e preparadores e com a relação dos instrumentos que possuem, etc. etc. Nas paginas 40, 55 e seguintes vem tambem a descripção do laboratorio ou gabinete de histologia e physiologia experimental de Coimbra, e a enumeração dos instrumentos e apparelhos que já naquelle tempo possuia o mesmo gabinete.

Completa os relatorios trimensaes um appendice, em que se expõe o systema geral do ensino medico em França, Belgica, Allemanha e Portugal; e termina o opusculo pela exposição das reformas que o auctor julga convenientes na Faculdade de Medicina e pela publicação da portaria de 18 de agosto de 1864 e mais peças officiaes relativas á viagem.

nuel José da Silva Pereira, substituto esperançoso da Faculdade de Medicina, e peito audaz para grandes commettimentos, pediu e obteve a concessão de ir estudar á sua custa os progressos da sciencia e a organisação do ensino medico nas escholas da America. Em 14 de dezembro de 1868 sahiu a barra de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro, onde contava demorar-se e seguir depois para os Estados do Norte. Tomou-o a febre amarella na capital do Brazil; lá se finou no vigor da edade e com elle as esperanças de prestantes serviços. Empenhou-se pouco depois a Faculdade de Medicina por alcançar do Governo o costumado subsidio para nova viagem. O seu empenho foi justo e louvavel; aspirava a remediar uma grande necessidade como tornará evidente o que vamos referir.

Anteviam-se prosperos successos já no ensino experimental, já no engrandecimento dos gabinetes, quando por lei foram creados quatro logares para preparadores junto da Faculdade de Medicina. Ninguem duvidava de que as demonstrações e todo o serviço de practica adquirisse desde então notaveis melhoramentos. Aconteceu porem falharem as previsões, porque as prosperidades que a lei promettia foram illididas e contrariadas pelo programma para o primeiro concurso. A lei presuppunha que seriam providos nos logares funccionarios adextrados no serviço das preparações, homens habituados ao trabalho assiduo dos laboratorios; o programma, nimiamente escrupuloso nas habilitações dos pretendentes, impoz-lhes a clausula de um curso completo de instrucção medica, e excluiu do concurso todos os que não tivessem aquella habilitação, embora fossem peritos consumados na arte de preparar. Limitado por este modo o concurso aos doutores, bachareis formados e medicos-cirurgiões, era consequencia quasi necessaria que jámais lidariam nos estabelecimentos preparadores, que correspondessem ao nome e encargos do officio; porque, a não ser para lhe succarem os proventos, como prebenda de tresentos mil réis, só por excepção singular se poderia achar quem consumisse o melhor da vida a formar-se em Medicina para depois se entregar ao serviço asqueroso, repellente e insalubre das dissecções cadavericas, etc.

A Faculdade de Medicina, que fôra consultada sobre as bases para um regulamento, tinha dado outras indicações, e já então apontara a conveniencia de se proverem nos logares individuos com habilitações technicas e educados no tracto dos gabinetes. Só alli

se adquire a instrucção practica, só alli se podem formar bons preparadores. Lembrou a Faculdade que serviam nos estabelecimentos tres empregados habilissimos e adextrados pelo tirocinio de longos annos nos trabalhos de preparações chimicas, anatomicas e physiologicas. Pediu, que, para utilidade do ensino, recahissem nestes empregados as primeiras nomeações. O despacho que o Governo deu á petição foi mandar abrir concurso para os quatro logares de preparadores segundo o prgramma publicado no *Diario do Governo* de 19 de outubro de 1864.

Concorreu um doutor, que obteve collocação no gabinete de chimica medica. Dos tres empregados, que a Faculdade propoz, foi nomeado preparador de histologia e de physiologia experimental aquelle que exercia o logar interinamente, porque, tendo recebido na Belgica o gráu de doutor em Medicina, habilitou-se para exercer a clinica no reino, e pôde por isso ser admittido a concurso. Fizeram em seguida opposição dous bachareis aos dous logares de preparadores de anotomia normal e pathologica, e foram ambos despachados como pretendiam; mas um despediu-se do emprego passados cinco dias, o outro tambem o largou no fim de dous annos. Desde então nunca mais appareceu quem solicitasse aquelles logares. Instou a Faculdade com o Governo para que não exigisse dos candidatos tão subidas habilitações. Replicou o Governo que se abrisse novo concurso em conformidade com o programma, e assim se fez.

Correu o prazo marcado, e nem um só concurrente se apresentou. Era evidente que nenhum facultativo do reino se prestava a servir. Por este motivo pediu-se auctorisação para se contractar em França ou em Allemanha um preparador que trabalhasse nos gabinetes de anatomia normal e pathologica, e que accumulasse os vencimentos d'um e outro logar. Assentiu o Governo ao pedido, e sem demora diligenciou a Faculdade a acquisição d'um preparador extrangeiro. Baldadas foram porém as diligencias: nem em França nem em Allemanha se encontrou um preparador que quizesse vir para Coimbra. Parece que sinistra influencia arredava da Universidade quem podesse occupar-se nas preparações de anatomia. Os logares continuaram desprovidos; o ensino resentia-se da falta de demonstrações, e muitas peças, que deveriam enriquecer os gabinetes, iam com outros despojos para a valla do cemiterio. Nestas circumstancias deliberou a Faculdade que um dos seus mem-

bros fosse a Pariz exercitar-se nos trabalhos de preparações anatomo-pathologicas e instruir-se nalgumas particularidades, verdadeiros segredos da arte, que só com a practica se podem aprender. O vogal commissionado devia depois ensinar e dirigir em Coimbra as preparações no gabinete de anatomia pathologica, e habilitar para o serviço empregados de segunda ordem, pagos pela folha do expediente. Deu-se conta ao Governo das resoluções tomadas, e pediu-se-lhe que coadjuvasse com os meios necessarios viagem de tanto proveito. Prometteu o Governo a ajuda de custo indispensavel; mas o ruim sestro, que tanto tem obstado ao provimento dos preparadores, mais uma vez mollogrou os esforços da Faculdade. Quando se tractava dos aprestos para a viagem, cahiu o ministerio, e os ministros que lhe succederam recusaram o subsidio promettido.—Os logares ahi permanecem vagos; as demonstrações anatomicas vão-se remediando como é possivel; mas as collecções de preparados, que deviam ter augmentado, estacionaram, e os gabinetes acham-se nas circumstancias que vamos descrever.

Hospitaes, dispensatorio pharmaceutico e theatro anatomico foram os primeiros estabelecimentos que a Faculdade de Medicina possuiu depois da Reforma de 1772, e os unicos que por muito tempo lhe attrahiram os cuidados, como temos referido. Completaremos a noticia d'estes, e fallaremos dos que posteriormente se fundaram desde a sua origem até o presente.

Relatámos no capitulo antecedente como a Faculdade de Medicina conseguiu transferir o hospital dos aposentos que lhe destinara o Marquez de Pombal para o edificio do Collegio das Artes. Emquanto a administração economica continuou a cargo da Faculdade, emprehenderam-se muitas bemfeitorias, que logo se reflectiram nos creditos do estabelecimento. Os lentes de clinica, a quem por lei competia a direcção durante o tempo lectivo, prestaram optimos serviços, promovendo a acquisição de roupas e d'outras alfaias, de que muito carecia o novo hospital, e concorrendo para os successivos melhoramentos da casa. Não foi porem menos valiosa a efficaz cooperação dos substitutos, que nos dous mezes de ferias grandes ficavam incumbidos da directoria. O dr. A. A. da Costa Simões, em quanto substituto, foi o primeiro que iniciou obras importantes, construindo no collegio de S. Jeronymo a vis-

tosa sala em que esteve por muito tempo a aula de clinica de mulheres. Seguiu-lhe o exemplo o dr. Lourenço d'Almeida Azevedo, que, alcançando do Brazil o donativo de quinhentos e quarenta mil réis, embellezou as duas enfermarias, onde estiveram as aulas de clinica medica e cirurgica de homens. Finalmente o dr. Filippe do Quental, que por tres vezes teve o cargo de director, fez sentir a sua actividade em todo o hospital, já reformando o material das officinas existentes e construindo outras de novo, já regulando as obrigações dos empregados e dando melhor ordem ao expediente do serviço.

As obras de arte, que as circumstancias pediam, e que pouco e pouco se iam realisando, melhoravam por certo as condições hygienicas do estabelecimento; mas se continuassem desligadas umas das outras, adstrictas ás necessidades occasionaes, sem risco geral e sem unidade, acabariam finalmente por tornar o edificio desengraçado por fóra, irregular e mal repartido por dentro. Atalhou a Faculdade a similhante inconveniente, resolvendo que se formasse um plano completo de hospital, accommodado ás exigencias locaes e ao decoro da Universidade, e que as obras futuras se regulassem ponctualmente pelo desenho do plano approvado. Ao vogal dr. A. A. da Costa Simões, que já tinha estudos sobre a materia, foi commettido o encargo de organizar o plano do hospital. De modo como se desempenhou da incumbencia dá testemunho manifesto a excellente Memoria que apresentou e foi approvada em Conselho da Faculdade. Resumiu alli a historia dos hospitaes que tem havido em Coimbra; traçou em conformidade com os preceitos da sciencia o plano architectonico que importava realisar no Collegio das Artes; e esclareceu a exposição verbal com o desenho das plantas e alçados para a obra [1].

[1] *Projecto de Reconstrucção do Hospital do Collegio das Artes por A. A. da Costa Simões.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, 4.° grande, 16 pag. e 14 estampas lithographadas.

A primeira estampa contem a planta do hospital de Rotterdam e a do hospital Lariboisière de Pariz. O sr. dr. Costa Simões modelou a projectada reconstrucção pelos typos d'aquelles dous hospitaes. O seu *Projecto* foi submettido ao exame d'uma commissão, que o adoptou, e como seu o apresentou ao Conselho da Faculdade em congregação de 5 de outubro de 1869, mostrando-se por essa occasião inclinada a que se accrescentassem em cada enfermaria, sendo possivel, duas camas ás que mencionava o *Projecto*. A Faculdade approvou plenamente o parecer da commissão.

Em quanto o lyceu permanecesse sob o mesmo tecto que abrigava o hospital, não se podia começar a execução do projecto. Já por vezes se tinha reflectido quanto convinha passar o lyceu para onde estivesse sem dependencias e melhor avisinhado; mas a falta de accommodações em outras casas, e o grosso dispendio que exigia a construcção de aulas espaçosas, justificavam a conservação dentro do mesmo edificio de dous estabelecimentos que reciprocamente se prejudicavam. O remedio, que pedia tão instante necessidade, appareceu quando menos se esperava. O arrendatario, que occupava o Collegio de S. Bento, cedeu em 1869 dos direitos que nelle tinha, mediante as condições a que o Governo satisfez [1]. Deu-se logo ao edificio nova disposição interior. As cellas, outr'ora habitadas pelos monges, tranformaram-se em amplas salas; effectuaram-se ao mesmo tempo outras obras indispensaveis, e em 1870 alli se installou, e continuou depois a funccionar o lyceu. Desde então a vasta casaria do antigo Collegio das Artes ficou inteiramente sob a directoria e administração dos hospitaes.

Coincidiu este facto no mesmo anno com outro de muita importancia, qual foi o da publicação do regulamento para a execução da lei, promulgada quatorze annos antes, que alliviava a Faculdade de Medicina da administração economica dos hospitaes da Universidade. O Governo nomeou para administrador o dr. A. A. da Costa Simões, que principiou a exercer o cargo no 1.º de julho de 1870. Em boa ordem e em circumstancias que já se podiam chamar prosperas lhe entregou a Faculdade o estabelecimento, que duas vezes ella tinha installado em casas differentes, e que no decurso de noventa e seis annos, em tempos calamitosos, e através de mil difficuldades, ella tinha dirigido gratuitamente e com tanto zelo, que, para lhe sustentar os creditos nas occasiões de maiores crises, não duvidaram os directores tomar sobre si pesada responsabilidade.

A iniciativa do novo administrador não tem cessado de promover as prosperidades do estabelecimento. Logo nos primeiros dias da sua administração reformou o pessoal, deu nova ordem ás enfermarias, e estabeleceu o serviço em conformidade com o regula-

[1] Para que se realisasse o contracto de cedencia do collegio de S. Bento concorreu efficazmente o sr. José de Moraes Pinto d'Almeida, que no parlamento e fóra d'elle muito se tem interessado pelos hospitaes da Universidade.

mento de 22 de junho de 1870. E, como obtivesse meios pecuniarios para outros melhoramentos, emprehendeu as primeiras obras de arte segundo o plano approvado, algumas das quaes vemos já hoje concluidas. Tudo revela que a intelligente direcção de tão desvelado administrador corresponderá aos votos da Faculdade e á confiança do Governo, e que a sua actividade conseguirá transformar o antigo collegio de humanidades num dos melhores hospitaes do reino. Praza a Deus que assim aconteça, e que ao cabo de tantas fadigas decretem os poderes do Estado a recompensa devida a tal funccionario, já que não tiveram uma palavra de reconhecimento para galardoar os bons serviços dos antigos directores.

O dispensatorio pharmaceutico, que em 1822 chegou á beira de completa ruina, seguiu depois com pequena differença as mesmas phases por que passaram os hospitaes. Quando em 1858 eram já sensiveis os melhoramentos nas enfermarias do Collegio das Artes, tambem no dispensatorio, que já então estava incumbido ao actual administrador, Candido Joaquim Xavier Cordeiro, se tornava manifesta a boa administração. Foi porém na directoria do professor de materia medica e pharmacia, o dr. Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos, que o estabelecimento adquiriu maior realce. Alem das obras, que repararam alguns estragos, e embellezaram a aula de materia medica, no que teve parte o dr. José Epiphanio Marques, augmentou-se o laboratorio da botica com muitos utensilios e apparelhos de moderna invenção, e completaram-se as collecções de preparados officinaes com a acquisição de numerosos productos chimicos e pharmaceuticos. Ficou pois o dispensatorio desde aquella epocha em boas circumstancias para satisfazer ao duplo fim de fornecer medicamentos para os hospitaes e de proporcionar os meios convenientes para o ensino da materia medica e da pharmacia. A directoria d'este estabelecimento já hoje não pertence á Faculdade de Medicina: passou para a administração dos hospitaes em virtude do regulamento de 22 de junho de 1870. Bom seria que para junto dos mesmos hospitaes passassem tambem quanto antes todas as pertenças do dispensatorio, e que lograssem estabilidade na antiga egreja de S. Jeronymo, onde ha doze annos lhes preparam accommodações.

Ora prospera, ora adversa, tem corrido a fortuna ao theatro

anatomico nos ultimos cincoenta annos da sua existencia. Emquanto esteve sob a direcção do dr. Carlos José Pinheiro, foi estabelecimento modelo e que realçava pelo seu desenvolvimento progressivo sobre todos os da Universidade. Com a demissão d'aquelle professor em 1834 entrou em phase de decadencia. Não só parou o engrandecimento das collecções com preparados recentes, mas até se perderam pouco a pouco os que já existiam! Cessou emfim a decadencia, quando não havia mais que perder, e ao torpor de dez annos seguiu-se em 1861 a epocha de melhoramentos, que ainda hoje continuam. Vieram por aquelle tempo para o estabelecimento as primeiras peças clasticas artificiaes, e logo começou tambem a reparação das collecções pela preparação de algumas peças naturaes. O amphitheatro, que obstruia a sala da entrada para todos os gabinetes de anatomia e physiologia, mandou-se desmanchar. A meza de marmore para dissecções, que estava no centro, foi removida, e dispozeram-se para as officinas de dissecção as duas salas que se prolongam para o interior do edificio. Reformou-se e decorou-se com os moveis adequados a aula de anatomia. Adquiriram-se desde então por compras successivas muitas peças clasticas, auxiliares dos estudos anatomicos, avultando entre ellas as dos orgãos dos sentidos, as que representam as modificações do utero gravido e do producto da concepção durante a vida intra uterina, e um modelo do homem completo, que permitte estudar todos os orgãos da economia e as suas relações. Outras peças artificiaes enriquecem hoje o gabinete, sendo notaveis pela sua belleza e perfeição as que imitam em cera orgãos delicados. Algumas ha de composição mixta, que têm partes osseas por esqueleto e os orgãos molles figurados em cera. Os armarios, que por muito tempo estiveram desoccupados, já na actualidade não têm espaço bastante para a arrumação de tantas peças anatomicas. Accrescem para lhes tomar logar as caixas de instrumentos, de que está provido o gabinete, tanto para a abertura dos cadaveres como para operações cirurgicas.

É indubitavel que nos ultimos doze annos se tem levantado o theatro anatomico do misero estado em que por desleixo cahiu. Nada lhe falta do que é indispensavel para o ensino da anatomia normal. Possue bons livros, optimas estampas, excellentes modellos de preparados artificiaes, abundancia e variedade de preparados naturaes para o estudo da osteologia e syndesmologia; tem

salas expostas ao norte, onde o ar e a luz sobejam, providas de mezas e instrumentos para trabalhos de dissecção. Mas, apezar de taes condições e de tantos meios que facilitam o estudo da anatomia, não devemos escurecer que a pobreza nas collecções de preparados naturaes revelam pouca actividade no gabinete. Desculpam tal empobrecimento a incuria d'outros tempos e a falta de preparador effectivo desde 1867.

Oitenta e sete annos depois da Reforma esteve a Faculdade de Medicina sem ter laboratorio especial para operações de chimica medica. Quando necessitava fazel-as, ou para esclarecimento dos alumnos ou para investigações toxicologicas, recorria, como determinavam os Estatutos, ao laboratorio chimico da Faculdade de Philosophia, onde sempre lhe forneceram os reagentes e utensilios precisos para as analyses. Teve o professor dr. José Ferreira de Macedo Pinto a feliz lembrança de instituir junto dos gabinetes de anatomia e physiologia um laboratorio, que servisse para o ensino practico da toxicologia e para obviar ás continuas applicações da chimica nos estudos anatomicos e physiologicos. No ascenso de substituto para cathedratico coube-lhe a cadeira de medicina legal, onde então se explicava a toxicologia. Apenas tomou posse da cadeira, começou logo a intender na compra de reagentes e nos aprestos necessarios para um laboratorio. Veiu desvial-o d'estas e d'outras occupações scientificas a eleição de deputado ás côrtes; mas, acabados que foram os trabalhos parlamentares, proseguiu com todo o afan na empreza começada. Sabia que no pavimento inferior do antigo hospital da Conceição havia salas com boas proporções para alli se estabelecer um laboratorio. Pediu e apromptou duas convenientemente. Numa collocou armarios e moveis indispensaveis para a arrecadação de vidros, capsulas, reagentes, etc.; destinou a outra para officina de trabalho, e guarneceu-a de estantes, mezas, e de utensilios apropriados para operações chimicas. De tanto lidar perseverante surgiu o novo laboratorio, que em dezembro de 1859 já funccionava com regularidade.

Deve-se inteiramente aos esforços do dr. J. F. de Macedo Pinto a fundação do gabinete de chimica medica. Luctou com difficuldades, sendo a maior de todas a escassez de meios pecuniarios; soube porem regular as cousas com tão acertada economia, que venceu todos os obstaculos, e conseguiu realisar o seu proposito. Quando

aquelle benemerito professor obteve a jubilação, como recompensa dos bons serviços de vinte annos, tomou a direcção e inaugurou prosperos successos ao gabinete o dr. Francisco Antonio Alves, professor de anatomia pathologica e toxicologia. Os melhoramentos promovidos pelo novo director são prova irrefragavel do seu zêlo e actividade. Augmentou o material dos reagentes e utensilios; formou collecções de substancias toxicas segundo a classificação do compendio de toxicologia; adquiriu muitos apparelhos e instrumentos de analyse; reformou a officina de operações; demonstrou practicamente a utilidade do gabinete, e estabeleceu-lhe os creditos por trabalhos chimicos incessantes, tanto para instruir os alumnos, como para elucidar o poder judicial nos casos de envenenamento. Attestam os serviços do actual director o estado florescente do laboratorio, e oitenta analyses toxicologicas de substancias remettidas de varias comarcas do reino [1].

Não é só no laboratorio de chimica medica que o dr. Francisco Antonio Alves tem desenvolvido continua actividade; o gabinete de anatomia pathologica, desde os primeiros fundamentos até o estado em que hoje se encontra, é obra sua, e devida unicamente á perseverança dos seus esforços. É certo que em 1822 começou o dr. Carlos José Pinheiro a preparar peças anatomo-pathologicas, e que nos doze annos, por que serviu na Universidade, conseguiu formar a modesta collecção, em que sobresahia um figado de extraordinaria grandeza, offerecido em 13 de fevereiro de 1823 pelo dr. Angelo Ferreira Diniz. Mas, de tudo quanto colligiu o desvelado professor de anatomia apenas chegaram a 1860 alguns exemplares deteriorados de lesões osseas, e uns frascos em que se continham seis ou oito anomalias e monstruosidades conservadas em alcool. Eis aqui, sem mais commentarios, as reliquias que attesta-

[1] No jornal *O Instituto* tem o sr. dr. Alves publicado as analyses toxicologicas mais interessantes feitas no gabinete. Algumas são recommendaveis não só pelo lado scientifico, mas tambem pelas circumstancias que precederam ou acompanharam o envenenamento. No mesmo jornal deu tambem a noticia da composição chimica das aguas de varias fontes de Coimbra, etc.

Em 1865 publicou o *Catalogo dos gabinetes de Chimica Medica e de Anatomia Pathologica*. Mencionou no catalogo todas as machinas, utensilios e instrumentos de analyse, que possuia o gabinete de chimica, por onde se póde julgar das circumstancias em que estava naquella epocha. De então até hoje continuou melhorando progressivamente.

vam duas epochas differentes do theatro anatomico, uma de prosperidade e outra de desleixo.

Floresciam por toda a parte os estudos anatomo-pathologicos; importava reanimal-os tambem em Coimbra. O dr. Francisco Antonio Alves, a quem pertenceu a propriedade da cadeira de anatomia pathologica, não se demorou em satisfazer a tão urgente necessidade. Ao tomar sobre si os encargos do ensino começou logo a emprehender a fundação d'um gabinete, em que se archivassem, convenientemente preparadas, todas as peças do corpo humano, notaveis por qualquer desvio organico. Conceber e começar logo a executar o projecto foram actos simultaneos. Aproveita os bons serviços de dous antigos empregados do theatro anatomico, e com o seu auxilio consegue reunir em pouco tempo exemplares das lesões que mais frequentes deparam as dissecções cadavericas. Insiste com tenacidade no seu proposito, e applica para compra de peças artificiaes uma parte da dotação da Faculdade. Proseguindo na empreza, ora contrariado ora favorecido, como acontece de ordinario em todas as cousas humanas, logrou emfim o prazer de chegar á meta de seus desejos, e de ver tantos esforços coroados de excellente resultado. Em menos de dous annos colligiu muitos preparados anatomo-pathologicos naturaes e artificiaes, mobilou a casa da antiga drogaria com mezas, estantes e armarios apropriados, e dispoz as peças em collecções, seguindo methodo e ordem scientifica. Em 1865 publicou o primeiro catalogo do gabinete, e já então mencionou cento e oitenta e um exemplares, por onde os alumnos podiam conhecer as particularidades de muitas lesões. Das setenta e quatro peças adquiridas no anno immediato formou segundo catalogo, ou catalogo supplementar, apreciavel pelas notas explicativas. E teria continuado a dar noticia das aquisições subsequentes, se as collecções augmentassem como nos primeiros annos. Mas não augmentaram, porque os empregados, que trabalhavam nas dissecções, e que tanto concorreram para o adiantamento do gabinete, foram desviados para outro serviço.

O gabinete de anatomia pathologica, aindaque instituido ha poucos annos e com pequenos recursos, é sem duvida dos mais vistosos e aceados que a Universidade possue. No material e mão d'obra dos armarios só o gabinete de physica lhe leva vantagem. Contem peças naturaes e artificiaes preparadas com muito apuro. Sobresahe d'entre as artificiaes o grupo das affecções cutaneas, mode-

ladas em cera. As naturaes não figuram com tanto apparato; são comtudo muito mais numerosas; quasi todos os generos de lesões estão representados por algum exemplar. Não obstante porém o accio, a boa ordem e o primor dos preparados, sente-se que o gabinete está ainda em principio, e que é mister povoal-o, como interessa ao ensino e aos creditos da Faculdade.

A diligencia do actual director e fundador não se limitou a produzir em quatro annos mais do que outros tinham deixado arruinar em trinta. Vendo que os tractados extrangeiros sobre anatomia pathologica careciam dos requisitos necessarios para servirem de texto na aula, applica-se tambem á composição d'um compendio, adequado para o ensino da anatomia pathologica, e em 1869 publica a primeira obra que d'aquella sciencia se escreveu em portuguez. O livro sahiu acompanhado de numerosas estampas. Ha nellas muitos desenhos originaes, que se referem a peças existentes no gabinete. Se a fortuna quizesse que tão diligente professor tivesse sido coadjuvado por um preparador effectivo, como a lei determina, mais copiosos seriam os fructos de seu trabalho, e mais augmentadas estariam as collecções anatomo-pathologicas. Mas, no espaço de oito annos, que tantos ha existem creados os logares para preparadores, o gabinete de anatomia pathologica só teve preparador effectivo durante os cinco dias contados de 22 a 26 de maio de 1866.

Para concluirmos a revista aos estabelecimentos da Faculdade de Medicina resta-nos fallar do gabinete de histologia e physiologia experimental, que, se é o ultimo seguindo a ordem da fundação, bem merece o primeiro logar por todas as outras considerações. Depois da reforma litteraria de 1836 coube a propriedade da cadeira de physiologia ao insigne cathedratico, dr. Jeronymo José de Mello, que por vinte e sete annos a illustrou com os recursos do seu muito saber. Sempre que as circumstancias lh'o permittiam, destinava para exercicios praticos alguns dias do anno lectivo com o proposito de esclarecer e de iniciar os discipulos em trabalhos experimentaes. Fazia as experiencias no theatro anatomico, e por muito tempo se serviu dos instrumentos que no gabinete se applicavam para usos variados. Os progressos da sciencia e os desejos de averiguar algumas particularidades dos descobrimentos recentes, fizeram com que adquirisse instrumentos e apparelhos especiaes

para experiencias de physiologia [1]. Mas para que se possa julgar da percimonia, com que neste particular se houve, bastará dizer que no catalogo do gabinete de physiologia experimental, que elle proprio redigiu e publicou em 1865, apenas se acham mencionados em quatro paginas, que tantas são as do catalogo, cinco apparelhos de simples machinismo, uma caixa de Cl. Bernard, dous microscopios e mais oito instrumentos, sete frascos de reagentes, e outros tantos com substancias toxicas. Vê-se pois que mal se podia considerar laboratorio de physiologia experimental a officina que sómente estava provida d'aquelles meios de trabalho.

[1] Eis um caso que mostra quanto o dr. J. J. de Mello se empenhava para verificar as experiencias relativas a pontos fundamentaes da physiologia.

Tinha como principio inabalavel que a irritabilidade muscular não era uma propriedade insita, privativa dos musculos e independente da influencia nervosa. Quando appareceu a noticia de que pela acção do curáre se abolia a excitabilidade motriz dos nervos, podendo assim extremar-se a irritabilidade muscular, tractou logo de adquirir aquella substancia para lhe apreciar os effeitos. Nem de Londres nem de Pariz lh'a enviaram. Dirigiu-se então ao sr. Marquez d'Avila e Bolama, que fazia parte do ministerio, e por intervenção d'aquelle respeitavel estadista obteve do Pará em 1862 grande porção de curáre. Emprehendeu logo as primeiras experiencias que em Portugal se fizeram com o terrivel toxico, e dos seus trabalhos experimentaes deu circumstanciada noticia no *Instituto*.

Já que fallei da primeira acquisição do curáre, mencionarei tambem a procedencia d'outras porções da mesma substancia, que depois vieram para o gabinete de physiologia experimental. O sr. dr. Costa Simões, estando em Pariz, pediu ao nosso ministro dos negocios extrangeiros que lhe alcançasse algum curáre por intervenção dos nossos consules da America. O pedido foi satisfeito; pouco depois de regressar da sua viagem scientifica, mandou o Governo entregar-lhe os seguintes objectos enviados pelo consul do Pará.

1.° Arco de frechas, de páu de arco, usado pelos gentios Aráras nas margens do Tapajós.

2.° Tacoáras e frechas de ponta de osso, dos mesmos gentios.

3.° Curabés envenenados com o curáre dos indios dos Solimões e seus affluentes.

4.° Murucus envenenados com o curáre, dos mesmos indios.

5.° Cuidarú de páu molato, lavrado com o dente da cutia; arma dos mesmos indios.

6.° Capsula de curáre das margens do rio Içá.

7.° Urupêma, para a filtração da ervadura ou curáre.

8.° Typyti, para a expressão da ervadura ou curáre.

Acompanhavam estes objectos uma memoria manuscripta «Sobre a droga

Os progressos da sciencia e os melhoramentos da instrucção reclamavam que se instituisse, para trabalhos de physiologia experimental, um gabinete digno da Universidade e da primeira corporação medica do reino. Tomou sob seu cuidado a tarefa de tão momentosa obra o dr. A. A. da Costa Simões. A excursão scientifica que fez pela França, Belgica, Hollanda, Suissa e Allemanha habilitou-o para delinear o plano e seguir por diante com a empreza. Apreciou nas escholas e Universidades d'aquellas nações os methodos de ensino da histologia e physiologia. Obteve larga noticia dos instrumentos e apparelhos de moderna invenção; estudou-lhes o mecanismo, e adquiriu a dextreza necessaria para executar experiencias delicadas. Comparando emfim a organisação do ensino das diversas escholas, e aproveitando de todas o que nellas vira de mais aperfeiçoado, concluiu que se podia e devia instituir em Coimbra um gabinete com os aprestos para todos os trabalhos de histologia e physiologia experimental, desde as mais simples operações até aos processos de maior complicação e delicadeza, por onde chegaram a resultados surprehendentes os dous luminares da moderna physiologia—du Bois Reymond e Helmholtz. Como sabia que a Faculdade de Medicina lhe não contrariava os intentos, tirou informação sobre a perícia dos constructores, e encommendou logo os instrumentos e apparelhos que julgou precisos. A dotação annual da Faculdade não chegava para as despesas do expediente ordinario e ao mesmo tempo para o pagamento da

Uirári ou Curáre» pelo dr. Francisco da Silva Castro. A memoria, ainda que resumida, contem passagens interessantes para a historia do curáre. Foi publicada com algumas notas do sr. dr. Costa Simões no *Instituto* vol. XIV (1871) pag. 57 e seguintes.

Ao sr. D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, arcebispo primaz do Oriente, se dirigiu tambem o sr. dr. Costa Simões pedindo-lhe a remessa de algum curáre. Respondeu-lhe o prelado em 19 de abril de 1866 e mandou o veneno numa frecha, etc.

Haverá tres annos, o sr. José Mendes Northon, hoje clinico em Vianna do Castello, obteve d'um seu cunhado, que regressava da America, duas capsulas de curáre do Pará, preparado pelos habitantes das margens do Amazonas. Deu uma ao sr. dr. Costa Simões e outra ao sr. dr. Sacadura. Este, passados dias, deu a sua ao sr. dr. Costa Simões, que depoz as duas capsulas no gabinete de physiologia, onde se guardam os arcos, frechas envenenadas etc. etc.

Todos estes esclarecimentos me foram ministrados pelo meu amigo e collega, o sr. dr. Costa Simões.

encommenda. Pediu-se ao Governo que por uma só vez accrescentasse a dotação com a verba extraordinaria de um conto e quatrocentos mil réis. Auctorisaram as côrtes que se deduzisse a somma pedida da verba destinada para obras da Universidade. Aprompta-ram-se casas para o novo gabinete nas salas contiguas ao laboratorio de chimica medica; collocaram-se os apparelhos convenientemente; e em outubro de 1866 tudo estava em boa ordem para se emprehenderem os trabalhos de histologia e de physiologia experimental.

Prolixa e deslocada seria neste logar a menção de quantos apparelhos e instrumentos enriquecem o gabinete. De tudo quanto possuia em 1866 publicou exacta relação o dr. A. A. da Costa Simões no seu opusculo *Relatorios d'uma viagem scientifica*. Neste escripto, apreciavel por muitas qualidades, estão minuciosamente especificados não só os objectos pertencentes ao gabinete de Coimbra, mas tambem os que se encontram nos gabinetes das escholas extrangeiras, onde mais florescem os estudos histologicos e physiologicos. A confrontação não deslustra, nem deprime o recente instituto portuguez, antes o eleva até hombrear com os melhores estabelecimentos de egual natureza, que tanto brilham em outras nações. Em Portugal tambem o nosso gabinete sobresahe por forma, que até de Paris o contemplam com inveja [1]. Está bem provido e disposto para satisfazer cabalmente aos fins da sua instituição; dão-lhe porem muito realce as boas condições da casa, o bem acabado dos instrumentos e a rara perfeição de alguns, como é em particular a do famoso microscopio de Smith and Beck [2]. Com

[1] A proposito dos *Relatorios*, do sr. dr. Costa Simões publicou em 1866 a Gazeta Hebdomadaria de Paris um artigo, em que é manifesto o pezar por não haver naquella capital um laboratorio para o ensino da histologia practica, como o que existe em Coimbra, etc.

[2] Possue o gabinete doze microscopios de diversa graduação, e alguns de construcção bem acabada; sobreleva porem a todos, e até se aponta como dos melhores instrumentos, que d'aquelle genero se conhecem, o microscopio binocular de Smith and Beck que a Faculdade de Medicina adquiriu em 1861. Foi construido em Londres sob as vistas do respeitavel physiologista inglez William B. Carpenter, que de bom grado se promptificou a vigiar a construcção, accrescentando que muito folgava de prestar aquelle serviço á nossa Universidade. Teve parte importante na acquisição do microscopio o sr. dr. Jacintho Antonio de Sousa, distincto professor da Faculdade de Philosophia, a cuja intervenção se devem os bons officios do sabio physiologista inglez.

O sr. dr. Viegas, eximio professor de physica dos imponderaveis, deu noticia circumstanciada do microscopio no jornal o *Instituto* volume x, pag. 81.

justo motivo pois se ufana a Faculdade de Medicina de poder instruir os seus discipulos á luz da experiencia nas materias de que está pendente na actualidade todo o progresso das sciencias medicas. Justos motivos ha tambem para se accumular de louvores aquelle vogal da Faculdade, a quem se deve o gabinete de histologia e physiologia experimental, o primeiro d'este genero que hoje se conhece desde as margens do Rheno até ás praias do Atlantico.

Se a organisação d'este notavel estabelecimento foi serviço assignalado á Universidade e ao reino, em conceito egual se devem ter as lucubrações a que depois se entregou o dr. Costa Simões para completar a sua obra. Consumiu tempo e paciencia a regular e a experimentar os apparelhos; verificou experiencias que já tinha emprehendido noutros gabinetes; e quando teve a certeza de que não lhe falhariam os resultados, tomou á sua conta a instrucção dos alumnos, e começou então a diffundir as luzes adquiridas na visita que fez ás escholas extrangeiras. Incansavel e renitente em apurar as verdades scientificas por meio dos factos, leva tambem os discipulos por este caminho, e muito se empenha para os adextrar em trabalhos experimentaes. E não tem sido esteril tão louvavel empenho; existem no gabinete, na repartição de histologia, muitos preparados que attestam o aproveitamento dos discipulos, e ao mesmo tempo corroboram os creditos do professor.

Pede a justiça que ao terminarmos o discurso respectivo ao gabinete não esqueçamos os bons serviços que nelle desempenha o habil preparador de histologia e physiologia experimental. Emprega com desvelo a sua pericia, já coadjuvando os dous professores de physiologia nas demonstrações experimentaes, já enriquecendo as collecções de histologia de numerosos preparados. E não se applica a satisfazer unicamente ás obrigações officiaes do seu cargo; pelo contrario, estuda e cultiva a sciencia com dedicação. Vimos já trabalhos originaes, invenções suas, de que a imprensa extrangeira fallou com merecido louvor[1]. Se pois quizermos julgar dos fructos que produziu a viagem scientifica do dr. A. A. da Costa Simões e do preparador I. R. da Costa Duarte, basta que

[1] No estudo practico do ovulo o processo para se separar o vitello da membrana vitellina sem confusão de partes nem derrame das granulações foi invenção do sr. dr. I. R. da Costa Duarte. Publicou sobre o seu invento uma memoria, *Histologia do ovulo nos mammiferos*, em que transluzem pontos que podem ser de grandes consequencias.

attendamos para a organização e serviço do gabinete de histologia e physiologia experimental, e para as habilitações dos alumnos que na Universidade têm cursado aquellas sciencias.

Guarnecem a sala, em que estão os apparelhos de physiologia, uns armarios de ligeira construcção, onde se accommoda a parte mais importante d'um legado, que o commendador Gama Machado, fallecido em Paris em 1861, deixou á Universidade de Coimbra[1]. Contêm os armarios duzentas e quatorze cabeças de grandeza natural, modeladas em gesso, que com outras peças da mesma substancia constituem uma excellente collecção phrenologica. A Faculdade de Medicina, a quem pertenceu esta parte do legado, resolveu que de tão preciosa collecção se fizesse um gabinete para o estudo da phrenologia, e que o gabinete fosse designado pelo nome de Gama Machado. A falta de casas não permittiu ainda que se pagasse o tributo de gratidão á memoria do legatario. Os votos da Faculdade só poderão cumprir-se quando o dispensatorio pharmaceutico sahir das casas, que actualmente occupa.

Em quanto se passaram os acontecimentos que temos historiado, deram-se vacaturas no quadro da Faculdade, umas por jubilação e outras por fallecimento dos professores. No primeiro concurso, que se abriu para o provimento dos logares, um dos candidatos oppoz suspeição a certos membros do jury. O Governo achou irregularidades no processo; annullou o concurso, e mandou que se fizesse outro. Sahiram então approvados, e por decreto de 29 de setembro de 1865 obtiveram o primeiro despacho os drs. José Epiphanio Marques, Manuel José da Silva Pereira e Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Mello.

Em 22 de agosto d'aquelle anno foi publicado novo regulamento de concursos. Nelle se estabeleceu que os candidatos exhibissem provas escriptas e oraes, consistindo as primeiras numa dissertação impressa sobre materia da sua livre escolha d'entre as questões

1 O legado comprehendia, alem da collecção phrenologica, duas lindas jarras de porcellana, que foram para o Muzeu, e estão na aula de Historia Natural; dous quadros a oleo, que adornam a aula de anatomia, assim como o busto do legatario sahindo d'um ovo. Um dos quadros mostra Galileu ante o tribunal da Inquisição; no outro representam-se os agentes do mesmo tribunal torturando por meio de fogo a um padecente para o coagirem a confessar-se réu.

mais importantes da sciencia, que pretendessem professar. Para as provas oraes continuaram a exigir-se como d'antes duas prelecções sobre pontos tirados á sorte, mas com a antecipação de quarenta e oito horas. Estabeleceu-se tambem que se explorassem os candidatos pela argumentação tanto nas prelecções como nas materias da dissertação.

O regulamento desagradou em geral ao corpo universitario. Não obstante a Faculdade de Medicina, que necessitava preencher os logares vagos, não se demorou em lhe dar execução. Abriu concurso nos principios de abril de 1866; e como visse que o praso expirava na epocha dos actos, e que as provas dos concurrentes necessariamente viriam a coincidir com as formaturas em Medicina, para que podesse expedir o serviço dos concursos sem prejuizo dos actos, decidiu a Faculdade pedir auctorisação para começar as formaturas antes do dia assignado pelos Estatutos, e logo que estivessem concluidos os actos dos primeiros quatro annos do curso medico. E como não havia em exercicio na Universidade mais do que nove lentes de Medicina, pessoal em verdade diminuto para acudir a todo o expediente durante o bimestre, pediu tambem a Faculdade que lhe fosse permittido encerrar as aulas em algum dos ultimos dias de maio, com a clausula de que só usaria de tal permissão se a urgencia do serviço assim o reclamasse. A consulta expressa nestes termos traduzia claramente o zelo e os bons desejos da Faculdade. Apezar de tudo o Governo deixou passar o mez de maio sem responder. Silencio tão prolongado equivalia á recusa formal da auctorisação pedida. Assim o entendeu o Conselho da Faculdade; e por isso abriu mão dos concursos, e applicou-se a regular o serviço do expediente ordinario.

Não se podiam constituir para os actos mais do que duas mezas de quatro vogaes cada uma conforme determinam os Estatutos. Ora segundo as tabellas propostas pelo fiscal, e approvadas em congregação de 30 de maio, era mister que as aulas se fechassem no primeiro de junho para se expedirem todos os actos e formaturas até o fim de julho. Resolveu-se pois que se pozesse o ponto naquelle dia. O prelado avisou d'esta resolução o Governo sem lhe tornar palpaveis as necessidades do serviço. O ministro do reino, julgando que a Faculdade se tinha desviado das prescripções legaes, enviou um telegramma ao vice-reitor concebido nestes termos. — A Fa-«culdade de Medicina não pode pôr ponto senão na epocha esta-

«belecida pelos Estatutos. Qualquer deliberação em sentido con-«trario fica sem effeito.» Os Estatutos e a legislação subsequente determinam que se resolva numa das congregações de maio em que dia do mez de junho se devem encerrar as aulas. A Faculdade, conscia de ter procedido conforme ao espirito e letra da lei, e conhecendo que, se não pozesse ponto no primeiro de junho, não poderia concluir os actos até o fim de julho, decidiu em congregação de 2 de junho manter a resolução tomada sobre o encerramento das aulas. Pareceu ao ministro que no procedimento da Faculdade havia proposito acintoso. Dominado por este pensamento desfechou contra ella acres censuras na celebre portaria de 15 de junho de 1866.

Correu por aquelle tempo que as suggestões da politica não tinham sido extranhas ás censuras governamentaes; não que o ministro cedesse aos impulsos de animadversão partidaria, que a isso se oppunham todas as qualidades do seu caracter respeitavel; mas porque a falta de informações officiaes, a insistencia talvez das officiosas, e a impossibilidade de averiguar os factos conspiraram para que elle os interpretasse contrariamente á verdade. Mas ou fossem estes ou quaesquer outros os motivos que determinaram o ministro, a Faculdade de Medicina considerou a portaria de censura como um documento official que deprimia os seus serviços, menosprezava o seu zelo, e ultrajava a sua dignidade. Para se desaffrontar dos aggravos e repellir as censuras ergueu-se concorde e altiva com a energia que nasce da tranquillidade da consciencia. O seu primeiro pensamento foi representar a El-rei contra a injustiça de toda a materia da portaria; como porem entendesse que das instancias officiaes escusado era esperar reparação condigna, seguiu antes o alvitre de exarar no livro das actas e de publicar depois pela imprensa um protesto energico em sua defesa, mostrando a legalidade do seu procedimento, a falsa apreciação dos seus actos, os pretextos especiosos dos considerandos da portaria, e a injustiça manifesta das censuras que lhe eram dirigidas quando se occupava com zelo e pontualidade no cumprimento dos seus deveres. O protesto, approvado por todo o Conselho, ficou lançado na acta da congregação de 2 de julho, e sahiu publicado num folheto sob o titulo—A Faculdade de Medicina e a portaria de 15 de junho de 1866.

As provas do concurso, que estava pendente, tiveram logar em

dezembro d'aquelle anno. Apresentaram então os candidatos as dissertações impressas como determinava o ultimo regulamento.

O dr. Filippe do Quental intitulou a sua dissertação —*Estudos sobre a degeneração physica e moral do homem, determinada pelas emanações palustres.* Transluzem neste opusculo largas vistas hygienicas; nelle resumiu o seu auctor o que ha de melhor averiguado sobre a materia.

Memorias de epidemologia portugueza chamou o dr. Antonio da Cunha Vieira de Meirelles ao livro que de proposito escreveu para entrar em concurso. É obra apreciavel e de muito trabalho, tão esmerada na linguagem como escrupulosa na exactidão historica. Producções de tal quilate honram a Universidade e as lettras portuguezas.

O dr. Julio Cesar de Sande Sacadura Botte dissertou sobre o *Modo de obrar do tartaro emetico na pneumonia,* e confrontou o valor d'este agente com o da ipecacuanha no tractamento da mesma molestia. A dissertação do dr. Sacadura é uma excellente monographia, digna de ser consultada, porque nella se comprehendem observações da sua clinica muito importantes.

Os tres candidatos que entraram em concurso foram approvados e tiveram o seu primeiro despacho por decreto de 29 de janeiro de 1867.

As circumstancias da fazenda publica levaram o Governo a supprimir alguns logares do magisterio de instrucção superior por decreto de 14 de dezembro de 1869. O quadro da Faculdade de Medicina ficou circumscripto a doze cathedraticos e cinco substitutos ordinarios. Apezar da reducção do pessoal, já pelos fins de 1870 havia tres logares vagos. Abriu-se concurso, para o qual se habilitaram quatro candidatos. As dissertações em que deram as provas escriptas abonam os recursos litterarios e scientificos de seus auctores.

Tractou o dr. Manuel da Costa Alemão *Do Methodo Hypodermico,* e a sua obra tem, alem d'outros predicados, o merecimento, raro em Portugal, de esclarecer por observações proprias a resolução do ponto proposto.

O dr. João Jacintho da Silva Correia colligiu na sua dissertação —*Estudos sobre a ataxia locomotora progressiva*— tudo quanto respeita ao conhecimento de tal enfermidade, e derramou copiosa luz sobre os pontos mais obscuros e controvertidos.

O dr. Raymundo da Silva Motta escreveu sobre a — *Consanguinidade matrimonial considerada no campo da hygiene.* Elevou-se á altura do assumpto; sustentou as suas opiniões com bons fundamentos, e como hygienista combateu prejuizos e abusos extremamente nocivos á sociedade.

Na dissertação do dr. José Carlos Godinho de Faria, *Estudos sobre a vaccinação animal,* condiz o lavor da obra com a importancia da materia. Na resolução de alguns pontos de immediato interesse practico chegou o auctor a conclusões positivas, claras e bem definidas.

Dos quatro candidatos que entraram no concurso obtiveram collocação na Faculdade os tres de que primeiro fallámos. Foram despachados substitutos ordinarios por decreto de 30 de março de 1871.

Fecharemos este capitulo, e com elle a narração das alternativas por que tem passado a Faculdade de Medicina desde 1772, apresentando o quadro do pessoal docente e ministrante, e indicando qual é na actualidade a ordem dos estudos, os livros de texto e a distribuição do serviço.

QUADRO DOS PROFESSORES DA FACULDADE DE MEDICINA EM 1 DE OUTUBRO DE 1872

Professores jubilados

Dr. Francisco Fernandes da Costa.

Dr. Cesario Augusto de Azevedo Pereira.

Dr. João Maria Baptista Callisto.

Dr. José Ferreira de Macedo Pinto.

Professores em serviço effectivo pela ordem de antiguidade e com a indicação das materias que professam

Dr. Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos, decano e lente de prima, professor de materia medica e pharmacia.

Dr. Antonio Augusto da Costa Simões, lente de vespera, professor de histologia e physiologia geral e director do gabinete de histologia e physiologia experimental.

Dr. Antonio Gonçalves da Silva e Cunha, professor da 2.ª cadeira de practica — clinica de mulheres.

Dr. Callisto Ignacio d'Almeida Ferraz, professor de anatomia descriptiva e director do respectivo gabinete.

Dr. Francisco Antonio Alves, professor de anatomia pathologica geral e toxicologia, director do gabinete de anatomia pathologica e do gabinete de chimica medica.

Dr. Lourenço d'Almeida e Azevedo, professor de tocologia, molestias de puerperas e recem-nascidos e clinica cirurgica de mulheres.

Dr. Bernardo Antonio Serra de Mirabeau, professor de physiologia especial e hygiene privada.

Dr. Manuel Pereira Dias, professor de pathologia geral, pathologia cirurgica e clinica cirurgica de homens.

Dr. José Epiphanio Marques, professor de pathologia interna, doutrina hippocratica e historia geral da Medicina.

Dr. Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Mello, professor de medicina legal, hygiene publica e policia hygienica.

Dr. Filippe do Quental, professor da 1.ª cadeira de practica — clinica de homens.

Dr. Antonio da Cunha Vieira de Meirelles, professor de anatomia topographica e medicina operatoria.

Substitutos ordinarios

1 Dr. Julio Cesar de Sande Sacadura Botte.

2 Dr. Manuel da Costa Allemão.

3 Dr. João Jacintho da Silva Correia.

4 Dr. Raymundo da Silva Motta.

5 Vago.

Preparadores

Dr. Jacintho Alberto Pereira de Carvalho, preparador no gabinete de chimica medica.

Dr. Ignacio Rodrigues da Costa Duarte, preparador no gabinete de histologia e physiologia experimental.

Estão vagos os logares de preparadores de anatomia normal e pathologica.

Bedel da Faculdade — Antonio d'Almeida e Silva.

Continuo — Francisco Marques Perdigão.

Distribuição das cadeiras e materias pelos cinco annos do curso medico

PRIMEIRO ANNO

1.ª Cadeira — Anatomia descriptiva humana e comparada.
Horas da aula — das 11 ás 12 1/2 no gabinete de anatomia normal.
Compendio — *Jamain* — Nouveau Traité Élémentaire de anatomie descriptive.

2.ª Cadeira — Histologia e physiologia geral.
Horas da aula — das 9 1/2 ás 11 no gabinete de histologia e physiologia experimental.
Compendio — *Costa Simões* — Elementos de physiologia humana com a histologia correspondente, 3 vol.

SEGUNDO ANNO

3.ª Cadeira — Physiologia especial e hygiene privada.
Horas da aula — das 9 1/2 ás 11 nos geraes da Universidade.
COMPENDIOS { *Costa Simões* — Elementos de physiologia. / *Becquerel* — Traité élémentaire de hygiène privée et publique.

4.ª Cadeira — Anatomia topographica e medicina operatoria.
Horas da aula — das 11 ás 12 1/2 no gabinete de anatomia normal e no hospital.
COMPENDIOS { *Jamain* — Manuel de petite chirurgie. / *Guérin* — Éléments de médecine opératoire.

TERCEIRO ANNO

5.ª Cadeira — Materia medica e pharmacia.
Horas da aula — das 11 ás 12 1/2 no dispensatorio pharmaceutico.
COMPENDIOS { *A. Albano* — Codigo pharmaceutico lusitano. / *Bouchardat* — Manuel de matière médicale.

6.ª Cadeira — Pathologia geral, pathologia externa e clinica cirurgica de homens.
Horas da aula — das 12 1/2 às 2 no theatro anatomico e no hospital.
COMPENDIO — *Jamain* — Éléments de pathologie chirurgicale.

7.ª Cadeira — Anatomia pathologica geral e toxicologia.
Horas da aula — das 9 1/2 ás 11 no gabinete de anatomia pathologica.
COMPENDIOS { *F. A. Alves* — Elementos de anatomia pathologica geral. Coimbra, 1869. / *Macedo Pinto* — Toxicologia judiciaria e administrativa. Coimbra, 1860.

QUARTO ANNO

8.ª Cadeira —Pathologia interna, doutrina hippocratica e historia geral da medicina.
Horas da aula — das 11 ás 12 1/2 nos geraes da Universidade.
COMPENDIOS { *Bayle* — Traité élémentaire de pathologie. *Hippocratis* — Aphorismi.

9.ª Cadeira — Tocologia, molestias de puerperas e recem-nascidos, clinica tocologica e clinica cirurgica de mulheres.
Hôras da aula — das 8 ás 9 1/2 no hospital.
COMPENDIO — *Chailly* — Traité pratique de l'art des accouchements.
Os alumnos assistem ás aulas de clinica no quinto anno.

QUINTO ANNO

10.ª Cadeira — Clinica de mulheres.
Horas da aula — das 9 1/2 ás 11 no hospital.

11.ª Cadeira — Clinica de homens.
Horas da aula — da 1 ás 2 1/2 no hospital.

12.ª Cadeira — Medicina legal, hygiene publica e policia hygienica.
Horas da aula — das 11 ás 12 1/2 no gabinete de chimica medica.
COMPENDIOS { *Briand et Chaudé* — Manuel complet de médecine légale. *Macedo Pinto* — Medicina administrativa e legislativa, 2 vol.

EPILOGO

Chegados ao termo dos successos, que constituem a historia da Faculdade de Medicina durante o primeiro seculo da sua existencia, seja-nos permittido revolver de novo o passado, e contemplar num lance retrospectivo a influencia que teve a legislação dos novos Estatutos na cultura das sciencias medicas em Portugal.

As doutrinas de Galeno, Hippocrates, Rhazis e Avicena, explicadas promiscuamente e segundo a glosa de obsoletos commentarios, eram o objecto exclusivo da instrucção medica na Universidade antes da Reforma de 1772. Sobre o andamento progressivo da Medicina lavrava pelas escholas tal ignorancia, que, se acreditarmos o testemunho insuspeito d'um notavel contemporaneo [1], nem de Boerhaave, que fôra a primeira reputação medica da Europa, teve conhecimento a Universidade senão em 1751, treze annos depois do fallecimento do grande professor! Os mestres repetiam nas aulas os textos e apostillas invariaveis; os discipulos costumavam-se áquella toada, e formulavam por ella umas conclusões, que defendiam com argumentos directos e indirectos, quando tinham

[1] Refiro-me ao douto Francisco de Pina e de Mello, que na sua obra *Balança Intellectual*, impressa em Lisboa em 1752, escreveu o seguinte a pag. 165:

«Em Italia, França, Inglaterra, Hollanda, Allemanha etc. estão todos os «medicos persuadidos que nas obras do insigne Hermano Boerhaave é que «se acha o verdadeiro methodo de se acudir aos enfermos; e talvez que a «primeira occasião, em que se ouvisse o seu nome na nossa Universidade «de Coimbra, fosse o anno passado, pela casualidade de se mandarem a um «livreiro francez uns poucos de exemplares, e segundo a noticia, que se me «deu, raros foram os que se resolveram a empregar nelles o seu dinheiro, «reputando-os por cousa bem inutil, etc. etc.»

de dar provas do seu aproveitamento e sufficiencia. Finalmente o ensino medico, tanto theorico, como practico, tinha chegado a extremos de decadencia; e neste estado mais servia para entreter erroneas crenças, do que para salvaguarda da saude dos povos.

O braço poderoso que levantou a cidade de Lisboa das ruinas do terremoto, e acudiu com opportunos beneficios a todas as instituições patrias, fez tambem sentir a sua influencia nas letras, e operou a restauração das sciencias. A antiga Faculdade de Medicina, em que não havia resquicio aproveitavel, foi inteiramente abolida, e a par de outras Faculdades academicas surgiu a instituição de novos estudos medicos. A assiduidade nas aulas torna-se então effectiva. Á confusão e desordem nas materias succede a methodica distribuição dos ramos da sciencia. A determinação, que fixava para as lições textos invariaveis, é substituida pelo preceito de se adoptarem compendios, em que se contenham os progressos scientificos. As argucias e subtilezas da velha escholastica são desterradas das escholas. O methodo synthetico e analytico dos geometras é mandado seguir no descobrimento e demonstração da verdade. Decreta-se a fundação de estabelecimentos para instrucção practica dos alumnos; ordenam-se sob novo methodo os exercicios academicos, e prescreve-se que no fim de cada anno lectivo se façam exames das materias estudadas.

A practica veio confirmar os resultados que se esperavam de tão acertadas providencias. Os estudos anatomicos tomam a direcção que a lei lhes designa. Os estudantes perdem o horror ás dissecções, e habituam-se a manejar o escalpello. Dos exercicios no cadaver passam ás applicações no vivo, e a eschola medica de Coimbra forma pela primeira vez operadores. As obras de Boerhaave, havidas provisoriamente por texto official nas cadeiras de instituições e de pathologia, tornam-se familiares a mestres e discipulos, e a Medicina em Portugal eleva-se ao nivel, a que chegara em outras nações. As conquistas da sciencia moderna entram gradualmente no ensino por disposição terminante da lei. As *Primeiras Linhas de Physiologia* de Haller substituem as *Instituições Boerhaavianas* e a *Medicina Practica* de Cullen obtem a preferencia para compendio de pathologia. A observancia dos Estatutos faz com que os alumnos tenham verdadeira practica medica e cirurgica nas cadeiras de clinica. A instrucção dos medicos habilitados na Universidade contrasta emfim com a ignorancia proverbial

d'outros tempos, e os povos experimentam por todo o reino a utilidade real dos novos estudos.

Largas obrigações prescreviam os novos Estatutos aos professores da Faculdade de Medicina. Se compararmos tantos encargos com os que se impunham aos professores das outras Faculdades, acharemos grande desegualdade, que não foi compensada nem pelo augmento de pessoal por quem se podesse repartir o serviço, nem pela melhoria de ordenados ou de benesses [1]. Mas, não obstante a multiplicidade de obrigações, a restricção de proventos, e as contrariedades, que por vezes sobrevieram, a Faculdade de Medicina, insistindo no cumprimento dos Estatutos tanto quanto se podia exigir de seus esforços, logrou estabelecer os seus creditos e alcançar boa reputação dentro e fora do reino. Fallam innumeraveis documentos em abono dos seus serviços; corroboram os factos a certeza das provas documentaes. Foi sob a direcção da Faculdade de Medicina que se habilitaram medicos para obviarem a todas as necessidades clinicas de Portugal e de suas vastas colonias. Estudaram nesta Faculdade os escriptores que melhor têm illustrado a Medicina portugueza. E quando o desenvolvimento gradual dos estudos determinou a creação das escholas Medico-Cirurgicas de Lisboa e do Porto, foram tambem os filhos da Faculdade de Medicina que tomaram parte importantissima no magisterio, e concurreram para o engrandecimento successivo d'uma e outra Eschola.

[1] O reformador não egualou nem distribuiu proporcionalmente ao serviço de cada Faculdade os ordenados e benesses academicos; pelo contrario deixou que subsistissem differenças injustificaveis. Por isso os theologos conservaram as fartas prebendas que d'antes tinham nas conesias do reino; os canonistas e juristas continuaram a ter accesso para os tribunaes superiores, onde gosavam da melhoria de posição e de proventos; e para os mathematicos e philosophos instituiram-se de proposito as commendas, que foram confirmadas pela bulla *Scientiarum omnium*. Só os professores de Medicina, a quem se impunham maiores e mais pesados encargos, ficaram excluidos d'aquellas recompensas; e para cumulo de injustiça até lhes arbitraram ordenados inferiores aos que se estabeleceram para os professores das sciencias positivas. Dizia-se que os professores de Medicina tinham a prerogativa de passarem da Universidade para medicos da casa real. Nunca tiveram tal prerogativa: alguns que foram chamados para medicos do paço deveram a posição aos creditos de practicos abalisados.

Se considerarmos os serviços da Faculdade na direcção e administração dos estabelecimentos que lhe foram confiados, ahi acharemos motivo para bem merecidos louvores. Basta recordar o desvelo com que se houve nos hospitaes para se lhe não dar por mal barateado qualquer galardão. Mas, se quizerem recusar votos de louvor ao zeloso cumprimento do dever, ao menos nunca poderão negar que a Faculdade de Medicina é credora do reconhecimento publico pela abnegação com que se devotou ao serviço alheio do professorado, affrontando os perigos de quatro calamitosas epidemias.

Quando pois se contempla o movimento scientifico de ha um seculo, e se reflecte na solida instrucção dos medicos formados na Universidade, e no andamento da Medicina em Portugal acompanhando sempre os progressos das escholas extrangeiras, quando se consideram os melhoramentos dos hospitaes e dos gabinetes de instrucção practica, e se attende emfim para os serviços do corpo docente, não se pode desconhecer a benefica influencia dos Estatutos que reformaram a Universidade e lhe restituiram o esplendor. Oxalá que por elles continue a prosperar o ensino das sciencias; e que as gerações futuras, levadas por sentimentos de gratidão, confirmem os votos de reconhecimento que hoje prestamos á memoria do Reformador.

Pontos para dissertações inauguraes, escolhidos pela Faculdade de Medicina desde a Reforma até o presente, e datas das congregações em que foram approvados.

Francisco Tavares — Circa vires, quibus natura corpus sanum conservat, deperditamque sanitatem restituit, versabitur. —Em 1773 [1].

Bento Joaquim de Lemos — De viribus naturæ medicatricibus.— 28 de julho de 1787.

[1] De 1779 até 1786 foram graduados em Medicina Joaquim de Azevedo, José Pinto da Silva, Caetano José Pinto d'Almeida, João Francisco de Oliveira Alves, João Joaquim Gramacho da Fonseca, e Luiz José de Figueiredo e Souza. A todos se devia ter assignado ponto para dissertação inaugural, excepto a Caetano José Pinto, que foi mandado graduar sem fazer os actos grandes. Na bibliotheca da Universidade não achei as theses nem as dissertações d'aquelles doutores; e como nada consta a seu respeito dos apontamentos que então se tomaram para as actas das congregações, deixo por isso de mencionar o objecto sobre que dissertaram. É possivel que sahissem da bibliotheca muitas dissertações, quando por ordem superior se concedeu que os auctores as podessem corrigir a fim de serem impressas. É certo que faltam muitas naquelle estabelecimento; mas não me consta que tivessem sido estampadas.

Cabe aqui a advertencia de que alguns repetentes imprimiram os pontos no ante-rosto das theses, não como foram enunciados pela Faculdade, mas com modificações na collocação das palavras, modificações aconselhadas de ordinario pelo presidente com o intuito de se melhorar a redacção. Em geral adoptei a redacção primitiva como se encontra nos livros das actas; mas nos casos (poucos foram) em que os secretarios não copiaram os pontos com a devida clareza, tomei o arbitrio de os transcrever das theses impressas.

João de Campos Navarro — Quæ sit vera et genuina caloris animalis causa?—11 de novembro de 1787.

Joaquim Navarro de Andrade — Undenam palustrium locorum insalubritas? Quænam morborum inde pendentium natura? Quænam generalis therapia?—11 de novembro de 1787.

Ricardo Teixeira Maconelli — Cur nervosum systema in morbis circa vesperam irritetur, mane vero spasmis remittentibus omnes viæ ad excernendum aptiores evadant? Opiata ergo cur in regula melius circa tempus nocturnum, evacuantia matutino tempore administrentur?—11 de novembro de 1787.

(*[1]) José Calheiros de Magalhães—Utrum abdominis punctio, paracenthesis nuncupata, remedium asciti sit proprium, an tantummodo mitigatorium? Quibus circumstantiis, quibusque cautionibus perito medico administranda aut vitanda sit?—24 de outubro 1788.

Antonio Gomes da Silva Pinheiro—*Teve o ponto antecedente, que sahiu impresso nas theses da maneira seguinte:* Utrum abdominis punctio, paracenthesis nuncupata, remedium asciti sit proprium, an tantummodo mitigatorium? Et quibus in circumstantiis, quibusque cautionibus perito medico administranda aut vetanda sit?—21 de novembro—1791.

Antonio José de Miranda e Almeida — Potiusne delinquant medici vel sanguinem frequenter mittendo in acutorum morborum initio, vel emesin excitando?—21 de novembro de 1791.

(*) Francisco Gomes da Motta — Cur, et quomodo eadem numero medicamenta diversis omnino indicationibus inservire possint; et quousque conformium indicationum nexus intelligendus?—13 de novembro de 1792.

José Diogo da Rocha — Ulcerum cava, ac vulnerum cum substantiæ jactura a nova, simili perditæ, carne a fundo sursum replentur? An amplius cum clarissimis Fabre, Ludovico, et aliis carnes semel avulsas haud amplius regenerari stabilire oportet?—13 de novembro de 1792.

(*) Bernardo Xavier Cortegaça — An ex cicuta intus adhibita eosdem, quos Viennenses maxime medici post Stork prædicare solent, effectus nostris in regionibus sperare liceat; et unde,

[1] Não chegaram a ser graduados os individuos, cujos nomes vão notados com o signal (*).

si similes nobis denegati sint, hæc differentia proficiscatur?—13 de novembro de 1792.

Antonio Ignacio Gonçalves Forte—De necessariis pulsuum differentiis tam in diagnoscendis morbis, quam in eorum præsagiendo eventu.—11 de novembro de 1794.

Antonio Joaquim Nogueira da Gama — Utrum præparationes metallicæ, præcipue plumbeæ, ac staneæ, tuto, et sine vitæ sanitatisque detrimento, intus exhiberi *(sic)* possint?—11 de novembro de 1794.

José Feliciano de Castilho — De aëris in corpus humanum viribus tam in producendis morbis quam in restituenda sanitate evidentibus.—11 de novembro de 1794.

Francisco de Sousa Loureiro — De vario balneorum frigidorum gradu, et vi in curandis nervorum morbis, eorumque recta administrandorum methodo et cautionibus medicis.—11 de novembro de 1794.

Pedro Joaquim da Costa Franco[1] — De differentiis pulsuum etc. ut supra.—17 de novembro de 1795.

Emygdio Manuel Victorio da Costa —De aëris in corpus etc. ut supra.—17 de novembro de 1795. *Repetiu o sexto anno e dissertou sobre outro ponto.*

Francisco Soares Franco — De vario balneorum etc. ut supra. —17 de novembro de 1795.

Emydio Manuel Victorio da Costa — Num ab anima, vel a consensu, optime explicari queat alternæ respirationis causa, vel ab alia?—19 de novembro de 1796.

Antonio Joaquim de Andrade e Silva — Quæ sint vasorum et glandularum lymphaticarum vera officia, et morbi?—19 de novembro de 1796.

Manuel Pereira da Graça—Quæ sit causa mutatæ fluidorum naturæ in morbis præcipue inflammatoriis, febribus putridis et scorbuto.—19 de novembro de 1796.

(*) Francisco Manuel de Mello de Souza Alvim—Utrum diabetis proxima causa singularis sit, an vero multiplex?—19 de novembro de 1796.

[1] Houve perdão de acto no anno lectivo de 1794 para 1795, e por isso passaram para os repetentes do anno immediato os pontos que se tinham assignado para as dissertações inauguraes.

(*) Antonio Xavier da Silva — Utrum miasmata paludosa pro febrium intermittentium remota causa tantummodo haberi debeant, necne?—15 de novembro de 1797.

Bernardo José de Abrantes e Castro — Utrum cruditas, coctio, crisis, et metastasis, in omnibus tum acutis tum chronicis morbis locum habeant? Et quomodo accipiendæ?—15 de novembro de 1797.

Jeronymo Joaquim de Figueiredo — An theoria circa sanguinis oxydationem, indeque orta quorumdam phænomorum explicatio, adeo firma sit, ut nullus dubio locus omnino supersit?—21 de novembro de 1798.

Angelo Ferreira Diniz — Ut hominum temperamenta in classes reducantur, qua methodo potius insistendum directane? an indirecta? vel utraque simul?—21 de novembro de 1798.

Antonio de Almeida Caldas — Quæ sit causa, cur quidam musculorum ordo voluntaria regatur potestate, alius vero non item?—21 de novembro de 1798.

Heleodoro Jacintho d'Araujo Carneiro — Utrum causa proxima hydrophobiæ contagiosæ, et spontaneæ, una eademque sit, necne? Et qua methodo tractari debeant?—21 de novembro de 1798[1].

José Carlos Barreto — Quibusnam signis in febribus exanthematicis agnoscat medicus an agendum sit? Et quomodo an expectandum?—21 de novembro de 1798.

(*) Manuel Rodrigues da Silva Veiga — Medicamenta suos semper effectus præstant stimulando animaliter?—21 de novembro de 1798.

Adjuto Antonio Furtado de Mendonça — An vis vitalis etiam in fluidis et maxime quidem in sanguine locum habeat?—3 de novembro de 1799.

[1] Era do espirito da legislação academica, e especificadamente se tinha determinado no aviso regio de 17 de março de 1787, que se publicassem pela imprensa aquellas dissertações inauguraes que as Faculdades julgassem dignas de publicidade. A primeira dissertação de Medicina que logrou as honras da impressão, depois de discutida no acto de conclusões magnas, foi a do dr. Heleodoro Jacintho de Araujo Carneiro, não porque a Faculdade interpozesse para tal fim o seu voto sobre o merecimento litterario e scientifico da dissertação, mas porque o auctor, dous annos depois de graduado, a quiz mandar imprimir com o seguinte titulo:—*Dissertatio de rabie et hydrophobia, etc. Conimbricæ Typis academicis,* MDCCCI, folheto de 44 pag. 4.° portuguez.

Antonio da Cruz Guerreiro — Utrum debilitas febrium intermittentium proxima causa sit, necne? — 20 de novembro de 1801.

Manuel Bernardo Pio — An vaccinæ insitio variolarum naturalium inoculationi præferri debeat, necne? — 26 de novembro de 1802.

João Angelo Corado de Menezes — Utrum cortex peruvianus, aliaque hujus generis medicamenta in podagræ curatione tuto adhiberi possint, necne? — 26 de novembro de 1802.

Luiz Antonio da Silva Maldonado — Quænam fluidi Galvanici natura? Quodnam ejusdem in animalibus functionibus officium? — 25 de novembro de 1803.

Antonio Joaquim de Campos — Utrum emetica in apoplexiæ curatione tuto ac sine periculo adhiberi possint, necne? — 25 de novembro de 1803.

Joaquim Xavier da Silva — Quænam sit elephantiasis natura? Quænam ejusdem causæ? Quænam therapia? — 25 de novembro de 1803.

João Alberto Pereira d'Azevedo — Quænam probabilior ex hucusque in lucem editis circa pulsum theoria? — 25 de novembro de 1805.

José Ignacio Monteiro Lopo — Utrum proxima epilepsiæ causa simplex, an composita? — 25 de novembro de 1805.

(*) Manuel d'Almeida e Silva — Eritne cutaneis morbis communis causa et therapia? An in Lusitaniæ regionibus hujusmodi affectionis mira propagatio atque procursus, ex eo quod in eligendis alimentis vulgo parum adhibentur curæ? — 8 de novembro de 1812.

João Baptista de Barros — In musculorum actione aliquod nervorum opus? Et si detur, quale et quantum in omnibus vitæ statibus? — 12 de novembro de 1813. *Repetiu o sexto anno e dissertou sobre o seguinte ponto.*

João Baptista de Barros — Inter humanæ vitæ fines, cum ad propagandum aptiores redduntur sexus, daturne aliqua periodus, qua, si ex lege nuptiæ obirentur, proles inde vigentior et ad actiones suas tum morales, tum physicas, persolvendas robustior proveniret? — 25 de novembro de 1814.

Carlos José Pinheiro — Nunquid animalis œconomiæ legibus

consentiat, et ad ejusdem phænomena explicanda necessarie admittenda veniat illa vitæ in animalem et organicam divisio, ab antiquioribus autem Philosophiæ et Medicinæ cultoribus alia nominatione quondam adnotata?—25 de novembro de 1814.

Aureliano Pereira Frazão d'Aguiar — Ex Hippocratis Aphorismorum Libro, et ex Sectionis primæ Aphorismo primo — *vita brevis, ars longa etc.*

Amplissima, vastissima, difficillimaque scientia Medica: improbum studium, acerrima contentio, *ingenium et mens insignior* vero Medicinæ cultori necessaria: *multos indefessa per annos* experientia, et a quamplurimis aliis scientiis disciplinisque petenda auxilia in eo requiruntur: nec aliter Medica sapientia, et clinica solertia adipiscuntur.—28 de novembro de 1815.

(*) Antonio José Lopes Pereira — Ex Hippocratis Aphorismorum Libro, et ex Sectionis primæ Aphorismo secundo — *In perturbationibus ventris et vomitibus spontaneis etc.*

Medicamina evacuantia multis curandis morbis maxime et unice accommodata.—28 de novembro de 1815.

José Joaquim Pereira Rosa — Vasculorum constrictio, dilatatio, evolutio, nova efformatio aut per omnes inflammationis periodos, quid obtinet?[1]—20 de novembro de 1816.

João Lopes de Moraes — Unde phthisis per Lusitaniam frequentissima? Et quibus auxiliis a therapia hygieineque desumptis possit insævienti malo subveniri?—20 de novembro de 1816.

Antonio Joaquim Barjona — Utrum in vivo corpore physicæ mutationes juxta chæmiæ leges explicari possint?—20 de novembro de 1816.

Sebastião d'Almeida e Silva —Unde calor animalis et sanguinis rubedo?—15 de dezembro de 1817.

(*) Manuel Joaquim Anaia—Nunquid cordis motum a medullaris spinæ influxu pendere in dubio liquet?—15 de dezembro de 1817.

[1] Transcrevi o ponto tal qual se encontra no livro das actas. É evidente que necessita de correcção. Ou faltam palavras depois do *aut* ou esta particula deve ser anteposta a *nova efformatio*. Para o corrigir procurei na bibliotheca da Universidade as theses e dissertação do dr. José Joaquim Pereira Rosa; mas nem um nem outro escripto apparecem naquelle estabelecimento.

Antonio Pereira Zagallo — graduado em 30 de junho de 1818[1].

Luiz Antonio Pessoa — Nunquid a stamine musculari motus, ut quidem a nerveo sensus per universam œconomiam derivatur? — em novembro de 1820?

Manuel Alberto da Cunha Macedo — A prava rectave Reipublicæ administratione et gentium mores, et ingenium, et temperamentum, physicave constitutio efformari, vel immutari possunt? — novembro de 1820?[2]

Jeronymo José de Mello — Nunquid satis liquet actionem cordis non a cerebro non ab alia quacumque systematis nervosi parte, verum a spinali medulla tantummodo causam et principium trahere? — 25 de novembro de 1818.

José Francisco da Silva Pinto — Potestates vitales ita dictæ, animantibus tributæ, an adventitiæ? Si primum quod earum subjectum? Si alterum, unde adveniunt, et quò reponuntur? — 6 de março de 1823.

Manuel Joaquim da Silva — Sanguini quacumque arteriosi systematis propagine acto, eadem natura? Si affirmantis vices geras, unde organorum, quotquot sunt in corpore, alia principia constituentia? Si vero negantis, quod et unde discrimen? — 22 de janeiro de 1824.

Antonio Augusto das Neves e Mello — Contraria phœnomena, deleteria nempe et salutaria, ex quamplurimis et artis et naturæ substantiis, humano corpori adhibitis, toxicam et pharmaceuticam virtutem in iisdem arguunt? Utcumque decreveris, hujusmodi phœnomena quomodo explicari queunt? — 18 de novembro de 1824.

Antonio da Silva Peixoto — Lymphaticane præter absorptionem aliam exercent functionem? Hanc vero si noscis, aut negas, quomodo tot inter theoriæ nugas mercurium symphilidem curare explicas? — 7 de dezembro de 1830.

[1] Na bibliotheca da Universidade não se encontram as theses nem a dissertação d'este doutor, e nas actas da Faculdade não ficou exarado o ponto que lhe deram para dissertar.

[2] Das actas da Faculdade não consta em que tempo foram approvados os pontos para as dissertações dos drs. Luiz Antonio Pessoa e Manuel Alberto da Cunha Macedo. Transcrevi-os para aqui conforme estão impressos nas theses. Ambos frequentaram o sexto anno de 1820 para 1821 e foram graduados em 1822.

Francisco Fernandes da Costa — Quis circa legislationis scientiam medicæ scientiæ rango? Quæ illi auxilia hæc, legumque exercitio, morumque scientiæ præstare possit?—13 de dezembro de 1834[1].

(*) João Antonio Fernandes da Silva Ferrão — An febres, essentiales dictæ, ita hodie admittendæ? Si primum, quænam earum proxima causa? Si alterum, ubi morbus idiopathicus, et quænam sua natura?—13 de dezembro de 1834.

Florencio Peres Furtado Galvão — De hominum temperamentis, eorumque influxu in physiologia, pathologia, moralique scientiis.—13 de dezembro de 1834.

Cesario Augusto Pereira d'Azevedo — Ex plurimis ac diversis erit encephalum organis compositum? Ex quibus immediata et materialis conditio derivanda ad animæ facultates, affectionesque accommodatas efficiendas? Per craniologiam adæquatum, tutum, et sufficiens iter ad illas prævidendas?—24 de dezembro de 1834.

Agnello Gaudencio da Silva Barreto — Utrum unum aut magis absorptionum sint agentia? In utrocumque quomodo illas efficiant?—22 de dezembro de 1835.

João Maria Baptista Callisto — Quid circa dierum criticorum et crisium doctrinam sentiendum sit? Ad quos talis doctrina spectet morbos?—19 de dezembro de 1836.

Antonio Tavares d'Almeida — Ubi et quomodo sanguinis hæmatosis? Qualis inter hæc phenomena, respirationem, et nervorum actionem reciproca actio?—19 de dezembro de 1836.

Manuel Paes de Figueiredo e Souza — Quomodo nascuntur et crescunt organa, qua lege id in ossibus fit?—11 de janeiro de 1841.

[1] Para que não pareça que houve descuido na copia manual ou na revisão das provas typographicas do ponto a que esta nota se refere, cumpre-me advertir que vae transcripto exactamente como se encontra na acta da congregação em que foi approvado. O candidato, a quem foi dado para dissertar, estampou-o nas theses conforme lh'o indicaram. Fez o que a lei e as praxes academicas têm estabelecido; nenhuma responsabilidade lhe cabe pela materia nem pela forma do ponto. É certo porem que muito conviria que o tivessem modificado ou antes alterado completamente. A primeira parte do ponto não se comprehende facilmente, já pela viciosa construcção grammatical, já porque a palavra *rango*, que deve exprimir a ideia principal, nunca pertenceu á lingua latina, nem tem significação conhecida.

José Gomes Ribeiro — Quæ sedes et natura phthisios? Quæ inde sua rationalis therapia?—21 de janeiro de 1842.

Francisco Maria da Silva Torres — Quænam sanguinis in sano ægrotoque homine generatim anatomica et physiologica constitutio? Quantum pathologiæ et therapiæ prosit ejusmodi cognitio? —12 de dezembro de 1842.

João Antonio de Souza Doria —Usquequo explicari possint intellectus voluntatisque phœnomena? Quale inter Psychologiam Physiologiamque discrimen?[1]—12 de dezembro de 1842.

José Ferreira de Macedo Pinto — Nunquid satis liquet veram metamorphosin præire animali adsimilationi? Quantum et quomodo chæmiæ physiologiæ prodest?—12 de dezembro de 1843.

Antonio Carlos dos Guimarães Moreira —De hominis entozois, morbisque propterea natis; et therapia demum qua profligari possunt.—12 de dezembro de 1843.

Antonio Egypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos—Quæ diagnosis et carcinomatis natura? Quæ inde sua rationalis therapia? —18 de dezembro de 1844.

(*) Thomaz da Piedade Pinto de Figueiredo —An alii sensus, alii motus sint nervi? Ubi perficiuntur sensationes et incipiunt voluntarii motus?—18 de dezembro de 1844.

Antonio Augusto da Costa Simões—Quæ in animantibus organa veram auditionem exercent? Ad quid aurium ossicula, eorumque præcocius incrementum?—15 de janeiro de 1848.

Antonio Gonçalves da Silva e Cunha —Nunquid verum discrimen inter nervos sensûs ac motûs quoad originem fines textum ac dispositionem? Aliud etiam genus, respiratorium dictum, a quadam tantum vertebralis medullæ parte?—15 de janeiro de 1848.

Antonio Joaquim Ribeiro Gomes d'Abreu —An merito inter acutas, an contagiosas febres cholera orientalis Huffelando

[1] De todos os pontos para dissertações inauguraes approvados pelo Conselho da Faculdade, cuja redacção foi posteriormente modificada, nenhum sahiu impresso com maiores differenças do que o do dr. João Antonio de Souza Doria. Transcrevi para aqui o ponto como o candidato o apresentou nas theses. Na acta respectiva está enunciado do seguinte modo: *Intellectus et voluntatis phœnomena usquequo explicari possumus? Quid idcirco inter physiologiam et psychologiam discrimen?*

enumeratur? Quænam hujus morbi cura utilissima prophylactica atque therapeutica?—20 de novembro de 1848.

(*) Luiz Albano de Andrade Moraes—De combustione humana spontanea.—24 de novembro de 1851.

Jacintho Alberto Pereira de Carvalho—Quid anatome in diagnoscendis ac explicandis morbis pathologica valeat? Quæ inde illis curandis utilitas? — 23 de dezembro de 1852.

Callisto Ignacio d'Almeida Ferraz — Nunquid satis liquet cordis imperium in sanguinis circuitu nunquam decrescere? Et hæmodynamometro Poisselliano vim cordis accurate æstimari? — 25 de novembro de 1853.

Raymundo Francisco da Gama — Quæ anesthesiam faciant et quomodo? Eorum aliquæne sunt, quæ chirurgiæ præstare opem possint? — 6 de dezembro de 1854.

(*) Candido Francisco Lopes Lobão — Inter choleram orientalem acutasque febres an verum discrimen circa aetiologiam et therapiam? —16 de fevereiro de 1856.

Francisco Antonio Alves — Nunquid inter febrem puerperalem, metro-peritonitem et phlebitem uterinam verum datur discrimen? Quæ rationalis hujus febris curatio? —15 de dezembro de 1856.

(*) José Maria Gonçalves Roma—Tollendane sunt expositorum infantium nostratia instituta? Si equidem sint, quaenam alia in eorum locum substituantur, oportet? Sin minus, quomodo fiet, ne eo exceptorum infantium tanta pereat multitudo? —12 de dezembro de 1857.

Em sessão de 28 de janeiro de 1858 decidiu o conselho da Faculdade que as dissertações inauguraes fossem escriptas em portuguez e impressas. Desde então foram tambem formulados em portuguez os pontos que d'antes se davam em latim.

Lourenço d'Almeida e Azevedo — Serão as cellulas, seus nucleos e granulos as unicas primitivas formações do plasma? Sendo assim, quaes serão as metamorphoses por que terão de passar até o seu definitivo desenvolvimento? —28 de janeiro de 1858.

Antonio d'Oliveira Silva Gaio — A lithotricia no tractamento radical dos calculos vesicaes apresenta menos perigos e in-

commodos do que a lithotomia? No estado actual da sciencia póde dizer-se que a lithotricia chegou á perfeição? — 28 de janeiro de 1858. *Este ponto tinha sido approvado, mas redigido em latim, na sessão de 12 de dezembro de 1857.*

Bernardo Antonio Serra de Mirabeau — Serão principios immediatos do organismo a diastase salivar, a gasterase e a pancreatina? Cada uma d'estas substancias que importancia tem nos phenomenos chimicos da digestão? — 27 de novembro de 1858.

Manuel Pereira Dias — Existirão medicamentos, cuja acção primitiva se dirija sobre o sangue? E poderá esta estudar-se só pelo ensaio physiologico? — 24 de novembro de 1859.

José Epiphanio Marques — Dos entozoarios, e da relação que existe entre elles e a etilogia e a symptomatologia? — 13 de dezembro de 1860.

Manuel José da Silva Pereira — Qual a causa da angina membranosa, que nestes ultimos annos tem grassado tanto em diversos paizes? Terá ella sido sempre da mesma natureza? — 31 de outubro de 1861.

Fernando Augusto de Andrade Pimentel e Mello — Qual a causa da albuminuria das mulheres gravidas? Que relação existe entre esta doença, a chlorose e a hydropesia? — 20 de novembro de 1861.

Filippe do Quental — Deve permittir-se a cultura do arroz em Portugal? Permittindo-a, como tornal-a inoffensiva? Prohibindo-a, qual o genero de cultura que melhor a poderá substituir com vantagem da saude publica e com menos prejuizo da agricultura? — 31 de outubro de 1861.

Antonio da Cunha Vieira de Meirelles — Qual a marcha da natureza no processo osteogenico? E que papel nelle representam o periosteo, a medulla e a cartilagem? — 20 de novembro de 1861.

(*) Julio Cesar de Faria Graça — Na transmissão das impressões de sentimento que acção physiologica exercem os elementos nervosos da espinal medulla? Nos de movimento ha differença de agente e modo de obrar? — 12 de dezembro de 1862.

José Ferreira de Lacerda — Póde o emprego do trocarte, na abertura dos abcessos, ser constantemente preferido ao do bisturi ou lanceta? Se não pode, quaes os abcessos em que seja preferivel o bisturi ou lanceta? — 12 de janeiro de 1863.

Julio Cesar de Sande Sacadura Botte — Como obra o mercurio nas molestias syphiliticas? Haverá algum medicamento que possa substituil-o com vantagem no tractamento das mesmas molestias? — 12 de dezembro de 1863.

José Carlos Godinho de Faria — Será o cancro uma affecção local? Em que circumstancias poderá aproveitar a sua extirpação? — 29 de novembro de 1866.

Raymundo da Silva Motta — Qual o valor da cellula animal em anatomia pathologica? Os tecidos morbidos terão elementos anatomicos especiaes? — 29 de novembro de 1866.

Manuel da Costa Alemão — As experiencias de Claudio Bernard sobre os nervos vaso-motores explicam satisfactoriamente as pyrexias? No caso negativo qual a theoria dos phenomenos febris? No caso affirmativo qual a therapeutica racional das pyrexias? — 29 de novembro de 1866.

João Jacintho da Silva Correia—Será conforme ao direito e á moral na praxe tocologica provocar o aborto? Qual o meio mais simples, prompto e efficaz? — 12 de dezembro de 1868.

Filomeno da Camara Mello Cabral — As diversas raças humanas poderão indifferentemente habitar toda e qualquer linha isothermica? Será possivel a acclimação dos europeus nas possessões portuguezas ultramarinas? — 17 de janeiro de 1870.

ESTATISTICA

DOS

Estudantes matriculados nos differentes annos do curso medico desde a Reforma da Universidade em 1772 até 1871

Annos lectivos	Annos do curso						Total
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	
1772	46	25	–	–	12	1	84
1773	25	21	20	5	2	–	73
1774	11	23	23	11	7	–	75
1775	8	10	19	16	13	–	66
1776	1	6	10	19	15	–	51
1777	19	1	6	10	23	1	60
1778	–	2	2	4	6	1	15
1779	2	8	2	3	5	–	20
1780	7	4	8	4	7	–	30
1781	18	7	3	8	2	–	38
1782	1	8	7	4	8	–	28
1783	2	6	8	7	3	–	26
1784	10	4	6	8	6	–	34
1785	4	9	4	6	6	–	29
1786	11	6	9	4	6	–	36
1787	8	11	3	8	4	4	38
1788	12	7	10	3	9	–	41
1789	11	12	8	11	3	1	46
1790	12	12	11	8	11	–	54
1791	19	9	14	10	8	3	63
1792	16	16	12	11	10	3	68
1793	48	17	16	13	11	–	105
1794	47	48	13	17	12	4	141
1795	35	43	51	13	19	3	164
1796	45	32	36	47	16	4	180
1797	30	42	27	37	43	2	181
1798	23	32	39	29	33	6	162
1799	26	23	29	39	28	1	146
1800.	27	26	17	32	35	1	138

Annos lectivos	Annos do curso						Total
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	
1801	21	30	23	21	40	1	136
1802	28	23	19	26	19	3	118
1803	18	29	18	22	21	3	111
1804	27	21	31	19	22	–	120
1805	6	29	17	25	23	2	102
1806	22	10	30	16	25	–	103
1807	17	22	8	30	17	1	95
1808	20	16	22	9	28	1	96
1809	17	15	16	19	10	4	81
1810 (*a*)	–	–	–	–	–	–	–
1811	8	18	11	18	12	–	67
1812	11	7	17	12	19	1	67
1813	6	11	7	17	16	2	59
1814	7	6	12	6	19	5	55
1815	13	6	6	12	6	2	45
1816	13	11	6	6	12	5	53
1817	16	11	11	6	6	9	59
1818	12	15	11	11	7	1	57
1819	24	13	14	10	11	4	76
1820	19	24	14	14	10	5	86
1821	13	19	24	12	11	4	83
1822	6	11	13	23	17	1	71
1823	14	14	7	12	22	2	71
1824	31	15	12	11	10	3	82
1825	31	27	14	12	11	–	95
1826	22	29	28	13	11	2	105
1827	26	23	27	27	9	1	113
1828 (*b*)	–	–	–	–	–	–	–
1829	6	15	8	13	5	1	48
1830	8	6	13	8	10	1	46

(*a*) Por Aviso de 10 de setembro de 1810 mandou-se fechar a Universidade no anno lectivo de 1810 para 1811, anno em que teve logar a terceira invasão franceza. O Aviso de 23 de setembro de 1811 mandou abrir as aulas.

(*b*) A Carta Regia de 23 de maio de 1828 mandou fechar a Universidade: a Portaria de 30 d'agosto do mesmo anno determinou que continuasse fechada. Foi mandada abrir por Carta Regia de 27 de março de 1829.

Annos lectivos	Annos do curso						Total
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	
1831 (*a*)	–	–	–	–	–	–	–
1832	–	–	–	–	–	–	–
1833	–	–	–	–	–	–	–
1834	19	8	9	17	11	6	70
1835	9	19	10	13	16	1	68
1836	8	9	20	9	11	2	59
1837	21	8	8	21	9	–	67
1838	51	17	8	10	21	–	107
1839	32	43	17	10	9	–	111
1840	35	27	44	17	9	1	133
1841	29	28	25	42	15	1	140
1842	11	26	30	23	42	2	134
1843	10	11	32	21	24	2	100
1844	–	10	11	32	21	4	78
1845	11	1	7	12	33	–	64
1846 (*b*)	–	–	–	–	–	–	–
1847	7	9	–	7	9	2	34
1848	9	7	10	–	8	1	35
1849	8	10	7	11	–	1	37
1850	14	6	10	6	11	–	47
1851	6	14	6	10	5	1	42
1852	20	6	14	6	10	1	57
1853	17	18	9	11	6	1	62
1854	6	14	16	11	9	1	57
1855	12	6	14	16	9	2	59
1856	17	11	6	15	15	2	66
1857	4	16	11	6	12	5	54

(*a*) Com o pretexto de se reformarem os estudos foi suspensa a abertura da Universidade por Carta Regia de 23 de setembro de 1831. Como em 8 de julho 1832 desembarcaram as tropas liberaes no Mindello, em 11 do mesmo mez e anno se expediu um Aviso á Universidade ordenando que o corpo cathedratico retirasse de Coimbra individualmente para Mortagua e Lorvão, e que o cofre passasse para Tondella. Durante o cêrco do Porto, e no anno seguinte, esteve a Universidade fechada, e só foi aberta, depois de acabada a guerra civil, por Portaria de 14 de maio de 1834.

(*b*) Por causa das luctas civís mandou-se fechar a Universidade por Portaria de 16 de outubro de 1846. Foi aberta por Portaria de 2 d'agosto do anno seguinte.

Annos lectivos	Annos do curso						Total
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	
1858	9	5	16	11	6	1	48
1859	4	9	5	17	10	1	46
1860	15	4	9	5	17	1	51
1861	16	15	4	9	5	4	53
1862	12	16	15	7	7	4	61
1863	11	12	17	13	6	1	60
1864	16	11	12	16	13	–	68
1865	15	15	10	11	16	–	67
1866	10	14	16	10	9	3	62
1867	6	10	12	14	10	4	56
1868	10	6	10	12	14	1	53
1869	12	10	7	9	12	1	51
1870	18	12	11	6	9	–	56
1871	16	18	12	10	6	–	62

Esta Estatistica foi elaborada não em face das relações impressas desde 1800, mas sim á vista dos livros das matriculas.

PARTE SEGUNDA

Noticia biographica dos professores da Faculdade de Medicina, fallecidos desde a Reforma de 1772 até o presente

SIMÃO GOOLD[1]

Do Porto, onde grangeara reputação de bom medico, veiu servir a Universidade o inglez Simão Goold. Foi despachado lente da segunda cadeira de practica por carta regia de 3 de outubro de 1772, e no dia 9 recebeu o gráu de doutor. Não achei noticia de trabalhos emprehendidos por este professor. É muito provavel que se impossibilitasse para reger a cadeira durante o primeiro ou no principio do segundo anno lectivo depois da Reforma; conjecturo isto, porque os ordenados só lhe foram contados por inteiro até o fim de dezembro de 1773. D'este anno em diante até 1776 apparece mencionado nas folhas com a nota de aposentado e vencendo metade do ordenado. Falleceu durante o ultimo quartel de 1776.

[1] Em varios documentos achei designado este professor com o sobrenome de Goud, Gould, Gold, e Goold. Segui a ultima variante, porque nas folhas dos ordenados está constantemente assignada sua mulher com o nome de Paschoa Goold. Que residiu no Porto, assim como o italiano Luiz Cichi, affirma o sr. S. J. da Luz Soriano na *Historia do Reinado d'el-rei D. José*, vol. II pag. 75.

ANTONIO JOSÉ PEREIRA

Cursou a Universidade e fez os actos de tentativa e formatura em 1758 o estudante de Medicina Antonio José Pereira, natural do Porto, que então se assignava com o accrescentamento = de Jesus.= Não apparece nos livros competentes o termo de que fosse approvado no acto de practica, sem a qual approvação não podia exercitar legalmente a Medicina. Mas, não obstante a falta de qualquer acto ou formalidade legal, entregou-se á praxe medica, e taes creditos adquiriu como clinico e homem de sciencia, que por elles se decidiu o Marquez de Pombal a confiar-lhe a regencia da cadeira de Instituições por carta regia de 3 de outubro de 1772. Recebeu no dia 9 o gráu de doutor, e na tarde do mesmo dia recitou na sala dos Capellos a oração inaugural dos trabalhos da nova Faculdade de Medicina. Em 29 de maio de 1776 subiu a lente da primeira cadeira de practica, com a clausula de supprir as obrigações da cadeira em que tinha lido, emquanto se não dava outra providencia. Na Universidade, onde prestou bons serviços, gozou de grande reputação. Foi chamado para medico da real camara, e jubilado por uma honrosa carta regia em 14 de julho de 1776. Se para o logar que exercia no paço entrou depois da sua morte o dr. Francisco Tavares, como affirma um escriptor[1], devia ter fallecido por fins de 1792 ou nos primeiros mezes do anno seguinte.

LUIZ CICHI

Ao medico italiano Luiz Cichi, que no Porto exercia a clinica com bons creditos, se commetteu a regencia da cadeira de anatomia por carta regia de 3 de outubro de 1772. No dia 11 foi-lhe conferido o gráu de doutor. Pelo decreto, que estabeleceu os or-

[1] Francisco Antonio Martins Bastos, na sua obra *Nobiliarchia Medica*, pag. 57.

denados para todos os funccionarios da Universidade, competia-lhe a somma annual de 350$000 réis; mas, como soubesse que ao lente da segunda cadeira de practica se tinham arbitrado 600$000 réis, acudiu logo a pedir para si egual quantia. Deferiu-lhe o Marquez de Pombal a petição *attendendo ao muito que promettia da sua arte.* No primeiro anno de serviço houve-se com a devida regularidade: até o Marquez em officio de 30 de junho de 1773 manifestou o seu contentamento *pelos bons principios que já tinha dado ás operações e demonstrações anatomicas o lente Luiz Cichi.* Mas logo em 25 de fevereiro de 1774 o mandou reprehender *pela falta de assiduidade;* e fallando de certos instrumentos, diz *que estariam promptos, se o mesmo Luiz Cichi não tivesse reprovado alguns, feitos conforme aos modelos dados por elle.* A reprehensão em nome do ministro e os avisos frequentes do prelado não emendaram as irregularidades do professor de anatomia; por isso no principio de dezembro de 1776 foi-lhe intimada a suspensão. Recorreu para o Governo com uma allegação de defesa, sobre a qual deu o reitor tal informação, que o recorrente, conhecendo que não podia ser reintegrado no serviço, pediu a demissão e ao mesmo tempo licença para se ausentar para a sua patria. A uma e outra cousa annuiu o Governo em 18 de janeiro de 1779, mandando então que se lhe pagassem todos os ordenados em debito.

JOSÉ FRANCISCO LEAL

No mesmo dia 3 de outubro de 1772, em que outros medicos foram despachados para as cadeiras de Medicina, foi tambem nomeado lente de materia medica e pharmacia José Francisco Leal, a quem no dia 9 se conferiu o gráu de doutor. Da correspondencia do Marquez de Pombal deprehende-se que o dr. José Francisco Leal viajára pela Europa pouco antes da Reforma da Universidade. Em officio de 12 de fevereiro de 1773 dizia o Marquez para o reitor: *Fica ainda aqui a planta do laboratorio chimico, que foi necessario formar-se pelo modelo que o dr. José Francisco Leal trouxe por ordem minha da côrte de Vienna de Austria.* Isto e a circumstancia de não achar o seu nome nos livros antigos

das matriculas, actos e gráus levam-me a crer que estudou a Medicina em alguma eschola estrangeira.

Em 29 de maio de 1776 foi promovido á cadeira de Instituições com a obrigação de continuar a servir na de materia medica em quanto se não tomava outra providencia. Regeu as duas cadeiras por mais de seis annos consecutivos, e por despacho de 4 de junho de 1783 foi alliviado da de materia medica, continuando todavia a receber o ordenado respectivo por graça especial e em attenção aos seus serviços. Falleceu em 1786. Deixou manuscripta uma obra, que foi publicada em 1792 por industria do dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva: *Instituições ou Elementos de pharmacia extrahidos dos de Baumé e reduzidos a um novo methodo.* Não se encontra esta obra na bibliotheca da Universidade! Debalde a tenho procurado tambem em algumas livrarias particulares. Diz o sr. I. F. da Silva no seu *Diccionario Bibliographico* que é precedida do retrato do auctor e de uma *Noticia da vida e obras do dr. Leal,* escripta por Francisco Luiz Leal.

ANTONIO JOSÉ FRANCISCO D'AGUIAR

Em 24 de fevereiro de 1756 fez exame privado ante a Faculdade de Medicina e no mesmo anno foi graduado o doutorando Antonio José Francisco d'Aguiar, natural de Coimbra. Entrou para uma das conductas da Faculdade em 27 de setembro de 1759. Era ainda conductario quando se inaugurou a Reforma da Universidade, e foi comprehendido nas disposições da Carta de lei de 28 de setembro de 1772, que aposentou todos os lentes da antiga Faculdade de Medicina, conservando-lhes as suas respectivas pensões. A practica de desaseis annos tinha estabelecido ao dr. Aguiar solida reputação de bom medico; e por isso o Marquez de Pombal o aproveitou para constituir a nova Faculdade de Medicina, nomeando-o substituto das cadeiras de clinica por carta regia de 3 de outubro d'aquelle anno.

Como o quadro da Faculdade ficou incompleto e o dr. Simão Goold se impossibilitou para o serviço, regeu o dr. Aguiar por espaço de quatro annos as duas cadeiras de clinica. Subiu a cathe-

dratico e foi nomeado lente da primeira cadeira de practica na promoção de 29 de maio de 1776. Doze annos depois coube-lhe o logar de primeiro lente da Faculdade com exercicio na segunda cadeira de practica. Na congregação de 6 de maio de 1788 foi-lhe conferido por eleição o cargo de decano e director. Depois de largos e assiduos serviços no magisterio foi jubilado por carta regia de 6 de fevereiro de 1791. Não gosou por muito tempo da jubilação; falleceu, deixando em precarias circumstancias dous filhos e tres filhas de menor idade, segundo allegou a sua viuva no requerimento em que pedia uma pensão, e que foi mandado informar em 4 de fevereiro de 1803.

Foi encarregado de escrever um compendio de therapeutica medica pelo methodo nosologico. Por vezes relatou nas congregações o estado em que levava a obra; não consta porem que a concluisse, nem que apromptasse parte do manuscripto para se dar á estampa.

MANUEL ANTONIO SOBRAL

Na sala da conservatoria fez exame privado em 6 de março de 1756 o doutorando em Medicina Manuel Antonio Sobral, natutural de Carnicães. A escolha da sala foi motivado por um terremoto que houve naquelle dia quando os lentes e o examinando assistiam na capella da Universidade á missa, que segundo a lei deve preceder o exame privado. Tinha alcançado o gráu de mestre em Artes durante o curso medico; e em 27 de setembro de 1759 foi nomeado para uma conducta de Medicina. Na qualidade de conductario o aposentaram em 1772; mas o seu merecimento era tal, que logo em 3 de outubro d'aquelle anno obteve a nomeação de substituto das cadeiras de Aphorismos e de Instituições. Como substituto regeu por quatro annos a cadeira de Aphorismos, cuja propriedade lhe foi conferida em 29 de maio de 1776, e nella jubilou em 23 de fevereiro de 1790. Coube-lhe a tarefa de escrever um compendio *sobre a intelligencia e exposição aos aphorismos de Hippocrates*. Apresentou parte do seu trabalho na congregação de 30 de março de 1787; mas nem esta parte, nem porção alguma da obra teve publicidade pela imprensa.

JOSÉ CORREIA PICANÇO

No Recife de Pernambuco nasceu José Correia Picanço em 10 de novembro de 1745[1]. Affirma Balbi[2] que fôra discipulo do celebre cirurgião portuguez Manuel Constancio, e que estudára tambem na eschola de Pariz. Manuel de Sá Mattos, que o conheceu pessoalmente e com elle tractou, diz[3] apenas que em 1767 se encaminhou para Pariz, onde ouviu Sabatier, Morand e outros. É muito provavel que tivesse primeiro estudado no hospital de Lisboa, e que, incitado pelo desejo de mais larga instrucção, fosse aperfeiçoar em França os seus conhecimentos anatomicos e cirurgicos. Em 1772 estava já em Portugal, e gosava de tão subido conceito na sua arte, que o Marquez de Pombal o nomeou demonstrador da cadeira de anatomia por carta regia de 3 de outubro d'aquelle anno.

Em boa hora veiu José Correia Picanço tomar parte no ensino da nova Faculdade de Medicina. O italiano Luiz Cichi, a quem fôra commettida a cadeira de anatomia, e de quem se esperavam maravilhas, deu taes provas do seu desleixo e má vontade, que foi necessario dispensar-lhe o prestimo. Felizmente o demonstrador estava habilitadissimo para supprir todas as faltas, e aos serviços de tão benemerito funccionario se deve o bom andamento, que desde o principio da Reforma tiveram os estudos anatomicos e cirurgicos.

Determinavam os Estatutos que o demonstrador de anatomia regesse a cadeira no impedimento do respectivo cathedratico. Por tanto, logo que foi intimada a suspensão ao dr. Luiz Cichi, ficou com os encargos do magisterio o demonstrador José Correia Picanço. Por mais de dous annos regeu a cadeira como substituto. Foi então que patenteou largamente os seus recursos e ampliou os seus creditos. Conferiu-lhe o Governo a propriedade, quando o dr. Cichi pediu a demissão, e mandou por carta regia de 16

[1] Sigo a informação do *Diccionario Bibliographico* do sr. I. F. da Silva, e da *Bibliotheca Elementar* de Manuel de Sá Mattos.

[2] *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, vol. II, appendix pag. LXXI.

[3] *Bibliotheca Elementar cirurgico-anatomica*. Discurso 3.º, pag. 157.

de fevereiro de 1779 que fosse graduado e incorporado na Faculdade de Medicina, como se tinha practicado com o seu antecessor.

Conservou-se por muitos annos na cadeira de anatomia, e nella jubilou por carta regia de 28 de junho de 1790, tendo antes sido egualado em prerogativas e ordenados a lente de Instituições.

Depois de jubilado exerceu o cargo de cirurgião-mór e de primeiro cirurgião da real camara. Em 1807 embarcou com a familia real para o Brazil, d'onde não voltou. Falleceu pelos fins de 1824, segundo pude averiguar das folhas dos ordenados.

Escreveu um opusculo — *Ensaio sobre o perigo das sepulturas nas cidades e nos seus contornos,* que foi impresso no Rio de Janeiro em 1812.

FRANCISCO TAVARES

O dr. Francisco Tavares nasceu em Coimbra, e foi seu pae Manuel Antonio Tavares. Frequentou os estudos medicos na antiga Faculdade de Medicina, e concluiu formatura com o acto de practica em 20 de julho de 1771. No anno immediato teve logar a Reforma da Universidade ; matriculou-se então no sexto anno medico, e foi o primeiro repetente que se propoz satisfazer ás rigorosas exigencias dos novos Estatutos para alcançar os ultimos gráus academicos. Cinco annos decorreram sem que Francisco Tavares tentasse fazer os actos, que segundo os Estatutos devem preceder o doutoramento ; e quando em outubro de 1778 requereu que lhe fosse assignado dia para defender theses, o Conselho da Faculdade de Medicina hesitou em lhe despachar o requerimento. Recorreu para o Governo, e em 7 de novembro obteve a permissão de fazer os actos grandes, «porquanto (diz a provisão) não tinha «perdido o direito a elles pela circumstancia de os não ter feito «no fim do sexto anno.»

Defendeu theses em 11 de novembro de 1778 ; fez exame privado em 23, e recebeu o gráu de doutor no dia 30. Em 12 de abril do anno seguinte foi nomeado para exercer interinamente o logar de demonstrador de materia medica. Desempenhou-se da incumbencia com tal acceitação, que dous annos depois, em 19 de

junho de 1781, affirmou a Faculdade de Medicina ao Governo «que o dr. Francisco Tavares tinha merecimentos para lente.» O Governo attendeu ao voto da Faculdade, e no despacho de 4 de junho de 1783 conferiu a propriedade da cadeira de materia medica ao dr. Francisco Tavares. Por quatro annos se occupou na regencia da cadeira e ao mesmo tempo na composição de compendios que podessem servir de norma a seus discipulos. Foi o primeiro lente de Medicina que publicou um livro apto para texto das lições. Por isso depois da promoção de 7 de novembro de 1787, em que foi nomeado para a cadeira de Instituições, obteve por carta regia de 29 de dezembro do mesmo anno que sobre o ordenado da cadeira lhe fossem contados cem mil réis annuaes.

Pela jubilação do dr. Aguiar subiu a lente de prima com exercicio na segunda cadeira de practica por carta regia de 6 de fevereiro de 1791. Pouco tempo antes tinha sido commissionado pela Faculdade juntamente com o professor de materia medica, dr. Joaquim de Azevedo, para compor a Pharmacopeia geral do reino. Não lhe foi mister auxilio extranho para levar a cabo tão momentosa commissão; e, com quanto lhe não faltassem cuidados para satisfazer a outras obrigações, em 1794 tirou do prelo os dous volumes da obra. Já por esse tempo tinha sido chamado a Lisboa para tractar da Rainha D. Maria I. Fixou desde então a sua residencia na capital, onde o detinham os encargos de primeiro medico da real camara. Foi-lhe concedida a jubilação na segunda cadeira de clinica por carta regia de 4 de abril de 1795. Não obstante o serviço do paço e outros cuidados que lhe não faltavam em Lisboa, não deixou de cultivar a sciencia, e de se entregar á composição de obras que lhe grangearam merecida reputação. Depois de gloriosa carreira como professor e como medico, veiu a fallecer em Lisboa em 20 de maio de 1812[1].

Alem da dissertação inaugural escreveu as seguintes obras:

Pharmacologia Libellus, Coimbra 1786.

Medicamentorum sylloge, ibidem 1787.

Pharmacopeia Geral do Reino, Lisboa 1794.

Sahiu segunda edição em 1823.

[1] Sobre maiores particularidades da vida e escriptos do dr. Francisco Tavares consulte-se a obra do sr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, *Memorias Biographicas dos Medicos e Cirurgiões Portuguezes*, etc. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

Advertencia sobre o abuso e legitimo uso das aguas mineraes das Caldas da Rainha, Lisboa, Typ. da Acad. 1791.

Instrucções e cautelas practicas sobre a natureza, differentes especies, virtudes em geral e legitimo uso das aguas mineraes, etc. Coimbra 1810.

Pharmacologia novis recognita curis etc. Coimbra 1809. É a segunda edição da de 1786, mas melhorada e em muitos pontos augmentada.

Observações e reflexões sobre o uso proveitoso e saudavel da quina na gotta, Lisboa 1802.

Manual de gottozos e de rheumaticos, Coimbra 1810.

Dissertação d'um feto monstruoso, nascido em Coimbra em 20 de novembro de 1791. Foi publicada nas Memorias da Academia.

JOAQUIM DE AZEVEDO

Foi filho de Paulo de Azevedo e natural de Coimbra. Em 1774 concluiu formatura em Medicina; e, como aspirasse a mais subida graduação academica, frequentou o sexto anno, fez os actos grandes, e recebeu emfim o gráu de doutor em 25 de julho do 1779. Em 4 de junho de 1783 teve o despacho de substituto ordinario para servir nas cadeiras que lhe fossem designadas. Na promoção de 7 de novembro de 1787 coube-lhe como cathedratico a cadeira de materia medica, que regeu por desanove annos. Em 6 de fevereiro de 1791 subiu a quarto lente da Faculdade, e em 4 de abril de 1795 foi egualado em honras e proventos a lente de prima.

Foi encarregado de escrever um compendio de pathologia, semeiotica, etiologia, e therapeutica geral, cujo plano apresentou e foi approvado na congregação de 2 de dezembro de 1787. Não ha noticia de ter desempenhado a incumbencia, assim como não consta que tivesse coadjuvado o dr. Francisco Tavares na composição da *Pharmacopeia,* para trabalhar na qual fôra nomeado em congregação de 23 de julho de 1790. Obteve a jubilação por carta regia de 20 de junho de 1806. Um requerimento da sua viuva, mandado a informar em 30 de agosto de 1814, diz que «antes da invasão serviu de juiz pela ordenação, que prestou bons

«officios ao exercito anglo-luso, que se refugiou em Lisboa por «ordem do general em chefe, onde exerceu o logar de primeiro «medico no hospital da Graça, e que lá adquiriu a molestia de que «veiu a fallecer, deixando a mulher e tres filhas em pobreza.»

JOSÉ PINTO DA SILVA

O dr. José Pinto da Silva nasceu no logar de Muna, termo de Besteiros, e foi filho de José da Silva Pereira. Cursou na Universidade a Faculdade de Medicina; e, tendo satisfeito completamente ás exigencias da lei, recebeu o gráu de doutor em 29 de julho de 1779. Foi despachado substituto ordinario sem designação de cadeiras em 4 de junho de 1783. Na promoção geral da Faculdade de 7 de novembro de 1787 continuou na classe de substituto, mas foi egualado nos ordenados a lente de materia medica, e mandado reger a segunda cadeira de practica, que ficava vaga. Passou a cathedratico e a segundo lente de Medicina em 6 de fevereiro de 1791, e foi elevado a lente de prima com exercicio na segunda cadeira de practica em 4 de abril de 1795. Graduação egual foi tambem concedida no mesmo dia ao seu collega dr. Joaquim de Azevedo, que era mais antigo no gráu de doutor e subira primeiro a cathedratico. Disputaram os dous professores a posse do primeiro logar na congregação de 14 de dezembro de 1795. Ambos pretendiam sentar-se á direita do prelado como lentes de prima. O dr. José Pinto da Silva mostrou-se zeloso das suas prerogativas; e, porque o vice-reitor José Monteiro da Rocha lhe contrariou a pretenção, lavrou protesto contra a decisão do prelado.

Foi nomeado physico-mór dos reaes exercitos, conservando segundo o aviso de 17 de dezembro de 1803 os ordenados de primeiro lente, emquanto se não resolvesse a materia da sua jubilação, que requereu e obteve em 24 de julho de 1804, tendo regido todas as cadeiras durante o espaço de dezoito annos.

Na congregação de 2 de dezembro de 1786 acceitou o encargo de escrever um compendio de physiologia, cujo plano chegou a apresentar, pedindo alguns esclarecimentos ao Conselho: declarou porem em 30 de março de 1787 que não podia adiantar a com-

posição do compendio, porque tinha de reger uma cadeira de practica. Não consta que se desempenhasse da incumbencia.

CAETANO JOSÉ PINTO D'ALMEIDA

Em 20 de agosto de 1738[1] nasceu em Paços de Brandão o dr. Caetano José Pinto de Almeida, filho de Manuel Pinto de Almeida.

Deprehende-se da *Bibliotheca cirurgico-anatomica,* de Manuel de Sá Mattos, que o dr. Caetano seguira (talvez no Porto) o aprendizado da cirurgia, e que pouco depois occupára o posto de cirurgião das fragatas reaes. Accrescenta o mesmo auctor que tudo deixou para ir estudar a Montpellier, d'onde vôltou para o Porto, e ahi estabeleceu um theatro anatomico, o primeiro que houve naquella cidade. Se realmente sahiu de Portugal em 1767, como inculca Sá Mattos[2], não teve demorada assistencia em Montpellier, porque já em outubro de 1769 effectuava em Coimbra a matricula no primeiro anno de Medicina[3]. Depois da Reforma seguiu com interrupções o curso medico, que chegou a concluir em 14 de julho de 1781.

Era ainda estudante quando foi nomeado para exercer interinamente as funcções de demonstrador de anatomia e de cirurgião do hospital. Em um e outro logar adquiriu tal reputação, possuiu-se tanto dos seus merecimentos, que antes de acabar a formatura não duvidou solicitar carta de demonstrador de anatomia com privilegios de lente. Não lhe foi favoravel o voto da Faculdade de Medicina sobre a pretenção dos privilegios; corroborou porem que «era digno de que se lhe passasse carta de demonstrador de ana-

[1] A data é a que indica Manuel de Sá Mattos na *Bibliotheca cirurgico-anatomica,* discurso 3.°, pag. 156.

[2] Na mesma obra, discurso 3.°, pag. 157, quando tracta de José Correia Picanço.

[3] O termo da matricula contem o seguinte additamento «incorporado com «provisão de S. Magestade nos actos de bacharel e licenciado em philoso-«phia,» o que significa que obteve dispensa dos preparatorios que então se exigiam para a matricula em Medicina.

«tomia.» E de facto em 15 de dezembro de 1781 teve a nomeação de demonstrador e substituto de anatomia, e de cirurgião do hospital.

A lei não permittia que o demonstrador Caetano José Pinto de Almeida tivesse ascenso d'aquelles logares para as cadeiras da Faculdade; conseguiram porem os seus creditos o que a lei recusava. Por carta regia de 4 de junho de 1783 foi provido na cadeira de therapeutica cirurgica, instituida naquella occasião; e ao mesmo tempo expediram-se as ordens convenientes para que o novo professor fosse graduado e considerado lente de Medicina, como já se tinha practicado com o dr. José Correia Picanço. Foi-lhe conferido o gráu de doutor em 27 de outubro d'aquelle anno, e desde então gosou das prerogativas que tinham os lentes da Faculdade. Na promoção de 7 de novembro de 1787 obteve o augmento de cincoenta mil réis no ordenado. Em 4 de abril de 1795 foi egualado nos proventos a lente de prima já em attenção aos seus serviços de 12 annos, já em premio de compôr duas partes d'um compendio. E como na mesma data se mandasse suspender o exercicio da cadeira de therapeutica cirurgica, passou a reger a primeira de practica, e nella continuou até 1798. Falleceu no decurso do terceiro quartel d'este mesmo anno segundo consta das folhas dos ordenados.

Foi-lhe incumbida a composição d'um compendio de therapeutica cirurgica. Apresentou a primeira e segunda parte da obra, e ambas foram approvadas pela Faculdade em congregação de 12 de dezembro de 1789, e mandadas adoptar nas aulas por aviso regio, de que ficou noticia na acta da sessão de 8 de maio do anno seguinte.

LUIZ JOSÉ DE FIGUEIREDO E SOUZA

Foi natural de Coimbra, e filho de Antonio José de Figueiredo. Applicou-se ao estudo da Medicina; nella concluiu formatura e aspirou a mais elevada graduação. Pelo que hoje se pode conjecturar parece que a respectiva Faculdade o não acolheu de bom grado no sexto anno. Depois do acto de conclusões magnas, fez exame privado em 25 de maio de 1785, e ficou reprovado. Assis-

tiu a todo o acto o cancellario da Universidade D. Lourenço da Virgem Maria, e na segunda lição esteve presente o reformador reitor principal Mendonça. Ambos presidiram ao escrutinio e regularam os votos, mas não quizeram assignar o termo da votação. Bons padrinhos teve o candidato junto do Governo; apezar de reprovado foi mandado graduar sem dependencia de novo exame por carta regia de 12 de setembro de 1786. Effectivamente em 11 de outubro immediato recebeu o grau de doutor com as solemnidades do estylo. E não parou aqui o favor real. No despacho de 7 de novembro de 1787 foi o dr. Luiz José de Figueiredo nomeado primeiro substituto ordinario, preterindo-se por este modo e sem motivo justificavel a antiguidade d'outros oppositores. É de presumir que não houvesse bom accordo entre os vogaes da Faculdade e o novo substituto. É certo que este alcançou a jubilação com o ordenado, que recebia, em 24 de janeiro de 1791, quando contava pouco mais de tres annos de serviço. Mais tarde requereu que lhe fosse mudada a jubilação para uma cadeira maior, e conseguiu por carta regia de 2 de agosto de 1805 ser elevado á cathegoria de lente de Aphorismos com o ordenado de 400$000 réis. Não consta que fizesse serviços litterarios dignos de tão grandes mercês; d'onde se collige que tinha junto do Governo protecções para lhe grangearem ainda maiores favores.

Falleceu em 11 de fevereiro de 1833.

JOÃO FRANCISCO D'OLIVEIRA ALVES

Nasceu na Ilha da Madeira e foi filho de Domingos Alvares. Graduou-se em 3 de julho de 1785. Na promoção de 7 de novembro de 1787 teve a nomeação de segundo substituto. Das folhas dos ordenados não consta que fizesse serviço na Universidade, nem que lhe fosse contado vencimento algum; talvez deixasse o magisterio despeitado por se ver preterido.

JOÃO JOAQUIM GRAMACHO DA FONSECA

Em Leça da Palmeira nasceu o dr. João Joaquim Gramacho da Fonseca, e foi seu pae João Loureiro da Fonseca. Havendo cursado com distincção a Faculdade de Medicina, recebeu o gráu de doutor em 29 de julho de 1785. Conseguiu entrar para o collegio de S. Paulo, onde esteve como porcionista. No despacho de 7 de novembro de 1787 foi nomeado terceiro substituto ordinario. Passou a cathedratico em 6 de fevereiro de 1791. Nas successivas promoções foi melhorando de collocação até que lhe coube o logar de lente de prima com exercicio na segunda cadeira de practica em 20 de junho de 1806. O dr. Gramacho teve em Coimbra merecidos creditos como medico, e gosou de grande reputação na Universidade. Nos ultimos annos da sua vida substituia o prelado todas as vezes que este se ausentava. Em 6 de março de 1811 participou o vice-reitor ao Governo o fallecimento do dr. Gramacho, a fim de se nomear quem dirigisse e inspeccionasse a Universidade na ausencia d'elle vice-reitor. Póde pois dizer-se que o fallecimento succedeu em principios de março d'aquelle anno.

JOÃO DE CAMPOS NAVARRO

Desde a primitiva fundação da Universidade até aos tempos, que vão correndo, uma só vez aconteceu que cinco membros da mesma familia, irmãos no sangue e no ingenho, frequentassem os estudos universitarios, e subissem todos ao fastigio da mais elevada graduação academica. Foram estes os afamados irmãos Navarros, filhos de Sebastião Navarro de Andrade, naturaes de Guimarães. Doutorou-se um em Direito, outro em Philosophia e tres em Medicina. O mais velho dos tres medicos, e talvez de todos os irmãos, foi João de Campos Navarro, a quem se conferiu o gráu de doutor em 20 de julho de 1788.

Frequentava o anno de repetição quando por consenso unanime da Faculdade de Medicina foi nomeado demonstrador interino de

anotomia, nomeação que o Governo confirmou em 3 de abril de 1788. Proseguiu no serviço academico, e de demonstrador e secretario passou a sexto lente cathedratico, com exercicio na cadeira de anatomia, em 6 de fevereiro de 1791. Por carta regia de 19 de outubro de 1801 foi-lhe arbitrada, para si e para todos os lentes de anatomia que lhe succedessem, a gratificação de duzentos mil réis annuaes. Parece que não lhe foram remunerados em tempo competente os serviços que prestou nas demonstrações. Ao menos assim o persuade o aviso regio de 13 de março de 1804, que lhe mandou pagar os ordenados de demonstrador.

Na promoção de 20 de junho de 1806 coube-lhe o logar de segundo lente da Faculdade com exercicio na primeira cadeira de practica, e pelo fallecimento do dr. Gramacho subiu a lente de prima em 29 de julho de 1812. Em dia egual do anno immediato foi-lhe concedido que accumulasse com o ordenado a pensão de duzentos mil réis, que havia recebido emquanto regera a cadeira de anatomia, e que a pensão lhe fosse contada desde 1805, em que passára para a primeira cadeira de clinica. Nunca antes nem depois houve outro lente de Medicina que auferisse da Universidade tantos proventos.

Quando teve logar a acclamação d'el-rei D. João VI foi por parte do corpo cathedratico felicitar o monarcha ao Rio de Janeiro, onde o detiveram as funcções de medico do paço, e de lá renunciou em 1818 o cargo de director em seu irmão o dr. Joaquim Navarro, que occupava na Faculdade o logar de lente de vespera com honras de primario. De volta para o reino obteve a jubilação em 15 de junho de 1822.

O dr. João de Campos Navarro gosou de grande e bem fundada reputação como medico e como operador. Foi brilhante ornamento não só da Faculdade de Medicina, mas da Universidade. Por isso bem cabidas foram as honras e mercês que o soberano lhe concedeu. Entre outras teve o titulo de Barão de Sande.

Segundo pude averiguar no cartorio da antiga Junta da fazenda recebeu os ordenados pela Universidade até março de 1836. Passou depois a ser pago pelo thesouro, aonde as minhas investigações o não poderam seguir. Assevera F. A. Martins Bastos[1] que fallecera em março de 1858.

[1] *Nobiliarchia Medica*, pag. 62.

Não sei que deixasse obras impressas ou manuscriptas a não ser a dissertação inaugural, que existe na bibliotheca da Universidade, e da qual faço extensa citação a pag. 145.

JOAQUIM NAVARRO DE ANDRADE

Foi irmão e condiscipulo de João de Campos Navarro. Com elle frequentou os preparatorios e todo o curso medico, e recebeu com elle o gráu de doutor em 20 de julho de 1788. Entrou logo a servir como substituto extraordinario, e em 6 de fevereiro de 1791 teve o despacho de septimo lente cathedratico com exercicio na cadeira de Instituições. Foi subindo na escala da Faculdade, e em 19 de outubro de 1801 ficou egualado a quarto lente com exercicio na cadeira de Aphorismos, em que permaneceu até jubilar. Na promoção de 29 de julho de 1812 coube-lhe o logar de lente de vespera[1]. A carta regia que lhe confere a nomeação qualifica de *muito distinctos* os seus serviços no magisterio. Em 11 de outubro de 1817 foi egualado em honras e proventos a lente de prima por haver recitado a oração latina nas exequias da Rainha D. Maria I. Ao cabo de trinta e um annos de assiduos serviços, que exaltaram a Universidade e deram vivo esplendor á Faculdade de Medicina, obteve a jubilação em 15 de junho de 1822. Viveu nove annos em descanço das lidas academicas, e veiu a fallecer em 18 de junho de 1831.

O dr. Joaquim Navarro de Andrade, considerado como theorico e eloquente, sobresahe entre os principaes professores que se têm sentado nas cadeiras universitarias. Os contemporaneos distinguiram-no chamando-lhe por antonomasia *Lingua de Prata*. Pena é que de tão abalisado ingenho pouco mais ficasse para lhe perpetuar a memoria do que a tradição que ainda hoje permanece viva na Universidade.

Alem da dissertação inaugural, que se conserva manuscripta na

[1] Em 29 de julho de 1812 sómente foi assignado o despacho de promoção para os dous irmãos Navarros ; para os outros vogaes da Faculdade teve logar em 29 de julho do anno immediato.

bibliotheca, escreveu — *Distributio Methodica interpretandorum Aphorismorum Hippocratis, etc.* obra, que serviu de compendio aos alumnos do quarto anno medico, e uma *Carta apologetica e analytica,* de que achei noticia no *Diccionario Bibliographico* do sr. I. F. da Silva.

BENTO JOAQUIM DE LEMOS

Nasceu em Coimbra, e foi seu pae Antonio de Lemos e Almeida. Em 31 de julho de 1788 recebeu o gráu de doutor, e logo no anno immediato começou a servir como substituto extraordinario, e teve o despacho de primeiro substituto ordinario em 6 de fevereiro de 1791. Na promoção de 13 de março de 1798 subiu a sexto lente cathedratico com exercicio na primeira cadeira de practica. Nella foi jubilado com o ordenado e honras de quarto lente em 20 de junho de 1806, «em attenção ás suas molestias.» Apezar de jubilado, acudiu muitas vezes ás necessidades do serviço, argumentando nos actos e exames privados. Em 1823 requereu melhoria na jubilação. O governo, «attendendo aos seus serviços e «a ter jubilado com antecipação em quarto lente» mandou que fosse egualado a lente de prima por carta regia de 8 de agosto d'aquelle anno. O dr. Bento Joaquim de Lemos foi comprehendido na demissão dos lentes realistas, em 15 de julho de 1834; mas, por decreto de 3 de junho de 1840 entrou novamente no goso da jubilação que lhe havia sido concedida. Falleceu, segundo informações, que obtive, em 17 de junho de 1847.

RICARDO TEIXEIRA MACONELLI

Na Irlanda dizem os termos das matriculas que nascera Ricardo Teixeira Maconelli, filho de Guilherme Maconelli. Frequentou com distincção o curso ordinario de Medicina na Universidade de Coimbra; e como se mostrasse digno de mais elevada graduaduação, foi-lhe conferido o gráu de doutor em 29 de julho de

1788. No anno seguinte foi nomeado substituto extraordinario, e teve o despacho de ordinario em 6 de fevereiro de 1791. Na promoção de 4 de abril de 1795 não passou a cathedratico por falta de logares, mas augmentaram-lhe o ordenado de substituto com a ajuda de custo de cem mil réis annuaes. Comquanto sejam indubitaveis os despachos que deixo referidos, nas folhas dos ordenados não se encontra este professor contado com os respectivos vencimentos.

ANTONIO GOMES DA SILVA PINHEIRO

Em 13 de julho de 1792 foi graduado Antonio Gomes da Silva Pinheiro, filho d'outro, natural de Arouca. Na congregação final d'aquelle anno obteve a nomeação de substituto extraordinario, e em 4 de abril de 1795 passou a demonstrador de anatomia. No anno seguinte subiu a substituto ordinario por carta regia de 17 de novembro. Pediu e alcançou do Governo licença para tractar da sua saude nas Caldas da Rainha desde junho até novembro de 1796. Em epocha egual do anno immediato foi encarregado da administração do hospital d'aquella villa, onde continuou assistindo. Expediram-se as ordens necessarias em 29 de abril de 1799 para ser contado na classe de substituto e como se fosse presente na Universidade, em quanto tivesse a seu cargo «a administração e regulamento do hospital das Caldas.» Jubilou em 4 de maio de 1800 com o ordenado que tinha de substituto a fim de continuar a servir naquelle hospital.

ANTONIO JOSÉ DE MIRANDA E ALMEIDA

Nasceu em Olivença o dr. Antonio José de Miranda e Almeida, e foi filho de Thomaz José de Miranda. Frequentou com distincção a Faculdade de Medicina, na qual recebeu o gráu de doutor em 13 de julho de 1792. Foi logo nomeado pela congregação substituto extraordinario, e exerceu por tres annos o cargo de secre-

tario. Coube-lhe o despacho de demonstrador de anatomia em 4 de abril de 1795. Passou a substituto ordinario em 14 de julho de 1797.

Por aviso de 29 de maio de 1799 mandou o Governo que se lhe descontassem no ordenado doze mil réis mensaes para serem entregues a sua mulher D. Marianna Magalhães Mexia Macedo Bulhões, que se tinha recolhido a uma casa religiosa. O procedimento inaudito do dr. Miranda para com sua esposa tornou o seu nome de triste celebridade entre os contemporaneos.

Na promoção de 4 de maio de 1800 sahiu despachado physico-mór do Estado da India. Como pelo mesmo tempo se instituisse em Gôa uma eschola de Medicina, accumulou o dr. Miranda o cargo de physico-mór com o de professor. A carta de jubilação, que lhe foi concedida em 19 de fevereiro de 1816 com o ordenado de oitocentos mil réis, diz que se houve com muito zêlo na regencia da cadeira. Do ordenado com que jubilou se deduziu o subsidio para sustento de sua esposa. Sobre este particular procedeu o Governo com muito cuidado; quando em 3 de fevereiro de 1817 foi remettida para Gôa em segunda via a carta de jubilação, não esqueceu tornar muito explicita a clausula do desconto em beneficio D. Marianna Magalhães. Conjecturo que voltou ao reino em 1820 pouco mais ou menos. A jubilação foi-lhe confirmada por aviso das côrtes de 22 de abril de 1822. D'esta epocha em diante acham-se noticias de ter por vezes requerido que se lhe pagassem alguns vencimentos. Das folhas dos ordenados consta que fallecera em maio de 1833.

Se os dotes de bom coração correspondessem no dr. Antonio José de Miranda e Almeida á elevação da sua intelligencia, jámais teria sahido para a India, e os fastos universitarios registariam o seu nome na lista dos mais distinctos professores.

ANTONIO IGNACIO GONÇALVES FORTE

Foi natural de Coimbra e filho de João Dias Forte. Dedicou-se ao estudo da Medicina e nesta faculdade recebeu o gráu de doutor em 17 de maio de 1795. Logo na congregação de 15 de julho

foi escolhido para secretario da Faculdade, cargo que exerceu por tres annos. No principio de 1797 teve o despacho de demonstrador de materia medica. Por aviso de 5 de fevereiro do mesmo anno foi nomeado com o dr. Castilho inspector dos hospitaes militares ás ordens do physico-mór nas provincias do Alemtejo e Beira. Foi encarregado da inspecção do hospital militar estabelecido em Xabregas sem prejuizo dos despachos que lhe devessem competir na Universidade. Por graça especial obteve a jubilação na classe de substituto ordinario em 12 de agosto de 1800, devendo ser-lhe contada a jubilação desde 4 de maio do mesmo anno.

JOSÉ DIOGO DA ROCHA

Nasceu em Coimbra o dr. José Diogo da Rocha, e foi seu pae José da Rocha. Cursou a Faculdade de Medicina, e obteve o grau de doutor em 9 de julho de 1793. Exerceu o cargo de fiscal por espaço de tres annos, e por carta regia de 17 de novembro de 1795 foi despachado demonstrador de anatomia. Na promoção de 13 de março de 1798 passou a substituto ordinario. Não chegou a ter o despacho de cathedratico; falleceu no 1.º de julho de 1805.

ANTONIO JOAQUIM NOGUEIRA DA GAMA

Na villa de S. João d'El-rei nasceu o dr. Antonio Joaquim Nogueira da Gama; foi filho de Nicolau Antonio Coelho. Frequentou os estudos medicos até receber o grau de doutor, o que teve logar em 31 de maio de 1795. Serviu por algum tempo de secretario da Faculdade, e na promoção de 13 de março de 1797 teve o despacho de demonstrador de anatomia. Não logrou mais elevada cathegoria no quadro da Faculdade, porque a morte o arrebatou antes da promoção de 4 de maio de 1800.

JOSÉ FELICIANO DE CASTILHO

Estudou Medicina, e nesta sciencia recebeu o grau de doutor em 14 de junho de 1795, José Feliciano de Castilho, filho de José Barreto de Castilho, natural d'Aguim. Era ainda oppositor, quando por aviso do Principe Regente foi nomeado, em 5 de fevereiro de 1797, inspector dos hospitaes militares do Alemtejo e Beira ás ordens do physico-mór, sem prejuizo da antiguidade para os despachos que lhe competissem na Universidade. Serviu por muito tempo nos hospitaes militares. Do que por lá passou escreveu larga noticia, que mais tarde inseriu no *Jornal de Coimbra*. Em 4 de maio de 1800 foi despachado substituto ordinario; e, como proseguisse no desempenho da commissão de facultativo militar, em 25 de fevereiro de 1801 expediu-se ao prelado aviso regio para o considerar em antiguidade e vencimentos como se presente fosse na Universidade.

Na promoção de 20 de junho de 1806 subiu o dr. José Feliciano de Castilho a quarto lente da Faculdade com exercicio na cadeira de Instituições. Teve o despacho de delegado do physico-mór em 15 de julho de 1809; mas logo em 10 de fevereiro do anno seguinte alcançou a exoneração do cargo, e veiu occupar-se no serviço universitario. Em 29 de julho de 1813 coube-lhe a nomeação de terceiro lente, e passou a reger a primeira cadeira de clinica. Exercitava os discipulos na practica da Medicina quando em Coimbra começaram a apparecer pasquins e publicações clandestinas contra o prelado e auctoridades constituidas. Houve suspeitas de que o dr. Castilho collaborasse nos *libellos famosos e papeis incendiarios espalhados na cidade;* isto bastou para que fosse suspenso e mandado julgar por aviso regio datado do Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1818. Sahiu absolvido da imputação; e o aviso de 7 de janeiro de 1820 mandou que se lhe pagassem todos os ordenados em debito. Continuou depois no serviço academico, e em 15 de junho de 1822 foi promovido a lente de prima com exercicio na segunda cadeira de practica.

Do zelo, com que o dr. Castilho administrava os negocios publicos a seu cargo, deu prova cabal em junho de 1823, quando por turno lhe pertenceu a directoria dos hospitaes. O cofre do estabe-

lecimento estava exhausto; as dividas tinham augmentado consideravelmente; os credores recusavam abonar o fornecimento indispensavel para a alimentação dos doentes, e nestas circumstancias parecia inevitavel o caso extremo de se abandonarem os enfermos á caridade particular, visto que o prelado não attendia ás instantes requisições de providencias. O hospital da Universidade ter-se-hia fechado, se o dr. Castilho não obstasse a tal vergonha abonando do seu bolso para o custeamento das despesas a quantia de cincoenta mil réis. Quando o prelado teve conhecimento do facto, comprehendeu então a gravidade das circumstancias, e mandou subministrar do cofre academico os recursos necessarios para a manutenção dos doentes.

Emprehendeu o dr. Castilho de accordo com outros collegas a fundação do *Jornal de Coimbra*, redigido nesta cidade e impresso em Lisboa. No mesmo jornal de que foi assiduo collaborador estampou os seus escriptos. Não sei que divulgasse outros pela imprensa, a não ser uma *Memoria sobre as ilhas de Cabo Verde*, que sahiu posthuma, e de que tive noticia pelo *Diccionario Bibliographico*. Mas o dr. Castilho nem de tanto precisava para viver na posteridade. Levarão seu nome a edade remota o ingenho e instrucção de cinco filhos que deixou, a quem as letras patrias devem serviços assignalados. Falleceu em 3 de março de 1827.

FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA LOUREIRO

Diz um esmerado cultor das lettras portuguezas [1] que do dr. Manuel de Souza Loureiro e de D. Thereza Victoria de Souza nascera em Coimbra Francisco José de Souza Loureiro a 20 de setembro de 1772. Graduou-se em Medicina em 28 de junho de 1795, e pouco tempo depois começou a reger uma das cadeiras de practica como substituto extraordinario. Passou a ordinario em 4 de maio de 1800, e na promoção de 20 de junho de 1806 coube-lhe o quinto logar de cathedratico com exercicio na cadeira de materia medica. Em 15 de julho de 1809 foi despa-

[1] O sr. Rodrigues de Gusmão nas *Memorias Biographicas*, pag. 148.

chado delegado do physico-mór. Em 10 de fevereiro do anno seguinte exonerou-se do cargo para continuar no serviço universitario. Subiu a quarto lente no despacho de 29 de julho de 1813, e mudou para a cadeira de Instituições, que regeu até lhe competir o logar de lente de vespera em 15 de junho de 1822, e passou então para a regencia da primeira cadeira de clinica.

Não lograram os alumnos do quinto anno as lições da esclarecida practica do dr. Loureiro, porque em 10 de julho immediato foi nomeado mestre do Infante D. Miguel, e logo por carta regia de 9 de outubro obteve a jubilação como professor da primeira cadeira de practica. Quando sahiu da Universidade para se encarregar da instrucção do Infante, deram-lhe as honras de medico da Casa Real e de physico-mór do reino; arbitraram-lhe o ordenado de dous contos de réis, pagos pela casa do infantado, e alem d'isso expediu-se ordem ao Marquez de Loulé, estribeiro mór, para lhe destinar sege effectiva e um cavallo. Annos depois, em 26 de março de 1830, conseguiu a jubilação na segunda cadeira de practica com honras e privilegios de lente de prima. Continuou vivendo em Lisboa, onde falleceu em 19 de outubro de 1844.

Na capital não passou o dr. Loureiro vida ociosa. Foi director geral da Academia de Bellas Artes, e membro do Conservatorio. Dos serviços que prestára a uma e outra instituição, achamos vestigios entre as poucas producções que deu á estampa. Escreveu tambem durante a jubilação um opusculo de doze paginas, em que pretendeu demonstrar que certos preparados de quina são preferiveis ao sulfato de quinina [1].

PEDRO JOAQUIM DA COSTA FRANCO

Foi natural de Angra e filho de Ignacio Xavier da Costa Franco. Obteve o grau de doutor em 2 de outubro de 1796, e começou logo a occupar-se no magisterio e a supprir a falta dos doutores, que da Universidade tinham sido chamados para servirem nos hospitaes do exercito. Em 4 de maio de 1800 teve o dr.

[1] Veja-se a biographia do dr. Loureiro pelo sr. Rodrigues de Gusmão na obra citada.

Pedro Joaquim da Costa Franco o despacho de demonstrador de materia medica, e em 20 de junho de 1806 passou a primeiro substituto ordinario. Neste despacho ficou preterida a sua antiguidade, porque, segundo a lei e as praxes estabelecidas, competia-lhe o logar de sexto lente cathedratico. Emendou-se o engano, ou melhor o proposito, na promoção de 29 de julho de 1813, em que foi elevado a quinto lente com exercicio na cadeira de materia medica. Na regencia d'esta cadeira se conservou até o segundo quartel do anno de 1818, em que falleceu.

FRANCISCO SOARES FRANCO

Este insigne professor da Faculdade de Medicina nasceu em Loires, e foi seu pae Francisco Soares. Amparado pela Casa Pia pôde applicar-se ao estudo das sciencias. Houve-se com tal distincção nos cursos universitarios, que as tres faculdades em que se matriculou todas lhe galardoaram o merecimento. Finalmente o grau de doutor em Medicina, que lhe foi conferido em 13 de fevereiro de 1797, habilitou-o para mais gloriosos triumphos nas cadeiras da Universidade.

Revelára o dr. Soares Franco durante o curso medico decidida vocação para os estudos anatomicos. Bem cabida foi portanto a nomeação de demonstrador de anatomia, que lhe abriu a entrada para o quadro da Faculdade no despacho geral de 4 de maio de 1800. Grangeou taes creditos como demonstrador, que o governo, attendendo ao seu merito especial e ás conveniencias do ensino, não hesitou em o tornar successor, na cadeira de anatomia, do insigne anatomico o dr. João de Campos Navarro, de quem Soares Franco fôra discipulo predilecto. Por tanto, em 20 de junho de 1806 foi declarado sexto lente com exercicio na cadeira de anatomia, preterindo d'este modo a antiguidade do dr. Pedro Joaquim da Costa Franco. Conservou o logar de sexto lente na promoção de 29 de julho de 1813; mas por carta regia de 20 de novembro de 1816 foi egualado a quinto lente, e em 15 de junho de 1822 passou para o terceiro logar da Faculdade, e nesse exerceu o cargo de director.

Quando os serviços de vinte e tres annos, prestados no magisterio, no parlamento e na imprensa, lhe davam incontestavel direito á estima do publico e recompensa do governo, foi arbitrariamente jubilado com metade do ordenado por carta regia de 9 de outubro de 1823, e excluido da directoria *por não convir que continuasse na Universidade.* Os excessos partidarios davam por aquelle tempo nestes desvarios; mas a bondade do soberano remediou felizmente a taes desacertos, e o dr. Soares Franco obteve a jubilação de terceiro lente com o ordenado por inteiro por carta regia de 13 de outubro de 1825. Depois de jubilado viveu quasi sempre em Lisboa, onde lhe não faltaram occupações em serviço publico, e onde falleceu em 28 de fevereiro de 1844.

No magisterio grangeou o dr. Soares Franco optimos creditos; como escriptor nenhum collega do seu tempo o excedeu. Veja-se no *Diccionario Bibliographico* a lista das suas producções em bellas lettras, agricultura, politica e medicina. D'esta sciencia escreveu:

Elementos de Anatomia, 2 volumes, obra que por muitos annos serviu de texto nas aulas de Coimbra, Lisboa e Porto;

Memoria sobre a identidade do systema muscular na economia animal. Foi publicada no tomo v, parte II das *Mem. da Acad. Real das Sciencias de Lisboa;*

Sobre o grau de certeza que ha na Medicina practica. Sahiu no tomo III do *Jornal das Sciencias Medicas,* onde publicou outros artigos.

Pertenceu á commissão nomeada por decreto de 6 de outubro de 1838 para organizar uma nova pharmacopeia geral do reino. Foi talvez o vogal que mais trabalhou, e por isso teve grande parte na obra seguinte:

Pharmacopêa Lusitana, composta pela Commissão creada por decreto da Rainha Fidelissima D. Maria II em 6 de outubro de 1838. Lisboa, 1841.

EMYGDIO MANUEL VICTORIO DA COSTA

Nasceu em Coimbra em 22 de março de 1769, segundo affirma o sr. Rodrigues de Gusmão, e foi seu pae José Victorio da Costa.

Applicou-se ao estudo da Medicina, na qual recebeu o grau de doutor em 21 de dezembro de 1797.

A carta regia de 23 de junho de 1804 creou tres logares de ajudantes de clinica para serem providos em oppositores de Medicina. O dr. Emygdio Manuel Victorio da Costa, que se propunha seguir o magisterio na Universidade, foi provido no primeiro d'aquelles logares, como o mais antigo oppositor. Pouco tempo o serviu; na promoção de 20 de junho de 1806 entrou para o mesmo logar outro oppositor, e o nome do dr. Victorio da Costa não mais apparece desde então nos registros universitarios. Entregou-se á clinica, e foi por muitos annos medico do partido de Soure, onde falleceu a 30 de novembro de 1848.

Escreveu alguns artigos no *Jornal de Coimbra*, e deixou manuscripta a seguinte obra, que sahiu publicada depois da sua morte por diligencia de seu filho, o dr. Adolpho Manuel Victorio da Costa:

Apontamentos sobre a cholera-morbus epidemica na sua invasão em Portugal, etc. Rio de Janeiro, 1855. A obra é precedida d'um proemio, escripto pelo dr. Adolpho, em que se demonstra que á palavra cholera-morbus na lingua portugueza compete o genero feminino. É digno de se ler o proemio: se fora mais conhecido, raros ou nenhuns escriptores portuguezes attribuiriam á palavra cholera-morbus o genero masculino.

ANTONIO JOAQUIM DE ANDRADE

Em 21 de dezembro de 1797 recebeu o grau de doutor em Medicina Antonio Joaquim de Andrade, filho de Antonio Marques de Andrade, natural de Coimbra. Em 23 de junho de 1804 foi despachado ajudante de clinica com exercicio no hospital dos lazaros. Serviu de clinico neste hospital desde 8 de agosto de 1798, e continuou até 11 de dezembro de 1804. Arbitraram-lhe por tal serviço a gratificação de sessenta mil réis. Pelos fins do anno de 1804 foi a Lisboa em commissão para tractar dos negocios respectivos aos lazaros, e por isso lhe mandou o governo abonar o ordenado como se presente estivesse em Coimbra. Foi-lhe con-

cedida em 14 de outubro de 1806 uma tença de trinta mil réis annuaes, e deixou de servir nos estabelecimentos da Universidade.

Falleceu em novembro de 1810.

MANUEL PEREIRA DA GRAÇA

Foi natural de Macinhata do Vouga, antiga comarca de Aveiro, e filho de José Pereira da Graça. Obteve o grau de doutor em Medicina em 6 de maio de 1798; e como aspirava ás cadeiras da Universidade, acceitou o despacho de ajudante de clinica em 23 de junho de 1804. O seu nome não apparece mencionado nas promoções ulteriores. Consta, segundo diz o sr. I. F. da Silva no *Diccionario Bibliographico*, que fallecera na Ilha da Madeira no primeiro quartel d'este seculo. Escreveu:

Tractado da diabetes, a que se juntam observações do beneficio das aguas enxofradas naturaes nesta doença; e dous processos faceis um para obter estas aguas artificialmente, e outro para fabricar as ferreas etc. Lisboa, Typ. Lacerdina.

Supplementum in Brunonis theoriam. Lisboa, 1803.

JERONYMO JOAQUIM DE FIGUEIREDO

Nasceu na Muxagata o dr. Jeronymo Joaquim de Figueiredo, e foi filho de José de Figueiredo. Dedicou-se ao estudo da Medicina, e frequentou-a nos cursos universitarios com grande aproveitamento. Em 7 de julho de 1799 concluiu a carreira academica recebendo o gráu de doutor.

Na Faculdade de Medicina, a cujos cadeiras aspirava, havia oppositores mais antigos no gráu, que lhe disputavam a preferencia no despacho; era porem tão notorio o seu merecimento, que o Governo preteriu a antiguidade de tres oppositores, e deu o logar de segundo substituto ordinario ao dr. Jeronymo Joaquim de Figueiredo na promoção de 20 de junho de 1806. Por desaseis

annos occupou o logar de substituto, e durante este tempo teve occasião de prestar relevantes serviços, sendo de todos o mais assignalado o que desempenhou como director dos hospitaes na mortifera epidemia que se desenvolveu em Coimbra no principio de agosto de 1809. Applicou-se então pela primeira vez em Portugal o chloro como desinfectante. De accordo com o dr. Thomé Rodrigues Sobral, que em tal conjunctura lhe prestára grande auxilio, redigiu o *Diario das operações que se fizeram em Coimbra a fim de se atalharem os progressos do contagio que nesta cidade se declarou em agosto de 1809*. Publicou-se este *Diario* no *Jornal de Coimbra*, de que o dr. Figueiredo foi collaborador, e talvez fundador.

Nem sempre lhe correu prospera a fortuna. Quando em Coimbra appareceram os *pasquins e papeis incendiarios*, que deram motivo para se perseguir o dr. Castilho, tambem o dr. Figueiredo foi suspenso e involvido no mesmo processo. Sahiu absolvido, e todos os ordenados lhe foram depois satisfeitos por aviso de 7 de janeiro de 1820. O logar de cathedratico só lhe veiu a pertencer na promoção de 15 de junho de 1822, em que passou a quarto lente com exercicio na cadeira de materia medica. Subiu a segundo lente em 26 de agosto de 1825. Sendo escolhido pelo Claustro Universitario para ir a Lisboa com outros collegas felicitar o Infante D. Miguel pelo seu regresso de Vienna de Austria, foi assassinado proximo de Condeixa na manhã de 18 de março de 1828.

Alem dos artigos publicados no *Jornal de Coimbra*, compoz o dr. Figueiredo a bem conhecida

Flora pharmaceutica e alimentar portugueza, ou tractado d'aquelles vegetaes indigenas de Portugal, e outros nelle cultivados, cujos productos são usados ou susceptiveis de se usar como alimentos e remedios, etc. Lisboa. Typ. da Academia Real das Sciencias, 1825.

ANGELO FERREIRA DINIZ

Em 2 de outubro de 1768 nasceu no Rio de Janeiro o dr. Angelo Ferreira Diniz. Foram seus paes Sebastião Francisco da Rosa e D. Theresa da Assumpção Vieira, naturaes da Aldeia de

Santa Luzia, na Ilha do Pico. Estudou humanidades no seminario episcopal de S. José do Rio, e em 22 de junho de 1790 aportou em Lisboa com o intento de seguir no reino os estudos superiores[1].

Com bons creditos frequentou a Faculdade de Medicina, e nella recebeu o gráu de doutor em 14 de julho de 1799. Resolvido a seguir o magisterio, fixou a sua residencia em Coimbra, e começou logo a prestar bons serviços na Universidade. Em 20 de junho de 1806 foi despachado terceiro substituto ordinario, preterindo a tres doutores mais antigos no gráu, e que tinham servido no hospital. Dezeseis annos esteve na classe de substituto, e em tão longo intervallo raro deixou de ter serviço effectivo. Sobrevieram pelo mesmo tempo acontecimentos extraordinarios, em que o dr. Diniz, como funccionario e como medico, se tornou digno de reconhecimento publico. Coimbra e os seus arredores deveram-lhe muito, já pela dedicação com que se houve na epidemia de 1809, já pela perseverança com que se applicou a diffundir pelos povos os beneficios da vaccina[2].

Em 1812 emprehendeu com o seu collega dr. Castilho a fundação do *Jornal de Coimbra*. Neste *jornal*[3] noticiou o dr. Castilho que por fins de 1814 dera o dr. Angelo Ferreira Diniz uma queda tão desastrada, que fracturara a clavicula esquerda e estivera algumas horas sem sentidos e muitas sem memoria. Convalesceu d'este perigoso accidente, e proseguiu depois nas suas occupações academicas. Lidava cuidadoso no serviço universitario, quando veio do Rio de Janeiro o aviso regio de 24 de setembro de 1818, que o mandou suspender e julgar, assim como aos drs. Castilho e Figueiredo, pelos *libellos famosos e papeis incendiarios espalhados na cidade*. Teve parte egual nas desventuras com os collegas, e como elles foi absolvido e recebeu os ordenados por inteiro.

Na promoção de 15 de junho de 1822 subiu a cathedratico; occupou o quinto logar com exercicio na primeira cadeira de practica. Coube-lhe a nomeação de terceiro lente em 26 de agosto de 1825, e a de lente de prima em 31 de julho de 1830. Tinha

[1] Tirei estas noticias da biographia do dr. Angelo Ferreira Diniz, escripta pelo sr. Rodrigues de Gusmão na obra citada.

[2] Sobre este particular veja-se o que diz o sr. Rodrigues de Gusmão, e o dr. Antonio de Almeida nos *Annaes Vaccinicos de Portugal* no tomo IV parte II das Mem. da Acad. Real das Sciencias.

[3] No numero 34, pag. 195.

chegado á mais elevada cathegoria no magisterio quando por decreto de 15 de julho de 1834 foi despedido da Universidade sem contemplação pelos seus serviços de trinta annos. Viveu por muito tempo retirado de Coimbra numa propriedade que possuia em Rios Frios. Voltou para a cidade em 1843, e nella veiu a fallecer em 20 de abril de 1848.

O dr. Angelo Ferreira Diniz escreveu no *Jornal de Coimbra* muitos artigos; e são as unicas producções que imprimiu. Deixou os manuscriptos de que fallámos a pagina 164 e seguintes, que representam o cabedal de muitas lucubrações.

ANTONIO D'ALMEIDA CALDAS

De Sendim, pertencente outr'ora á comarca de Trancoso, foi natural o dr. Antonio d'Almeida Caldas, filho d'Antonio de Almeida Moraes. Cursou Medicina, e nella veiu a receber o gráu de doutor em 14 de julho de 1799. Na promoção de 20 de junho de 1806 obteve o primeiro logar de ajudante de clinica nos hospitaes da Universidade. Durante a invasão franceza passou a servir nos hospitaes militares estabelecidos em Coimbra. Nesta commissão houve-se com tanto zêlo e actividade, que o Governo *em attenção aos seus prestantes serviços* lhe deu a nomeação de substituto extraordinario da Faculdade de Medicina por carta regia de 5 de outubro de 1810. Como estivesse completo o quadro da Faculdade, continuou em commissão junto do exercito, até que em 15 de junho de 1822 se effectuou nova promoção na Faculdade de Medicina. Por então convinha-lhe mais repousar de longas fadigas do que exhaurir debilitadas forças nas lidas do magisterio. Alcançou por tanto a jubilação com o ordenado, honras e prerogativas de substituto ordinario em recompensa do seu zêlo e bons serviços prestados em diversas commissões. Não chegou a gozar um mez da jubilação. Falleceu em 9 de julho de 1822.

JOSÉ CARLOS BARRETO

Em 6 de outubro de 1799 foi conferido o gráu de doutor em Medicina a José Carlos Barreto, filho de Diogo José Barreto, natural de Coimbra. Era oppositor quando foi convidado para servir nos hospitaes militares; e em attenção aos serviços que prestou como primeiro medico e delegado do physico-mór do exercito foi nomeado substituto extraordinario da Faculdade de Medicina por carta regia de 5 de outubro de 1810. Desempenhou varias commissões dentro e fóra de Coimbra, e recebeu sempre o ordenado que lhe competia da Universidade como se nella presente estivesse. Na promoção de 15 de junho de 1822 concederam-lhe a jubilação com o ordenado, honras e prerogativas de substituto ordinario em attenção ao seu «zêlo e serviços em varias commissões.» Falleceu em 18 de outubro de 1836, e foi sepultado na egreja do extincto collegio de Santo Antonio da Estrella.

ANTONIO DA CRUZ GUERREIRO

Foi filho de Gregorio da Cruz Guerreiro, natural de Lisboa. Tendo seguido na Universidade o curso de Medicina, veiu a graduar-se nesta sciencia em 6 de fevereiro de 1803. No despacho geral de 20 de junho de 1806 foi nomeado demonstrador de anatomia, logar de que tomou posse; quando porém estava a começar o anno lectivo em outubro de 1806, obteve licença para se ausentar da Universidade sem desconto do ordenado. Serviu como demonstrador no anno lectivo de 1808 para 1809, e pelos bons serviços que prestou recebeu a gratificação de cem mil réis arbitrada pela carta regia de 19 de outubro de 1801. Nas folhas dos ordenados achei a nota de que falleceu pelos fins de 1812.

LUIZ ANTONIO DA SILVA MALDONADO

Nasceu em Coimbra, e foi seu pae João Tenente Maldonado. Seguiu os estudos universitarios da Faculdade de Medicina, na qual se graduou em 31 de julho de 1804. Obteve o despacho de demonstrador de materia medica em 20 de junho de 1806. Falleceu, segundo consta das folhas dos ordenados, durante o segundo quartel de 1812.

Heleodoro Jacintho de Araujo Carneiro, natural de Coimbra, e Vicente Navarro de Andrade, natural de Guimarães, graduaram-se na Faculdade de Medicina, e foram mandados por ordem do governo em commissão scientifica a França e Inglaterra. Nunca fizeram parte da Faculdade, e por isso os não incluo na lista dos professores de Medicina. Sobre a commissão que lhes foi incumbida fiz extensa relação a pag. 116 e seguintes.

ANTONIO JOAQUIM DE CAMPOS

Em 31 de julho de 1804 foi conferido o grau de doutor em Medicina a Antonio Joaquim de Campos, filho de Francisco Manuel de Campos, natural de Tondella. Resolvido a seguir o magisterio na Universidade, inscreveu-se na lista dos oppositores. No despacho de 20 de junho de 1806 foi nomeado segundo ajudante de clinica. Largos annos permaneceu adstricto ao serviço clinico dos hospitaes. Na promoção geral de 15 de junho de 1822 subiu a sexto lente cathedratico com exercicio na cadeira de Aphorismos. Obteve a collocação de quarto lente em 26 de agosto de 182›; e não estava muito distante do primeiro logar da Faculdade quando foi despedido do serviço universitario e perseguido por constitucional. Seis annos esteve fóra do quadro do professo-

rado; mas depois do restabelecimento do governo liberal entrou novamente para o magisterio, e occupou desde então o logar de lente de prima com exercicio na segunda cadeira de practica. Proseguiu no desempenho do serviço academico até o momento em que foi tomado d'um insulto apoplectico, de que falleceu em 2 de fevereiro de 1853.

Foi o dr. Campos acerrimo defensor das praxes medicas tradicionaes. As innovações clinicas fundadas em principios especulativos não o fascinavam nem o demoviam das prescripções estabelecidas pela experiencia. Quando a doutrina de Broussais ganhava proselytos em Portugal, o dr. Campos oppoz-lhe nas aulas de practica energica resistencia. Á cabeceira dos doentes demonstrou aos alumnos o perigo de se deixarem levar pelos attractivos d'aquella doutrina. O exercicio medico de muitos annos tornara-o practico consummado. Ainda hoje se contam muitos casos sobre a pericia com que acertara no diagnostico e therapeutica de enfermidades, para que outros medicos tinham applicado em vão assiduos cuidados.

JOAQUIM XAVIER DA SILVA

Nasceu em Coimbra, e foi seu pae André Xavier da Silva. Cursou a Faculdade de Medicina, e nella recebeu o grau de doutor em 31 de julho de 1804. Obteve o despacho de ajudante de clinica para o hospital dos Lazaros em 20 de julho de 1806. No anno seguinte foi encarregado d'uma commissão medica em Lisboa, em que se occupou desde o principio de julho de 1807 até 27 de fevereiro de 1810. Voltou a Coimbra para continuar no serviço clinico. Nas folhas de 1813 acha-se a nota de que é duvidoso o vencimento de 200$000 réis que lhe foram contados como clinico, e não mais apparece mencionado nas folhas seguintes.

JOÃO ALBERTO PEREIRA DE AZEVEDO

Em 30 de março de 1782 nasceu na villa de Alvaiazere o dr. João Alberto Pereira de Azevedo. Foram seus paes João Alberto de Azevedo Camello e D. Maria Victoria de Azevedo Pereira.

Cursou humanidades no seminario de Sernache do Bomjardim; e, applicando-se em Coimbra aos estudos superiores, concluiu formatura em Medicina nos fins de julho de 1805. Habilitavam-no para mais elevada graduação os premios pecuniarios que por vezes recebera, e as distinctas qualificações que obtivera ao terminar o curso academico. Matriculou-se pois no sexto anno, e proseguia nos preparativos para os actos de conclusões magnas e de licenciado, quando a invasão franceza lhe veiu embargar o proposito. Arrumou os livros, e concentrou os seus desvelos na defesa da patria. Nesta conjunctura prestou valiosos serviços, já cooperando nos aprestos de varias munições de guerra dentro e fóra do laboratorio chimico da Universidade, já tomando sobre si o encargo de tractar dos feridos e dirigir algumas enfermarias no hospital. Tão singular procedimento suscitou o aviso regio de 1 de dezembro de 1808, que mandou conferir gratuitamente o grau de doutor a João Alberto «em attenção ao seu merecimento lit-«terario e ao zelo com que se distinguira no serviço publico.» E como continuasse servindo nos hospitaes, foi dispensado do acto de conclusões magnas por ordem real de 11 de outubro de 1809. Fez exame de licenciado em 7 de junho de 1810, e tomou o grau de doutor em 31 de julho do mesmo anno.

Na promoção de 29 de julho de 1813 sahiu despachado ajudante de clinica. Neste logar serviu por nove annos, coadjuvando, sempre que foi mister, em outros serviços universitarios. Passou a primeiro substituto ordinario em 15 de junho de 1822, e em 26 de agosto de 1825 subiu a quinto lente com exercicio na cadeira de Instituições. Era apontado como digno successor do dr. Joaquim Navarro e claro ornamento da Universidade; mas estes titulos de gloria e os relevantes serviços de vinte annos não lhe evitaram a demissão, nem o desgosto de se ver perseguido, simplesmente porque professava em politica ideias de liberdade. Esteve pois demittido do serviço universitario durante os seis annos do

regimen absoluto. Restaurado porém o governo constitucional, foi reintegrado no logar que lhe pertencia na Faculdade de Medicina, e ficou desde logo considerado lente de vespera.

Depois da reforma dos estudos em 1836 deixou a cadeira de Instituições, e passou a reger a primeira de practica, onde ostentou os seus vastos conhecimentos theoricos e practicos por espaço de dezoito annos. Subiu a primeiro lente pelo fallecimento do dr. Campos, e em lente de prima jubilou quando já contava para cima de trinta annos de bom e effectivo serviço no magisterio e perto de quarenta de funccionario probo e zeloso. Poucos annos gozou da jubilação; sahindo de Coimbra para a sua casa de Alvaiazere, alli falleceu no dia 9 de agosto de 1858.

Foi o dr. João Alberto varão respeitabilissimo e dotado de todos os predicados que se requerem no magisterio, predicados que raras vezes se encontram juntos num só individuo. Emprehendeu trabalhos clinicos, que seriam glorioso padrão do seu nome e da eschola em que professou, se lograssem a publicidade pela imprensa. Escreveu e lançou em apontamentos materias para muitas monographias, mas apenas mandou estampar uma obra, que tem por titulo, *A Universidade em 1843*.

Se em vida mereceu as attenções de quantos o conheceram e tractaram, bem merecido foi tambem o tributo de amizade, com que a penna elegante d'um discipulo [1] lhe perpetuou a memoria alem do tumulo.

JOSÉ IGNACIO MONTEIRO LOPO

Nasceu em S. Martinho do Bispo, nas immediações de Coimbra, o dr. José Ignacio Monteiro Lopo, e foi seu pae Bernardo da Cruz Pegas. Cursou a Faculdade de Medicina, e nella completou formatura em julho de 1805. Aspirou ao gráu de doutor, e para o conseguir empenhou-se em profundar os arcanos da scien-

[1] O sr. F. A. Rodrigues de Gusmão, na biographia que escreveu a pag. 120 da obra já por vezes citada. Tanto o sr. Rodrigues de Gusmão como o jornal *O Conimbricense* mencionam o fallecimento no dia 10 de agosto de 1858. Da secretaria da Universidade consta que tivera logar no dia 9, como acima refiro.

cia. Veiu tomal-o nesta occupação a guerra da independencia. Forçoso foi interromper as lidas academicas e virar a attenção contra os invasores. Prestou bons serviços, principalmente nos hospitaes; e por isso mereceu ser dispensado do acto de conclusões magnas por aviso regio de 18 de junho de 1812. Fez exame privado em 11 de março de 1813, e em 9 de maio do mesmo anno recebeu o gráu de doutor.

Proseguiu desde então junto da Universidade, servindo como oppositor no impedimento dos lentes e substitutos effectivos. Em 15 de junho de 1822 teve o despacho de segundo substituto ordinario. Na promoção de 26 de agosto de 1825 ainda continou na classe de substituto; mas, como pouco depois sobrevieram as dissensões politicas, que determinaram a demissão e perseguição dos lentes constitucionaes, subiu o dr. José Ignacio Monteiro Lopo a lente de vespera na promoção de 31 de julho de 1830. Vê-se portanto que seguiu em politica o partido realista, e por isso, depois do restabelecimento do governo da Rainha D. Maria II, foi comprehendido no decreto de demissão de 15 de julho de 1834. Resignado com as vicissitudes da politica passou na vida privada o resto de seus annos.

JOÃO BAPTISTA DE BARROS

Foi natural de Loulé, e filho de Pedro José de Barros. Concluiu formatura em Medicina em julho de 1813, e matriculou-se em seguida no anno de repetição para alcançar o gráu de doutor. Duas vezes lhe foi dado ponto para dissertação inaugural, porque duas vezes se matriculou no sexto anno. Obteve o gráu de doutor em 23 de julho de 1815. Na promoção de 15 de junho de 1822 teve o depacho de terceiro substituto ordinario.

A celebre *Junta expurgatoria*, creada por carta regia de 5 de dezembro de 1823, para averiguar quaes os lentes e oppositores que deviam ser excluidos da Universidade, decidiu que o dr. João Baptista de Barros estava no caso de ser despedido do magisterio por *insufficiencia litteraria*. Não obstante o parecer da *Junta* foi promovido a segundo substituto em 26 de agosto de 1825. Nesta promoção passou o dr. Carlos José Pinheiro de demonstrador de

anatomia a sexto lente cathedratico, ficando preteridos os dous substitutos ordinarios José Ignacio Monteiro Lopo e João Baptista de Barros. Requereu este «que lhe fosse desfeita a preterição» e conseguiu a promessa, por aviso de 14 de setembro de 1827, de que no primeiro despacho seria considerado primeiro substituto com honras e ordenado de sexto lente.

Encostou-se ao partido realista. Na promoção de 31 de julho de 1830 coube-lhe o logar de terceiro lente cathedratico com exercicio na cadeira de materia medica. Quatro annos mais tarde, em 15 de julho de 1834, foi com outros collegas despedido da Universidade. Consta que na vida privada passara o resto de seus dias.

CARLOS JOSÉ PINHEIRO

Este notavel professor da Faculdade de Medicina foi filho de Luiz Pinheiro Lobo, e natural de Villa Rica, capitania de Minas Geraes, no Brazil.

Cursou com distincção os estudos medicos na Universidade, onde lhe foi conferido o gráu de doutor em Medicina e cirurgia em 28 de julho de 1816. Na promoção de 15 de junho de 1822 teve o despacho de demonstrador de anatomia. Apenas tomou conta do logar, viu-se prosperar successivamente o theatro anatomico. Nas congregações de visita aos estabelecimentos teve o Conselho da Faculdade occasião de apreciar os serviços do dr. Carlos José Pinheiro, e por isso lhe rendeu merecidos louvores. A reputação, que por taes serviços grangeara, concorreu para que obtivesse a propriedade da cadeira de anatomia na promoção de 26 de agosto de 1825, preterindo a antiguidade de dous substitutos ordinarios.

Não era o dr. Pinheiro dos mais precatados em dizer por palavras o que lhe assomava ao pensamento; e porque fallava com pouco respeito e circumspecção sobre materias religiosas, foi comprehendido pela *Junta expurgatoria* na lista dos funccionarios que se deviam excluir da Universidade. Não tiveram seguimento as propostas da *Junta;* o dr. Pinheiro continuou a servir no magisterio, e como se inclinasse para o partido realista, alcançou a collocação de quarto lente no despacho de 31 de julho de 1830.

Em 1833 foi mandado em commissão a Aveiro para estudar e oppôr os remedios convenientes contra uma epidemia que naquella cidade se desenvolvera. Concorreu efficazmente para se debellar a epidemia, sobre a qual escreveu um relatorio que foi publicado por ordem superior. Sem embargo dos bons serviços que prestara como professor e assiduo cultor da sciencia, em 15 de julho de 1834 foi demittido do logar juntamente com outros lentes realistas. Viveu desde então em precarias circumstancias até que se finou em 21 de março de 1844.

Empenhou-se o dr. Carlos José Pinheiro em formar um gabinete de anatomia normal e pathologica, digno da Universidade e da Faculdade em que professava. Para conseguir o seu intento trabalhou doze annos sem interrupção, preparando por suas mãos mais de trezentas peças, que deixou no theatro anatomico bem dispostas e classificadas quando sahiu do professorado. Se florescesse em tempos menos agitados e continuasse a servir na cadeira que tão distinctamente regia, confirmaria por maiores e mais assignalados trabalhos os creditos de grande anatomico e bom professor.

Alem do *Relatorio sobre a epidemia de Aveiro* publicou o seguinte:

Inventario Scientifico das peças e preparados do theatro anatomico, da Universidade de Coimbra. Na Real Imprensa da Unisidade, 1829.

Elenchus lectionum Anatomes, artis obstetriciae, operotionumque chirurgicarum, Conimbricae, MDCCCXXXI.

Offereceu á Academia Real das Sciencias tres memorias sobre pontos importantes de Medicina.

Por diligencia do sr. Rodrigues de Gusmão permittiu que se estampassem na *Gazeta Medica do Porto* as seguintes producções:

Topographia Medica do Logar da Cova no mez de agosto e parte de setembro de 1837.

Ensaios sobre um novo modo de ligar a arteria, no aneurisma, segundo Asthley Cooper[1].

[1] Veja-se a biographia d'este professor, escripta pelo sr. Rodrigues de Gusmão, na obra citada pag. 34 e seguintes.

AURELIANO PEREIRA FRAZÃO DE AGUIAR

Foi natural de Coimbra e filho do dr. Antonio José Francisco de Aguiar, conductario da antiga Faculdade de Medicina, e primeiro substituto das cadeiras de practica depois da Reforma por nomeação do Marquez de Pombal.

Foi conferida ao dr. Aureliano a suprema graduação academica no 1.º de junho de 1817. Na promoção geral de 15 de junho de 1822 alcançou o despacho de demonstrador de materia medica e pharmacia, e em 26 de agosto de 1825 passou a terceiro substituto ordinario. Durante as commoções politicas, que depois sobrevieram, pronunciou-se a favor das ideias legitimistas: continuou por tanto no magisterio, e na promoção de 31 de julho de 1830 subiu a quinto lente cathedratico com exercicio na cadeira de Instituições. Como triumphasse a causa da Rainha, e fosse restabelecido no reino o governo constitucional, deram-lhe a demissão em 15 de julho de 1834, e viveu depois retirado de Coimbra.

JOÃO LOPES DE MORAES

No logar da Gandara, freguezia de Valle de Remigio, pertencente outr'ora á comarca de Vizeu, nasceu o dr. João Lopes de Moraes a 6 de janeiro de 1783. Foram seus paes Antonio Lopes e D. Joanna Maria.

Frequentou com distincção a Faculdade de Medicina, e nella recebeu o gráu de doutor em 29 de junho de 1817. Como se propunha seguir a carreira do professorado, deu o seu nome para a classe dos oppositores, e em 15 de junho de 1822 foi nomeado ajudante de clinica para os hospitaes da Universidade. Na promoção de 26 de agosto de 1825 teve o despacho de demonstrador de materia medica, com a clausula de não receber a ajuda de custo correspondente até se regularem os negocios da Faculdade. Sobrevieram as commoções politicas, que tiveram o reino em agitação desde 1828 até 1834; e como o dr. João Lopes de Moraes pre-

ferisse ao absolutismo um governo liberal, não só foi demittido do logar que occupava na Universidade, mas até perseguido e clausurado nas cadeias de Almeida.

Já por então era o dr. João Lopes conhecido em quasi todo o reino como practico, de quem se contavam successos clinicos de muita felicidade. Os serviços medicos, que prestou em Almeida, augmentaram-lhe a reputação, e até lhe conciliaram as sympathias dos adversarios politicos. Depois do restabelecimento do governo constitucional foi reintegrado no logar que lhe pertencia na Universidade, e ficou como terceiro lente regendo a cadeira de Aphorismos. Concentrava-se nesta cadeira toda a pathologia e a doutrina hippocratica. Pelas reformas que teve a Faculdade de Medicina em 1836 e 1844 mudou-se para outra cadeira o ensino da pathologia externa, e o dr. João Lopes continuou a explicar pathologia interna e doutrina hippocratica. Por vinte annos illustrou o ensino d'estas sciencias; e como ao cabo de tão longo periodo subisse a lente de prima, conhecendo que a ultima quadra da vida mais pedia descanço de que o peso de novos encargos academicos, solicitou e obteve a jubilação em 1855. Retirou-se para a sua casa de Mortagua, e alli falleceu em 29 de outubro de 1860.

Gozou o dr. João Lopes de Moraes de subidos creditos como medico e professor. Aquella fronte saliente, que parecia comprimir e difficultar a mobilidade dos olhos, revelava grande intelligencia e profunda reflexão. E de facto eram estas as faculdades que predominavam no dr. João Lopes, e que elle desinvolveu por meio de aturado estudo sobre os livros e de longa experiencia do mundo. Não deixou escriptos por onde os vindouros possam aquilatar o seu merito scientifico, mas deixou no professorado um nome illustre e de tal reputação, que muitos o appellidaram o Hippocrates portuguez da nossa edade.

ANTONIO JOAQUIM BARJONA

Coimbra, patria de extremados varões, conta no numero de seus filhos o dr. Antonio Joaquim Barjona. Nesta cidade nasceu, e foi baptisado na freguezia de Sancta Justa em 19 de fevereiro

de 1786. Foram seus paes o dr. Manuel José Barjona, eximio professor da Faculdade de Philosophia, e D. Josepha Thereza.

Cursou com distincção na Universidade as sciencias naturaes, as mathematicas e a Medicina. Nesta concluiu a formatura e aspirou a ser laureado com o grau de doutor. Como se tinha alistado no corpo militar academico contra os francezes, foi dispensado do acto de conclusões magnas; fez exame privado, e foi depois graduado em 30 de junho de 1817.

Na promoção de 15 de junho de 1822 obteve o logar de ajudante de clinica para os hospitaes da Universidade. Por este tempo foi mandado admittir no collegio de S. Pedro, sem que precedesse proposta do collegio, como era costume. Serviu isto de pretexto para o excluirem, quando em 1823 se acclamou a restauração do governo absoluto. Não lhe correu por então bonançosa a fortuna, o que em parte foi devido ao seu genio inquieto e irascivel. Na congregação de 3 de julho de 1823 apresentou o dr. Castilho, como director dos hospitaes, largas queixas contra o dr. Barjona. Logo que este teve noticia extra official do que a seu respeito se passára no Conselho da Faculdade, requereu por certidão copia da acta ou dos artigos formulados contra elle pelo dr. Castilho. Teria attenuado a accusação se reprimisse os impetos de cholera, e fosse comedido na defesa. Desabafou porem com tal excesso, que comprometteu a sua causa, e fechou sobre si a porta que lhe dava entrada para o magisterio. No despacho de 26 de agosto de 1825 não foi lembrado para occupar o logar de demonstrador. Ficaria perpetuamente excluido da Faculdade, se as vicissitudes politicas não mudassem as circumstancias da nação.

Quando em Coimbra se organisou o batalhão academico para favorecer a revolução proclamada no Porto em 16 de maio de 1828, o dr. Barjona, que abertamente defendia as ideias liberaes, alistou-se no batalhão para lhe servir de facultativo. Acompanhou o corpo academico, e emigrou com elle para a Galliza. Seis annos andou exilado por Hespanha, Inglaterra e França. Durante a emigração foi mandado riscar dos livros da Universidade por aviso regio de 28 de março de 1829. Mas, como na lucta, que pouco depois se travou em Portugal, triumphasse o partido da Rainha, cessou a causa do exilio, e pôde sem receio voltar para a patria. Quando regressou, estava já despachado quarto lente da Faculdade de Medicina por decreto de 14 de julho de 1834.

Regeu por algum tempo a primeira cadeira de practica; passou a explicer medicina legal depois da reforma que em 1836 ampliou o quadro da Faculdade. Em 1855 subiu a lente de prima. e trocou a cadeira de medicina legal pela de pathologia interna. Nesta permaneceu até os ultimos tempos da sua vida, que findou em 26 de abril de 1866.

Teve o dr. Barjona grande penetração, espirito analytico e ingenita sagacidade para descobrir e apreciar nos homens e nas cousas particularidades, em que poucos attentam. Soube usar d'estes dotes por forma, que alcançou grande reputação, como deputado na tribuna parlamentar, e como professor nas cadeiras da Universidade. Sobresahia nelle o desapego natural das riquezas e vaidades mundanas. Os interesses pecuniarios não o demoviam, nem jámais o desviaram do seu proposito. A inteireza, com que se houve neste particular, conciliou-lhe grande respeito e auctoridade. Foi pena que de envolta com aquelles bons predicados tivesse o máo sestro de não viver bem com os collegas, e de contrariar tudo o que não procedesse de iniciativa sua.

Publicou alguns escriptos, a maior parte sobre polemica com a Faculdade, uns anonymos e outros com o seu nome. De todos o mais importante é o que se inscreve — *Breve Memoria das febres intermittentes em Portugal,* Coimbra 1862, folheto de 47 paginas de texto e 2 de notas.

SEBASTIÃO D'ALMEIDA E SILVA

Nasceu em Coimbra o dr. Sebastião d'Almeida e Silva a 5 de janeiro de 1788. Foram seus paes Francisco d'Almeida e Silva e D. Maria Rosa.

Cursava o primeiro anno de Medicina, quando teve logar a invasão franceza. Alistou-se no batalhão academico em defesa da patria, e em «attenção aos bons serviços que prestou» obteve dispensa do exame de grego até chegar ao quarto anno.

Frequentou a Faculdade de Medicina com creditos de bom estudante, e nella concluiu formatura em julho de 1813. Passado tempo, matriculou-se no sexto anno, e veio a receber o grau de

doutor em 25 de janeiro de 1818. Na promoção de 26 de agosto de 1825 foi nomeado demonstrador de anatomia com a clausula de não receber a ajuda de custo correspondente, emquanto se não regulassem os negocios da Faculdade. Era de presumir que não durasse por muito tempo a violencia de se lhe exigir serviço sem remuneração. Sobrevieram porem as commoções politicas, e como o dr. Sebastião d'Almeida professava ideias liberaes, foi despedido da Universidade. Quando tudo lhe promettia que não seria perseguido, tomou o alvitre de exercer a Medicina em Cantanhede. Restabelecida porem a auctoridade da Rainha, foi reintegrado no serviço universitario e despachado quinto lente da Faculdade de Medicina por decreto de 14 de julho de 1834.

Na distribuição que entre si fizeram os vogaes da Faculdade, coube-lhe a cadeira de anatomia. Regeu esta cadeira por vinte e quatro annos, e em 1859 passou para a de materia medica e pharmacia. A mudança decidiu-o a solicitar a jubilação, da qual gozou nos ultimos annos de vida. Falleceu em 25 de outubro de 1866.

Foi o dr. Sebastião d'Almeida professor assiduo e desvelado. No exercicio do magisterio adquiriu vastos conhecimentos anatomicos. Amenizava o arido estudo da sciencia que professava com a leitura dos classicos portuguezes e latinos. Tinha muita instrucção em bellas lettras. Alguns versos latinos de sua composição revelam bom gosto litterario e conhecimento particular da lingua.

LUIZ ANTONIO PESSOA

No logar do Chão do Bispo, nos arrabaldes de Coimbra, nasceu em 1792 o dr. Luiz Antonio Pessoa, e foram seus paes Vicente José Pessoa e D. Thereza Delfina Freire da Silva.

Applicou-se ao estudo da Medicina, e nella mereceu a laurea doutoral, que lhe foi conferida em 7 de julho de 1822. Resolvido a seguir o magisterio na Universidade, inscreveu-se na classe dos oppositores e promptificou-se para o serviço que lhe fosse distribuido. Tarde lhe chegaria a vez de entrar no quadro da Faculdade, porque tinha adiante de si outros oppositores bem qualificados, e os logares estavam providos. Como porem surgiram acon-

tecimentos politicos, que perturbaram a successão regular das nomeações para a Universidade, veiu o dr. Luiz Antonio Pessoa a ficar em circumstancias de poder conseguir o despacho de professor. E com effeito na promoção de 31 de julho de 1830 obteve a nomeação de sexto lente com exercicio na cadeira de Aphorismos. Pouco tempo esteve no magisterio. Em 15 de julho de 1834 foi demittido com outros lentes realistas, e passou o resto da vida retirado do bulicio academico.

MANUEL JOAQUIM DA SILVA

Foi filho de João Antonio da Silva, e natural de Souzellas. Cursou na Universidade a Faculdade de Medicina; nella conseguiu o grau de doutor em 7 de outubro de 1827. Durante as commoções politicas, que depois sobrevieram, houve-se de modo que o não podiam acoimar de partidario. O seu intuito era alcançar um logar no professorado. Como a maior parte dos oppositores e substitutos de Medicina tinham sido perseguidos por constitucionaes e expulsos da Universidade, foi o dr. Manuel Joaquim da Silva despachado substituto ordinario em 31 de julho de 1830.

Dava-se bem com realistas e constitucionaes, mas nem por isso deixou de ser comprehendido no decreto de demissão de 15 de julho de 1834. Requereu para ser conservado no logar que occupava. Indeferiram-lhe a pretenção; e como visse que nada podia esperar do governo constitucional, retirou-se á vida particular.

JERONYMO JOSÉ DE MELLO

Se tivessemos de agrupar os professores que mais se distinguiram no magisterio e mais acreditaram a Universidade, nessa pleiada de lucidas intelligencias dariamos merecido cabimento ao dr. Jeronymo José de Mello.

Nasceu este insigne professor na cidade da Guarda [1], e foi baptisado na Malhada Sôrda em 6 de janeiro de 1792. Seu pae, Manuel Antonio Affonso, tomou-lhe para padrinho o prelado diocesano D. Jeronymo, de quem no bispado ainda hoje se contam obras meritorias. Entrado na adolescencia estudou humanidades com singular aproveitamento. Na Universidade frequentou com muita distincção as sciencias preparatorias e auxiliares da Medicina, e nesta Faculdade concluiu formatura em julho de 1818. Matriculou-se no sexto anno para alcançar os mais subidos graus academicos. Foi dispensado do acto de conclusões magnas por se achar comprehendido nas disposições da carta regia de 3 de maio de 1819; e o aviso de 30 de abril de 1821 ordenou que lhe fosse conferido gratuitamente o grau de doutor.

Não se aproveitou por então Jeronymo José de Mello das concessões que os poderes publicos lhe liberalisavam. Motivos particulares o decidiram a interromper a carreira academica e a entregar-se ao exercicio da clinica. Esteve nos partidos camararios de Castello de Vide e Aviz. Mas, quando a convenção de Evora Monte acabou com a tormenta da guerra civil entre constitucionaes e realistas, abriu mão dos interesses que tinha no Alemtejo, e voltou para Coimbra com o proposito de seguir o magisterio na Universidade. Fez exame privado em 18 de dezembro de 1834. Um mez depois, em 18 de janeiro de 1835, recebeu o grau de doutor. A falta de professores de Medicina naquella occasião parecia facilitar-lhe a entrada para a Faculdade; sobrevieram porém altercações com outros oppositores, e reformas universitarias que lhe demoraram o despacho, de modo que só veiu a ter a nomeação de substituto em 4 de maio de 1838.

Não tardou em passar a cathedratico. Coube-lhe na distribuição das materias que se haviam de ensinar na Faculdade a cadeira de physiologia. Nesta permaneceu durante o longo espaço da sua vida no magisterio; nella achou opportuno ensejo de ostentar os seus profundos conhecimentos não só de physiologia, mas tambem d'outros ramos do saber humano. Possuia em verdade grande eru-

[1] A certidão extrahida do assento do baptismo não diz quando nem onde nasceu, apenas designa que fôra baptisado em 6 de janeiro de 1792 na freguezia da Malhada Sôrda, d'onde era natural sua mãe. Mas nos termos das matriculas constantemente se inscreveu natural da Guarda, e por isso não duvido assignar-lhe esta cidade por patria.

dição litteraria e scientifica, e ao cabedal proveniente de aturado estudo junctava larga experiencia do mundo e a instrucção adquirida numa viagem que fizera a Inglaterra e França. Deu provas exuberantes do seu ingenho e sabedoria, tanto no difficil encargo de apostolar a sciencia, como em varias commissões de serviço publico, para que os seus merecimentos o indigitavam.

Nas congregações da Faculdade e nos claustros, no parlamento e na imprensa foi o dr. Jeronymo José de Mello incançavel defensor das prerogativas universitarias. Mas, assim como pugnava pelo conservação na Universidade do primado scientifico e docente, da mesmo modo insistia pelo cumprimento dos deveres a que tinha de satisfazer o corpo cathedratico. Por sua parte foi exactissimo no desempenho das suas obrigações academicas; ninguem o excedeu em zelo, poucos o egualaram em pontualidade. Consumindo emfim grande parte da existencia no serviço da Faculdade, de que foi claro ornamento, veiu a fallecer em 25 de fevereiro de 1867.

Publicou um opusculo com o titulo *Memoria Filosofica sobre a Megalanthropogenesia.* Deu artigos para varios jornaes politicos e litterarios: no *Instituto* principalmente imprimiu muitos escriptos. Mas a sua obra de maior merecimento, aquella que como trabalho litterario e scientifico lhe grangeou subida reputação, foi a que escreveu para servir de norma a seus discipulos, *Primeiras Linhas de Physiologia,* de que tirou duas edições. No tempo em que foi escripta representava fielmente o estado da sciencia. Os progressos incessantes da physiologia diminuiram-lhe o interesse scientifico; não lhe cercearam porem o valor litterario. Será em todo o tempo modelo de estylo didactico e apreciavel monumento de boa linguagem portugueza.

FLORENCIO PERES FURTADO GALVÃO

Na quinta do Freixo, freguezia de S. Miguel da Villa de Penella, nasceu em 27 de março de 1799 o dr. Florencio Peres Furtado Galvão. Foram seus paes Luiz José Peres de Almeida Freire e D. Joanna Florinda Galvão.

Estudou Medicina na Universidade, onde concluiu formatura em 30 de julho de 1824. Dez annos depois resolveu entregar-se novamente ás lidas academicas para conseguir mais elevada graduação. Matriculou-se no sexto anno; satisfez ás prescripções dos Estatutos, e em 20 de julho de 1835 foi-lhe conferida a laurea doutoral a que aspirava. Promptificou-se como oppositor para desempenhar o serviço que lhe fosse distribuido; e, tendo por vezes substituido os professores effectivos, deu provas na regencia de algumás cadeiras da sua aptidão para o magisterio, pelo que obteve o despacho de substituto em 4 de maio de 1838. Em breve passou a cathedratico, e ficou proprietario da cadeira de materia medica e pharmacia. Nesta permaneceu, até que ao cabo de vinte annos de bons e effectivos serviços requereu e alcançou a jubilação no principio de 1859.

Foi o dr. Peres partidario decidido da homeopathia. Profundou esta doutrina, e explicou-a a seus discipulos emquanto esteve na Universidade. Depois de jubilado depoz os cuidados pela cultura da sciencia: retirou-se para a sua casa de Penella, onde falleceu em 17 de agosto de 1865.

AGNELLO GAUDENCIO DA SILVA BARRETO

De Francisco João de Assis e de D. Maria Laura nasceu na Villa do Rabaçal o dr. Agnello Gaudencio da Silva Barreto a 14 de dezembro de 1806. Cursou Medicina na Universidade com aproveitamento e distincção, pelo que mereceu o gráu de doutor, que lhe foi conferido em 31 de julho de 1836. Entrou por provas de concurso no magisterio, e foi despachado substituto da Faculdade de Medicina em 11 de setembro de 1838. Doença pertinaz, que lhe tomou as faculdades intellectuaes, impossibilitou este professor de prestar os bons serviços que d'elle se esperavam. Succumbiu ainda no vigor da idade em 7 de janeiro de 1851.

JOSÉ GOMES RIBEIRO

Este medico eximio e digno professor de clinica na Universidade nasceu em Alijó a 3 de outubro de 1807. Foram seus paes José Gonçalves Seára e D. Anna Albertina.

Mal afortunados lhe correram os annos da juventude. Quando mais carecia de socego para estudar humanidades, sobreveiu-lhe atroz perseguição dos realistas, e lá foi com seu pae expiar numa enxovia a culpa de ser constitucional. Restabelecido o Governo da Rainha em 1834, applicou-se na Universidade ao estudo das sciencias preparatorias para o curso medico. Frequentou com aproveitamento as aulas de instrucção superior, e em 1841 concluiu a formatura em Medicina. Deliberou fixar a sua residencia em Coimbra e seguir a carreira do professorado. Matriculou-se no sexto anno, e em 31 de julho de 1842 recebeu o gráu de doutor. Estavam por aquelle tempo vagos alguns logares da Faculdade. Entrou o dr. José Gomes Ribeiro no concurso que então se abriu, e em 12 de agosto de 1843 foi provido numa substituição. Por doze annos serviu como substituto. Quando entrou para cathedratico coube-lhe a propriedade d'uma das cadeiras de practica, onde se conservou até conseguir a jubilação ao findar o anno de 1863.

Excellentes professores têm occupado as cadeiras de clinica da nossa Universidade; mas com serem famosos tão abalisados ingenhos, não escurecem os predicados por onde se distinguiu o dr. José Gomes Ribeiro. Possuia o tino medico em gráu eminente, e d'este natural condão deu provas indubitaveis não só quando iniciava os discipulos nos reconditos mysterios da praxe, mas tambem em repetidas consultas e conferencias para que era chamado. Abonaremos a realidade da sua sagacidade medica citando um facto, que ainda hoje é conhecido em Coimbra, e que por interesse da humanidade bom seria que o fosse por outras terras.

Ao começar o terceiro quartel do seculo actual reinaram por Coimbra e suas immediações epidemias, que os medicos capitulavam de febres typhoides. E na verdade, os symptomas por que a doença se representava, a marcha insidiosa que seguia, a investigação das causas e mais pontos, que exteriormente podiam escla-

recer o diagnostico, conspiravam para que se tomasse a epidemia de cada inverno por andaço de febres de mau caracter, descriptas nos livros modernos de pathologia com o epitheto de typhoides. Todavia as applicações therapeuticas, que mais convêm a estas febres, longe de alliviaram os enfermos, aggravavam-lhes em geral a doença. Coube ao dr. José Gomes Ribeiro a gloria de determinar a natureza do mal e de indicar a therapeutica, com que se devia debellar. Estudando attentamente á cabeceira dos doentes os symptomas e a sua successão, ponderando com muita reflexão os factos clinicos e as suas relações, chegou emfim a concluir que as doenças reinantes não eram typhos nem febres typhoides, mas sim grippes intensas, de que havia exactas descripções nos annaes da Medicina. Nesta conformidade instituiu o tractamento a seus doentes. Os bons resultados que obteve confirmaram o diagnostico, e decidiram outros medicos a seguir o seu exemplo.

Concorriam no dr. José Gomes Ribeiro outras qualidades e disposições que lhe ampliavam os creditos de bom professor. Era assiduo e pontual no cumprimento das suas obrigações academicas, exigente e severo na manutenção da disciplina; tractava porem os discipulos com lhaneza, e folgava de lhes explicar e repetir á cabeceira dos doentes todas as particularidades sobre a difficil applicação da sciencia e arte de curar.

Desempenhou com zêlo os encargos do magisterio; bem mereceu a jubilação que pediu quando chegou alquebrado de saude ao termo de vinte annos de bons e effectivos serviços. Poucos mezes viveu jubilado; opprimiu-o nos ultimos tempos da vida pertinaz enfermidade, a que succumbiu em 29 de maio de 1864.

ANTONIO CARLOS DOS GUIMARÃES MOREIRA

Nasceu em Leiria a 13 de fevereiro de 1818. Foram seus paes José Lourenço dos Guimarães Moreira e D. Maria da Piedade.

Resolvido a seguir a vida litteraria, para que o chamavam as tendencias naturaes, deu provas indubitaveis do seu ingenho e applicação nos cursos universitarios. Concluiu formatura em Medicina em julho de 1843. As qualificações que obteve facilita-

vam-lhe o accesso a mais elevada graduação. Preparou-se para a conseguir, e no 1.º de dezembro de 1844 coroou a laurea doutoral a perseverança de seus esforços.

Dous mezes antes tinha sahido o decreto de 20 de setembro de 1844, cujas disposições sobre o provimento dos logares no magisterio universitario acabavam com a forma de concurso publico, e restabeleciam o methodo de longa opposição. O dr. Antonio Carlos, que aspirava ao professorado, matriculou-se como doutor addido á Universidade; fez o serviço que o habilitou a passar para a classe de oppositor, e por decreto de 4 de agosto de 1846 foi despachado demonstrador de materia medica e pharmacia. Pouco mais d'um anno sobreviveu ao despacho; em 2 de novembro de 1847 exhalou o ultimo suspiro, victima d'uma escarlatina, de que fora contagiado, quando prestava serviços medicos a um enfermo tomado da mesma doença.

ANTONIO JOAQUIM RIBEIRO GOMES D'ABREU

Á porta de Custodia Teixeira, moradora no logar de Barbosa, freguezia de Moreira de Rei, foi exposto um menino no correr da noute de vinte e dous de fevereiro de mil e oitocentos e *doze (?)* Trazia o innocentinho um escripto de letra desconhecida, em que se declarava não ser baptizado. No dia vinte o quatro de referido mez e anno recebeu solemnemente as aguas do baptismo e os santos oleos na freguezia de S. Martinho de Moreira de Rei. Deram-lhe o nome de Antonio Joaquim, e teve por padrinhos o padre José Novaes de Campos e sua irmã Marianna Novaes de Campos. Permittiu a Providencia que não lhe faltasse amparo desde a infancia. Cresceu em annos e letras, e entrado na idade viril decidiu cursar a Universidade, onde em outubro de 1838 effectuou matricula no primeiro anno mathematico e philosophico. Nesta e em todas as matriculas subsequentes invariavelmente se inscreveu «Antonio Joaquim Ribeiro Gomes d'Abreu, filho de João Ribeiro «de Novaes, natural de Monte-Longo, districto de Braga [1].»

[1] Da certidão do baptismo, dos termos das matriculas e mais documentos respectivos existentes no archivo da Universidade extractei quanto acima

Frequentou com muita distincção as sciencias preparatorias e auxiliares da Medicina, e abriu matricula no primeiro anno d'esta Faculdade em 10 de outubro de 1842, apresentando certidão de bacharel em Mathematica. Nos estudos medicos houve-se por modo, que ao concluir a formatura em julho de 1848 muitos professores da Faculdade lhe mostraram o desejo de o terem por collega no magisterio. Cedeu a tão honrosa demonstração, e proseguiu na frequencia das aulas até findar o anno de repetição em maio de 1849. Demorou por algum tempo as provas dos actos grandes; e, como em 1851 e no anno seguinte houvesse perdão de acto, foi por isso dispensado de ostentar a defeza de conclusões magnas. Fez exame privado em 22 de maio de 1852, e no dia 23 recebeu o gráu de doutor.

A carta de lei de 19 de agosto de 1853 restabeleceu a classe dos substitutos extraordinarios, e o methodo de concurso publico para se proverem os logares do magisterio na Universidade. O dr. Gomes d'Abreu entrou no primeiro concurso que se abriu em Medicina, e como obtivesse plena approvação, foi despachado substituto extraordinario por decreto de 14 de fevereiro de 1855. Tomou posse do logar, e seguia no desempenho do serviço universitario, quando por decreto de 5 de março de 1856 mandou o

relato. Desci a taes particularidades, porque não se tem geralmente por bem averiguado qual fosse a naturalidade, quaes os progenitores do dr. Antonio Joaquim Ribeiro Gomes d'Abreu. O illustrado auctor do *Diccionario Bibliographico* no tomo oitavo pag. 191 diz que apezar de todas as diligencias não conseguira ainda apurar com exactidão o que respeita á naturalidade. Accrescenta «que uns o suppunham nascido em Guimarães, outros em «Monte-Longo.» Cita o testemunho do sr. Pereira Caldas, companheiro de estudos e intimo amigo do dr. Gomes d'Abreu, que «mui positivamente «affirma ter nascido na freguezia de S. Gens, concelho de Fafe, aos 22 de «fevereiro de 1809, e que fôra baptisado na freguezia de Moreira de Rei, «do mesmo concelho, sendo seu pae João Ribeiro de Novaes.»

Concorda quasi em todos os pontos o dizer dos documentos com a affirmativa do sr. Pereira Caldas. A mais notavel discrepancia é a que se refere ao anno do nascimento. Cumpre-me porem advertir que na certidão do baptismo, onde a data está exarada por extenso, a ultima palavra, que designa o anno, foi evidentemente viciada. Parece que primeiro se tinha escripto *nove*, e que, depois, do *n* se fez um *d*. A forma da letra é tal que nada mais foi preciso para que se podesse ler *doze*. Na margem da certidão está por algarismo *1812;* mas a letra e a côr da tinta revelam ser accrescentamento de mão extranha. Por isso apresento com o indicio de duvidoso o anno do nascimento.

governo que os professores da Universidade como funccionarios do Estado prestassem juramento de fidelidade á dynastia reinante e ás instituições vigentes. Não se conformou com similhante determinação o dr. Gomes d'Abreu, partidario intransigente das doutrinas legitimistas. Deixou logo a Universidade, e pouco depois dirigiu uma carta ao Conselho da Faculdade de Medicina, lida e ouvida com pezar na congregação de 12 de abril de 1856, em que se despedia de seus mestres, amigos e collegas. Por mais de quatro annos persistiu na alternativa ou de o dispensarem do juramento ou de o demittirem. Nem as instancias de amigos nem os bons officios de collegas o demoveram do seu proposito. O Governo por sua parte persistia tambem com firmeza na exigencia do juramento. Sendo pois inadmissivel qualquer meio de conciliação, forçoso foi conceder ao dr. Gomes d'Abreu a escusa do serviço por decreto de 30 novembro de 1860.

Não quiz a fortuna que tão insigne varão deixasse no professorado rastro luminoso; mas o que as circumstancias lhe não permittiram na patria facultou-lh'o em terra extranha o principe proscripto, a cuja causa se devotara, escolhendo-o para preceptor de seus filhos. Sahiu do reino para desempenhar tão honrosa incumbencia em agosto de 1863. Infelizmente a mudança para a Allemanha e os esforços talvez pela educação de seus queridos discipulos aggravaram-lhe padecimentos antigos. Conheceu que a doença o impellia acceleradamente para o termo da existencia. Resignado com os infortunios, e contrapondo ás adversidades d'este mundo a esperança da vida futura, expirou em Bronnbach aos 15 de junho de 1867.

Escreveu o dr. Gomes d'Abreu numerosos artigos sobre materias politicas, scientificas e litterarias. As suas producções andam dispersas pelas folhas de varios jornaes. Não sei que publicasse em livro senão um notavel discurso proferido na Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa. Sahiu sob o titulo *A organisação dos estudos medicos em Portugal etc.*, Lisboa, 1853; 142 pag. em 8.º pequeno. Bastaria esta obra para firmar a reputação litteraria do auctor, se trabalhos anteriores lh'a não tivessem solidamente estabelecido.

ANTONIO DE OLIVEIRA SILVA GAIO

De Manuel Joaquim de Almeida e Silva e de sua mulher D. Anna Augusta de Oliveira e Almeida nasceu em Vizeu o dr. Antonio de Oliveira Silva Gaio aos 14 de agosto de 1830.

Cedo manifestou nas aulas de humanidades concepção rapida, imaginação viva, e loquela expedita e agradavel. D'estes dotes se prevaleceu no tracto social e nos cursos de instrucção superior, onde conseguiu honrosas distincções academicas. O estudo das sciencias positivas parecia coadunar-se com a sua indole e com as aspirações do seu espirito ardente; e se tivera cursado Jurisprudencia, diverso teria sido talvez o seu destino. Aconteceu porém formar-se em Medicina; e com o intuito de seguir o magisterio na Universidade, matriculou-se no anno de repetição, e proseguiu nas lides academicas até que lhe foi conferido o gráu de doutor em 31 de julho de 1858.

Achavam-se então vagas tres substituições extraordinarias na Faculdade de Medicina. Entrou o dr. Silva Gaio em concurso com outros candidatos, e, sendo approvado, obteve o despacho para um dos logares por decreto de 4 de janeiro de 1859. Subiu por antiguidade na escala do professorado, e chegou a cathedratico em 1866. Por este tempo começou a sentir incommodos que progressivamente augmentaram, e que pouco depois o impossibilitaram de reger a cadeira de medicina legal, de que era proprietario.

Foi nos ultimos annos da vida, quando por falta de saude não podia satisfazer ás obrigações universitarias, que o dr. Silva Gaio se entregou á composição de obras litterarias que tiveram em geral benigno acolhimento. A primeira producção que tirou a publico foi um romance historico, sob o titulo de *Mario*, allusivo ás luctas civis de 1828 a 1834. D'esta obra fallou com merecido louvor a imprensa periodica portugueza e alguns jornaes extrangeiros. Animado por tão feliz estreia e desejoso de maiores glorias, escreveu um drama em cinco actos: *O Arcebispo D. Frei Ceatano Brandão*, que no theatro normal em Lisboa e no academico de Coimbra suscitou vivos applausos. Imprimiu esta peça em 1869 com uma carta dedicatoria ao seu amigo Thomaz Ribeiro, e um *Escorço Biographico* concernente ao venerando prelado bracarense.

Sobre materias scientificas apenas deu á estampa a dissertação inaugural, cujos exemplares são hoje raros; debateu-se porem com enthusiasmo nas lides jornalisticas, e revelou a sua aptidão para este genero de trabalho em alguns jornaes provincianos.

Occupava-se ultimamente na composição de novas peças dramaticas; para algumas tinha planos traçados e trabalhos adiantados. Se a doença o não opprimisse, e morte prematura o não arrebatasse, deixaria por certo maiores documentos do seu ingenho e fecundidade. Falleceu no Bussaco, retiro da sua predilecção, em 8 de agosto de 1870. De lá foi conduzido na madrugada do dia 10 para o cemiterio do alto da Conchada em Coimbra, onde repousa.

MANUEL JOSÉ DA SILVA PEREIRA

Na Cumieira, junto ao Pezo da Regoa, nasceu o dr. Manuel José da Silva Pereira a 21 de agosto de 1836. Foram seus paes Domingos José da Silva e D. Candida Carolina.

Foi prenuncio auspicioso a vivacidade que desde tenros annos mostrou, e que muito influiu para lhe darem profissão pelas letras. Proximo da casa paterna aprendeu as primeiras disciplinas de instrucção secundaria, e veiu acabar em Coimbra o curso de humanidades. Habilitado para frequentar os estudos superiores, matriculou-se no primeiro anno de Mathematica e de Philosophia, e proseguiu nestas Faculdades até completar os preparatorios indispensaveis para Medicina. Houve-se com distincção no curso medico; e como após a formatura insistisse em profundar a sciencia para alcançar a suprema graduação universitaria, corroborou na defesa das theses e no acto de licenciado os creditos adquiridos, e bem mereceu a coroa com que foi laureado em 13 de julho de 1862.

Entrou por concurso no magisterio e teve o primeiro despacho de substituto extraordinario da Faculdade de Medicina em 29 de setembro de 1865. Subiu pouco depois a substituto ordinario, e como tal regeu a cadeira de histologia, onde largamente patenteou as suas qualidades de professor. Soube dar a seus discipulos tão solida instrucção sobre as propriedades, structura e contextura

dos tecidos organicos, que no fim do anno lectivo não careciam de estudo previo nem de avivar ideias para fazerem exame d'aquellas materias. De mim confesso que me surprehendeu a promptidão e certeza com que nos actos respondiam a particularidades histologicas muito alheias do ponto, que a sorte lhes destinara.

Era o dr. Silva Pereira enthusiasta dos commettimentos elevados, e ousado para os emprehender. Obedecendo aos impulsos naturaes, concebeu o projecto de ir estudar a organização do ensino medico e os progressos da sciencia nas escholas da America. Deu-se pressa em executar o projecto; e para evitar os attritos que mais o podiam demorar, prescindiu do subsidio com que o governo costuma auxiliar as viagens scientificas, e tão sómente requereu a conservação do seu ordenado e licença para sahir do reino. Uma e outra cousa lhe foi concedida sem difficuldade. Animado de grandes esperanças sahiu a barra de Lisboa em direcção ao Rio de Janeiro em 14 de dezembro de 1868. Era digno de que boa fortuna o acompanhasse em tão singular empreza: quiz porem o seu destino que a sorte lhe corresse ora prospera ora adversa, e que o andamento d'esta alternativa acabasse emfim pela desventura. Chegado á capital do Brazil começou a intender nos encargos da viagem e ao mesmo tempo a prestar seccorros medicos a muitos infermos, que se valiam da sua pericia. Como prolongasse a assistencia entre os fluminenses, entretido naquellas occupações, sobreveiu uma epidemia de febre amarella, de cuja mortifera influencia não pôde resguardar-se. Longe da patria, mas em terra de irmãos e hospitaleira, exhalou o ultimo suspiro no dia 8 de março de 1870.

Alem da dissertação inaugural escreveu o dr. Silva Pereira alguns artigos sobre expostos em polemica scientifica com adversarios respeitaveis [1]. Sahiram na *Liberdade* e no *Commercio de Coimbra,* jornaes que em 1865 se publicavam nesta cidade.

[1] Entre os contendores figuravam o sr. Thomaz Ribeiro, e o sr. Caetano de Seixas e Vasconcellos, que então exercia o cargo do governador civil de Coimbra.

MANUEL PAES DE FIGUEIREDO E SOUZA

Expozemos até agora as noticias biographicas dos professores de Medicina, fallecidos depois da Reforma, seguindo a ordem chonologica da sua entrada no magisterio; ao chegarmos porem á derradeira estancia d'esta já cançada peregrinação, seja-nos relevado que alteremos a regra estabelecida, não só para que o final das noticias se ajuste com a ultima perda que soffreu a Faculdade de Medicina e o professorado, mas tambem para que o nome e a memoria d'um varão respeitavel assignale a meta de nossos trabalhos. Illuminemos pois o marco extremo d'esta viagem com os traços biographicos do dr. Manuel Paes de Figueiredo e Souza, por cujo fallecimento sentidas lagrimas humedecem ainda as faces de seus amigos e collegas [1].

Nasceu, este illustre professor em Canas de Senhorim a 25 de abril de 1810. Foram seus progenitores João Paes de Figueiredo e Souza e D. Josepha Nunes.

Tinha entrado na juventude, e cursava os estudos universitarios, quando começou a incendiar-se a discordia civil entre constitucionaes e realistas. Neste revolver de paixões, em que a ninguem se permittia moderação e menos ainda neutralidade, inclinou-se a favor da causa liberal, para onde o moviam precedentes de familia e as proprias inclinações. Soffreu por isso amarguras nos primeiros annos do Governo absoluto; e como presentisse, depois do desembarque do exercito libertador, que maior tormenta o ameaçava, disse adeus á casa paterna; tomou em direcção do Porto, e lá foi alistar-se entre os combatentes em pró da liberdade. Serviu na arma de artilheria, e esteve por alguns mezes de guarnição na Serra do Pilar. Terminada a lucta que restabeleceu o Governo

[1] O logar que segundo a regra estabelecida pertencia ao dr. Manuel Paes de Figueiredo e Souza era entre o dr. Agnello Gaudencio da Silva Barreto e o dr. José Gomes Ribeiro.

Não foi sem ponderação que me resolvi a collocar as noticias biographicas pela ordem chronologica do primeiro despacho dos professores. D'entre os alvitres, que o assumpto me suggeriu, pareceu-me preferivel o que adoptei. Se tivesse seguido a chronologia dos fallecimentos, não sahiria de constantes embaraços, por não poder averiguar com exactidão o obito de muitos professores.

constitucional, largou as armas, e veiu continuar os estudos nas aulas da Universidade.

Cursou com distincção a Faculdade de Medicina, e nella tomou o gráu de doutor em 25 de julho de 1841. Como aspirava ao magisterio, deu provas, no concurso immediato, de seus conhecimentos e aptidão, e sendo approvado conseguiu o despacho de substituto por decreto de 12 de agosto de 1843. Permaneceu por dez annos na classe de substituto ordinario, e durante este espaço regeu diversas cadeiras da Faculdade no impedimento dos respectivos cathedraticos, sendo que na de physiologia teve por vezes demora prolongada, o que lhe proporcionou ensejo de exercitar os seus talentos. Ao passar para professor effectivo foi occupar uma das cadeiras de practica.

Largo estadio lhe offereciam as aulas de clinica para desenvolver os seus recursos intellectuaes e grangear creditos de bom professor. Comprehendeu o alcance da sua missão, e soube desempenhal-a cabalmente mais com o intuito de cumprir os seus deveres, do que levado pelo incentivo da gloria. Apenas assumiu a regencia da cadeira, desterrou da aula a regra habitual de grandes discursos á cabeceira dos doentes, e estabeleceu costumes novos em conformidade com as prescripções dos Estatutos. Sob a sua direcção os alumnos de practica haviam, primeiro que tudo, de explorar e observar minuciosamente o estado dos doentes. Cumpria-lhes em seguida ponderar os factos observados, e apreciál-os á luz da anatomia, da physiologia e da pathologia. Proseguindo emfim na avaliação das causas, symptomas, alterações organicas e desvios funccionaes, chegavam sem rodeios ao diagnostico e ás indicações therapeuticas correspondentes. É manifesto que os alumnos, dirigidos por este modo, e instados para darem a razão das suas asserções, contrahiam nas aulas habitos de verdadeiro medico, e adquiriam ao mesmo tempo copiosa instrucção clinica.

Proficuo e demorado foi o exercicio do dr. Paes de Figueiredo nas cadeiras de practica, onde com as funcções do ensino desempenhou dignamente as de director dos hospitaes. Era seu intento continuar nos trabalhos academicos, em quanto a saude lh'o permittisse. Como pois se detivesse no professorado, ao cabo de vinte e seis annos de serviço subiu a lente de prima, decanno e director da Faculdade de Medicina. Chegado ao supremo limite da carreira do magisterio empenhou-se em cumprir com todo o zêlo

as obrigações inherentes á elevação do cargo. Foi então que muito se distinguiu por seu conselho e prudencia, e por excellentes qualidades pessoaes que o caracterisavam. Soube moderar os espiritos exaltados, conciliar os divergentes, e attrahir o respeito e affecto de todos. Sob a sua direcção deu a Faculdade de Medicina o salutar exemplo de mutua amizade e união entre seus vogaes, condição importantissima para que possam prosperar e progredir as corporações d'esta ordem.

Proseguia o dr. Paes de Figueiredo nas funcções do magisterio, gosando da estima e consideração que os seus merecimentos pediam. A sua disposição era tal, que, não obstante contar sessenta e dous annos de edade, promettia ainda a continuação de bons serviços. Quando pois parecia que a vida lhe corria tranquilla e duradoura, morte inesperada o arrebatou no dia dezenove de julho do anno corrente! Desceu ao sepulchro estimado e bemquisto de todos, deixando de si honrada memoria no professorado.

Coimbra, 1.º de outubro de 1872.

FIM.

INDICE

Pag.

ADVERTENCIA 3

DISCURSO PRELIMINAR:

I Do ensino medico da Universidade no seculo XVIII antes da Reforma em 1772 9

II Do desenvolvimento dos systemas medicos e dos progressos da Medicina em geral desde os fins do seculo XVII até 1770 23

III Preludios da Reforma — Compendio Historico 35

PARTE PRIMEIRA

CAPITULO I Estatutos Medicos 47

CAPITULO II Preliminares para a execução dos novos Estatutos Medicos 57

CAPITULO III Serviço da Faculdade nos onze annos consecutivos á Reforma—Primeiros estabelecimentos.. 67

CAPITULO IV Apreciação da Reforma do ensino medico .. 83

CAPITULO V De 1783 a 1795 — Costumes e praxes universitarias 95

CAPITULO VI De 1795 a 1822 —Promoções. Viagens scientificas. Invasão franceza. Declinação dos estudos. Administração dos hospitaes 111

CAPITULO VII Doutrinas medicas professadas na Universidade desde a Reforma até 1822 133

CAPITULO VIII De 1822 a 1836. Decadencia dos estudos medicos. Projecto da Reforma. Influencia das lutas civis 155

Pag.

Capitulo IX De 1836 a 1844. Reforma dos estudos medicos na Universidade — Successos posteriores 177
Capitulo X De 1844 a 1863. Nova organisação de estudos — Serviços da Faculdade 189
Capitulo XI De 1863 a 1872. Ampliação dos estudos medicos. Viagens scientificas. Estabelcimentos. Promoções. Estado actual..... 207
Epilogo 237
Pontos para dissertações inauguraes, escolhidos pela Faculdade de Medicina desde a Reforma até ao presente, e datas das congregações em que foram approvados 241
Estatistica dos estudantes matriculados nos differentes annos do curso medico desde a Reforma da Universidade em 1772 até 1871 253

PARTE SEGUNDA

Noticia biographica dos professores da Faculdade de Medicina, fallecidos desde a Reforma de 1772 até o preentes:
Simão Goold..... 257
Antonio José Pereira..... 258
Luiz Cichi..... »
José Francisco Leal..... 259
Antonio José Francisco d'Aguiar 260
Manuel Antonio Sobral 261
José Correia Picanço..... 262
Francisco Tavares 263
Joaquim de Azevedo 265
José Pinto da Silva 266
Caetano José Pinto d'Almeida..... 267
Luiz José de Figueiredo e Souza 268
João Francisco d'Oliveira Alves 269
João Joaquim Gramacho da Fonseca..... 270
João de Campos Navarro ..... »
Joaquim Navarro de Andrade 272
Bento Joaquim de Lemos 273
Ricardo Teixeira Maconelli..... »
Antonio Gomes da Silva Pinheiro 274
Antonio José de Miranda e Almeida ..... »
Antonio Ignacio Gonçalves Forte..... 275

Pag.
José Diogo da Rocha 276
Antonio Joaquim Nogueira da Gama . . . . . »
José Feliciano de Castilho 277
Francisco José de Souza Loureiro 278
Pedro Joaquim da Costa Franco 279
Francisco Soares Franco 280
Emydio Manuel Victorio da Costa 281
Antonio Joaquim de Andrade 282
Manuel Pereira da Graça 283
Jeronymo Joaquim de Figueiredo . . . . . »
Angelo Ferreira Diniz 284
Antonio d'Almeida Caldas 286
José Carlos Barreto 287
Antonio da Cruz Guerreiro . . . . . »
Luiz Antonio da Silva Maldonado 288
Antonio Joaquim de Campos . . . . . »
Joaquim Xavier da Silva 289
João Alberto Pereira de Azevedo 290
José Ignacio Monteiro Lopo 291
João Baptista de Barros 292
Carlos José Pinheiro 293
Aureliano Pereira Frazão de Aguiar 295
João Lopes de Moraes . . . . . »
Antonio Joaquim Barjona 296
Sebastião d'Almeida e Silva 298
Luiz Antonio Pessoa 299
Manuel Joaquim da Silva 300
Jeronymo José de Mello . . . . . »
Florencio Peres Furtado Galvão 302
Agnello Gaudencio da Silva Barreto 303
José Gomes Ribeiro 304
Antonio Carlos dos Guimarães Moreira 305
Antonio Joaquim Ribeiro Gomes d'Abreu 306
Antonio de Oliveira Silva Gaio 309
Manuel José da Silva Pereira 310
Manuel Paes de Figueiredo e Souza 312

ERRATAS

Pag.	*Linha*	*Erros*	*Emendas*
12	39	Fen primi quarti	Fen prima quarti
47	4	tinha patentado	tinha patenteado
51	30	se deve aperfeiçor	se deve aperfeiçoar
62	11	Ao lente de primeira cadeira de practica	Ao lente da segunda cadeira de practica
»	12	Ao lente da segunda cadeira de practica	Ao lente da primeira cadeira de practica
105	9	O compendio de Roeder	O compendio de Roederer
»	27	nos livros das actas	nos livros dos actos
109	25	Em Medicina chama-se	Em Medicina chamava-se
114	14	29 de julho de 1812	29 de julho de 1812 e de 1813
128	1	aos dois lentes de Medicina, José Feliciano de Castilho, e Jeronymo Joaquim de Figueiredo.	aos tres lentes de Medicina José Feliciano de Castilho, Jeronymo Joaquim de Figueiredo e Angelo Ferreira Diniz.
»	20	foram ambos	foram todos tres
142			
153	15	foram despensados	foram dispensados
155	26	julho de 1812	julho de 1813
183	3	pluraridade	pluralidade
275	5	29	28
»	20	Gôa	Coimbra
309	22	1866	1867